



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – *CAMPUS V*
COLEGIADO DE LÍNGUA INGLESA E LITERATURAS**

ALEFFE SILVA ARAÚJO

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO ECOLÓGICO DO BRASIL NA MÍDIA
ESTADUNIDENSE ENTRE DIFERENTES ERAS POLÍTICAS (2003 A 2022)

SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BA
2022

ALEFFE SILVA ARAÚJO

**ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO ECOLÓGICO DO BRASIL NA MÍDIA
ESTADUNIDENSE ENTRE DIFERENTES ERAS POLÍTICAS (2003 A 2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau de Licenciado em Letras, Língua Inglesa e Literaturas do Departamento de Ciências Humanas do *Campus V* da Universidade do Estado da Bahia, sob a orientação do Prof. Dr. Adelino Pereira dos Santos.

SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BA
2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

A663a Araújo, Aleffe Silva

Análise crítica do discurso ecológico do Brasil na mídia estadunidense entre diferentes eras políticas (2003 a 2022) / Aleffe Silva Araújo. - Santo Antônio de Jesus, 2022.

206 fls : il.

Orientador: Adelino Pereira dos Santos.

Inclui Referências

TCC (Graduação - Letras - Língua Inglesa e Respectivas Literaturas) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus V. 2022.

1. Análise de Discurso Crítica. 2. Discurso Ecológico. 3. Intertextualidade. 4. Interdiscursividade. 5. Discurso Ecológico do Brasil.

CDD: 418

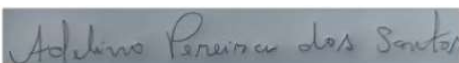
***ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO ECOLÓGICO DO BRASIL NA MÍDIA
ESTADUNIDENSE ENTRE DIFERENTES ERAS POLÍTICAS (2003 A 2022)***

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Colegiado de Letras: Língua Inglesa e Literaturas, do Departamento de Ciências Humanas do *Campus V* da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Letras: Língua Inglesa e Literaturas.

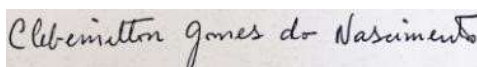
Orientador: Prof. Dr. Adelino Pereira dos Santos

Aprovado em: 20 / 07 / 2022

BANCA EXAMINADORA



Orientador: Prof. Dr. Adelino Pereira dos Santos



Prof. Dr. Clebemilton Gomes do Nascimento



Prof^a. Dra. Ilmara Valois Bacelar Figueiredo Coutinho

À minha mãe, Helenice, e ao meu pai, Antônio.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, familiares e todos que contribuíram em meus estudos, em diversos níveis, pelo apoio e incentivo.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB), seu corpo docente, discente e técnico pelas experiências proporcionadas.

Aos meus colegas da graduação, especialmente aos amigos que a tornaram mais leve, Antonio Carlos Santos da Silva Júnior, Juliana Almeida de Lima, Mirian Santos e Rayma Amparo Santana.

À professora Dr. Ilmara Valois Bacelar Figueiredo Coutinho pelo estímulo e parcerias no mundo da pesquisa acadêmica.

À professora Dr. Jamily Vasconcelos Caribé Souza pela amizade e conversas virtuais, principalmente no período crítico da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Ao professor Dr. Adelino Pereira dos Santos por concordar em orientar este trabalho desde o primeiro momento.

Às músicas, clássicas e não clássicas, sacras e profanas, pelas injeções de ânimo durante a escrita deste trabalho.

“Ecologia sem luta de classes é jardinagem”.

(Chico Mendes)

RESUMO

Este trabalho trata a respeito do discurso ecológico em suas diversas representações, enfocando o Discurso Ecológico do Brasil, que circula na imprensa estadunidense entre 2003 a 2022, suas representações e funcionamento em práticas discursivas e sociais. Diante da relevância que as questões ecológicas e/ou ambientais estão assumindo na contemporaneidade, faz-se necessário uma maior compreensão a respeito desse discurso e suas diversas representações, principalmente por causa da centralidade que o Brasil assume nessa questão. O presente trabalho tem cinco capítulos, três fundamentais para realização dos objetivos desta pesquisa. O primeiro capítulo e o último são, respectivamente, introdução e considerações finais. O segundo capítulo aborda a Análise do Discurso (AD) por meio de um apanhado histórico amplo e, conseqüentemente, da Análise de Discurso Crítica (ADC), seus autores e abordagens e seus conceitos-chave. No terceiro capítulo, o discurso ecológico e suas representações serão historicizadas, caracterizadas e desnudadas em suas ideologias, apresentando os seus efeitos em práticas discursivas e sociais e as intertextualidades manifestas e/ou constitutivas nas diferentes representações do discurso ecológico e as relações com outros discursos e suas representações, além de mencionar pessoas e eventos, nacionais e internacionais, importantes para essa questão. No quarto capítulo, trata-se do papel da mídia na modernidade tardia, especialmente do noticiário jornalístico, e, após a delimitação do dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica (ADC) na vertente de Norman Fairclough utilizado e dos mecanismos de coleta das notícias, há uma breve historicização do Discurso Ecológico e o Governo Brasileiro em diferentes eras políticas e, por conseguinte, a análise de manchetes de jornais e revistas que circularam na mídia estadunidense, durante o período selecionado, versando sobre o Brasil em correlação com o discurso ecológico e/ou ambiental e uma breve reflexão sobre a análise. Percebe-se que o discurso ecológico possui diversas representações que buscam se consolidar como a representação hegemônica desse discurso e o Discurso Ecológico do Brasil, ao longo das últimas duas décadas, sofreu transformações em suas práticas discursivas e sociais e, nos últimos anos, esse discurso não engendra, lamentavelmente, práticas discursivas e sociais positivas para o país e, portanto, a atual representação do Discurso Ecológico do Brasil na mídia estadunidense é a representação de um Discurso Antiecológico do Brasil.

Palavras-chave: análise de discurso crítica; discurso ecológico; intertextualidade; interdiscursividade; discurso ecológico do Brasil.

ABSTRACT

This work deals with the ecological discourse in its various representations, focusing on the Ecological Discourse of Brazil, which circulates in the American press between 2003 and 2022, its representations and functioning in discursive and social practices. Given the relevance of ecological and/or environmental issues are assuming in contemporary times, a greater understanding of this discourse and its various representations is necessary, mainly because of the centrality that Brazil assumes in this issue. The present work has five chapters, three of which are fundamental for achieving the objectives of this research. The first and last chapters are, respectively, introduction and final considerations. The second chapter approaches Discourse Analysis (DA) through a broad historical overview and, consequently, Critical Discourse Analysis (CDA), its authors and approaches and its key concepts. In the third chapter, the ecological discourse and its representations will be historicized, characterized and unveiled in their ideologies, presenting their effects on discursive and social practices and the manifest and/or constitutive intertextualities in the different representations of ecological discourse and the relations with other discourses and their representations, besides mentioning people and events, national and international, important for this issue. The fourth chapter deals with the role of the media in late modernity, especially journalistic news, and, after delineating the theoretical-methodological device of Critical Discourse Analysis (CDA) in the Norman Fairclough's line used and the mechanisms of news gathering, there are a brief historicization of the Ecological Discourse and the Brazilian Government in different political eras and, therefore, the analysis of newspaper and magazine headlines that circulated in the American media, during the selected period, dealing with Brazil in correlation with the ecological and/or environmental discourse and a brief reflection on the analysis. It is clear that the ecological discourse has several representations that aim to consolidate itself as the hegemonic representation of this discourse and the Ecological Discourse of Brazil, over the last two decades, has undergone transformations in its discursive and social practices and, in recent years, this discourse unfortunately does not enact positive discursive and social practices for the country and, therefore, the current representation of the Ecological Discourse of Brazil in the American media is the representation of an Anti-ecological Discourse of Brazil.

Keywords: critical discourse analysis; ecological discourse; intertextuality; interdiscursivity; ecological discourse of Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - “Brazil, Bowing To Protests, Reopens Logging In Amazon”	131
FIGURA 2 - “Brazil, Alarmed, Reconsiders Policy On Climate Change”	132
FIGURA 3 - “Lula Says Brazil Doing Its Part On Climate Change”	134
FIGURA 4 - “With Guns And Fine, Brazil Takes On Loggers”	135
FIGURA 5 - “‘Stagnation’ Made Brazil’s Environment Chief Resign”	137
FIGURA 6 - “Brazil’s Lula Announces New Amazon Protection”	138
FIGURA 7 - “Brazil Amazon Dam Creates Headache For Lula”	139
FIGURA 8 - “Amazon Dam Project Pits Economic Benefit Against Protection Of Indigenous Lands”	140
FIGURA 9 - “Lula: Gringos Should Keep Out Of The Amazon”	141
FIGURA 10 - “Brazil Rejects Panel’s Request To Stop Dam”	145
FIGURA 11 - “Brazil, After A Long Battle, Approves An Amazon Dam”	147
FIGURA 12 - “In Brazil, Fears Of A Slide Back For Amazon Protection”	148
FIGURA 13 - “Brazil’s Leader Faces Defining Decision On Bill Relaxing Protection Of Forests”	150
FIGURA 14 - “Brazil’s Rousseff Creates New Nature Reserves”	151
FIGURA 15 - “Global Climate Pact Gains Momentum As China, U.S. And Brazil Detail Plans”	152
FIGURA 16 - “Deforestation In Brazil Increased 30 % In 12 Months, Agency Says”	157
FIGURA 17 - “Norway Has Threatened To Cut Funds To Brazil Unless Deforestation Slows”	159
FIGURA 18 - “Brazil’s Environment Min Proposes Shrinking Amazon Reserve”	161
FIGURA 19 - “Brazilian Judge Stymies Plan To Allow Mining In Amazon Region”	162
FIGURA 20 - “Brazil Revises Decree Allowing Amazon Mining After Criticism”	163
FIGURA 21 - “The Amazon On The Brink”	165
FIGURA 22 - “What Jair Bolsonaro’s Victory Could Mean For The Amazon, And The Planet”	169
FIGURA 23 - “Brazil Backs Out Of Hosting 2019 Climate Change Meeting”	170
FIGURA 24 - “Bolsonaro Fires Head Of Agency Tracking Amazon Deforestation In Brazil”	171
FIGURA 25 - “As Amazon Fires Become Global Crisis, Brazil’s President Reverses Course”	172

FIGURA 26 – “Brazil Dispatches Troops, Military Aircraft To Battle Amazon Forest Fires”	173
FIGURA 27 – “Brazil’s Leader Falsely Blames Leonardo DiCaprio For Amazon Fires”	175
FIGURA 28 – “Greta Thunberg Called A ‘Brat’ By Brazilian President”	176
FIGURA 29 – “Amazon Deforestation Soars As Pandemic Hobbles Enforcement”	177
FIGURA 30 – “Brazil Is Burning – And President Bolsonaro’s ‘Terminator’ Environment Minister Is Rolling Back More Protections”	179
FIGURA 31 – “Bolsonaro’s Sudden Pledge To Protect The Amazon Is Met With Skepticism”	180
FIGURA 32 – “Brazil Cuts Environment Spending One Day After U.S. Climate Summit Pledge”	181
FIGURA 33 – “Brazil Scientists Warn Of Possible Election-Year Spike In Deforestation”.	182

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A ANÁLISE DO DISCURSO: ABORDAGENS E CONCEITOS	16
2.1 A ANÁLISE DO DISCURSO: ABORDAGENS CRÍTICAS E NÃO CRÍTICAS	16
2.2 A ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA (ADC)	22
2.3 CONCEITOS-CHAVE NA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: DISCURSO, PODER, IDEOLOGIA E HEGEMONIA.....	34
2.3.1 Discurso	34
2.3.2 Poder	39
2.3.3 Ideologia	43
2.3.4 Hegemonia	49
3 A PRÁTICA DISCURSIVA E SOCIAL DO DISCURSO ECOLÓGICO	56
3.1 O QUE É O DISCURSO ECOLÓGICO?	56
3.2 A INTERTEXTUALIDADE E INTERDISCURSIVIDADE DO DISCURSO ECOLÓGICO	63
3.3 AS REPRESENTAÇÕES DA ECOLOGIA EM DISCURSOS E PRÁTICAS SOCIAIS	85
4 O DISCURSO ECOLÓGICO DO BRASIL NA MÍDIA ESTADUNIDENSE	109
4.1 O PAPEL DA MÍDIA NA MODERNIDADE TARDIA	109
4.2 METODOLOGIA	120
4.3 O GOVERNO BRASILEIRO E OS DISCURSOS ECOLÓGICOS DO BRASIL ENTRE 2003 A 2022: UMA ANÁLISE CRÍTICA	123
4.4 AS REPRESENTAÇÕES DO DISCURSO ECOLÓGICO DO BRASIL: UMA AUTORREFLEXÃO SOBRE A ANÁLISE	184
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
REFERÊNCIAS	196

1 INTRODUÇÃO

O discurso ecológico ganha, cada vez mais, proeminência nas diversas discussões em diferentes áreas, inclusive na arena política e no relacionamento entre os países. A República Federativa do Brasil possui uma posição privilegiada no concernente a essas questões, pois o país é central em quaisquer discussões que envolvam o equilíbrio ecológico e/ou ambiental no planeta Terra, além de possuir uma biodiversidade ímpar entre as nações. A imensidade territorial do país, abrigando a maior parte da Floresta Amazônica, que é a maior floresta tropical do mundo, juntamente com suas riquezas naturais, suas grandes reservas de minérios, de água e sua ainda inexplorada e não estudada diversidade biológica chamam a atenção do mundo para as ocorrências ecológicas e/ou ambientais no Brasil e, conseqüentemente, para as diretrizes políticas adotadas pelos diferentes governos e como isso impacta a relação do país com as outras nações e a responsabilidade do país em relação a essas questões.

A preocupação com a questão ecológica e/ou ambiental no Brasil e no exterior perpassa diferentes representações do discurso ecológico e diferentes campos políticos porque não há só interesses humanistas na proteção ambiental e na manutenção do equilíbrio do ecossistema, mas interesses econômicos, políticos e geopolíticos, pois os recursos naturais, diante do uso exploratório pelos seres humanos e por um sistema que busca o crescimento e o lucro contínuos acima de tudo, estão, cada vez mais, escassos e as disputas por esses recursos serão, gradualmente, mais intensas. Essa realidade já se encontra presente em diversas regiões do mundo, inclusive no Brasil. Diante disso, os brasileiros e, conseqüentemente, todos aqueles preocupados com a sobrevivência do ser humano no planeta Terra precisam estar atentos para as diferentes representações do discurso ecológico, pois essas representações não são homogêneas e os movimentos que os encampam são diversos e se utilizam de diferentes enfoques.

O grande público, que está gradualmente conscientizando-se da importância da preservação ambiental, pode ficar atordoado com os enfoques desse movimento e não compreender muito bem as intertextualidades, manifestas e/ou constitutivas, e, por conseguinte, os múltiplos interesses por trás dessas representações. Por isso, é imprescindível traçar um breve histórico, como realizado no capítulo 2, desse movimento que, apesar da preponderância do enfoque recente, não é recém-chegado, já podendo ser encontrado em séculos passados. É claro que, com os diferentes enfoques dessas representações do discurso ecológico, algumas coisas podem se interligarem e inter cruzarem entre si, tornando ainda mais complicado para o grande público compreender e identificar essas representações. Os brasileiros vivem em um

país com uma importância geoestratégica e ambiental e precisam, gradativamente, compreender os mecanismos de funcionamento do discurso ecológico e como eles são veiculados nas diversas mídias por meio de diversas representações com os respectivos interesses subjacentes.

Este trabalho de pesquisa se guiará pela questão de como o discurso ecológico, em especial em relação à Amazônia, se apresenta e funciona em práticas sociais, por meio de publicações sobre o Brasil na imprensa estadunidense nas primeiras décadas do século XXI. Esse direcionamento nos auxiliará na análise das representações do Brasil em relação às questões ecológicas e/ou ambientais e, por conseguinte, na compreensão de como esses discursos se apresentam e funcionam em práticas sociais por meio de publicações sobre o Brasil em manchetes de jornais e revistas da imprensa estadunidense e agência de notícias, além de analisar suas características e intersecções em relação ao discurso político e eventos ecológicos e/ou ambientais nessas primeiras décadas do século XXI nos diferentes governos que comandaram e comandam país.

Para a concretização desse objetivo, o presente trabalho é composto por cinco capítulos dos quais três são centrais. O primeiro capítulo é esta introdução. No segundo capítulo, há um apanhado histórico amplo da Análise de Discurso e, conseqüentemente, da Análise de Discurso Crítica, seus autores e abordagens e seus conceitos-chave como discurso, poder, ideologia e hegemonia a partir da perspectiva faircloughiana que embasa esta pesquisa. A Análise de Discurso Crítica é, desde sua elaboração, um dispositivo interdisciplinar e transdisciplinar. Assim como as questões ecológicas e/ou ambientais perpassam e moldam diferentes campos do conhecimento, inclusive o campo linguístico, a ADC pode se utilizar de diversas epistemologias e ontologias em suas formulações e análises. A investigação do discurso ecológico será frutífera porque permitirá as pessoas o desvelamento das diferentes representações desse discurso, além de proporcioná-las o conhecimento de um dispositivo teórico-metodológico que busca instigá-las a analisar criticamente tudo que, porventura, lerão e/ou escutarão.

No terceiro capítulo, o discurso ecológico e suas representações serão historicizadas, caracterizadas e desnudadas em suas ideologias, ademais de apresentar os seus efeitos em práticas sociais. Discute-se as possíveis intertextualidades manifestas e/ou constitutivas entre as diferentes representações do discurso ecológico com outras práticas sociodiscursivas, além de mencionar pessoas e eventos, nacionais e internacionais, importantes para essa questão. O discurso ecológico e suas representações, os vocábulos presentes e recorrentes em cada representação, os significados subjacentes, os sentidos nas entrelinhas de determinada representação são disputados por diferentes grupos com diversos interesses na disputa pela

representação hegemônica do discurso. Estudantes, profissionais de quaisquer campos do conhecimento e cidadãos em geral se beneficiarão desse conhecimento porque esse discurso está presente, paulatinamente, em todas as discussões envolvendo projetos pessoais, empresariais e/ou políticos. Os interessados na área poderão encontrar alento nesta pesquisa porque adentrarão conhecimentos sobre questões ecológicas e/ou ambientais com uma noção mais acurada e rigorosa do discurso ecológico e suas representações.

Os estudantes do curso de licenciatura e os profissionais da educação, por exemplo, devem possuir o conhecimento das questões ecológicas e/ou ambientais para trabalhá-las em sala de aula, pois está presente na Constituição Federal de 1988 no Artigo 225, inciso VI sobre “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 2016, p. 131). Além disso, a Lei Federal nº. 9.795, de 27/04/99 define a Política Nacional de Educação Ambiental e afirma em seu Artigo 2º que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999). Portanto, para além da emergência da temática, há formulações legais a respeito da importância dessas questões para o currículo formativo do país.

No quarto capítulo, trata-se do papel da mídia na modernidade tardia, especialmente do jornalismo, e, após uma breve delimitação do dispositivo teórico-metodológico utilizado na análise e levantamento das manchetes, há a análise de manchetes de jornais e revistas estadunidense (também as produzidas por agência de notícias), publicadas durante o período selecionado, que versem sobre o Brasil em correlação com o discurso ecológico e/ou ambiental. Além do conhecimento do discurso ecológico e suas representações, os leitores desta pesquisa, de um modo geral, desenvolverão, por meio do dispositivo teórico-metodológico apresentado, uma análise mais crítica a respeito de tudo que envolve essa e outras questões. Ao apresentá-lhes as manchetes das notícias na mídia estadunidense e analisá-las criticamente, desvelando a construção discursiva engendrada por elas, as pessoas poderão visualizar a importância e relevância dada ao Brasil nas questões ambientais e também poderão observar se há contrastes nas construções discursivas das manchetes das notícias entre as diferentes eras políticas do início do século XXI. Após a análise, há uma reflexão sobre a mesma e o papel do analista envolvido nesse processo.

O escopo desta pesquisa engloba o período entre 2003 a 2022, perpassando os governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), Michel Miguel Elias Temer Lulia, do (Partido) Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e Jair

Messias Bolsonaro, eleito pelo Partido Social Liberal (PSL), mas, atualmente, no Partido Liberal (PL). Esses governos adotaram diferentes políticas para o meio ambiente e construíram diversas imagens e representações do país no cenário internacional. As diferentes políticas podem ser notadas, entre outros mecanismos linguísticos e extralinguísticos, nos vocábulos utilizados nas manchetes de jornais, revistas e sítios de notícias estadunidenses, além das agências de notícias que abordam o trato da questão ambiental no país e seus impactos para o mundo. Pois, principalmente a questão da Amazônia demonstra, de forma perceptível, o interesse e a importância para o mundo porque, cada vez mais, a questão ecológica e/ou ambiental está sendo uma discussão de nível global.

A análise busca verificar se houve uma mudança nos discursos ecológicos do Brasil entre as eras Lula/Dilma e Temer/Bolsonaro nas notícias da mídia estadunidense por meio de marcadores linguísticos e extralinguísticos. A linguagem oferece alguns indícios para essas investigações que serão aprofundadas, perpassando outros campos do conhecimento porque a dialética entre linguagem e sociedade proporciona uma construção do social pela linguagem, mas também uma construção da linguagem pelo social. Há, portanto, um imbricamento de complexas relações entre língua e a sociedade, uma vez que a prática discursiva engendra a prática social, e vice-versa. É evidente a importância do discurso ecológico e as práticas sociais engendradas na área educacional, social, econômica e/ou mercadológica, política, entre outras. E, diante disso, torna-se imprescindível a compreensão das diversas representações desse discurso e dos mecanismos da Análise de Discurso Crítica para desvelar as relações assimétricas de poder e as entrelinhas do discurso ecológico e suas representações.

Esta pesquisa, portanto, apresenta, de forma sistematizada, alguns das mais proeminentes representações do discurso ecológico e as ideologias que as sustentam e serve de introdução para todos aqueles que, mais cedo ou mais tarde, precisarão inteirar-se das questões ecológicas e/ou ambientais. Por isso, além de abordar de forma abrangente aspectos da Análise do Discurso Crítica, das representações do Discurso Ecológico e do Discurso Ecológico do Brasil em diferentes eras políticas, este estudo contribui no debate discursivo ao caracterizar o discurso ecológico, expandindo a compreensão das pessoas a cerca desse discurso e suas representações porque as informações apresentadas expõem os mecanismos discursivos e sociais utilizados na construção discursiva de diferentes representações, além de, especificamente, tratar do Discurso Ecológico do Brasil na mídia estadunidense, possibilitando uma leitura crítica das manchetes das notícias veiculadas envolvendo esse discurso e outros discursos.

2 A ANÁLISE DO DISCURSO: ABORDAGENS E CONCEITOS

Este capítulo abordará sobre a Análise do Discurso de uma forma abrangente, perpassando abordagens “críticas” e “não críticas” e alguns conceitos-chave para a Análise de Discurso Crítica (ADC). Na primeira seção, apresentar-se-ão as abordagens “críticas” e “não críticas” de análise de discurso, de acordo com a classificação de Norman Fairclough. Na segunda seção, dissertar-se-á sobre a ADC em suas diversas abordagens propostas por diferentes autores com diferentes filiações teóricas e ancorados em objetos de pesquisa e interesses pessoais, políticos e acadêmicos diferentes.

Na terceira e última seção deste capítulo, alguns conceitos-chave para a Análise de Discurso Crítica como discurso, poder, ideologia e hegemonia serão desenvolvidos. Embora haja diferentes abordagens que se abrigam dentro da ADC e uma exposição das perspectivas e abordagens de diferentes autores que são expoentes da área, a perspectiva optada é a abordagem Dialético-Relacional (DR) do Norman Fairclough. Portanto, as visões do autor e, conseqüentemente, suas conceituações serão expostas e desenvolvidas de forma sobejantes.

2.1 A ANÁLISE DO DISCURSO: ABORDAGENS CRÍTICAS E NÃO CRÍTICAS

A Análise de Discurso é um termo abrangente e abrangedor que pode abarcar diversas abordagens e indicar diferentes caminhos, pois é um campo do conhecimento amplo, fecundo e em desenvolvimento. Essa área do conhecimento, especialmente em suas abordagens críticas, possui diversas aproximações e interseções com múltiplas escolas do conhecimento e suas ramificações teóricas porque busca aliar as análises textuais com análises sociais. As abordagens não críticas ou descritivas do discurso não buscam explicar ou explicam de maneira restritiva as questões sociais que circundam a linguagem e o seu uso (FAIRCLOUGH, 1995, p. 45).

As abordagens da Análise de Discurso podem ser, de acordo com Fairclough (1985, 2016), classificadas em “críticas” e “não críticas”. Essa divisão diz respeito ao que será levando em conta ao realizar uma análise, pois essa divisão, para o autor, “não é absoluta” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 33). As perspectivas críticas se diferenciam pela explicitação das relações entre linguagem, poder, ideologia, sociedade e como esses elementos constroem, constituem e moldam os discursos e como também são moldados por ele. Essas discussões, em grande medida, não estão presentes nas abordagens não críticas e/ou meramente descritivas (e restritivas) do discurso.

O autor classifica as abordagens de Sinclair e Coulthard (1975), a análise de conversação, a abordagem de Labov e Fanshel (1977) e a abordagem de Potter e Wetherell (1987) como as abordagens “não críticas” do discurso. A Linguística Crítica de Fowler et al. (1979) e a Análise de Discurso francesa são enquadradas como abordagens “críticas”. É claro que as abordagens desenvolvidas por Norman Fairclough e seus homólogos nessa perspectiva como Reisigl e Wodak, Mautner, Jäger e Maier, Van Leeuwen e Van Dijk são críticas por concepção.

Sinclair e Coulthard propuseram “[...] um sistema descritivo geral para a análise de discurso, mas decidiram focalizar a sala de aula por tratar-se de uma situação formal cuja prática discursiva é passível de ser governada por regras claras” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 34). Os autores oferecem uma maneira de sistematização do diálogo e sua descrição, no caso em questão, da descrição do discurso da sala de aula, porém os autores não abordam muito sobre a “aula” em si nem desenvolvem elucubrações dos aspectos sociais concernentes às relações estabelecidas em sala, acarretando uma ausência de uma maior ênfase nos aspectos interpretativos (FAIRCLOUGH, 2016, p. 34-36).

A Análise de Conversação (AC) é uma abordagem etnometodológica, que é “[...] uma abordagem interpretativa da sociologia que focaliza a vida cotidiana como feito dependente de habilidades e os métodos que as pessoas usam para ‘produzi-la’” (GARFINKEL, 1967; BENSON; HUGHES, 1983 *apud* FAIRCLOUGH, 2016, p. 38). Essa abordagem da análise do discurso opõe, aparentemente, a abordagem de Sinclair e Coulthard porque considera os processos discursivos: a interpretação e a produção (FAIRCLOUGH, 2016, p. 39). Entretanto, a interpretação e o processo são vistos de forma estreita nessa abordagem, não se diferenciando muito da análise de Sinclair e Coulthard, pois apresenta uma conversação bastante harmoniosa e cooperativa. Ambas não desenvolvem uma análise social para o discurso que estão observando nem explicam processos discursivos ou de interpretação (FAIRCLOUGH, 2016, p. 41-42).

A abordagem de Labov e Fanshel (1977) é proveniente de um estudo interdisciplinar entre a Linguagem e a Psicologia. Eles, diferentemente das abordagens mencionadas anteriormente, reconhecem “[...] a heterogeneidade do discurso, que para eles reflete as ‘contradições e pressões’ da situação de entrevista” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 42). Os autores analisaram o discurso terapêutico e realçaram a importância do “canal paralinguístico”, pois os significados explícitos e os sentidos implícitos engendram as contradições que são centrais nesse canal (ver FAIRCLOUGH, 2016, cap. 1). Labov e Fanshel assentem que “[...] as pistas paralinguísticas são reconhecidamente difíceis de interpretar [...]” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 45), porém a

percepção de que “[...] o discurso é constituído sobre proposições implícitas que são tomadas como tácitas pelos participantes e que sustentam sua coerência” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 46) são importantes para as perspectivas críticas, mesmo que os autores “[...] não atentam para o caráter ideológico de algumas dessas proposições [...]” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 46).

Fairclough apresenta a abordagem de Potter e Wetherell (1987) como a última de sua lista de abordagens “não críticas”. Esses autores utilizam a análise do discurso como um método da psicologia social. De acordo com eles, “[...] a psicologia social tradicional distorce e mesmo ‘suprime’ propriedades-chave dos materiais linguísticos que usa como dados [...]”, consideram que “[...] o discurso é ‘constutivo’ e, conseqüentemente, ‘constitui’ objetos e categorias [...]” e concebem que “[...] o que uma pessoa diz não permanece consistente de uma ocasião a outra, mas varia segundo as funções de fala” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 47). Embora priorize o conteúdo nessa perspectiva em contraposição a priorizar a forma na ‘teoria de acomodação da fala’ na psicologia social, a abordagem deles, para Fairclough (2016, p. 47-48), é pobre em seu quadro analítico, além de ter um desenvolvimento insuficiente para uma perspectiva de análise social do discurso.

A partir da abordagem da Linguística Crítica (LC), Fairclough passa a comentar sobre as abordagens críticas do discurso. Desenvolvida por um grupo de pesquisadores da Universidade de East Anglia, essa abordagem tentou “[...] casar um método de análise linguística textual com uma teoria social do funcionamento da linguagem em processos políticos e ideológicos [...]” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 49), utilizando-se da “[...] teoria linguística associada com Michael Halliday (1978, 1985) e conhecida como ‘linguística sistêmica’” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 49). Halliday (1973, p. 65 *apud* Fairclough, 2016, p. 49) afirma que “a linguagem é como é por causa de sua função na estrutura social” e “argumenta que a linguagem à qual as pessoas têm acesso depende de sua posição no sistema social” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 49).

Percebe-se, diante dessas afirmações supracitadas, como a Linguística Crítica diferencia-se das abordagens anteriormente mencionadas na parte das “não críticas”, pois há uma ênfase nos aspectos sociais concernentes ao uso da língua, criticando, inclusive, a sociolinguística por “[...] meramente estabelece[r] correlações entre linguagem e sociedade, em vez de buscar relações causais mais profundas, incluindo os efeitos da linguagem na sociedade [...]” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 49-50). Entretanto, há limitações nessa abordagem, pois, muitas vezes, há uma ênfase exacerbada no texto e escanteio dos processos de produzir e interpretar textos, além de negligenciar os efeitos dinâmicos da discursividade na reprodução/desestruturação/reestruturação de estruturas sociais (FAIRCLOUGH, 2016, p. 52-

53). Linguistas críticos, de acordo com Fairclough, fizeram uma autocrítica e avançaram, inclusive incluindo algumas das críticas expostas por Fairclough, em suas formulações, contribuindo para o desenvolvimento de uma teoria social do discurso (FAIRCLOUGH, 2016, p. 53-54).

Da mesma forma que a Linguística Crítica (LC), a perspectiva de uma abordagem crítica da análise de discurso também está presente nos desenvolvimentos teóricos de Michel Pêcheux (1979, 1982) e seus colaboradores porque busca combinar uma análise social com uma análise linguística (FAIRCLOUGH, 2016, p. 54). O autor interessava-se em investigar o discurso político escrito, principalmente dos partidos comunistas e socialistas, sendo primordial para a sua abordagem o conceito de ideologia proposto pelo marxista francês Louis Althusser que “[...] enfatiza a autonomia relativa da ideologia da base econômica e a contribuição significativa da ideologia para reprodução e transformação das relações econômicas” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 54).

Pêcheux desenvolve essa teoria ao considerar a linguagem como “[...] uma forma material de ideologia [...]” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 54) e, por meio de usos linguísticos, é possível visualizar os efeitos das lutas ideológicas no discurso (FAIRCLOUGH, 2016, p. 54). Pêcheux também se utiliza das “formações discursivas” (FD), concepção de Michel Foucault, isto é, “aquilo que em uma dada formação ideológica...determina ‘o que pode e deve ser dito’” (PÊCHEUX, 1982, p. 111 *apud* FAIRCLOUGH, 2016, p. 55). As estruturas e relações sociais de determinada instituição ou ambiente podem restringir e limitar os dizeres e até as interpretações sobre os mesmos porque os significados dos dizeres “mudam seu sentido de acordo com as posições [...]” de quem os profere (PÊCHEUX et al., 1979, p. 33 *apud* FAIRCLOUGH, 2016, p. 55). Isso pode ser associado também com a “implicatividade sequencial” enfatizada na abordagem “não crítica” da Análise de Conversação (AC) que aborda sobre as restrições impostas aos enunciados subsequentes de uma determinada situação comunicativa (FAIRCLOUGH, 2016, p. 40). Embora tenha muitos pontos fortes que a coloquem entre as abordagens críticas, a perspectiva de Pêcheux possui suas limitações.

Para Fairclough (2016, p. 57), “[...] o tratamento dos textos é insatisfatório”. Há uma certa “homogeneização” dos textos e uma “seletividade” sobre os textos, tornando as análises de partes do texto (como as orações) em sobreposição a uma análise do texto completo. Como ocorre na LC, apesar de ter a preocupação de articular análise social e linguística, a abordagem de Pêcheux considera o texto como “produto”, escanteando os processos de produção e interpretação dos textos (FAIRCLOUGH, 2016, p. 57-58). Diante das críticas e das mudanças políticas ocorridas na França, a “segunda geração” dos partidários da abordagem de Pêcheux

alterou alguns pressupostos, por exemplo, em relação às FDs, pois as “[...] estratégias discursivas de aliança e combinações de diferentes FDs que tornam o discurso altamente heterogêneo e ambíguo” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 59).

O discurso passou a ser caracterizado como portador de “heterogeneidade constitutiva” (AUTHIER-REVUZ, 1982 *apud* FAIRCLOUGH, 2016, p. 59), propriedades do “dialogismo” e “intertextualidade” provenientes da tradição de Análise Dialógica do Discurso de Mikhail Bakhtin (1981; KRISTEVA, 1986a *apud* FAIRCLOUGH, 2016, p. 59), além do próprio Pêcheux (1988) que conferiu a análise do discurso um “[...] caráter de uma disciplina interpretativa e não diretamente descritiva” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 59). É possível traçar as origens do que seria chamado uma abordagem de análise de discurso crítica, um campo de estudo mais estruturado posteriormente, na Análise Dialógica do Discurso proposta por Bakhtin e seu círculo, grupo de estudo formado por ele entre 1918 e 1920 na Rússia pós-revolução. A análise dialógica do discurso evidencia as relações linguísticas e extralinguísticas, pois busca marcar social, ideológica, histórica e politicamente os interlocutores. Portanto, para Bakhtin, os signos linguísticos não são fixos, mas assumem diferentes sentidos dentro de uma determinada interação dialógica (SILVA, 2013, p. 45-69).

Essa concepção de interação entre linguístico e extralinguístico é fundamental para o desenvolvimento das abordagens críticas de análise do discurso enquanto uma disciplina de estudo estruturada. Teóricos como Althusser, Ducrot, Lacan, Foucault e o próprio Pêcheux, entre outros, foram fundamentais para o progresso dessa área de estudo. Pêcheux é um dos expoentes da Análise de Discurso de Linha Francesa (AD). A Análise de Discurso de Linha Francesa (AD) é um campo de conhecimento da Linguística que se desenvolve, com mais consistência, a partir da década de 60 do século XX. As três grandes áreas do conhecimento que a compõe é a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Em uma definição sucinta, “a análise do discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (ORLANDI, 2020, p. 13). A relação entre linguagem e sociedade não é recente, pois “[...] Platão escreveu um diálogo entre Crátilo, Sócrates e Hermógenes, no qual expressa suas ideias sobre as relações entre as palavras, os significados e os objetos do mundo” (OLIVEIRA; CARVALHO, 2013, p. 282).

Essa percepção, proveniente de modo insipiente pela Análise Dialógica do Discurso, é aprimorada pela Análise de Discurso de Linha Francesa. As filiações teóricas da AD mostram a complexidade dessa relação entre língua e sociedade, pois a análise linguística, seja do campo semântico, sintático, nominal e pragmático alia-se a uma análise marxista que historiciza as relações sociais e suas relações materiais advindas do método do materialismo histórico e

dialético juntamente com a psicanálise que contribui para a compreensão dos sujeitos envolvidos na enunciação discursiva, evidenciando as questões do consciente e do subconsciente, o dito e o não dito. Ou seja, esse campo do conhecimento é, inerentemente, interdisciplinar. Da mesma forma que a Análise de Discurso é um termo abrangente e abrangedor, a Análise de Discurso de Linha Francesa também abriga diferentes perspectivas, sendo a abordagens de Michel Pêcheux e Michel Foucault as mais notórias. Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau também são reconhecidamente influentes analistas do discurso de linha francesa na atualidade e produzem interessantes formulações. Já abordamos sobre o enfoque de Michel Pêcheux acima.

Michel Foucault, embora não seja considerado propriamente um analista do discurso, possui contribuições fundamentais para as duas mais influentes linhas de análise de discurso: AD (linha francesa) e ADC (“linha inglesa”). Foucault é um autor com uma obra vasta, perpassando diferentes temas. O discurso é um deles e está presente em sua obra. Essas contribuições são importantes para as abordagens críticas, pois o autor contribui para uma compreensão das relações “[...] entre discurso e poder, a construção discursiva de sujeitos sociais e do conhecimento e o funcionamento do discurso na mudança social” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 64), além de considerar os discursos inscritos radicalmente nas “coisas ditas”, o discurso como prática e “a materialidade dos enunciados” (FISCHER, 2015, p. 125).

Foucault (2009b, p. 8-9 *apud* FISCHER, 2015, p. 130-131) considera em suas concepções os procedimentos de produção e, conseqüentemente, interpretação do discurso, pois concebe os momentos de produção como momentos de “lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões” posto que as condições de produção dos discursos nas sociedades são controladas “[...] por certos números de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos [...]”. A partir dessas concepções, é possível perceber o quanto o Foucault avança ao considerar os elementos de produção do discurso e a relação com as forças sociais, políticas, ideológicas, etc. que circundam o sujeito social nessa sociedade. Essa perspectiva de análise torna fundamental a realização de algumas perguntas como: “[...] quem fala neste texto? E de que lugar fala? De que autoridade se investe alguém para falar aqui e não em outro espaço? Quem pode falar sobre isto? Quais as regras segundo as quais a alguém é permitido afirmar isto ou aquilo, neste ou naquele lugar?” (FISCHER, 2015, p. 133).

Essas indagações só podem ser, satisfatoriamente, respondidas quando se enfoca questões extralinguísticas como as relações de poder, ou seja, é necessária uma análise social para compreender como os discursos são reverberados por essas disputas extralinguísticas, pois os discursos também estão em disputa em razão de a “[...] luta pela imposição de sentidos, pela

interpelação de sujeitos, pela conquista de voz ou da vantagem econômica” (FISCHER, 2015, p. 146-147) ser responsável pelas maneiras como esses discursos serão investidos e revestidos de diferentes formas a depender dessas disputas sociais. Embora essas percepções de Foucault sejam basilares para vislumbrar, ainda mais, as conexões entre análise social e linguística, sendo de grande contribuição para abordagens críticas, Fairclough (2016, p. 86-87) argumenta que o autor “[...] dá a impressão de que a resistência é geralmente contida pelo poder e não representa ameaça”, ou seja, há a reprodução da estrutura, mas há um engessamento da noção de transformação das estruturas por meio das práticas.

Essa transformação é justamente o que busca a abordagem de Norman Fairclough e sua Teoria Social do Discurso (TSD), que se utiliza de formulações do Foucault, mas busca avançar ao compreender de maneira dialética a relação entre sociedade e linguagem na reprodução e transformação social. De acordo com Fairclough (2016, p. 87), a “[...] ausência de um conceito de prática nas análises de Foucault, abrangendo a ausência do texto e da análise textual” podem explicar parte dessas limitações e o autor propõe uma ADTO (Análise de Discurso Textualmente Orientada) que “[...] reforçará a análise social, essencialmente por assegurar atenção a exemplos concretos de prática e a formas textuais e a processos de interpretação associados a elas” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 91). Diante disso, surge a abordagem de Fairclough, que é uma das mais influentes das abordagens da Análise de Discurso Crítica (ADC) e muitas vezes confundida como a perspectiva da ADC em si (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 21). A seguir, discorre-se sobre a ADC e suas diferentes abordagens.

2.2 A ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA (ADC)

Da mesma forma que na seção anterior discutiu-se as abordagens “críticas” e “não críticas” de Análise do Discurso, esta seção versa sobre as diferentes abordagens e perspectivas dentro da Análise de Discurso Crítica (doravante ADC). A primeira utilização do termo ocorreu em 1985 em um artigo publicado no *Journal of Pragmatics* pelo Norman Fairclough. Neste artigo, o autor expõe seus incômodos com os objetivos descritivos de análises do discurso e defende uma análise crítica, pois “[...] a adoção de objetivos críticos significa, em primeiro lugar, investigar interações verbais com um olhar nas determinações e os seus efeitos nas estruturas sociais” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 36)¹. Ou seja, de maneira incipiente, o autor está

¹ Minha tradução de: “[...] the adoption of critical goals means, first and foremost, investigating verbal interactions with an eye to their determination by, and their effects on, social structures” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 36).

propondo investigar como os discursos afetam e são afetados pelas estruturas. Essa noção será, posteriormente, desenvolvida em seus trabalhos.

É importante ressaltar que “[...] a Análise de Discurso Crítica e a Análise de Discurso Francesa historicamente pertencem a ramos distintos do estudo da linguagem” (RESENDE; RAMALHO, 2019 p. 21). De acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999 *apud* MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 27), a Análise de Discurso Crítica “[...] pode ser considerada uma continuação [...]” da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e da Linguística Crítica (LC), mas possui méritos e contribuições importantes que devem ser salientadas, pois a “ADC almeja investigar, criticamente, como assimetrias são expressas, sinalizadas, constituídas, legitimadas, naturalizadas e mantidas, por algum tempo, pelo discurso” (VIERIA; MACEDO, 2018, p. 49-50).

A história da ADC pode ser traçada desde o início dos anos 90, pois, talvez por causa do “*Zeitgeist*”² (WODAK; MEYER, 2009, p. 3), muitos pesquisadores estavam publicando pesquisas nessas perspectivas. Embora investigando temáticas diversas e aliando as suas pesquisas diferentes áreas do conhecimento, Ruth Wodak, Gunther Kress, Teun van Dijk, Theo van Leeuwen e Norman Fairclough estavam em sintonia nas suas investigações sobre o discurso e a relação entre linguagem e sociedade. Portanto, após a realização de um simpósio em janeiro de 1991, em Amsterdam, estabeleceram uma rede de debates, trocas e colaborações através de um programa institucional europeu chamado ERASMUS que permitia o intercâmbio acadêmico entre docentes, pesquisadores e estudantes. Embora a ADC consolidava-se como um paradigma na Linguística e Michael Billig (2003) pontue que a ADC tenha se tornado uma disciplina acadêmica estabelecida, Ruth Wodak e Michael Meyer (2009, p. 4; MELO, 2018, p. 29) argumentavam que os proponentes viam a ADC como um “programa de pesquisa”. É compreensível dado as diversas abordagens de seus proponentes.

As diversas abordagens, entretanto, tocam em pontos comuns. Pontos comuns não necessariamente significam similaridade de visões sobre essas semelhanças. Discurso, crítica, poder e ideologia são alguns desses pontos (WODAK; MEYER, 2009, p. 4). O discurso, embora não seja uma definição pacífica entre as diversas perspectivas da ADC, geralmente é visto como “prática social da linguagem”, considerando “o contexto do uso linguístico” (FAIRCLOUGH; WODAK, 1997 *apud* WODAK; MEYER, 2009, p. 5). A crítica, termo melhor elaborado abaixo, é a visão, fruto da Teoria Crítica, proveniente da Escola de Frankfurt, da teoria social sendo orientada para a crítica e a mudança da sociedade como um todo

² Termo alemão que significa “espírito do tempo, da época”, ou seja, o conjunto de valores, hábitos, costumes, etc. de uma determinada coletividade em uma determinada temporalidade.

(WODAK; MEYER, 2009, p. 6). O poder e a ideologia são conceitos fundamentais e relacionados um ao outro, contudo, na ADC, as conceituações dependerão das perspectivas teóricas que fundamentam a ontologia e a epistemologia de cada autor.

A ADC enxerga o poder como um elemento/característica sistêmico(a) e constitutivo(a) da sociedade. Essa perspectiva de poder é fruto de vários teóricos, incluindo Michel Foucault e Anthony Giddens. “O poder é sobre relações de diferença, e particularmente sobre os efeitos das diferenças nas estruturas sociais” (WODAK; MEYER, 2009, p. 10)³. A ideologia é um componente fundamental na manutenção de qualquer estrutura de poder, principalmente quando as ideologias são naturalizadas porque, diz Fairclough (2015, p. 108), “a ideologia é mais eficaz quando seu funcionamento é menos visível”⁴. A ideologia ofusca as relações assimétricas de poder e as reificam, naturalizando essas relações. São essas investigações, que buscam desnaturalizar essas assimetrias, que interessam a ADC.

O ímpeto crítico da ADC busca, justamente, o desvelamento dessas assimetrias, podendo contribuir para a emancipação de grupos desfavorecidos nessas relações assimétricas. A ADC, portanto, não teme a explicitude político-ideológica, pois os “[...] pesquisadores em ADC estão conscientes que seus trabalhos são guiados por motivos sociais, econômicos e políticos como qualquer outro trabalho acadêmico [...]” (WODAK; MEYER, 2009, p. 7)⁵. Os pesquisadores críticos não estão em posição diferente de nenhum outro pesquisador, porém, a criticidade exige critérios transparentes para que não haja necessidade de se desculpar pela perspectiva crítica adotada (WODAK; MEYER, 2009, p. 7), pois, como diz Van Dijk (2005a, p. 96 *apud* MELO, 2018, p. 32), “[...] a ADC não é neutra e tem orgulho disso”.

A ADC é um campo de estudo e pesquisa inerentemente transdisciplinar, pois, desde sua concepção, para além das relações com outras disciplinas (interdisciplinaridade), tenta romper as fronteiras e estabelecer uma intercomunicação entre a Linguística e os diversos campos do saber. Apesar dessas relações, presumivelmente, complexas, as pesquisas desenvolvidas nessa perspectiva buscam rejeitar a escrita rebuscada e hermética porque “[...] qualquer trabalho realizado por ela deve ser ensinável, claro e acessível na socialização das análises e dos resultados de pesquisa” (MELO, 2019, p. 34).

³ Minha tradução de: “Power is about relations of difference, and particularly about the effects of differences in social structures” (WODAK; MEYER, 2009, p. 10).

⁴ Minha tradução de: “Ideology is most effective when its workings are least visible” (FAIRCLOUGH (2015, p. 108).

⁵ Minha tradução de: “[...] CDA researchers have to be aware that their own work is driven by social, economic and political motives like any other academic work [...]” (WODAK; MEYER, 2009, p. 7).

Essa premissa das pesquisas em ADC é corroborada pela visão de Resende (2012 *apud* MELO, 2018, p. 33) que argumenta que “as pesquisas em ADC não são feitas para as estantes das bibliotecas, tampouco para a satisfação pessoal dos pesquisadores(as)”. Ou seja, para além da realização acadêmica, as pesquisas em ADC devem ser úteis para a conscientização dos prejudicados pelas assimetrias sociais, pois, de acordo com Fairclough (2015, p. 3), entende-se que “[...] aumentar a consciência das pessoas de como a linguagem contribui para a dominação de algumas pessoas por outras como um passo para a emancipação social”⁶.

O autor coloca, sabiamente, que a conscientização é o “um passo” para a emancipação social, pois, é preciso ter em mente que as pesquisas “críticas”, embora contribuam fortemente para isso, não substituem a luta política pela emancipação. As pesquisas críticas podem contribuir com fundamentações teórico-científicas que respaldem posições nessas disputas, entretanto, como bem sabe a ADC, a ciência não está imune aos jogos de poder e as pesquisas, mesmo as críticas, podem ser instrumentalizadas e deturpadas para subjugação, cooptação e uma “falsa emancipação” que busca reproduzir as relações assimétricas de poder de uma forma diferenciada e diversificada. A crítica, como mencionado acima, precisa ser balizada por critérios bem estabelecidos e estar submetida a crítica.

O termo “crítica”, mencionado e explicado brevemente acima, é central em perspectivas que buscam não apenas descrever ou demonstrar, mas evidenciar as estruturas, as conexões e as práticas que sustentam o *status quo* em busca da transformação do mesmo. As pesquisas críticas são pesquisas que estão “[...] essencialmente tornando visíveis as interconexões das coisas” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 36)⁷ e, com isso, produzir “esclarecimento e emancipação” (WODAK; MEYER, 2009, p. 7). Ser crítico é não tomar as coisas como “dadas”, é historicizar as situações e contextos, percebendo como as estruturas e as relações sociais foram produzidas e são reproduzidas, frequentemente, sustentadas por relações desiguais de poder. É compreender as contradições que são engendradas por essas assimetrias e, a partir dessas compreensões, produzir reflexões que almejam desarticular essas relações, visando o estabelecimento de novas estruturas e relações sociais pautadas pela não subjugação, ou seja, pela emancipação.

Fairclough (1995, p. 36), citando Frederick Engels (2015, p. 51), concebe sua definição de crítico, por um lado, como “[...] comprometida com a teoria e o método dialético ‘que

⁶ Minha tradução de: “[...] raising people’s consciousness of how language contributes to the domination of some people by others, as a step towards social emancipation” (FAIRCLOUGH, 2015, p. 3).

⁷ Minha tradução de: “[...] essentially making visible the interconnectedness of things” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 36).

concebe as coisas e seus retratos conceituais essencialmente em seu nexos, em seu encadeamento, em seu movimento, em seu devir e fenecer' [...]”⁸ e, por outro lado, “[...] a visão que, em questões humanas, interconexões e cadeias de causa e efeito podem ser distorcidas”⁹. Essa é a necessidade de uma investigação científica, pois “[...] toda a ciência seria supérflua se a forma de aparecimento e a essência das coisas coincidisse imediatamente” (MARX, 2017, p. 880). Portanto, para Fairclough (1995a, p. 747 *apud* WODAK, 2009, p. 7), como também mencionado acima, “‘crítica’ é essencialmente tornar visível as interconexões das coisas”.

O termo “crítica” é a tradução mais comum da expressão cunhada pelo Fairclough, em 1985, “Critical Discourse Analysis”, entretanto, a ordem em que o termo “crítica” aparece na tradução da expressão não é pacífico entre os pesquisadores dessa área no Brasil. Há divergência entre “Análise de Discurso Crítica” e “Análise Crítica do Discurso”. A primeira tradução é usada pelos influentes pesquisadores da Universidade de Brasília, onde há um grupo de estudos críticos de discurso bem consolidado, pois, de acordo com Magalhães (2005, p. 2), “[...] no Brasil, a tradição de estudos do discurso é forte” e se consolidou como “Análise de Discurso”, sendo a utilização do termo “crítica” uma forma de demarcar-se desse campo.

A segunda tradução é utilizada por outros pesquisadores da área, pois o primeiro livro disseminado no Brasil abordando estudos nessa perspectiva chamava-se *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Eles argumentam que essa é a tradução mais apropriada do inglês e melhor explica a perspectiva de uma análise crítica dos aspectos discursivos (MELO, 2018, p. 26). Ambos os lados possuem argumentos convincentes para o uso que fazem de cada expressão. Portanto, da mesma forma que há diferentes abordagens dentro da Análise Crítica do Discurso, não surpreende a existência de uma celeuma em relação à questão da nomenclatura desse campo de estudo no Brasil.

Embora o enfoque utilizado por Norman Fairclough, o maior expoente da Análise de Discurso Crítica (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 21), a Teoria Social do Discurso (TSD), confunda-se com a própria Análise de Discurso Crítica, essa não é a única abordagem dentro da ADC. Os diversos linguistas, que estavam encampando os debates, trocas e colaborações sobre uma análise de discurso crítica, propuseram diferentes abordagens em seus estudos. Reisigl e Wodak desenvolveu a abordagem Histórico-Discursiva (HD), Mautner, a Linguística de *Corpus* (LiC), Van Leeuwen, Atores Sociais (AS), Jäger e Maier, a Análise de Dispositivo

⁸ Tradução de Nélio Schneider de: “[...] which grasps things...essentially in their interconnection, in their concatenation, their motion, their coming into and passing out of existence” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 36).

⁹ Minha tradução de: “[...] commitment to a dialectical theory and method [...] and on the other hand to the view that, in human matters, interconnections and chains of cause-and-effect may be distorted out of vision” (ibid.).

(AD), Van Dijk, a Sociocognitiva (SC) e Fairclough, Dialético-Relacional (DR) (WODAK; MAYER, 2009, p. 20 *apud* MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 28).

Todas essas abordagens mencionadas são abordagens críticas do discurso, porém são abordagens que enfocam algumas temáticas e/ou ferramentas analíticas específicas. Contudo, essas abordagens não são mutualmente excludentes. Elas (ou partes delas) podem ser utilizadas para uma análise crítica do discurso, dependendo do enfoque, tema e/ou objetivo da pesquisa porque a relação entre linguagem e sociedade é, cada vez mais, explorada por diferentes áreas do conhecimento.

A abordagem Histórico-Discursiva (HD), desenvolvida por Reisigl e Wodak, “tenta estabelecer uma teoria do discurso estabelecendo uma conexão entre os campos de ação (Girnth, 1966), gêneros, discursos e textos” (WODAK; MEYER, 2009, p. 26)¹⁰, focando-se no campo da política e dos “[...] discursos institucionais racistas, antissemitas, entre outros, numa perspectiva sociolinguística e histórico-discursiva, cujo enfoque está na argumentação e na retórica” (MELO, 2018, p. 30). O discurso nacionalista e de construção/constituição das identidades nacionais também são pesquisados pelos autores, que se filiam, principalmente, a Teoria Crítica e ao Interacionismo Simbólico (WODAK; MEYER, 2009, p. 20).

Mautner desenvolveu a abordagem Linguística de *Corpus* (LiC), que pode ser considerada uma “[...] extensão linguística da ADC [...]” e “[...] fornece dispositivos linguísticos adicionais para uma análise completa [...]”, podendo ser aplicado em diferentes abordagens da ADC (WODAK; MEYER, 2009, p. 27)¹¹. A autora filia-se, principalmente, as teorias de Michel Foucault. Mencionado acima, as abordagens da ADC não são excludentes e elas podem ser utilizadas conjuntamente, desde que o enfoque de pesquisa seja coerente e o analista saiba manusear os diferentes dispositivos de cada abordagem.

A abordagem de Van Leeuwen, Atores Sociais (AS), “se refere a um amplo escopo de teorias linguísticas e sociológicas, especialmente aquelas que explicam o papel da ação para estabelecer a estrutura social” (WODAK; MEYER, 2009, p. 27)¹². O autor filia-se, principalmente, a Teoria Crítica e sua teoria tem proximidades com as abordagens da análise de dispositivo e dialético-relacional, pois “essa ideia de atores individuais permanentemente constituindo e reproduzindo a estrutura social está ligada com a noção foucaultiana de discurso

¹⁰ Minha tradução de: “It explicitly tries to establish a theory of discourse by establishing the connection between *fields of action* (Girnth, 1996), *genres, discourses* and *texts*” (WODAK; MEYER, 2009, p. 20).

¹¹ Minha tradução de: “[...] a linguistic extension of CDA, it provides additional linguistic devices for thorough analysis [...]” (ibid., p. 27).

¹² Minha tradução de: “[...] refers to a broad scope of sociological and linguistic theories, especially to those explaining the role of action to establish social structure [...]” (WODAK; MEYER, 2009, p. 27).

[...]” (WODAK; MEYER, 2009, p. 27)¹³. Van Leeuwen, em parceria com Gunther Kress, desenvolveu trabalhos abordando a semiótica social, textos multissemióticos e os efeitos manipulativos e ideológicos na onipresença imagética da sociedade atual (MELO, 2018, p. 30). Eles desenvolveram uma proposta denominada Gramática do Design Visual.

Jäger e Maier desenvolveram a abordagem Análise de Dispositivo (AD), que “[...] introduz um dualismo entre discurso e realidade” (WODAK; MEYER, 2009, p. 25)¹⁴. Partindo de uma noção próxima da conceituação estruturalista de discurso proposta por Foucault, os autores detectam um “ponto cego” na teoria foucaultiana. “[...] A mediação entre sujeito e objeto, entre práticas (atividades) discursivas e não-discursivas, por um lado, e manifestações (objetos) por outro” (WODAK; MEYER, 2009, p. 25)¹⁵. O termo “dispositivo” é também advindo de Foucault e “[...] é introduzido como uma concha que envolve ambas as práticas e materializações discursivas e não-discursivas” (WODAK; MEYER, 2009, p. 25)¹⁶. Os discursos e dispositivos são, obviamente, analisados nessa abordagem em que o autor também possui filiações na Teoria Crítica.

A abordagem de Van Dijk e Norman Fairclough são as abordagens mais utilizadas e citadas dentro da ADC. A abordagem Sociocognitiva (SC) está “[...] no lado sociopsicológico da ADC [...]”¹⁷ (WODAK; MEYER, 2009, p. 25). A abordagem de Van Dijk “[...] está na tradição da teoria de representação social (ex. Moscovici, 2000)” e focada na tríade que “é construída entre discurso, cognição e sociedade” (WODAK; MEYER, 2009, p. 25)¹⁸. Seus estudos focam bastante cognição e suas pesquisas enfocam o racismo, mas, recentemente, no racismo na América Latina e nas relações abusivas de poder. O autor entende que os estudos da cognição são úteis no desvelamento de práticas ideológicas engendradas na linguagem (MELO, 2018, p. 30). Van Dijk “[...] enfatiza que a ADC também não deve se limitar ao estudo da relação entre discurso e estrutura social [...]”, mas o “[...] uso linguístico e discurso sempre pressupõem os modelos mentais intervenientes, os objetivos e representações sociais gerais

¹³ Minha tradução de: “This idea of individual actors permanently constituting and reproducing social structure is linked with a Foucauldian notion of discourse [...]” (ibid.)

¹⁴ Minha tradução de: “[...] introduces a dualism of discourse and reality” (ibid., p. 25).

¹⁵ Minha tradução de: “[...] the mediation between subject and object, between discursive and non-discursive practices (activities) on the one hand and manifestations (objects) on the other” (ibid.).

¹⁶ Minha tradução de: “[...] introduced as a shell which envelops both discursive and nondiscursive practices and materializations” (ibid.).

¹⁷ Minha tradução de: “[...] is on the socio-psychological side of the CDA [...]” (ibid.).

¹⁸ Minha tradução de: “[...] is in the tradition of social representation theory (e.g. Moscovici, 2000). Its focal triad is construed between discourse, cognition and society” (ibid.).

(conhecimento, atitudes, ideologias, normas, valores) dos usuários linguísticos” (WODAK; MEYER, 2009, p. 14)¹⁹.

Fairclough desenvolveu a abordagem Dialético-Relacional (DR), por meio de teóricos como Karl Marx, Michel Foucault, Michael Halliday, entre outros, e “[...] foca no conflito social na tradição marxiana e tenta detectar as manifestações linguísticas nos discursos, em particular, elementos de dominância, diferença e resistência” (WODAK; MEYER, 2009, p. 27)²⁰. Essa perspectiva dialética entre discurso e práticas sociais e, conseqüentemente, a mudança social é o eixo central dessa perspectiva porque “[...] as relações entre o discurso e a mudança social, ligando as mudanças nas ordens do discurso contemporâneas a mudanças que afetam, em vários aspectos, a vida social hodierna” (MELO, 2018, p. 35). A perspectiva de Fairclough será mais destrinchada, ao longo desta pesquisa, pois é a abordagem que a encampa.

Das abordagens mencionadas, esta pesquisa adotará a abordagem Dialético-Relacional (DR) de Norman Fairclough, sua Teoria Social do Discurso (TSD) e seu modelo tridimensional e, por conseguinte, transformacional. A opção por essa perspectiva é pela concepção da relação dialética entre língua e sociedade, entre discursos e práticas sociais, entre “o grau de conscientização que as pessoas” possuem ou não dessas relações e o papel dos discursos nas mudanças sociais (OLIVEIRA; CARVALHO, 2013, p. 282). Esse autor considera o discurso como o “[...] uso social da linguagem” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 40) e “a linguagem é, desse modo, parte irredutível da vida social” (LIRA; ALVES, 2018, p. 106).

Portanto, é perceptível que a utilização de diferentes campos teóricos, além da linguística, agrega para uma análise de discurso crítica mais abrangente das relações entre língua e sociedade e contribui no desvelamento das relações de poder que, muitas vezes, são dissimuladas e sublimadas pela ideologia da mesma forma que diferentes campos do saber podem se utilizar das abordagens da ADC para fundamentarem, expandirem e aprofundarem melhor em suas pesquisas essas relações. Através da ADC, é possível “[...] recuperar os processos histórico-sociais de produção dos discursos, destacando o ponto de articulação, nesse discurso, entre o linguístico e o social” (VIERIA; MACEDO, 2018, p. 50).

Entretanto, a ADC não passou incólume das críticas, principalmente na década de 1990, de diversos teóricos devido à falta de clareza e baliza para a aplicação e utilização de seus

¹⁹ Minha tradução de: “[...] emphasizes that CDA should also not limit itself to a study of the relationship between discourse and social structure, [...], but that language use and discourse always presuppose the intervening mental models, goals and general social representations (knowledge, attitudes, ideologies, norms, values) of the language users” (WODAK; MEYER, 2009, p. 14).

²⁰ Minha tradução de: “[...] focuses upon social conflict in the Marxian tradition and tries to detect its linguistic manifestations in discourses, in particular elements of dominance, difference and resistance” (ibid., p. 27).

princípios teórico-metodológicos, questionando-se até a validade do termo “crítica” em relação ao termo “análise”. Henry Widdowson, Martyn Hammersley, Michael Stubbs e Michael Toolan, entre outros, estão entre os mais proeminentes críticos da ADC. Widdowson (1995), em um artigo crítico da análise de discurso crítica, considerava o discurso uma tendência nas publicações sobre linguística, porém, apesar desse campo está em “voga”, ele considerava as conceituações a respeito “vagas”.

Widdowson (1995, p. 159) considera que uma análise “[...] busca revelar os fatores que levam a divergência de possíveis significados, todos condicionalmente válidos”²¹, diferenciando-se da interpretação sociopolítica, que, de acordo com ele, “[...] está implicada em uma abordagem crítica”²². O autor considera que os analistas críticos do discurso interpretam e “[...] se a análise de discurso crítica é um exercício de interpretação, é inválida como análise”²³. Em sua visão, os termos “análise” e “crítica” dentro da ADC seriam mutuamente excludentes, pois é “[...] uma contradição em termos” (WIDDOWNSON, 1995, p. 159)²⁴. Widdowson (1995, p. 165) também considera que os analistas críticos do discurso desconsideram a recepção desses discursos, pois, para ele, “essas premissas são naturalmente e inevitavelmente feitas com base na sua concepção do mundo, sua realidade individual e social, seus valores, crenças e preconceitos”²⁵. Ou seja, para o autor, os próprios analistas já teriam uma leitura prévia “crítica” e, por isso, não seria uma “análise”.

O termo “discurso” também é outro pronto criticado por Widdowson (1995), pois é um termo amplo e utilizado de diversas formas (as vezes conflitantes), portanto, um termo vulnerável. Norman Fairclough também reconhece esse ponto passível de ser criticado e é citado pelo Widdowson, pois Fairclough (2016, p. 21) diz que “discurso é um conceito difícil, principalmente porque há tantas definições conflitantes e sobrepostas, formuladas de várias perspectivas teóricas e disciplinares”. Widdowson aborda o termo “discurso” dentro de um escopo de uso para além da ADC. Dentro da ADC, o conceito de discurso também não é pacífico, portanto, apresentar-se-á, na próxima seção, uma pormenorização das concepções de discurso.

²¹ Minha tradução de: “[...] it seeks to reveal those factors which lead to a divergence of possible meanings, each conditionally valid” (WIDDOWNSON, 1995, p. 159).

²² Minha tradução de: “[...] interpretation that is implied by a critical approach” (ibid.).

²³ Minha tradução de: “[...] if critical discourse analysis is an exercise in interpretation, it is invalid as analysis” (ibid.).

²⁴ Minha tradução de: “[...] a contradiction in terms” (ibid.).

²⁵ Minha tradução de: “These assumptions are naturally and, inevitably made on the basis of your conception of the world, your social and individual reality, your values, beliefs and prejudices” (ibid., p. 165).

Fairclough (1996), em artigo que rebate as críticas de Widdowson (1995), considera que Widdowson deturpa a ADC porque “assenta-se sobre uma confusão entre dois sentidos de interpretação [...]”²⁶, já abordados em Fairclough, 2016, p. 111-120, 254-256). O primeiro (1) sentido é “[...] criar significados através da interação entre características de um texto e os vários recursos que eles trazem ao processo de interpretação”²⁷ e o segundo (2) sentido é “[...] uma questão de analistas buscando mostrar conexões entre ambas as propriedades dos textos e as práticas de interpretação (1) em um espaço social particular, e mais amplas propriedades culturais e sociais daquele espaço social particular” (FAIRCLOUGH, 1996, p. 49 – 50)²⁸.

Em relação à desconsideração pela recepção, Fairclough diz que também já tinha discutido a esse respeito em seu trabalho (2016, p. 180) e que a ADC está comprometida com as multiplicidades de interpretações, pois “[...] é importante levar em consideração as formas pelas quais os intérpretes interpretam os textos, para que se possa avaliar adequadamente sua eficácia política e ideológica”. Ou seja, Fairclough assegura o compromisso e sintonia da ADC com a significação da recepção desses discursos na análise.

Outra crítica feita a ADC é que não é uma “análise”, mas, de acordo com Fairclough (1996, p. 51-52), isso só se aplica por causa dos critérios estabelecidos por Widdowson (1995), pois “é mais normal definir como análise qualquer aplicação sistemática e razoável de procedimentos razoáveis bem definidos de um corpo de dados razoavelmente bem definidos”²⁹. Fairclough defende a abordagem crítica, que, de acordo com Widdowson, privilegia “interpretações particulares”, pois os pesquisadores em ADC “[...] estão, de fato, geralmente caracterizados por compromissos políticos explícitos”³⁰, pois, para além da análise, estão comprometidos com a mudança social. Entretanto, Fairclough adverte, a “[...] ADC não é, enfaticamente, um partido político, e a natureza particular de compromissos políticos e estratégias de intervenção diferem amplamente” (FAIRCLOUGH, 1996, p. 52)³¹.

Fairclough (1996, p. 52) critica o que considera ser uma visão “liberal clássica” adotada por Widdowson em sua crítica de distinção entre ciência e ideologia, porém “[...] qualquer

²⁶ Minha tradução de: “It rests upon a confusion between two senses of interpretation [...]” (FAIRCLOUGH, 1996, p. 49).

²⁷ Minha tradução de: “[...] make meanings through an interplay between features of a text and the varying sources which they bring to the process of interpretation” (ibid.)

²⁸ Minha tradução de: “[...] a matter of analysts seeking to show connections between both properties of texts and practices of interpretation-1 in a particular social space, and wider social and cultural properties of that particular social space (ibid., p. 49-50).

²⁹ Minha tradução de: “It is more normal to define as analysis any reasonably systematic application of reasonably well-defined procedures to a reasonably well-defined body of data” (ibid., 51-52).

³⁰ Minha tradução de: “[...] are indeed generally characterised by explicit political commitments” (ibid., p. 52)

³¹ Minha tradução de: “[...] CDA is emphatically not a political party, and the particular nature of political commitments and strategies of intervention differ widely” (FAIRCLOUGH, 1996, p. 52).

ciência ou ciência social pode ser ideológica”³². É interessante mencionar que a ideia de uma ciência neutra, asséptica, acima das disputas e jogos de poder advém de uma visão, que se tornou hegemônica na década de 1990, do cientista político Francis Fukuyama sobre o “fim da história”. Essa visão é uma das bases para o pensamento e fenômeno de despolitização da “pós-política” (na acepção de Slavoj Žižek)³³, que busca dissimular as disputas políticas para impor uma visão tecnocrática e “científica”, desconsiderando que, muitas vezes, a ciência, por mais “científica” que seja, pode estar sendo enviesada dentro das disputas políticas. Discursos que, hodiernamente, representam bem esse pensamento: “nem esquerda nem direita”, “isso é uma questão técnica, não política”, entre outros.

A ADC desenvolveu-se “[...] dentro de uma tendência da esquerda política e dentro dos novos movimentos sociais (feminismo, ecologia, etc.) para formas culturais e ideológicas de luta política da década de 60 em diante” (FAIRCLOUGH, 1996, p. 52)³⁴. Ou seja, é perceptível que a ADC tem afinidades eletivas com teorias e perspectivas mais à esquerda (lembrando sempre que há várias abordagens dentro da ADC, provenientes de diferentes perspectivas e concepções teóricas diferentes). Entretanto, Fairclough (1996, p. 52) diz que isso não é algo inevitável, ou seja, “[...] uma ADC da direita é bastante concebível, direcionada, por exemplo, aos textos esquerdistas ou feministas”³⁵.

Widdowson e Fairclough divergiram publicamente em seus respectivos artigos sobre as questões apresentadas acima e sobre outras também. É interessante a leitura da celeuma entre eles. Porém, não há só críticas a ADC desse autor. Martyn Hammersley critica o fato de não ser claro o conceito de “crítica” na ADC, pois o termo, para ele, possui cinco acepções: a compreensão da sociedade em sua totalidade; a produção de conhecimento desnuda aspectos ideológicos ofuscados; a crítica não só descreve a sociedade, mas propõe como deveria ser; “a pesquisa crítica deve necessariamente apresentar mecanismos de mudança social”; a mudança deve extinguir com a opressão e, conseqüentemente, emancipar os agentes sociais (RODRIGUES-JÚNIOR, 2009, p. 105).

Hammersley considera que Norman Fairclough toma a acepção do termo “crítica” como dada, colaborando para uma “[...] falta de problematização desse termo dentro da própria disciplina” (RODRIGUES-JÚNIOR, 2009, p. 105-106) e diz também que “o termo ‘crítico’

³² Minha tradução de: “[...] any science or social science may be ideological” (ibid.).

³³ Na seção 3.2, aborda-se mais detidamente sobre esse fenômeno de despolitização.

³⁴ Minha tradução de: “[...] within a particular political situation - out of a tendency on the political left and within the new social movements (feminism, ecology, etc.) towards cultural and ideological forms of political struggle from the 1960s onwards” (ibid.).

³⁵ “Minha tradução de: “[...] a CDA of the right is quite conceivable, directed for instance at left-wing or feminist texts” (ibid.).

parece funcionar como um guarda-chuva a qualquer abordagem que queria caracterizar-se como politicamente radical” (HAMMERSLEY, 1997, p. 244 *apud* RODRIGUES-JÚNIOR, 2009, p. 106). Outra crítica feita pelo autor é a visão da ADC enquanto assentada na visão opressor/oprimido e essa relação sendo única: dominação. Prossegue o autor em sua crítica do conceito de ideologia, pois considera um conceito obscuro e pouco problematizado entre os analistas do discurso (RODRIGUES-JÚNIOR, 2009, p. 106).

Uma outra crítica a ADC, desta vez encampada por Michael Stubbs, é em relação à representatividade dos dados utilizados nas análises da ADC porque, para ele, os procedimentos de coleta e análise de dados não são claros. De acordo com o autor, os analistas críticos do discurso precisam demonstrar melhor esses procedimentos, pois, do contrário, a ADC pode se tornar “[...] uma abordagem circular, isto é, os dados refletem ideologias já estabelecidas e, concomitantemente, as ideologias buscam dados que as representem” (RODRIGUES-JÚNIOR, 2009, p. 107). Além disso, quanto menor a representatividade, maior a cautela nas generalizações e, algumas vezes, analistas do discurso (não só os críticos) extraem dos dados (cotejados sem um critério bem definido) conclusões generalizantes que não se sustentariam com uma maior amplitude de dados para análise. “[...] A questão da representatividade, neste enfoque, passa a depender dos interesses que o(a) pesquisador(a) tenciona perseguir em sua pesquisa [...]” (RODRIGUES-JÚNIOR, 2005, p. 18 *apud* RODRIGUES-JÚNIOR, 2009, p. 108).

Michael Toolan, juntamente com as críticas acima mencionadas, considera que “[...] a ADC precisa visitar alguns de seus mecanismos de análise e, sobretudo, demandar dos textos investigados um número maior de categorias analíticas que mostrem claramente a dominação e hegemonia nos dados” (RODRIGUES-JÚNIOR, 2009, p. 109). O autor também menciona como boa parte da base epistemológica da ADC, especialmente a abordagem de Norman Fairclough, são as mesmas da AD e critica a “postura metodológica pré-concebida”, pois “[...] leva os praticantes da ADC a conclusões precipitadas sobre os aspectos sociopolíticos que eles professam” (RODRIGUES-JÚNIOR, 2009, p. 109). O autor enfatiza que “[...] a ADC não pode reear prescrever mecanismos de correção e reforma de discursos hegemônicos existentes [...]” (RODRIGUES-JÚNIOR, 2009, p. 110). Essas críticas podem ser constatadas no artigo de Rodrigues-Júnior (2009) em que o autor apresenta publicações no Brasil com esses problemas mencionados nas críticas supracitadas.

Apesar das críticas, esses teóricos também reconhecem as contribuições da ADC para a compreensão da relação entre discurso, poder, ideologia e hegemonia e como os discursos constituem práticas sociais e são constituídos por elas. É perceptível que o fato de a ADC ter

diversas abordagens complica a atividade dos críticos, pois, quando se fala em ADC, é interessante que se especifique de quem e qual abordagem está se falando, pois é bastante variável como podemos ver demonstrado acima na apresentação das diversas abordagens da ADC. Muitos autores, ao falar de ADC, referem-se e/ou mencionam Norman Fairclough que adota, na base do seu pensamento, o marxismo e é evidente que a concepção opressor/oprimido estará presente, fundamentalmente, em uma relação de dominação, além de seu conceito de ideologia ser caudatário dessa tradição de pensamento.

Contudo, é sempre bom lembrar que apesar de ser um dos seus maiores expoentes, a teoria de Fairclough não é a ADC como um todo. Muitas das críticas direcionadas aos estudiosos e pesquisadores em ADC foram incorporadas pelos mesmos. Por exemplo, o próprio Norman Fairclough e Lilie Chouliaraki em *Discourse in Late Modernity* (1999) contribuíram para uma consistência ainda maior na ADC e sugeriram pesquisas que envolvam etnografia para explorar ainda mais as potencialidades da Análise de Discurso Crítica.

2.3 CONCEITOS-CHAVE NA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: DISCURSO, PODER, IDEOLOGIA E HEGEMONIA

2.3.1 Discurso

O discurso é um conceito fundamental na ADC. Entretanto, a ADC engloba um conjunto de abordagens diversas com diferentes filiações teóricas e, em decorrência disso, o conceito de discurso, obviamente também não é tão pacífico entre os pesquisadores (PEREIRA; TEIXEIRA; PEREIRA, 2020, p. 25). Apesar dessas diferenças, o conceito de discurso de Michel Foucault é fulcral para o desenvolvimento dessas abordagens e, conseqüentemente, a relação dessa concepção com as diferentes teorias a que cada autor se insere. Foucault (2008, p. 133) concebe discurso como “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”.

Ao considerar as determinações das diversas áreas e as condições para o exercício da enunciação, a concepção de discurso proposta por esse autor diferencia-se por realçar essas questões e, diante disso, é perceptível o porquê de sua concepção ser fundamental para a ADC que analisa, dialeticamente, a relação entre linguagem e sociedade e, por conseguinte, todas as

determinações e condições dentro de determinada sociedade para o exercício da função enunciativa. Isto posto, expor-se-á, brevemente, as diferentes concepções de discurso dentro das abordagens da ADC e enfocar-se-á na abordagem de Norman Fairclough.

A abordagem Histórico-Discursiva (HD) de Reisigl e Wodak concebe discurso como “um complexo conjunto de atos linguísticos simultâneos e sequencialmente inter-relacionados que se manifestam dentro e através dos âmbitos sociais de ação” (WODAK, 2003, p. 105 *apud* PEREIRA; TEIXEIRA; PEREIRA, 2020, p. 27). Essa concepção de discurso evidencia, além dos claros ecos da concepção de Foucault, a inter-relação, como é próprio da ADC, entre a língua e o social, realçando os atos linguísticos como “ações” sociais. Essa abordagem também “analisa a dimensão histórica das ações discursivas, explorando os modos em que os tipos particulares de discurso se veem sujeitos a uma mudança diacrônica” (WODAK, 2003, p. 104 *apud* PEREIRA; TEIXEIRA; PEREIRA, 2020, p. 27). É próprio dessa abordagem a análise de como os discursos são situados, formados e modificados historicamente e como isso é refletido nas “ações sociais”.

A abordagem de Mautner, a Linguística de *Corpus* (LiC), concebe discurso como “[...] tomado para se referir a textos autênticos utilizados em ambientes multicamadas para desempenhar funções sociais” e “[...] agente de mudança social potencialmente poderoso” (MAUTNER, 2015, p. 156 *apud* PEREIRA; TEIXEIRA; PEREIRA, 2020, p. 28). Essa concepção, que oferece diversos recursos linguísticos para a ADC, realça também o desempenho de “funções sociais”, considerando o discurso como agente na transformação social. Os recursos linguísticos, por exemplo, o léxico utilizado no discurso pode ser analisado e compreendido dentro das suas utilidades em determinadas funções sociais porque “[...] discursos particulares, enraizados em contextos socioculturais específicos, constroem realidade, identidades sociais e relações sociais” (MAUTNER, 1995, p. 1 *apud* PEREIRA; TEIXEIRA; PEREIRA, 2020, p. 29).

A Teoria das Representações dos Atores Sociais de van Leeuwen concebe discurso como “[...] cognições sociais, maneiras socialmente específicas de conhecer as práticas sociais, elas podem e são usadas como ferramentas de representar práticas sociais no texto. Isso significa que é possível reconstruir discursos a partir de textos” (van LEEUWEN, 2008, p. 6 *apud* PEREIRA; TEIXEIRA; PEREIRA, 2020, p. 32). Essa abordagem ilustra os discursos como forma de conhecimento, construção, constituição, ação, representação e reprodução das práticas sociais, identidades individuais ou grupais, compreendendo discurso como “[...] uma forma de agir, podendo exercer poder e controle; além de representar uma realidade socialmente compartilhada” (PEREIRA; TEIXEIRA; PEREIRA, 2020, p. 33). A representação discursiva

de determinada prática social, identidade individual ou grupal, quando analisadas mais detidamente, evidencia aspectos políticos, econômicos, sociais e ideológicos dos que constituíram essa representação.

A abordagem de Jäger e Maier, a Análise de Dispositivo, concebe discurso como “uma síntese do conhecimento em constante evolução, construída em práticas executadas linguisticamente (pensar, falar, escrever), práticas executadas não linguisticamente (‘fazer coisas’) e materializações (coisas naturais e construídas)” (JÄGER; MAIER, 2016, p. 113 *apud* PEREIRA; TEIXEIRA; PEREIRA, 2020, p. 30). Essa concepção, utilizando-se do conceito de dispositivo de Foucault, explicitamente, aborda os mecanismos linguísticos e não linguísticos que constituem as práticas discursivas e não discursivas da prática social. Nessa abordagem, os “diferentes discursos e dispositivos são intimamente entrelaçados formando uma gigante massa de moagem de todos os discursos sociais e dispositivos” (JÄGER; MAIER, 2016, p. 111 *apud* PEREIRA; TEIXEIRA; PEREIRA, 2020, p. 31). Entretanto, discurso e dispositivo não são a mesma coisa porque o discurso precisa considerar a significação e efeito no tempo e espaço situacionais em que são produzidos enquanto o dispositivo precisa conceber importância histórico-social para o sujeito (PEREIRA; TEIXEIRA; PEREIRA, 2020, p. 30).

A abordagem Sociocognitiva (SC) de van Dijk concebe discurso como “um evento comunicativo específico, em geral, e uma forma escrita ou oral de interação verbal ou de uso da linguagem, em particular” (van DIJK, 2002, p. 192 *apud* PEREIRA; TEIXEIRA; PEREIRA, 2020, p. 35). Ou seja, essa noção de discurso é compreendida por van Dijk como “[...] uma realização específica de uma produção linguística, descartando a definição da palavra como uma filosofia ou ideologia (como o discurso neoliberal, por exemplo)” (PEREIRA; TEIXEIRA; PEREIRA, 2020, p. 35). Ressalta-se que essa abordagem entende a cognição como uma mediação entre discurso e sociedade e, portanto, como a cognição pode contribuir para descortinar as relações assimétricas em uma produção e reprodução linguística específica.

A abordagem Dialético-Relacional (DR) de Fairclough concebe discurso de formas diferentes ao longo do desenvolvimento de seu dispositivo teórico-metodológico. Sua concepção de discurso está diretamente ligada a concepção de ordem do discurso proposta por Michel Foucault, entretanto, Fairclough (2005, p. 925) adaptou aos seus propósitos e considera ordem do discurso como “[...] uma combinação particular de diferentes discursos, diferentes gêneros e diferentes estilos que são articulados de forma distinta”³⁶. O autor, em sua concepção de discurso, considera a mudança social, aceção fundamental em sua obra, porque Fairclough

³⁶ Minha tradução de: “[...] a particular combination of different discourses, different genres and different styles, which are articulated together in a distinctive way” (FAIRCLOUGH, 2005, p. 925).

considera que Foucault focava demais no descortinar a reprodução de ideologias dominantes nos discursos e não levava em consideração as possibilidades de agentes sociais realizarem a transformação.

Na sua concepção de discurso, em seu modelo tridimensional, Fairclough (2016, p. 95) concebe discurso como “[...] uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. O discurso, a prática discursiva e a prática social estão, de forma dialética (não hierárquica) no modelo tridimensional, relacionadas na representação, significação, constituição e construção do mundo. Esse aspecto constitutivo e constituinte do discurso permite a produção, reprodução e a transformação social. Fairclough, ao compreender o discurso como prática social, entende-o como “[...] uso social da linguagem” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 40), “[...] um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença” (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 26).

Em reformulação do seu modelo tridimensional, Fairclough (1999) em parceria com Lilie Chouliaraki, estabelece um modelo denominado modelo transformacional. Os autores concebem discurso como “[...] uma dimensão das práticas sociais, que seriam constituídas também por elementos não discursivos como as crenças, valores, desejos, instituições e relações sociais” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH; 1999, p. 29 *apud* PEREIRA; PEREIRA; TEIXEIRA, 2020, p. 38). Essa concepção de discurso enquanto uma dimensão das práticas sociais e não um momento é proveniente das reflexões da época sobre modernidade tardia, pois é um período marcado por uma maior inter e intra relações entre os fatores discursivos e não discursivos que perpassam as relações sociais e, além disso, por uma reflexividade sobre a prática discursiva e social. Essa reflexividade também estará presente na análise feita pelo analista de discurso crítico nessa reformulação do dispositivo teórico-metodológico porque a reflexão sobre a prática da análise é importante para uma maior compreensão dos resultados alcançados.

Nessa concepção, o “[...] discurso faz parte da semiose das práticas sociais e é estudado em dialética com estilos e gêneros (discurso, portanto, é um modo de agir sobre o mundo, de representar(-se) e de identificar (-se) (n)o mundo)” (PEREIRA; PEREIRA; TEIXEIRA, 2020, p. 38). A representação (discurso, na concepção menos abstrata), modos particulares de ser (estilo) e modos particulares de ação (gênero) estão articulados internamente no momento semiótico (acepção mais abstrata de discurso). O momento semiótico é um dos momentos da prática social, ou seja, “[...] as práticas sociais não se reduzem ao discurso [...]”, pois “[...] o

discurso interioriza os demais momentos da prática, mas nenhum desses momentos se reduz a outros” (FAIRCLOUGH, 2003 *apud* MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 204).

Fairclough, dessa forma, deixa mais evidente a ação constitutiva, constituinte e transformacional dos atores sociais sobre e no discurso, pois “a mudança discursiva ocorre mediante a reconfiguração ou a mutação dos elementos da ordem do discurso que atuam dinamicamente na relação entre as práticas discursivas” (MAGALHÃES, 2016, p. 12). Essa articulação, rearticulação, reconfiguração e/ou mutação desses elementos são provenientes e representados também em aspectos discursivos e não discursivos como as lutas sociais, o poder, a ideologia e a hegemonia. Alguns desses elementos em articulação são mencionados acima e abaixo. Uma exposição mais detalhada dos elementos do modelo tridimensional e/ou do modelo transformacional pode ser encontrada em FAIRCLOUGH, 2016; FAIRCLOUGH; CHOULIARAKI, 1999; RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 28-29, 37, respectivamente; MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 201, 204; BATISTA JR; TAMAÊ; MELO, 2018, p. 107.

Portanto, na perspectiva de Fairclough (1992; 1999), o discurso possui duas acepções. Discurso, de forma abstrata, “[...] abrangendo qualquer tipo de semiose e suas multimodalidades [...]”, “[...] uma dimensão da prática social [...]” e discurso, de forma concreta, como “[...] uma forma de representação de determinada prática social [...]”, por exemplo, o discurso neoliberal, o discurso ecológico, etc. (PEREIRA; PEREIRA; TEIXEIRA, 2020, p. 39). Discurso e texto, no dispositivo teórico-metodológico faircloughiano, são relacionados, pois “[...] texto é a materialização do discurso (seja como substantivo abstrato ou concreto) e é o elemento mínimo de análise de discursos” (FAIRCLOUGH; 2001 *apud* PEREIRA; PEREIRA; TEIXEIRA, 2020, p. 39). O modelo tridimensional de Fairclough e, por conseguinte, o modelo transformacional dele e de Chouliaraki, que o autor considera uma evolução de seu modelo inicial, propõem análises dialéticas, logo, não são perspectivas segmentadas.

Esses elementos segmentados apresentados são apenas para fins didáticos e de sistematização da análise. Eles estão todos dialeticamente (não hierarquicamente) relacionados. A dialética entre o uso social da linguagem (discurso) e a sociedade é a base da abordagem proposta pelo autor. As relações entre esses dois fatores (língua e sociedade) e os consequentes desdobramentos são muito complexos, concorrentes, excludentes e não excludentes em suas intra e inter-relações. O prisma da abordagem Dialética-Relacional (DR) compreende, apropriadamente, esse fenômeno, pois “[...] o discurso é moldado pela estrutura social, mas é também constitutivo da estrutura social” (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 26-27). A noção

de texto, tomada como materialização do discurso, é, no modelo tridimensional, um momento da prática social e, no modelo transformacional, uma dimensão dessa prática. Entretanto, o discurso como texto para análise é pensado de forma ampla, envolvendo aspectos verbais, semióticos, imagéticos e, por que não, aspectos cognitivos como proposto por van Dijk? Afinal, a ADC é um campo multidisciplinar e transdisciplinar e diversas abordagens da ADC podem se associar para explorar todas as potencialidades da análise de discurso crítica.

2.3.2 Poder

Outros conceitos substanciais para a Análise de Discurso Crítica são poder, ideologia e hegemonia. O discurso, o poder, a ideologia e a hegemonia estão todos interligados na relação dialética entre língua e sociedade. Os conceitos de poder, ideologia e hegemonia são, amplamente, discutidos nos diversos campos das Ciências Humanas e Sociais. Portanto, a relação entre poder e linguagem perpassa questões de ideologia e hegemonia. O poder advém de uma relação de dominação, consentida ou não porque “[...] o poder não emana de um sujeito, mas do conjunto de relações que permeiam o corpo social” (VIERIA; MACEDO, 2018, p. 58). Essa relação de dominação não é estável, pois o poder se sustenta em uma relação assimétrica.

É especificamente essa relação que a Análise de Discurso Crítica busca desvelar, pois “[...] o poder é instável, as relações assimétricas de poder podem ser mudadas, invertidas, superadas, por conta da concepção dialética da relação linguagem e sociedade” (VIERIA; MACEDO, 2018, p. 58). Essa assimetria gera instabilidade que é própria das disputas pelo poder. Essa instabilidade possibilita o desvelamento e permite o vislumbre de caminhos que busquem, na relação dialética entre linguagem e sociedade, as condições materiais e discursivas para a alteração do *status quo*, ou seja, a transformação de relações sociais percebidas e constatadas como opressivas. O poder pode se exercer de forma consentida ou não. É muito mais eficaz quando o poder se estabelece de forma consentida e dissimulando as relações assimétricas presentes. Porém, o consentimento não impede o uso de procedimentos de força para reprimir os insubordinados, cristalizando ainda mais um consentimento “consentido”, mas também um consentimento “forçado”.

O conceito de poder é polissêmico e, portanto, “há muitas tantas concepções de poder quanto há de teorias sociais” (WODAK; MEYER, 2009, p. 9)³⁷. A própria concepção dominante de determinado conceito que prevalece sobre outras é consequência das disputas

³⁷ Minha tradução de: “There are as many concepts of power as there are social theories” (WODAK; MEYER, 2009, p. 9).

ideológicas e de poder. “Poder é sobre relações de diferença, e particularmente sobre os efeitos das diferenças nas estruturas sociais” (WODAK; MEYER, 2009, p. 10)³⁸. As assimetrias do poder são refletidas nas estruturas sociais e essas estruturas estão em disputa, assim como os discursos que são provenientes dessas estruturas e são constitutivos delas. O “poder não necessariamente deriva da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar, subverter, alterar distribuições de poder no curto e longo prazo” (WODAK; MEYER, 2009, p. 10)³⁹. O poder é um recurso escasso e, por isso, as pessoas e os diferentes grupos sociais pretendem obtê-lo e/ou mantê-lo. A utilização da linguagem é um dos artifícios usados (concomitantes ou não a outros meios) para desafiar, subverter e manter o poder, pois a linguagem, principalmente na modernidade tardia, assume, de forma intensificadora, diversas dimensões na mediação da nossa vida, podendo ser instrumentalizada para propósitos subversivos e/ou opressivos.

O poder, dentro da ADC, é visto, principalmente, como “[...] um elemento/característica sistêmica e constitutiva da sociedade (ex. de diferentes visões, Foucault, 1975 e Giddens, 1984)” (WODAK; MEYER, 2009, p. 9)⁴⁰. Essa aceção de poder não é só por causa de Michel Foucault ser um dos teóricos-base da ADC, mas “porque o texto na ADC é frequentemente considerado como uma manifestação da ação social que novamente é amplamente determinado pela estrutura social” (WODAK; MEYER, 2009, p. 10)⁴¹. A perspectiva dialético-relacional de Fairclough utiliza-se de concepções de Foucault, mas também de concepções marxistas, como o conceito gramsciano de hegemonia, enfocando sempre a instabilidade do poder e, por isso, também a possibilidade de transformação das estruturas sociais pela ação social em uma relação dialética.

Assim sendo, Fairclough concebe poder de duas formas: o poder no discurso e o poder por trás do discurso. O poder no discurso percebe o discurso “[...] como um lugar onde relações de poder são efetivamente exercidas e representadas [...]” (FAIRCLOUGH, 2015, p. 73)⁴². O “poder” de um determinado discurso pode restringir outros discursos como, por exemplo, entre o “especialista” em determinado assunto e um “leigo” no mesmo assunto. O discurso dos especialistas, por ser, teoricamente, validado socialmente, possui um “poder” inibidor de

³⁸ Minha tradução de: “Power is about relations of difference, and particularly about the effects of differences in social structures” (ibid., p. 10).

³⁹ Minha tradução de: “Power does not necessarily derive from language, but language can be used to challenge power, to subvert it, to alter distributions of power in the short and the long term” (ibid.).

⁴⁰ Minha tradução de: “[...] power as a systemic and constitutive element/characteristic of society (e.g. from very different angles, Foucault, 1975 and Giddens, 1984) (ibid., p. 9).

⁴¹ Minha tradução de: “[...] because the text in CDA is often regarded as a manifestation of social action which again is widely determined by social structure” (ibid., p. 10).

⁴² Minha tradução de: “[...] as a place where relations of power are actually exercised and enacted” (FAIRCLOUGH, 2015, p. 73).

discursos considerados “não autorizados”. O “[...] poder no discurso diz respeito à participantes poderosos controlando e constringendo as contribuições de participantes não poderosos” (FAIRCLOUGH, 2015, p. 75-76)⁴³. Claro que é possível resistir a esse “poder”, positivamente e negativamente. Positivamente, por exemplo, quando há evidências científicas suficientes de que determinado discurso de “poder” está equivocado e, negativamente, quando o discurso de “poder” é questionado por evidências não científicas e/ou evidências “científicas” com metodologias controversas que são, muitas vezes, utilizadas para embasar discursos que encampam representações particulares de determinados sujeitos individuais e/ou grupais, estando ligados ou não há determinados grupos de pressão e/ou correntes de poder.

O poder por trás do discurso enfoca “[...] como ordens do discurso, como dimensões das ordens sociais de instituições sociais ou sociedades, são elas mesmas moldadas e constituídas por relações de poder [...]” (FAIRCLOUGH, 2015, p. 73)⁴⁴. É esse “poder” que molda o que pode e/ou deve e o que não pode e/ou não deve ser dito, o que será assunto ou não, como será abordado e de que forma, com qual perspectiva teórico-política e até mesmo o enquadramento discursivo e social dos vocábulos e conceitos. Todos esses fatores são delineados no decorrer das disputas sociais, econômicas, políticas e/ou ideológicas e, conseqüentemente, pelo poder. Por exemplo, uma determinada emissora de rádio, um canal de TV e/ou um canal na internet pode(m) realizar uma discussão e/ou um debate sobre determinado assunto e trazer diferentes especialistas para participarem, entretanto, todos esses especialistas terem opiniões parecidas com algumas gradações diferentes.

Uma prática recorrente na realidade hodierna, por exemplo, é a escolha de “especialistas” assimétricos para favorecer determinada opinião e/ou nivelar por baixo o debate e/ou discussão, chancelando informações duvidosas sendo divulgadas para o grande público em nome da “neutralidade” e “pluralidade”. Há uma vinculação, cada vez maior, entre notícia, entretenimento e política. Diante disso, o interesse em “vencer”, “destruir” o oponente e, conseqüentemente, simplificar as complexidades de determinada questão para “viralizar” com falsas polêmicas é maior e mais estimulado do que a qualidade e relevância do debate e/ou discussão em si, podendo, inclusive, desviar o foco, intencionalmente ou não, da questão principal estabelecida inicialmente para o debate e/ou discussão. Na seção 4.1, há uma

⁴³ Minha tradução de: “[...] power in discourse is to do with powerful participants *controlling and constraining the contributions of non-powerful participants*” (ibid., p. 75-76).

⁴⁴ Minha tradução de: “[...] how orders of discourse, as dimensions of the social orders of social institutions or societies, are themselves shaped and constituted by relations of power [...]” (ibid., p. 73).

discussão mais aprofundada sobre o papel das diversas mídias na modernidade tardia e como elas transformaram as práticas discursivas e sociais na contemporaneidade.

Portanto, essa emissora de rádio, esse canal de TV e/ou canal na internet possuem o poder de pautar o assunto, escolher os “especialistas” e ainda pautar os “limites” dessa discussão. Essas condicionantes evidenciam o poder exercido por trás do discurso, pois “a ideia do poder por trás do discurso é que toda a ordem social do discurso é montada e mantida como um efeito oculto do poder” (FAIRCLOUGH, 2015, p. 83)⁴⁵. Embora apresentado o exemplo específico de uma situação que pode ser estabelecida por uma emissora de rádio, canal de TV ou na internet, esse “poder” está presente e perpassa as relações sociais e, por conseguinte, as estruturas sociais. Esse domínio das “ordens do discurso” está sendo, cada vez mais, descentralizado, principalmente com a internet e as redes sociais, entretanto, também essas redes e o domínio da internet por monopólios estão moldando e mantendo certa centralização das ordens do discurso e, conseqüentemente, também as controlando.

Fairclough (2015, p. 94), em sua percepção do poder “no” discurso e “por trás” do discurso, evidencia o caráter conflitivo e instável do poder porque “o poder, ‘no’ discurso ou ‘por trás’ do discurso, não é atributo permanente e incontestável de qualquer pessoa ou agrupamento social”⁴⁶. O “[...] poder, em todos esses níveis, é conquistado, exercido, sustentado e perdido no curso da luta social [...]” (FAIRCLOUGH, 2015, p. 94)⁴⁷ e é justamente essa a possibilidade que grupos, historicamente, desfavorecidos possuem de se empoderar e/ou emancipar-se, a depender das perspectivas que as pessoas e/ou os grupos advoguem. “[...] Em termos de ‘poder no discurso’, discurso é o lugar das lutas pelo poder, e, em termos de ‘poder por trás do discurso’, é a aposta na luta pelo poder – pois o controle sobre ordens do discurso é um mecanismo poderoso para sustentar o poder” (FAIRCLOUGH, 2015, p. 98)⁴⁸. Esse desvelamento da assimetria nas relações de poder em benefício de grupos despossuídos é um compromisso ético de todas as abordagens da ADC, entretanto, a ‘tecnologização do discurso’⁴⁹, por exemplo, pode conspurcar esse comprometimento ético. Essa assimetria,

⁴⁵ Minha tradução de: “The idea of ‘power behind discourse’ is that the whole social order of discourse is put together and held together as a hidden effect of power” (ibid., p. 83).

⁴⁶ Minha tradução de: “Power, ‘in’ discourse or ‘behind’ discourse, is not a permanent and undisputed attribute of any one person or social grouping” (FAIRCLOUGH, 2015, p. 94).

⁴⁷ Minha tradução de: “[...] power at all these levels is won, exercised, sustained, and lost in the course of social struggle [...]” (ibid., p. 94).

⁴⁸ Minha tradução de: “[...] in terms of ‘power in discourse’, discourse is the site of power struggles, and, in terms of ‘power behind discourse’, it is the stake in power struggles - for control over orders of discourse is a powerful mechanism for sustaining power” (ibid., p. 78).

⁴⁹ Na seção 3.2, aborda-se sobre a ‘tecnologização do discurso’. Para um maior aprofundamento, ver FAIRCLOUGH, 2016, p. 275-279.

própria das relações de poder, é sustentada, instavelmente, por outros componentes como a ideologia e a hegemonia.

2.3.3 Ideologia

A conceituação de ideologia também não é pacífica, pois é empregada de diversas formas em diferentes perspectivas teóricas. Teóricos, pesquisadores e/ou políticos como Destutt de Tracy, Napoleão Bonaparte, Vladimir Lenin, Karl Marx, Frederick Engels, Karl Mannheim, György Lukács, Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu, Theodor Adorno, Louis Althusser, Michel Pêcheux, Mikhail Bakhtin, Pavel Medvedev, Valentin Volóchinov, Raymond Williams, Stuart Hall, Terry Eagleton, John B. Thompson, Slavoj Žižek, entre outros (SILVA JÚNIOR; PINHEIRO; NASCIMENTO, 2020, p. 65-66) concebem ideologia de diferentes formas. Entretanto, de acordo com Thompson (2011), há duas abordagens para esse conceito: concepção “neutra” e “crítica” de ideologia.

Na concepção “neutra”, a ideologia é vista como “‘sistemas de pensamentos’, ‘sistemas de crenças’, ou ‘sistemas simbólicos’, que se referem à ação social ou à prática política” (THOMPSON, 2011, p. 14). Na concepção “crítica”, a ideologia é vista como fenômeno “[...] enganador, ilusório ou parcial; e a própria caracterização de fenômenos como ideologia carrega consigo um criticismo implícito ou a própria condenação desses fenômenos” (THOMPSON, 2011, p. 73). Destutt de Tracy, que concebe a ideologia como “ciência das ideias”, é um exemplo de concepção “neutra” de ideologia. Napoleão Bonaparte concebe a ideologia de forma negativa, pois “[...] as ideias implicadas eram tanto errôneas quanto impraticáveis, tanto enganadoras como distanciadas das realidades práticas da vida política” (THOMPSON, 2011, p. 74). Karl Marx, embora não tenha uma única definição para ideologia ao longo de sua obra, manteve o aspecto negativo desse conceito. Diante dessas duas concepções, nota-se que o conceito “crítico” e, por conseguinte, “negativo” de ideologia é a aceção que se tornou mais popularizada e teorizada.

Como a ADC possui diversas abordagens embasadas em diferentes perspectivas teóricas, conseqüentemente, a noção de ideologia também não será única. Ruth Wodak e Michael Meyer (2009, p. 8), apontam o conceito de “[...] ideologia como um conjunto coerente e relativamente estável de crença ou valores [...]”⁵⁰. Entretanto, os autores colocam que, embora seja uma definição geral, “[...] as conotações associadas com esse conceito passaram por muitas

⁵⁰ Minha tradução de: “[...] ideology as a coherent and relatively stable set of beliefs or values [...]” (WODAK; MEYER, 2009, p. 8).

transformações” (WODAK; MEYER, 2009, p. 8)⁵¹. Pode-se considerar esse conceito associado com a noção “neutra” de ideologia e as conotações desse conceito associado com as derivações negativas ou não do mesmo. Na abordagem de Teun van Dijk, por exemplo, utiliza-se mais o conceito “neutro” de ideologia, afastado da ideia “negativa”, enquanto a abordagem de Norman Fairclough utiliza-se mais do conceito “crítico” de ideologia, por meio de uma perspectiva marxista e, portanto, “negativa”.

Van Dijk (1998 *apud* WODAK; MEYER, 2009, p. 8) concebe ideologia de algumas formas, pois “vê as ideologias como as ‘visões de mundo’ que constituem a ‘cognição social’: ‘complexos esquematicamente organizados de representações e atitudes em relação a certos aspectos do mundo social [...]’”⁵² e também van Dijk (2005, p. 17) concebe ideologia como “[...] o fundamento das representações sociais compartilhadas por um grupo social”⁵³. Porém, nas concepções apresentadas, percebe-se que o autor possui uma concepção “neutra”, descritiva de ideologia, apresentando as ideologias como um conjunto de “crenças” e “valores” sem esboçar qualquer tipo de “julgamento” no conceito.

Portanto, van Dijk (1998, p. 16 *apud* MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 45) coloca a ideologia, para além da concepção marxista, como “sistemas que sustentam e legitimam a oposição e a resistência contra o domínio e a injustiça social”. Ou seja, as ideologias podem ser usadas para legitimar relações assimétricas, mas também contestá-las. Em contraste, a perspectiva de Fairclough (2003, p. 9) concebe ideologia como “[...] representações de aspectos do mundo que contribuem para estabelecer, manter e mudar as relações de poder, dominação e exploração”⁵⁴. Discorre-se, adiante, sobre a concepção de ideologia na abordagem Dialético-Relacional (DR) de Fairclough, mas percebe-se, nessa concepção de ideologia do autor, o “julgamento” do conceito de ideologia como “negativo”, “crítico”. Isto é, as ideologias são “crenças” e “valores” utilizados para iludir e dissimular relações assimétricas.

Contudo, para Wodak e Meyer (2009, p. 8), “[...] é o funcionamento das ideologias na vida cotidiana que intriga pesquisadores da ADC”⁵⁵ porque “[...] é antes o tipo mais oculto e

⁵¹ Minha tradução de: “[...] the connotations associated with this concept have undergone many transformations (ibid.).

⁵² Minha tradução de: “[...] sees ideologies as the ‘worldviews’ that constitute ‘social cognition’: ‘schematically organized complexes of representations and attitudes with regard to certain aspects of the social world [...]’” (WODAK; MEYER, 2009, p. 8).

⁵³ Minha tradução de: “[...] el fundamento de las representaciones sociales compartidas por un grupo social” (van DIJK, 2005, p. 17).

⁵⁴ Minha tradução de: “[...] representations of aspects of the world which can be shown to contribute to establishing, maintaining and changing social relations of power, domination and exploitation” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 9).

⁵⁵ Minha tradução de: “[...] it is the functioning of ideologies in everyday life that intrigues CDA researchers” (WODAK; MEYER, 2009, p. 8).

latente de crenças cotidianas, que muitas vezes aparecem disfarçadas de metáforas conceituais e analogias, atraindo assim a atenção dos linguistas [...]”⁵⁶. A autora oferece exemplos como "a vida é uma viagem, as organizações sociais são plantas, o amor é guerra, e assim por diante"⁵⁷ (Lakoff, 1987; Lakoff e Johnson, 1980, 1999 *apud* WODAK, 2009, p. 8). Essas metáforas e analogias refletem, conscientemente ou não, as ideologias que perpassam determinada sociedade ou diferentes sociedades que compartilham “valores” e “crenças” comuns. São por meio desses mecanismos linguísticos que a ADC busca desvelar as ideologias que sustentam relações assimétricas de poder. A ideologia é um componente fundamental na manutenção de qualquer estrutura de poder, principalmente quando elas são naturalizadas e, por conseguinte, hegemônicas.

Thompson (2011) e Eagleton (1997) são autores que contribuíram para a ADC e os pesquisadores da área utilizam-se muito das suas acepções, pois, além de revisarem o histórico do conceito, concebem formulações teóricas a respeito. Thompson (2011, p. 16), por exemplo, considera ideologia “[...] sentido a serviço do poder” e oferece algumas postulações sobre os mecanismos que a ideologia opera. De acordo com Thompson (2011, p. 81-89), a legitimação (as relações assimétricas de poder são justificadas por meio de uma legitimidade através da “racionalização”, “universalização” e “narrativização”), dissimulação (as relações assimétricas de poder são negadas de forma dissimulada através do “deslocamento”, “eufemização” e “tropo” [sinédoque, metonímia, metáfora], unificação (as relações assimétricas de poder são legitimadas e dissimuladas para passar a ideia de unidade e acordo entre todos os envolvidos nas relações de poder através da “standardização” e “simbolização da unidade”), fragmentação (identificação dos insubordinados que ameaçam a estabilidade instável dessas relações assimétricas de poder através da “diferenciação” e “expurgo do outro”) e a reificação (as instáveis e, conseqüentemente, transitórias relações assimétricas de poder são apresentadas como naturais e perenes através da “naturalização”, “eternalização” e “nominalização/passivização”). Esses mecanismos que a ideologia opera contribuem para a manutenção do poder.

A perspectiva de ideologia de Thompson, por exemplo, é negativa, crítica e proveniente da visão marxista, porém com algumas discordâncias. Apesar da classificação entre “neutras” e “críticas” mencionada acima, a ideia “crítica” de ideologia, não obstante as diferentes

⁵⁶ Minha tradução de: [...] it is rather the more hidden and latent type of everyday beliefs, which often appear disguised as conceptual metaphors and analogies, thus attracting linguists' attention [...]” (ibid.).

⁵⁷ Minha tradução de: “[...] life is a journey, social organizations are plants, love is war, and so on (Lakoff, 1987; Lakoff and Johnson, 1980, 1999) (ibid.).

concepções, é, historicamente, derivada do marxismo que analisa a história como luta de classes e, por conseguinte, luta pelo poder. Na visão de grande parte dos marxistas ocidentais, embora seja uma leitura controversa, Karl Marx e Frederick Engels concebem a ideologia como uma “falsa consciência” que busca beneficiar e legitimar os grupos detentores do poder. No caso, a burguesia, que detém o poder e os aparelhos ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1980), para fazer valer suas convicções, ideias e, conseqüentemente, seu discurso, pois “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47). Essa força material fará com que alguns discursos sejam mais difundidos que outros, sejam legitimados ou deslegitimados, naturalizados ou desnaturalizados, estimulados ou desestimulados, permitidos ou proibidos, legalizados ou criminalizados.

Fairclough se enquadra entre os partidários de perspectivas marxistas de ideologia, entretanto, busca, como também fez com concepções de Foucault, adaptar os conceitos as suas necessidades teórico-metodológicas. Os principais teóricos que são basilares para o desenvolvimento do conceito de ideologia por Fairclough são Louis Althusser e John B. Thompson (1984, 1990). Partindo-se de Althusser (1971), Fairclough (2016, p. 121-122) faz três asserções. Em sua primeira asserção, Fairclough diz que a ideologia “[...] tem existência material nas práticas das instituições, que abre o caminho para investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia”. Em sua segunda asserção, o autor diz que “[...] a ideologia ‘interpela os sujeitos’, que conduz à concepção de que um dos mais significativos ‘efeitos ideológicos’ que os linguistas ignoram no discurso (segundo ALTHUSSER, 1971, p. 161, n. 16) é a constituição dos sujeitos”. Em sua terceira asserção, diz que “[...] os ‘aparelhos ideológicos de estado’ (instituições tais como a educação ou a mídia) são locais e marcos delimitadores na luta de classe, que apontam para a luta no discurso [...]”.

Essas asserções evidenciam a relação entre poder, discurso e ideologia, pois os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), por meio da ideologia, interpelam os sujeitos, materializando essas ideologias por meio das práticas discursivas. Althusser (1980, p. 95-96) afirma que “os linguistas e os que, para diversos fins, utilizam a linguística, deparam-se com dificuldades que provêm do facto de desconhecerem o jogo dos efeitos ideológicos em todos os discursos - inclusive nos próprios discursos científicos”. Entretanto, essa realidade constatada pelo autor se alterou, pois tanto a língua e o discurso quanto os efeitos ideológicos e os jogos de poder subjacentes a eles passaram a ser objetos de estudo de linguistas críticos, especialmente, os analistas de discurso. Não obstante as contribuições do autor para a compreensão dos mecanismos ideológicos, Fairclough reconhece as limitações da teoria

proposta pelo Althusser, pois, embora esses aparelhos ideológicos sejam locais de lutas, há uma visão de assujeitamento, distanciando-se de uma possibilidade de transformação dos elementos constituintes e constitutivos desses aparelhos. A noção de transformação social é central para a ADC, principalmente para a abordagem Dialético-Relacional (DR).

Fairclough (2016, p. 122), baseado nas asserções acima e considerado sua concepção próxima a de Thompson (1984, 1990), concebe ideologia como

“[...] significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais), que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 122).

O conceito de ideologia do autor contempla a transformação, que é um acréscimo teórico, uma evolução para as premissas e asserções que embasaram o seu pensamento e adequa-se a sua proposta de análise de discurso porque a “‘transformação’ aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 122). A ideologia, para o autor, também serve para produzir e reproduzir as resistências que engendram as transformações dessas relações assimétricas, mas não somente, pois a força material também é necessária para a manutenção da estabilidade dentro da instabilidade que sustenta as relações de poder.

O conceito de ideologia também é reconfigurado no modelo transformacional. Lillie Chouliaraki e Norman Fairclough (1999, p. 26) consideram ideologia como “[...] construções de práticas a partir de perspectivas particulares (e nesse sentido 'unilaterais') que 'resolvem' as contradições, dilemas e antagonismos das práticas de maneiras que estão de acordo com os interesses e projetos de dominação”⁵⁸. Como mencionado acima, o modelo transformacional considera o discurso como um momento da prática social, portanto, as ideologias como “construções discursivas” devem ser concebidas dentro dessa perspectiva, pois as práticas sociais são, conscientemente ou não, permeadas por ideologias. O modelo transformacional é proveniente das reflexões acerca da modernidade tardia e o conceito de reflexividade é parte central desse período. A reflexividade, por exemplo, sobre as próprias práticas sociais.

Fairclough (2003, p. 9) também analisa, posteriormente, o conceito de ideologia no âmbito da representação em textos, pois “as representações ideológicas podem ser identificadas

⁵⁸ Minha tradução de: “[...] constructions of practices from particular perspectives (and in that sense 'one-sided') which 'iron out' the contradictions, dilemmas and antagonisms of practices in ways which accord with the interests and projects of domination” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH 1999, p. 26).

em textos (Thompson 1984 considera ideologia ‘como significado a serviço do poder’[...]). O autor prossegue “[...] ao dizer que as ideologias são representações que podem contribuir para relações sociais de poder e dominação, [...] sugerindo que a análise textual precisa ser enquadrada a esse respeito na análise social que considera corpos de textos em termos de seus efeitos nas relações de poder”⁵⁹. Percebe-se que, mesmo com as reconfigurações no conceito de ideologia de acordo com as necessidades e os momentos teóricos-metodológicos do autor, Fairclough permanece com a perspectiva “crítica”, “negativa” de ideologia.

A linguagem, constitutiva e constituinte da prática social, é investida pela ideologia de “[...] várias maneiras em vários níveis [...]” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 71)⁶⁰, portanto, a linguagem medeia essas relações e instituições sociais que subjazem a ideologia. Todavia, o autor afirma que “não se deve pressupor que as pessoas tenham consciência das dimensões ideológicas de sua própria prática” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 125). Essa percepção é corrente na conceituação crítica, negativa e marxista de ideologia porque, mesmo na modernidade tardia com a reflexividade sendo elemento fulcral nesse período da humanidade, a própria forma de reflexão pode estar ideologicamente (no sentido negativo) investida e a reflexão, que deveria incidir na prática, não contribuir para a emancipação. Slavoj Žižek (1996, p. 14) apresenta uma visão interessante nesse sentido porque, para ele, “[...] a fórmula do cinismo já não é o clássico enunciado marxista do ‘eles não sabem, mas é o que estão fazendo’; agora, é ‘eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas fazem assim mesmo’”. Slavoj Žižek (1996, p. 316), mencionando Peter Sloterdijk, disserta que “a razão cínica já não é ingênua, mas é o paradoxo de uma falsa consciência esclarecida: sabe-se muito bem da falsidade, tem-se plena ciência de um determinado interesse oculto por trás de uma universalidade ideológica, mas, ainda assim, não se renuncia a ela”.

Entretanto, para a abordagem faircloughiana, “[...] nem todo discurso é irremediavelmente ideológico” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 126-127) porque as ideologias são oriundas, de acordo com Fairclough, de “[...] sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante [...]”. Sendo assim, se houver a superação dessas relações assimétricas nessas sociedades, os seres humanos podem prescindir ideologias porque “[...] à medida que os seres humanos são capazes

⁵⁹ Minha tradução de: “Ideological representations can be identified in texts (Thompson 1984 glosses ideology as ‘meaning in the service of power’), but in saying that ideologies are representations which can be shown to contribute to social relations of power and domination, I am suggesting that textual analysis needs to be framed in this respect in social analysis which can consider bodies of texts in terms of their effects on power relations” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 9).

⁶⁰ Minha tradução de: “[...] various way at various levels [...]” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 71).

de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia”. Essa perspectiva de “transcender a ideologia” não pode ser confundida com perspectivas “pós-ideológicas” (na acepção de Slavoj Žižek) que também buscam “transcender a ideologia”, embora não como uma superação das relações de dominação e exploração, mas como um mascaramento dessas relações, substituindo por uma falsa neutralidade, ou seja, mais uma forma dissimulada de ideologia (no sentido crítico, negativo).

Evidencia-se como poder e ideologia estão imbricados. A ideologia, em sua perspectiva crítica, funciona ademais como um dos sustentáculos para as relações assimétricas que o poder sustenta. Essa relação é amalgamada com a hegemonia. A hegemonia é atingida quando as ideologias se tornam reificadas, naturalizadas na sociedade e são produzidas e reproduzidas nas práticas discursivas e sociais sem uma reflexão mais detida por parte de quem produz/reproduz. Pode-se dizer também que hegemonias são ideologias que se tornaram senso comum, refletidas em metáforas, analogias, etc. no uso linguístico. A seguir, discute-se esse outro conceito-chave da ADC.

2.3.4 Hegemonia

Da mesma forma que há diversas conceituações para ideologia e poder, ocorre o mesmo com o conceito de hegemonia. De acordo com Fairclough (1995, p. 75), o conceito de hegemonia origina-se em Lenin, porém é possível rastrear também os primórdios de um vislumbre do conceito de hegemonia em Marx, pois

A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção - que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais - e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim (MARX, 2008, p. 47-48).

Contudo, a análise que o filósofo marxista Antonio Gramsci fez em relação ao capitalismo e as sociedades ocidentais de capitalismo avançado hegemonizou com esse conceito.

Gramsci considerava que a hegemonia era alcançada pela coerção e consenso de uma determinada sociedade, portanto, “[...] o poder político da classe dominante nessas sociedades é baseado na combinação de ‘dominação’ – poder estatal no sentido restrito, controle sobre as forças de repressão e a capacidade de usar coerção contra outros grupos sociais [...]” e “[...] liderança intelectual e moral’ ou ‘hegemonia’” (FORGACS, 1988, p. 249 *apud*

FAIRCLOUGH, 1995, p. 93)⁶¹. Mesmo o “consentimento”, que pode vir ou não do convencimento, também pode ser “forçado”, principalmente em momentos de crise de uma determinada hegemonia pois, como o próprio Gramsci pontua, assegura-se a “[...] hegemonia protegida pela blindagem da coerção” (FORGACS, 1988, p. 235 *apud* FAIRCLOUGH, 1995, p. 93)⁶².

Gramsci trata o Estado como “[...] uma combinação da ‘sociedade política’ (o domínio público, o domínio do poder estatal no sentido restrito) e ‘sociedade civil’ (o domínio privado, o domínio da hegemonia) [...]” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 93)⁶³. Essa descrição do Estado por Gramsci se adequa bastante aos Estados modernos em sociedades de capitalismo avançado como as da Europa Ocidental ou dos Estados Unidos da América, por exemplo. Fairclough (1995, p. 93), a partir de Gramsci, diz que a classe dominante exerce um controle hegemônico sobre “[...] as instituições da sociedade civil (educação, trabalho, família, lazer etc.) dentro das ‘defesas externas’ dos aparelhos repressivos do estado”, tornando “[...] a transformação revolucionária das sociedades capitalistas modernas tão difícil [...], impondo “[...] ao partido revolucionário as lutas ideológica e hegemônica de uma ‘guerra de posições’ de longo prazo, ao invés de uma confrontação direta com o estado em ‘guerra de manobras’”⁶⁴. É por isso que a teoria de Gramsci é utilizada até os dias atuais, pois é uma leitura marxista adequada ao momento histórico que as sociedades ocidentais, principalmente, as de capitalismo avançado estão. Entretanto, uma crítica corrente feita a essa visão, no âmbito político, é a utilização reformista e/ou, em alguns casos, oportunista, principalmente por políticos de esquerda no Ocidente, dessa teoria, excluindo e/ou desconsiderando, intencionalmente ou não, o potencial revolucionário proposto pelo próprio autor.

Gramsci, de acordo com Fairclough, também relaciona hegemonia a um “estado ético” porque

“todo estado é ético tanto quanto uma das suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um nível cultural e moral particular, um nível (ou tipo) que corresponde às necessidades das forças produtivas de desenvolvimento e,

⁶¹ Minha tradução de: “[...] the political power of the dominant class in such societies is based upon a combination of 'domination' – state power in the narrow sense, control over the forces of repression and the capacity to use coercion against other social groups – and 'intellectual and moral leadership' or 'hegemony' (FAIRCLOUGH, 1995, p. 93).

⁶² Minha tradução de: “[...] 'hegemony protected by the armour of coercion'” (ibid.).

⁶³ Minha tradução de: “[...] a combination of 'political society' (the public domain, the domain of state power in the narrow sense) and 'civil society' (the private domain, the domain of hegemony) [...]” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 93).

⁶⁴ Minha tradução de: “[...] the institutions of civil society (education, work, family, leisure etc.) within the 'outer defenses' of the repressive state apparatus that makes revolutionary transformation of modern capitalist societies so difficult, and imposes upon the revolutionary party the long-term ideological and hegemonic struggles of a 'war of position', rather than direct confrontation with the state in a 'war of manoeuvre' (ibid.).

portanto, aos interesses da classe dirigente” (FORGACS, 1988, p. 235 *apud* FAIRCLOUGH, 1995, p. 93)⁶⁵.

Esse estado, para ser ético, portanto, deve contribuir para tornar a sociedade que o constitui culturalmente e moralmente apta para as necessidades desta própria sociedade, no caso, da classe dirigente que tem seus interesses mimetizados como os interesses de todos. É, teoricamente, do interesse da classe dirigente de um estado capitalista avançado, por exemplo, que os trabalhadores dessa sociedade tenham a educação necessária para participarem nas engrenagens das forças produtivas. Não é o que ocorre em sociedades de capitalismo dependente e periférico como, na visão de alguns autores, é o caso do Brasil e, mesmo nas sociedades de capitalismo avançado, essas precarizações já se apresentam, cada vez mais, de forma intensificada. Assim sendo, “um aspecto da hegemonia é, portanto, engenharia ética e cultural, a remodelação das subjetividades ou ‘eus’ (KEAT; ABERCROMBIE, 1990), e a tecnologização do discurso é um aspecto desse processo [...]” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 93)⁶⁶. Ou seja, enquanto alguns Estados buscam contribuir para elevar o nível escolar da sociedade, por exemplo, outros podem colaborar para a conformação e subjugação da sociedade a uma lógica de exploração e brutalização.

Esse conceito de hegemonia “[...] harmoniza-se com a concepção de discurso [...]” que Fairclough (2016, p. 127) defende porque “[...] fornece um modo de teorização sobre a mudança em relação à evolução das relações de poder, que permite um foco particular sobre a mudança discursiva [...]”, também considerando concomitantemente a “[...] contribuição aos processos mais amplos de mudança e de seu amoldamento por tais processos”. A partir de Gramsci, Fairclough (2016, p. 127) elabora sua concepção de hegemonia. Para o autor, hegemonia pode ser: “[...] liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade; “[...] o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais, em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’”; “[...] a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento”; “[...] um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para

⁶⁵ Minha tradução de: “every state is ethical in as much as one of its most important functions is to raise the great mass of the population to a particular cultural and moral level, a level (or type) which corresponds to the needs of the productive forces of development, and hence to the interests of the ruling classes” (ibid.).

⁶⁶ Minha tradução de: “One aspect of hegemony is thus cultural and ethical engineering, the reshaping of subjectivities or 'selves' (Keat and Abercrombie 1990), and technologization of discourse is one aspect of this process [...]” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 93).

construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas”.

Fairclough retoma o conceito de Gramsci de “luta hegemônica”. A visão gramsciana de “luta hegemônica” está de acordo com a “[...] concepção dialética da relação entre estruturas e eventos discursivos [...]” de Fairclough (2016, p. 128). A hegemonia, conseqüentemente, não é estável, pois baseia-se em relações assimétricas de poder que são sustentadas por mecanismos ideológicos. A instabilidade dessas relações revela fissuras e é justamente por isso que há possibilidades de mudança nessas relações de poder e, conseqüentemente, a ocorrência de transformações sociais. Essas mudanças sociais são facilitadas quando as fissuras na hegemonia são explicitadas, pois expõe também os mecanismos de funcionamento da manutenção do poder e da ideologia (sentido negativo) e, por conseguinte, as próprias relações assimétricas que sustentam o poder estabelecido.

Fairclough (1995, p. 94) estabelece a “relação dual” entre hegemonia e discurso. Por um lado, o autor considera que a “[...] prática hegemônica e a luta hegemônica, em grande medida, tomam a forma de práticas discursivas, em interações faladas e escritas”⁶⁷. A hegemonia está diretamente associada com as ordens do discurso e, por conseguinte, com a mudança discursiva porque as disputas hegemônicas e contra-hegemônicas podem reafirmar, contestar e/ou reestruturar essas ordens do discurso. Por outro lado, o autor considera que o “[...] discurso é em si uma esfera de hegemonia cultural [...]” e, portanto, “[...] a hegemonia de uma classe ou grupo sobre toda a sociedade ou sobre seções particulares dela (na verdade, esses dias, hegemonia em escala transnacional) é em parte uma questão de capacidade de moldar as práticas discursivas e as ordens do discurso” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 95)⁶⁸. As variações linguísticas, por exemplo, consideradas de prestígio fazem parte dessa capacidade de moldar as práticas discursivas.

Fairclough (1995, p. 95) exemplifica essa “relação dual” entre discurso e hegemonia. Primeiro, a relação médico e paciente, por exemplo, em perspectivas tradicionais e alternativas. Em perspectivas tradicionais, o médico possui o discurso hegemônico, de autoridade, impessoal e trata o paciente como “um corpo adoentado”. Em perspectivas mais alternativas, o médico porta-se de outra forma com o paciente, escutando-o de forma mais atenciosa, com um discurso mais pessoal, “próximo” ao paciente e tratando-o como “uma pessoa”. Esse exemplo expõe e

⁶⁷ Minha tradução de: “[...] hegemonic practice and hegemonic struggle to a substantial extent take form of discursive practice, in spoken and written interaction” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 94).

⁶⁸ Minha tradução de: “[...] discourse is itself a sphere of cultural hegemony, and the hegemony of a class or group over the whole society or over particular sections of it (or indeed, these days, hegemony on a transnational scale) is in part a matter of its capacity to shape discursive practices and orders of discourse (ibid., p. 95).

reflete a prática hegemônica e contra hegemônica dentro do âmbito das práticas discursivas médicas. Segundo, em perspectivas tradicionais, os médicos podem atuar como “conselheiros” de seus pacientes, porém, os domínios permanecem separados. Em práticas alternativas, contra hegemônicas, os domínios são emaranhados. Enquanto na perspectiva tradicional, as ordens do discurso são distintas, as ordens do discurso nas perspectivas alternativas são amalgamadas, podendo até criar novas ordens do discurso. Portanto, “o conceito de hegemonia implica o desenvolvimento em vários domínios da sociedade civil (ex. trabalho, educação, atividades de lazer) de práticas que naturalizam relações e ideologias particulares, práticas amplamente discursivas”⁶⁹ (FAIRCLOUGH, 1995, p. 94).

O conceito de hegemonia gramsciano também recebeu críticas, especialmente de Laclau e Mouffe (1995), pois esses autores consideram o “economicismo” uma fragilidade no pensamento do autor pelo caráter “essencial” que assume (SILVA; MAIA; MULLER, 2020, p. 91). Laclau é partidário da teoria política “pós-marxista” que busca desconstruir escritos marxistas e contornar a “ortodoxia marxista” porque considera que o “social” é construído discursivamente. “O conceito de “hegemonia” foi recentemente abordado em termos de uma versão de teoria de discurso na teoria política ‘pós-marxista’ de Ernesto Laclau (LACLAU; MOUFFE, 1985)” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 45)⁷⁰. Fairclough (2016, p. 128) considera que há um desenvolvimento teórico sobre hegemonia e articulação em Laclau e Mouffe (1985) que constitui um precedente para sua utilização conceitual ao discurso, contudo, não há em Laclau e Mouffe (1985) uma análise de textos reais fundamentais a análise de discurso.

Mais recentemente, teóricos como Slavoj Žižek e Judith Butler têm oferecido contribuições para esse conceito, especificamente em suas gradações linguísticas, concebendo que “a luta hegemônica entre as forças políticas pode ser vista como parcialmente uma contenda sobre as reivindicações de suas visões e representações particulares do mundo terem um *status* universal” (Butler et al, 2000, *apud* FAIRCLOUGH, 2003, p. 45)⁷¹. As lutas contra hegemônicas, por exemplo, também são um lembrete constante que essa pretensa universalidade hegemônica, almejada ser conquistada nas vitórias provenientes dessas lutas hegemônicas, nada mais são do que um mito sustentado pelo poder.

⁶⁹ Minha tradução de: “The concept of hegemony implies the development in various domains of civil society (e.g., work, education, leisure activities) of practices which naturalize particular relations and ideologies, practices which are largely discursive” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 94).

⁷⁰ Minha tradução de: “The concept of ‘hegemony’ has recently been approached in terms of a version of discourse theory in the ‘post-Marxist’ political theory of Ernesto Laclau (Laclau and Mouffe 1985)” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 45).

⁷¹ Minha tradução de: “The hegemonic struggle between political forces can be seen as partly a contention over the claims of their particular visions and representations of the world to having a universal status” (ibid.).

As práticas de resistência contra as hegemonias postas são parte da luta hegemônica, porém, para que elas ocorram, os atores sociais precisam estar atentos às formas de atuação dos poderes, atores/grupos/classes sociais, ideológica e hegemonicamente, dominantes. Contudo, os atores sociais imersos nessas disputas contra hegemônicas não deixam de ter percepções, experiências, ações, práticas discursivas e sociais que são condicionadas pelas ideologias hegemônicas vigentes. Fairclough (2015, p. 6) argumenta que “[...] ‘a efetividade da resistência e a realização de mudança dependem de as pessoas desenvolverem uma consciência crítica da dominação e suas modalidades’”⁷². Ou seja, essa consciência crítica e, por conseguinte, reflexividade sobre as práticas discursivas e sociais, é o primeiro passo para uma maior compreensão desses mecanismos de dominação ideológica.

A reflexividade sobre as práticas é uma das características do momento de modernidade tardia, considerada pelo Giddens (1991), “[...] uma radicalização [da] modernidade” (SANTOS; LOPES; DUTRA, 2020, p. 126). De acordo com Giddens (1991, p. 77), “os indivíduos em cenários pré-modernos, em princípio e na prática, poderiam ignorar os pronunciamentos de sacerdotes, sábios e feiticeiros, prosseguindo com as rotinas da atividade cotidiana. Mas este não é o caso no mundo moderno, no que toca ao conhecimento perito”. Os especialistas, por exemplo, possuem uma influência enorme em como as pessoas desorganizam, organizam e reorganizam suas práticas baseadas no conhecimento “científico”, “perito”. Evidentemente, essa influência dos especialistas também é questionada e posta para análise crítica e reflexividade, pois os especialistas também não estão inunes aos jogos de poder. A ciência, por mais “neutra” que seja, não está apartada das relações sociais e de poder que perpassam a sociedade, podendo ser instrumentalizada para propósitos ideológicos (no sentido negativo).

Na modernidade tardia, “a linguagem tornou-se a parte mais significativa da vida social, e a análise social é correspondentemente orientada como linguagem em grau substancial” (SANTOS; LOPES; DUTRA, 2020, p. 133). Portanto, a disputa linguística, que também reflete as práticas e ideologias hegemônicas, é imprescindível para a contestação contra hegemônica e, por conseguinte, contra práticas discursivas e sociais estabelecidas. Essas hegemonias podem ser solapadas com práticas e ideologias contra hegemônicas. Por isso, para Fairclough (2016, p. 131), o conceito de hegemonia é útil porque, além de contribuir para “[...] analisar a prática social à qual pertence o discurso em termos de relações de poder, isto é, se essas relações reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes [...]”, contribui para “analisar

⁷² Minha tradução de: “[...] ‘the effectiveness of resistance and the realization of change depend on people developing a critical consciousness of domination and its modalities’” (FAIRCLOUGH, 2015, p. 6).

a própria prática discursiva como um modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens do discurso existentes”.

O dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica se propõe justamente a essa tarefa, pois discurso, poder, ideologia e hegemonia estão dialeticamente relacionados e a perspectiva Dialético-Relacional (DR) proposta por Norman Fairclough, em suas diversas filiações teóricas, oferece os dispositivos necessários para desvelar as relações assimétricas existentes entre os detentores do poder e os despossuídos. “[...] A luta hegemônica dá um *status* ‘universal’ aos discursos e representações particulares [...]” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 7)⁷³ e, portanto, a hegemonia busca sempre a totalidade de forma consentida e/ou coercitivamente. Entretanto, essa totalidade é, praticamente, impossível, pois, como essa discussão sobre hegemonia demonstra, a hegemonia, assim como o poder, é instável e os atores sociais estão em constante disputa para manter, remodelar ou alterar essas hegemônias e, conseqüentemente, as práticas discursivas e sociais, almejando a transformação ou manutenção social em favor ou desfavor da emancipação dos despossuídos.

⁷³ Minha tradução de: “[...] hegemonic struggles to give a ‘universal’ status to particular discourses and representations [...]” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 7).

3 A PRÁTICA DISCURSIVA E SOCIAL DO DISCURSO ECOLÓGICO

O discurso ecológico ganha, cada vez mais, proeminência nas diversas discussões em diferentes áreas, principalmente na arena política e, conseqüentemente, no relacionamento entre os países. A República Federativa do Brasil possui uma posição privilegiada no que concerne a essas questões porque o Brasil é um país central em quaisquer discussões que envolvam o equilíbrio do meio ambiente no planeta Terra, pois possui uma biodiversidade ímpar entre as nações.

A preocupação com o meio ambiente no Brasil e no exterior perpassa diversas representações do discurso ecológico porque há uma gama de interesses econômicos, humanos, políticos, geopolíticos, entre outros, na proteção do meio ambiente e na manutenção do equilíbrio do ecossistema, pois, diante do uso exploratório pelos seres humanos e por um sistema econômico que busca o crescimento e o lucro contínuos acima de tudo, os recursos naturais estão, cada vez mais, escassos e as disputas por esses recursos serão, gradualmente, mais intensas.

Essa realidade já se faz presente em diversas regiões do mundo e o Brasil está, paulatinamente, sendo cobrado, em diferentes frentes, no que concerne às questões ambientais. Diante disso, os brasileiros e, conseqüentemente, todos aqueles preocupados com a sobrevivência do ser humano no planeta Terra precisam estar atentos para os diferentes “ecos” presentes nos discursos que se apresentam como ecológicos, pois esses discursos não são homogêneos. O movimento ecológico é diverso e utiliza-se de diferentes enfoques.

Por conseguinte, o público em geral, que está crescentemente conscientizando-se da importância da preservação do meio ambiente, pode ficar atordoado com os enfoques desse movimento e não compreender muito bem os múltiplos interesses por trás desse discurso. Por isso, é imprescindível traçar um breve histórico desse movimento que, apesar da preponderância do enfoque recente, não é tão recente, já podendo ser encontrado em séculos passados, mesmo que não se autodenominassem dessa forma.

Além disso, a interdiscursividade do discurso ecológico engendra ramificações que se desdobram em diferentes representações do discurso ecológico, complementares e/ou concorrentes, ao longo dos anos, estando presente, conscientemente ou não, nas vozes, entre outros, de diferentes atores políticos e sociais, instituições, governos, organizações, empresas e meios de comunicação.

3.1 O QUE É O DISCURSO ECOLÓGICO?

A ecologia e, por conseguinte, seu discurso é uma temática central nas discussões atuais, pois as questões ambientais e climáticas estão, cada vez mais, afetando os seres habitantes no planeta e o próprio planeta Terra. Esse discurso, que nem sempre se apresenta como na denominação supracitada, apresenta mudanças, alterações e modulações ao longo do tempo e dos usos, dependendo de qual perspectiva o está embasado.

A ecologia se estabeleceu enquanto campo de conhecimento científico em 1866, após a proposição do biólogo alemão Ernest Haeckel em seu livro *Morfologia geral dos organismos*. A palavra ecologia significa “ciência da casa” e essa ciência teria a função de “[...] estudar as relações entre as espécies animais e o seu ambiente orgânico e inorgânico” (LAGO; PÁDUA, 1984, p. 7). Esse conceito, a princípio, puramente, biológico, tornou-se mais aprimorado ao acoplar-se a diferentes áreas do conhecimento como sociologia, economia (“ordenação da casa”), política, agronomia, urbanismo, etc.

Antônio Lago e José Augusto Pádua (1984) dividem as fases da ecologia e, conseqüentemente, do movimento ecológico em quatro. A ecologia natural, a ecologia social, o conservacionismo e o ecologismo. Através das bases de Haeckel, desenvolvidas no século XIX, o conceito foi posteriormente aprimorado por cientistas no século XX e o primeiro ramo da ecologia começou a se desenvolver.

A ecologia natural é “[...] a área do pensamento ecológico que se dedica a estudar o funcionamento dos sistemas naturais (florestas, oceanos etc.), procurando entender as leis que regem a dinâmica de vida da natureza” (LAGO; PÁDUA, 1984, p. 14). Esse estudo dos mecanismos da natureza preocupava-se apenas com os aspectos biológicos, deixando de lado os aspectos sociológicos que impactam no biológico, pois o homem, muitas vezes, interfere bruscamente na natureza, desequilibrando a homeostase do ecossistema.

A ecologia natural, portanto, estuda o funcionamento da natureza e “[...] revela que os elementos da natureza não existem isolados uns dos outros, mas sim tendem a se combinar em sistemas complexos, estabelecidos a partir de uma série de relacionamentos físicos e biológicos” (LAGO; PÁDUA, 1984, p. 17). Ou seja, mostra a integração entre os diversos elementos e seres habitantes em determinado ecossistema e, por conseguinte, na ecosfera.

Entretanto, o ser humano e seus impactos na natureza não eram estudados pela ecologia natural. A relação entre natureza e ser humano, impactando o ambiente cada vez mais, precisava de um estudo mais acurado. É a partir dessa necessidade que surge, na década de 1960, a ecologia social, pois esse ramo da ecologia “[...] não nasceu da cabeça de alguns iluminados, mas sim das próprias contradições reais engendradas pela sociedade urbano-industrial” (LAGO; PÁDUA, 1984, p. 24). A degradação e, por conseguinte, o desequilíbrio do meio

ambiente estavam atingindo níveis alarmantes e, para além do estudo, entendimento e compreensão dessas questões, suas gravidades e suas consequências se delineando.

A ecologia social, portanto, aborda “[...] os múltiplos aspectos da relação entre os homens e o meio ambiente, especialmente a forma pela qual a ação humana costuma incidir destrutivamente sobre natureza” (LAGO; PÁDUA, 1984, p. 14). Essas relações entre homem e meio ambiente e os impactos da ação humana precisam ser analisadas com cuidado porque não podemos somente individualizar o problema, desconsiderando o sistema de produção em que estamos inseridos. Essa falta de cuidado, intencional ou não, pode nos levar a uma representação do discurso ecológico denominada *ecofascismo*.

Outro ramo da ecologia é o conservacionismo. A percepção da destrutividade da ação humana e a conseqüente degradação do meio ambiente tornaram impositivas a necessidade de se criar um “[...] conjunto das ideias e estratégias de ação voltadas para a luta em favor da conservação da natureza e da preservação dos recursos naturais” (LAGO; PÁDUA, 1984, p. 14). O conservacionismo busca sanar essa necessidade de conservação da natureza e apresenta-se como “[...] a luta pela conservação do ambiente natural, ou de partes e aspectos dele, contra as pressões destrutivas das sociedades humanas” (LAGO; PÁDUA, 1984, p. 33).

Desde o século XIX, já era possível encontrar iniciativas nessa perspectiva, porém, no século XX, é que há uma intensificação desse movimento. No antigo Império Russo e na antiga União Soviética, por exemplo, já se encontravam unidades de conservação⁷⁴. No Brasil também havia e, atualmente, há várias unidades de conservação, de proteção ambiental e de proteção às populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas dentro do território⁷⁵. Apesar de ser uma ação importante e meritória, pesquisadores alertam que só a conservação pode não ser mais suficiente para amenizar a destruição da natureza porque já não atende às urgências advindas das questões ambientais.

A utilização desenfreada da natureza como recuso infinito já está ocasionando graves consequências que são perceptíveis para a maioria das pessoas, especialmente em áreas mais social e ambientalmente vulneráveis. Sendo assim, além de desenvolver medidas de conservação, é necessário medidas que busquem a reparação, restauração e regeneração porque

⁷⁴ FOSTER, John Bellamy. Late Soviet Ecology and the Planetary Crisis. *Monthly Review*, New York, v. 67, n. 2, p. 1-20, 2015. Disponível em: DOI: https://doi.org/10.14452/MR-067-02-2015-06_1. Acesso em: 21 abr. 2022.

⁷⁵ No sítio eletrônico do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é possível acessar informações sobre as diferentes unidades de conservação no Brasil.

já estamos próximos e, segundo estudos mais recentes⁷⁶, já passamos de pontos reversíveis. Logo, as consequências são imprevisíveis.

Assim sendo, projetos que buscam uma abordagem integral dessas questões são necessários e, com isso, o ramo do pensamento ecológico chamado ecologismo “[...] vem se constituindo como um projeto político de transformação social, calcado em princípios ecológicos e no ideal de uma sociedade não opressiva e comunitária” (LAGO; PÁDUA, 1984, p. 15). O ecologismo não busca somente a defesa da natureza e sua conservação, mas objetiva uma abordagem integral, passando pelo questionamento do sistema social (LAGO; PÁDUA, 1984, p. 35).

Esse projeto busca a transformação social, a alteração do *status quo*, pois entende que a permanência desse sistema de produção desenfreado, ideologia do crescimento infinito e lucro acima de tudo levarão a destruição das condições que permitiram e permitem a sobrevivência dos seres que compõem todos os ecossistemas do planeta Terra. O projeto ecologista “não se preocupa apenas em garantir a sobrevivência da espécie humana, mas sim em garantir essa sobrevivência pela construção de formas sociais e culturais que permitam a existência de uma sociedade não opressiva, igualitária, fraterna e libertária (LAGO; PÁDUA, 1984, p. 36).

Para esse projeto político de transformação social, percebe-se a necessidade de revolucionar as formas de produção e, conseqüentemente, a relação homem e natureza, além das relações entre os diferentes países. É necessário pensar em questões nada ingênuas como imperialismo (em suas diversas facetas, incluindo o ecológico), poder político, capacidade de operar essas transformações, que desagradará a muitos, para esses projetos não se tornarem somente idealismos abstratos e desconectados da realidade material.

Esse projeto ecologista, apresentado por Antônio Lago e José Augusto Pádua em 1984, apresenta-se hoje de diferentes maneiras, inclusive com perspectivas ainda mais abrangentes e integrais que buscam trazer ao debate conceitos como poder político, dependência e desenvolvimento e as reais possibilidades de estabelecimento desses projetos alternativos de sociedades. Por isso, é preciso saber discernir as intertextualidades e interdiscursividades no/do discurso ecológico porque esse discurso acopla e perpassa diferentes áreas do conhecimento (Ciências Biológicas, Exatas, Humanas e Sociais), além de muitas ideologias, plataformas e projetos políticos diferentes.

⁷⁶ O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (*Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC*), em seu relatório de 2018, já apontava que “[...] lidaremos com as consequências de ultrapassar certos limites climáticos para, apenas depois, retornarmos a um equilíbrio que não existe mais” (FERNANDES, 2020, p. 174).

Alguns desses discursos não buscam uma sociedade da forma apresentada pelo exemplo de ecologismo acima mencionado, portanto, apesar dos autores defenderem um projeto ecologista com os princípios mencionados acima, a defesa ecológica e/ou ambiental não está, necessariamente, restrita aos apelos humanistas do ecologismo que os mesmos vislumbram. Ou seja, da mesma forma que, como mencionado acima, o discurso ecológico nem sempre se apresenta sob essa nomenclatura, o discurso ecológico nem sempre está prioritariamente preocupado com o ecológico. Portanto, na próxima seção, abordar-se-á os diferentes discursos, isto é, as diversas representações que se apresentam como “ecológicas”.

Entretanto, antes de deter-se as diferentes interdiscursividades do discurso ecológico, é importante definir o discurso ecológico para o escopo desta pesquisa. Buscou-se trazer uma historicização do desenvolvimento da Ecologia, na perspectiva de Lago e Pádua (1984), e seus respectivos discursos “oficiais”, sem considerar, de forma explícita, as interdiscursividades dos mesmos, pois a Ecologia Social e o Ecologismo, principalmente, já deixam vestígios dessas interdiscursividades. Entretanto, mais adiante, tais intertextualidades e interdiscursividades desse discurso serão pormenorizadas.

O discurso, para Fairclough (2016, p. 94), é uma “[...] forma de prática social [...]” e não individual ou “[...] reflexo de variáveis situacionais [...]”. Portanto, para o autor, o discurso é tanto “[...] um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros [...]” quanto “[...] um modo de representação” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 94-95). Ressalta-se que, para Fairclough (*apud* OLIVEIRA, 2013, p. 284), o discurso possui uma conceituação mais ampla como uma representação multimodal de aspectos linguísticos, não linguísticos, semióticos, imagéticos, gesticulações, entre outros, e discurso como uma representação restrita de formas particulares de prática social.

Fairclough (2016, p. 95) considera uma relação dialética entre discurso e a prática social e entre prática social e estrutura social, sendo a estrutura social “[...] tanto uma condição como um efeito [...]” da prática social. A estrutura social restringe e molda o discurso, discursiva e não discursivamente, e, conseqüentemente, a prática social. Porém, não é de forma determinista, mas dialética. Portanto, as práticas sociais dos diferentes atores sociais envolvidos no movimento ecológico moldam os diferentes discursos ecológicos, isto é, as diferentes representações particulares utilizadas por esses atores.

Na significação dual do termo “discurso”, o que interessa, neste momento, é a concepção restrita, particular de discurso. No caso, as representações do discurso ecológico, as práticas discursivas e sociais dos indivíduos, instituições, organizações, entre outros, envolvidos nos processos produtivos desses discursos. Entretanto, o discurso ecológico, de uma forma mais

ampla, é “[...] um modo de ação, uma forma que as pessoas podem agir sobre o mundo [...]” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 94-95), ou seja, o discurso ecológico é uma forma das pessoas agirem (ou não) sobre os aspectos que impactam e desequilibram a relação ser humano e natureza, buscando, em suas práticas sociais, agir para mitigar (ou disfarçar) os efeitos provenientes dessa interação iníqua.

Embasando-se na abordagem faircloughiana, portanto, concebo algumas considerações sobre o discurso ecológico, entendendo discurso, a partir deste ponto, como uma representação particular. Ou seja, compreender as representações particulares do discurso ecológico como discursos ecológicos, isto é, as representações que esse discurso abrange. Primeiro, considero o discurso ecológico “bruto”, *hard Science* como uma representação particular do discurso “técnico-científico”, pois, como apresentado, as Ciências Biológicas tiveram uma preponderância no desenvolvimento da Ecologia. Entretanto, quando menciono o discurso “técnico-científico”, não desconsidero os saberes populares e/ou tradicionais de uma “ciência popular”. Por mais que essa “ciência popular” não goze de tanto prestígio (embora as resistências estão diminuindo) do discurso “técnico-científico” oficial, tanto o discurso “técnico-científico” quanto “científico-popular”, muitas vezes, estão associados intertextualmente e interdiscursivamente a outros discursos particulares do campo religioso, político, social, econômico, etc.

Segundo, o discurso ecológico, em sua representação “técnico-científica”, é uma das bases principais e, portanto, está de forma intertextual, manifesta e/ou constitutivamente, presente nas outras representações do discurso ecológico. Esse discurso quando evocado nos diferentes domínios como o Político, Religioso, Legal, Empresarial, entre outros, é constituído, intertextual e interdiscursivamente, pelo *gênero situado*, que é “[...] um tipo de linguagem usado na performance de uma prática social particular” (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 56)⁷⁷, técnico-científico. Portanto, os diversos atores em diferentes domínios que evocam o discurso ecológico, sejam eles especializados ou não, direta ou indiretamente, utilizam-se da literatura “técnica-científica” e/ou “científica-popular” sobre as questões ambientais e/ou ecológicas.

Terceiro, o que diferenciara as representações do discurso ecológico desses atores é a prática discursiva e social. A estrutura social em que estão inseridos, a classe social, o nível instrucional e de consciência desses indivíduos irão moldar e restringir (ou não) as representações do discurso ecológico que encampam. Os diferentes atores sociais em diversos domínios se utilizam, para uma maior credibilidade, da *hard Science* para embasar suas

⁷⁷ Tradução de Viviane de Melo Resende e Viviane Ramalho (2019) de: “[...] a genre is a type of language used in the performative of a particular social practice”.

representações particulares. Por conseguinte, uma representação particular do discurso ecológico pode abarcar outros discursos e, conseqüentemente, engendrar outras representações. As representações particulares desse discurso, por exemplo, “técnico-científica” e “científico-popular” podem ser chamadas de sub-representações, pois essas sub-representações, que, em vários momentos também chamaremos de representação do discurso ecológico, de forma mais geral, fundamentam outras sub-representações discursivas que já encampam as Ciências Humanas e Sociais como a política, a economia, a sociologia, etc.

A representação “técnica-científica” é, muitas vezes, tida como “isenta” de valores. Enquanto as representações que encampam as Ciências Humanas e Sociais são tidas como “ideologizadas” e “não isentas”. As ciências, de um modo geral, não estão imunes aos jogos de poder, às disputas ideológicas e às mudanças discursivas e sociais que perpassam a sociedade, portanto, mesmo as *hard Sciences* precisam ser vistas com cautela. É preciso analisar as metodologias utilizadas. O mesmo vale para as Ciências Humanas e Sociais. Embora mais subjetivas, não deixam de possuir critérios que devem ser coerentes porque as inclusões e omissões, conscientemente ou não, na elaboração de uma representação do discurso ecológico podem ter efeitos discursivos diversos, inclusive, manipulativos.

Os sentidos do discurso ecológico estão em disputa. Ainda mais os dados provenientes da representação “técnico-científica” porque, por exemplo, até mais do que a representação “científico-popular”, podem validar, por meio de uma metodologia científica academicamente reconhecida, sua própria representação, além de ser imprescindível para embasar as outras representações desse discurso. Entretanto, sem uma análise proveniente das Ciências Humanas e Sociais, esses dados são apenas números, bases e referências “brutas”. É preciso uma interpretação desses dados à luz dos diferentes enfoques que são observados pelas diferentes representações. E, nesse ponto, a ciência, que já não era “isenta” antes, deixa, definitivamente, essa “isenção” para trás porque o tratamento dos dados, por mais objetivo e criterioso que seja, é parte de julgamentos subjetivos que são concernentes aos diferentes enfoques de cada representação.

É bom que assim seja, pois cada representação, inclusive a “técnico-científica”, pode ser destrinchada. Por exemplo, no aspecto discursivo, por meio da análise de discurso crítica ou, no aspecto científico, por meio de mais pesquisas que evidenciem todos os aspectos metodológicos, critérios de análise e tratamento dos dados, entre outros mecanismos de questionamento dos dados. Perguntas simples como “o que produziu?”, “quem produziu?”, “como produziu?”, “por que produziu?”, “para quem produziu?” podem contribuir muito nas investigações e desvelamento dessas representações do discurso ecológico, pois “a

representação do discurso não é uma mera questão gramatical, ao contrário, é um processo ideológico cuja relevância deve ser considerada” (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 67). Se a representação do discurso ecológico busca suprimir as disputas entre as diversas sub-representações, pode-se questionar, analogamente, “qual sub-representação produziu?”, “quais grupos, entidades, atores sociais, etc. estavam envolvidos na produção dessa sub-representação?”, “de que forma, por quais meios e procedimentos produziram essa sub-representação?”, “por que, visando qual objetivo, produziram essa sub-representação?” e “para quem ou para quais grupos, entidades, atores sociais, etc. produziram essa sub-representação?”

Portanto, o discurso ecológico é uma representação que possui diversas sub-representações que encampam diferentes domínios discursivos e sociais diferentes. Essas sub-representações estão em disputas em torno do sentido da representação do discurso ecológico. Compreendo que as sub-representações “técnico-científica” e “científico-popular” estarão embasando as outras sub-representações nas disputas pela preponderância representativa do discurso ecológico. E, nas próximas seções, diferentes sub-representações desse discurso, derivadas principalmente do discurso “técnico-científico” e “científico-popular” estarão presentes porque as Ciências Sociais e Humanas são profícuas em estabelecer critérios para tratamento de dados que engendra diferentes perspectivas sociais, políticas, econômicas, etc. Ressalta-se que, como mencionado acima, também chamamos, de forma mais geral, as sub-representações de representação para facilitar a sistematização da exposição, pois, evidencia-se que as sub-representações particulares disputam pela hegemonia representativa desse discurso e, portanto, pela dominância de sua sub-representação como a representação do discurso ecológico.

Essas diferentes perspectivas, que considero sub-representações do discurso ecológico, são, muitas vezes, complementares e/ou concorrentes entre si. Entretanto, muitas delas, não se abstém de explicitamente defender um ponto de vista político, econômico, religioso e/ou social, entre outros. Entre críticas construtivas e destrutivas, essas sub-representações do discurso ecológico estão presentes no dia a dia, em diferentes domínios, concorrendo para estabelecer-se como o sentido hegemônico para a representação do discurso ecológico, mesmo sabendo que qualquer hegemonia estará sempre sofrendo questionamentos e, conseqüentemente, fissuras que serão exploradas por atores sociais nas construções das sub-representações (ou representações) discursivas do discurso ecológico.

3.2 A INTERTEXTUALIDADE E INTERDISCURSIVIDADE DO DISCURSO ECOLÓGICO

A interdiscursividade é um tipo de intertextualidade. Fairclough (2016, p. 142-143) distingue a intertextualidade de duas formas: a intertextualidade manifesta e a intertextualidade constitutiva. O autor (2016, p. 143) entende que “a intertextualidade implica uma ênfase sobre a heterogeneidade dos textos e um modo de análise que ressalta os elementos e as linhas diversos e frequentemente contraditórios que contribuem para compor um texto”. Por isso que “a intertextualidade é a fonte de grande parte da ambivalência dos textos” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 143).

Para o autor (2016, p. 158, 166), a intertextualidade manifesta “[...] recorre explicitamente a outros textos específicos em um texto [...]” e a interdiscursividade (ou intertextualidade constitutiva) “[...] é uma questão de como um tipo de discurso é constituído por meio de uma combinação de elementos de ordens do discurso”. Os elementos que articulam essas ordens do discurso são diversos e nem sempre são fáceis de classificar/identificar, pois envolvem “gêneros”, “estilos”, “discursos”, “registros”, etc. porque não são estanques.

Portanto, a intertextualidade, seja manifesta e/ou constitutiva (no caso dos discursos), “[...] é basicamente a propriedade que têm os textos de serem cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 119). A intertextualidade é fundamental para a compreensão e/ou elaboração dos diferentes discursos que representam visões de mundo particulares, pois “representação é uma questão claramente discursiva, e nós podemos distinguir diferentes discursos, que podem representar a mesma área do mundo de diferentes perspectivas ou posições” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 26)⁷⁸.

A representação do discurso ecológico é articulada intertextualmente de forma manifesta e constitutiva, pois a representação “técnico-científica” e/ou “científico-popular” fundamenta(m) as outras representações desse discurso. Os dados “técnico-científicos” (até mais do que o “científico-popular”) apresentam-se, muitas vezes, textualmente, ou seja, intertextualmente manifestos, de forma explícita ou implícita (leituras/releituras já consolidadas desses dados) nas sub-representações (ou representações ainda mais particulares) do discurso ecológico porque são utilizados para questionar, legitimar, modificar e/ou transformar consensos e/ou dissensos que embasam práticas sociais.

Apresentam-se também de forma constitutiva, pois as sub-representações desses discursos se utilizam de um gênero do discurso “técnico-científico”, por exemplo, como o artigo

⁷⁸ Minha tradução de: “representation is clearly a discursive matter, and we can distinguish different discourses, which may represent the same area of the world from different perspectives or positions” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 26).

científico, de um gênero do discurso “científico-popular” como relatos/relatórios de uma “epidemiologia popular”⁷⁹ e/ou de gêneros do discurso religioso como, por exemplo, encíclicas, cartas, ofícios, epístolas, etc. sobre a “sacralidade da Natureza”. Esses gêneros são engendrados por diferentes ordens do discurso e, conseqüentemente, engendram outros gêneros como, por exemplo, decretos políticos que constituem e contribuem nos aspectos representacionais e de estilo do discurso ecológico e vice-versa.

O discurso ecológico está interdiscursivamente imbricado com outros discursos e, por isso, “a análise interdiscursiva é a análise dos discursos, gêneros e estilos que são utilizados e combinações desses elementos que podem constituir uma mudança contínua no discurso que pode ser parte da mudança social” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 50)⁸⁰. Esses discursos são representações particulares concebidas por diferentes intertextualidades que podem ser articuladas, mas também desarticuladas em leituras/releituras resistentes, pois essas leituras e, conseqüentemente, releituras (que também fazem parte do processo discursivo) são “[...] um modo de luta hegemônica quanto à articulação dos elementos intertextuais” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 180).

A luta hegemônica pela articulação de elementos intertextuais, sejam manifestos e/ou constitutivos e, por conseguinte, a representação hegemônica de um discurso, nesse caso, o discurso ecológico, são parte de disputas mais amplas na sociedade. Bakhtin, em sua concepção marxista de linguagem, difere da visão proposta por Saussure porque não separa a língua do seu conteúdo ideológico (RAMALHO; RESENDE, 2019, p. 15). Marx e Engels entendem as ideias dominantes de uma sociedade como as ideias da classe dominante (mesmo que haja, como sempre há, ideias dissidentes) e Bakhtin argumenta que “a classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014, p. 48).

Ou seja, a representação do discurso é apresentada como única. Após essa representação alcançar a hegemonia, é reificada e esterilizada das disputas sociais que levaram a essa representação. Essa representação é, então, tida como “neutra” e as representações (ou sub-

⁷⁹ “A epidemiologia popular tem por base movimentos surgidos principalmente nos países centrais em contextos considerados “de risco”. Esses movimentos sociais/populares, liderados por ativistas sociais diante de ameaças ambientais em muitos casos relacionadas com os resíduos tóxicos, são eventualmente associados com ONGS, travando lutas para interferir nos impactos de quadros de exposições a riscos, e simultaneamente questionando a falta de resposta efetiva e ágil por parte das instâncias governamentais, administrativas ou acadêmicas” (ALIER, 2018, p. 36 [nota técnica]).

⁸⁰ Minha tradução de: “Interdiscursive analysis is analysis of the discourses, genres and styles which are drawn upon, and combinations of these elements which can constitute ongoing change in discourse which can be part of social change” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 50).

representações) dissidentes, contestadoras e resistentes, por explicitarem as disputas sociais, são tidas como “ideológicas”. Destarte, as representações do discurso ecológico estão, inevitavelmente, em disputa. Reconhecer essas disputas sociais, de forma ampla, mas também pelos significados dos signos linguísticos é fundamental, pois há, cada vez mais, fenômenos de despolíticação da sociedade.

Um exemplo desses fenômenos é a *pós-política*. Esse conceito se tornou muito influente com a dissolução da União Soviética e a noção de “fim da História” concebida e difundida pelo cientista político Francis Fukuyama. Portanto, diante dessa concepção do “fim da história”, alguns autores refletiam sobre o significado da política e a disputa ideológica após o triunfo do liberalismo no início da década de 1990. Jacques Rancière e Slavoj Žižek são alguns deles. Eles tratam dessa concepção de pós-política, porém, há uma diferença na concepção desse conceito da década de 90 entre Rancière e Žižek. Rancière coloca a pós-política como antipolítica, ou seja, a negação da política e o Žižek coloca como uma das formas da política que se apresenta como apolítica.

Utiliza-se, neste trabalho, a concepção de Žižek. Ele coloca que

“na pós-política, o conflito das visões ideológicas globais materializadas em diferentes partidos que competem pelo poder é substituído pela colaboração de tecnocratas esclarecidos (economistas, especialistas em opinião pública...) e multiculturalistas liberais; por meio de um processo de negociação de interesses, chega-se a um acordo na forma de um consenso mais ou menos universal” (ŽIŽEK, 1999. p. 198)⁸¹.

Ou seja, é uma forma de política mascarada como não política. Exemplos clássicos e caricatos desse conceito na conjuntura política atual, especialmente a brasileira, são os bordões, presentes nos discursos de vários atores sociais, “nem direita nem esquerda”, “é uma questão técnica, não política”, entre outros.

Além do próprio Fukuyama ter revisitado essa sua visão nos últimos tempos, vale ressaltar que existem perspectivas políticas, teóricas e ideológicas que, com diferentes gradações de credibilidade, buscam transcender as divisões ideológicas tradicionais e/ou questionar o consenso liberal hegemônico após o triunfo dos Estados Unidos da América sobre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Essas teorias advogam noções como uma “quarta teoria política”, “luta entre globalização (em alguns contextos, ‘globalismo’) e nacionalismo”,

⁸¹ Tradução de Luigi Barichello (2017) de: “in post-politics, the conflict of global ideological visions embodied in different parties which compete for power is replaced by the collaboration of enlightened technocrats (economists, public opinion specialists...) and liberal multiculturalists; via the process of negotiation of interests, a compromise is reached in the guise of a more or less universal consensus”.

“o liberalismo contra o não liberalismo e/ou iliberalismo”, “multipolaridade”, isto é, a defesa de diferentes centros de poder (e suas várias perspectivas econômicas, culturais, religiosas, políticas e ideológicas), entre outras linhas de pensamento que consideram obsoletas a clássica divisão, por exemplo, direita *versus* esquerda no mundo atual porque muitos conceitos foram se modificando e atualmente os próprios significados dos rótulos, que são objeto de disputa, estão cada vez menos estáveis. Pode-se considerar uma prática social decorrente desse discurso, por exemplo, o conflito militar, sociopolítico, econômico e ideológico entre a Federação Russa e a Ucrânia que, embora seus antecedentes sejam de antes de 2014 (ignorados frequentemente, propositalmente ou não), irrompeu, acentuadamente, em 24 de fevereiro de 2022, em um mundo já abalado e em transformação devido à pandemia da Covid-19, sacrificando, além de vidas, a ecologia.

Entretanto, não é disso que estamos tratando aqui. Trata-se, nessa perspectiva, de analisar um recurso de despolitização que é corrente no debate público, almejando atingir propósitos político-ideológicos de forma dissimulada. Portanto, levar em conta as questões ideológicas e rejeitar a pós-política não significa excluir a importância da técnica porque a crítica não é a técnica em si, mas o uso que é feito dela como uma forma de mascarar as disputas que ocorrem na sociedade. A ciência não está imune aos jogos de poder. As representações do discurso ecológico, por exemplo, deveriam, se quiserem ter credibilidade, ser lastreadas em dados “técnico-científicos” e/ou “científico-populares”, mas também dentro das disputas ideológicas pelo poder e hegemonia na sociedade e, por conseguinte, nas representações discursivas que forjam e são forjadas por diferentes práticas sociais.

Essas práticas sociais possuem orientações “[...] econômica, política, cultural, ideológica”, uma vez que “[...] o discurso pode estar implicado em todas elas, sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações do discurso” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 98). Logo, as representações do discurso ecológico são investidas política e ideologicamente e, conseqüentemente, podem ser reinvestidas. A linguagem, o discurso, os vocábulos e as estruturas utilizadas já revelam muito dos processos políticos ao qual o sujeito está sujeito, conscientemente ou não, pois “[...] não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos” (ORLANDI, 2020, p. 7).

Assim sendo, o discurso ecológico, para além do breve histórico da Ecologia, que é dividida em quatro fases pelos autores citados na seção anterior, será, nesta seção, dividido de acordo com as classificações das correntes ecológicas propostas por Joan Martínez Alier (2018). Na seção anterior, o ecologismo é apresentado como uma fase da Ecologia que busca uma abordagem mais integral e, por conseguinte, política. É a partir dessa fase da Ecologia que

as maiores correntes do ecologismo, de acordo com Alier, serão apresentadas. Entretanto, o autor, em sua divisão, aborda as fases do movimento ecológico, perpassando, muitas vezes, pelo que já mencionamos, porém dentro de um outro enquadramento oportuno aos propósitos desta pesquisa.

Alier (2018) separa o movimento ecológico ou ambientalista em três vertentes: o culto à vida silvestre, o evangelho da ecoeficiência e o ecologismo dos pobres. O autor utiliza os termos “ecologismo” e “ambientalismo” de forma indistinta, porém ressalta que os termos podem ter significações mais ou menos radicais a depender do contexto em que são empregados. Por exemplo, “[...] na Colômbia o ambientalismo é mais radical que o ecologismo; no Chile ou na Espanha, ocorre o contrário” (ALIER, 2018, p. 21 [nota de rodapé]). Embora as vertentes mais dominantes, para o autor, sejam o culto à vida silvestre e o evangelho da ecoeficiência, ele não deixa de notar o crescimento de um ecologismo popular e/ou dos pobres que, muitas vezes, nem se denomina dessa forma, resistindo, complexificando e/ou corroborando com as vertentes dominantes.

Cada uma dessas vertentes possui valores e práticas sociais que se refletem nos diversos discursos de valoração adotados pelos diferentes atores sociais que encampam cada uma delas (ou mais de uma delas), e vice-versa. Alier (2018, p. 22), um economista, argumenta na mesma linha mencionada acima, porém, dentro do enquadramento desta pesquisa de intertextualidade manifesta e constitutiva do discurso ecológico que “uma característica substantiva de cada uma, enfatizada aqui, é a sua relação com as diferentes ciências ambientais, tais como a biologia da conservação, a ecologia industrial e outras”. Além disso, “suas relações com o feminismo, com o poder de Estado, com a religião, com os interesses empresariais ou com outros movimentos sociais não são menos importantes enquanto referências para defini-las” (ALIER, 2018, p. 21-22).

O discurso ecológico constitui e é constituído, intertextualmente e interdiscursivamente, de diferentes discursos de valoração sobre o ecológico, pois, desde os aspectos biológicos, industriais (valoração “técnico-científica”) até os aspectos religiosos, sociais (valoração “científico-popular”), é possível articular diferentes discursos valorativos. Os discursos de valoração “técnico-científico” e “científico-popular” contribuem na fundamentação dos discursos que embricam as questões ecológicas com, por exemplo, o discurso feminista, político, empresarial, etc. Esses discursos de valoração engendram práticas sociais, e vice-versa, e, por conseguinte, forjam mais intertextualidades e interdiscursividades porque colocam os atores sociais em conflitos, compelindo-os a interação com diferentes textos, discursos e suas respectivas ordens, práticas discursivas e sociais.

O conflito pela(s) representação(ões) do discurso ecológico gera intertextualidades manifestas e constitutivas. O conflito entre essas vertentes e seus discursos de valoração não é, definitivamente, uma questão, somente, discursiva porque esses discursos de valoração e suas consequentes práticas sociais possuem efeitos sociais reais sobre grupos minoritários (ou não) e até mesmo sobre populações inteiras dentro de uma determinada localidade. Por isso, faz-se necessário compreender os diferentes discursos valorativos e os seus efeitos nas práticas sociais e, conseqüentemente, nas representações que os atores em suas práticas conformam, intertextualmente, para os representar.

A representação da vertente do culto à vida silvestre é “[...] a da defesa da natureza intocada, o amor aos bosques primários e aos cursos d’água” (ALIER, 2018, p. 22). Essa corrente “[...] surge do amor às belas paisagens e de valores profundos, jamais para os interesses materiais. A biologia da conservação, que se desenvolve desde 1960, fornece a base científica que respalda essa primeira corrente ambientalista” (ALIER, 2018, p. 22). O culto à vida silvestre lembra e, em muitas práticas, é, as “fases” ecológicas chamadas por Lago e Pádua (1984) de ecologia natural e conservacionismo.

De forma parecida com a ecologia natural, o culto à vida silvestre não aborda diretamente a questão social porque diferentemente da ecologia natural, que foca detidamente nos aspectos biológicos e de homeostase do ecossistema, o culto à vida silvestre compreende a necessidade de preservação (conservacionismo) por propósitos também sociais, mas não é sua prioridade nem o que constitui esse discurso de valoração. De acordo com Alier (2018, p. 23), essa vertente, que também possui diferentes discursos de valoração, se utiliza de discursos biofílicos (amor à vida), do direito à vida das demais espécies (a espécie humana não teria o direito de eliminá-las) bem como da religião.

Portanto, “pode apelar para o panteísmo ou para as religiões orientais, menos antropocêntricas do que o cristianismo ou o judaísmo” (ALIER, 2018, p. 23). O antropocentrismo é, grosso modo, o ser humano no centro de tudo, desconsiderado, em muitos aspectos, outras formas de vida consideradas não humanas. Por conseguinte, a era do impacto do homem na natureza é chamada de antropoceno, mas há uma discussão recente a respeito do termo antropoceno e *capitaloceno* e qual seria o mais adequado para referir-se a esse impacto causado pela relação homem e natureza.

Para alguns, enquanto o termo antropoceno poderia indicar que toda a humanidade, ou seja, os seres humanos, de forma igual, causam o mesmo impacto na natureza, o termo capitaloceno indicaria que é a fração mais economicamente poderosa da humanidade, isto é, os engendadores da lógica produtivista do atual sistema econômico que degradam, de forma mais

incisiva, a natureza (para um maior detalhamento dessa discussão, ver COSTA, 2020). Contudo, neste trabalho, fica evidente, em diversos momentos, que há essa distinção entre a humanidade como um todo abstrato e a conseqüente degradação da natureza das frações do gênero humano que contribuem diretamente para essa degradação.

Embora tenha uma perspectiva mais antropocêntrica do que as religiões orientais, São Francisco de Assis, expoente da tradição cristã, por exemplo, preocupou-se com os pobres e com as questões ecológicas no *Cantico de frate sole* (cântico do Irmão Sol) também conhecido como Cânticos das Criaturas (MAÇANEIRO, 2011, p. 76-78). As relações entre as representações religiosas e o discurso ecológico serão apontadas oportunamente na próxima seção. Assim sendo, para Alier (2018, p. 23), “[...] mais razoável seria, nas Américas do Norte e do Sul, procurar respaldo numa realidade bem mais próxima: a do valor sagrado da natureza nas crenças indígenas que sobreviveram à conquista europeia”.

Esses valores, provenientes de comunidades indígenas, originais e tradicionais, são discursos de valoração que podem constituir a representação do discurso científico-popular e resistir, em suas práticas discursivas e sociais, o discurso técnico-científico e/ou industrial, principalmente os que ameaçam diretamente o modo de vida dessas populações em suas tradições e/ou formas de subsistência. O discurso técnico-científico e científico-popular, que fundamentam, em muitos momentos, outras representações ainda mais particulares do discurso ecológico, podem entrar diretamente em conflito nessas situações e, conseqüentemente, forjam e são forjados por intertextualidades manifestas e/ou interdiscursividades resistentes entre si.

A sacralidade da natureza e, por conseguinte, “[...] o ‘culto ao sagrado’ tem sido representado no ativismo ocidental pelo movimento da ‘ecologia profunda’ (Devall e Sessions, 1985), que propugna uma atitude biocêntrica ante a natureza, contrastando com a postura antropocêntrica superficial” (ALIER, 2018, p. 24). Essa perspectiva “[...] consiste em manter reservas naturais, denominadas parques nacionais ou naturais, ou algo semelhante, livres da interferência humana (ALIER, 2018, p. 24). Ou seja, um conservacionismo que, a depender da gradação, proporção e implementação, pode resvalar em um “fundamentalismo do silvestre”, desconsiderando realidades locais em que a interferência humana, dentro de certas culturas e tradições, em um determinado espaço, de forma manual, artesanal, familiar e não industrial, pode ser a fonte de subsistência de uma comunidade.

Dessarte, o culto à vida silvestre não aborda, diretamente, as questões sociais ou provenientes dos conflitos ecológicos, contudo, quando aborda, é de forma abstrata. Por conseguinte, não abarca as diversas realidades das práticas sociais em que diferentes indivíduos, grupos e comunidades estão inseridos. Algumas linhas dessa vertente ecológica são muito

comuns em países ricos e desenvolvidos em que o industrialismo exacerbado desde a Revolução Industrial e atualmente tecnológica já é uma realidade consolidada. Por isso, muitas das representações discursivas do culto à vida silvestre não engendram práticas sociais mais amplas porque, em muitos países, já não é mais possível e nem se é viável, nas condições de desenvolvimento técnico-científico em que a humanidade está, essa realidade de forma profusa.

O atual estágio de degradação, se já não pode ser regenerado, deve ser minorado. Ou seja, já que se está deteriorando o meio ambiente, é preciso encontrar formas mais eficientes para o discurso engendrar práticas sociais (e vice-versa) que produzam o menor dano possível. Diante disso, a vertente do evangelho da ecoeficiência ganha uma proeminência. Essa representação utiliza-se de discursos de valorização que engendram (ou não) práticas sociais que nem sempre são realmente eficazes, porém são práticas discursivas e sociais que se mostram de forma performática e propagandisticamente eficientes.

Os produtores dessas representações discursivas podem estar utilizando-se de recursos linguísticos que buscam distorcer e/ou manipular a percepção sobre as práticas sociais que os mesmos realizam. Os receptores dessas representações discursivas podem, conscientemente ou não, serem levados ao equívoco sobre as verdadeiras práticas sociais que os produtores engendram e mascaram com suas representações discursivas eficientes. Se, de acordo com Fairclough, o discurso é uma prática social (ou um momento da prática social), uma representação particular do discurso pode dissimular uma prática social. É o que ocorre com certas representações presentes no evangelho da ecoeficiência.

Essa vertente do evangelho da ecoeficiência (Alier assim denomina em referência a um “evangelho da eficiência” descrito por Samuel Hays) preocupa-se com os impactos e efeitos da noção de desenvolvimento que é ostentada pela maioria dos países centrais do Norte Global. Uma espécie de ecologia social como mencionada na seção anterior, mas com diferentes gradações tanto na questão ecológica quanto social. Essa vertente “[...] está direcionada para os impactos ambientais ou riscos à saúde decorrentes das atividades industriais, da urbanização e também da agricultura moderna” e “acredita no ‘desenvolvimento sustentável’, na ‘modernização ecológica’ e na ‘boa utilização’ dos recursos” (ALIER, 2018, p. 26).

Essa vertente é a base para várias representações particulares do discurso ecológico, especialmente *capitalismo verde*, *economia verde* e/ou *ecocapitalismo*, *sustentabilidade* e até mesmo *ecofascismo*. As representações do discurso ecológico concernentes ao capitalismo verde, economia verde e *ecocapitalismo* são próximas, porém, as representações desse discurso concernentes à sustentabilidade nem sempre seguem a mesma linha. Há representações da sustentabilidade pró-capitalismo e anticapitalistas, por exemplo. E, embora ainda seja um termo

em debate incipiente, há o discurso ecológico *ecofascista*. São representações ou, pode-se dizer, sub-representações em disputas pelos sentidos da representação do discurso ecológico que, com algumas exceções, buscam reformar, alterar e/ou subverter algumas práticas sociais, solucionando (pelo menos, aparentemente, em certos aspectos) alguns problemas pontuais, mas sem alterar o sistema vigente nem os significados estabilizados para a noção de desenvolvimento, ou seja, a manutenção do *status quo*.

Algumas representações do discurso ecológico circunscritas na noção de evangelho da ecoeficiência utilizam-se fartamente do discurso técnico-científico (principalmente, na figura do especialista) para embasar suas posições, todavia, muitas vezes, a própria ciência, como mencionado acima, não está imune aos jogos de poder. Um exemplo dessa “politicagem do especialista”⁸² é a contratação de cientistas por corporações de combustíveis fósseis para propagar negacionismo climático. Assim, para Visvanathan (1997, p. 37 *apud* Alier, 2018, p. 28), o evangelho da ecoeficiência converte a ecologia “[...] em uma ciência gerencial para limpar ou remediar a degradação causada pela industrialização” e “[...] a ‘ecoefficiência’ tem sido descrita como ‘o vínculo empresarial com o desenvolvimento sustentável’” (ALIER, 2018, p. 28).

Esse vínculo remete a uma mercantilização do discurso ecológico, pois as ordens desse discurso são colonizadas por representações de um discurso associado à produção de mercadorias. Ou seja, uma comoditização (grosso modo, transformar as coisas em mercadorias) do discurso, como bem descrito por Fairclough (2016, p. 265). Um bom exemplo é a respeito do *ecocapitalismo*. Esse termo é utilizado, frequentemente, pelos críticos de modelos que advogam o “crescimento verde”, “capitalismo verde”, “economia verde”, etc. A origem dessa concepção, a ideia de uma Revolução Verde, também corrobora os argumentos críticos porque é a tentativa de manter o sistema de produção atual com algumas soluções para minorar os impactos da degradação ambiental que, em grande parte, é causada por esse modelo.

De acordo com Raj Patel (2021, p. 26-27), “o termo foi primeiro concebido em 1968 em um discurso por William Gaud, o chefe da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional”. Gaud expunha que “desenvolvimentos no campo da agricultura contém os elementos de uma nova revolução”. Afirmava também que “não é uma violenta Revolução Vermelha como aquela dos Soviéticos nem é uma Revolução Branca como

⁸² “Essa dimensão é ilustrada tanto pela compra e venda de expertise no mercado de conhecimento, como no caso de cientistas contratados por corporações de combustíveis fósseis para propagar negacionismo climático, quanto pela exaltação de leigos bem conectados politicamente e cujas ideias chancelam o senso comum como se fossem dotados de notório saber [...]” (FERNANDES, 2019, p. 356 [nota de rodapé]).

aquela do Xá do Irã. Eu a chamo de Revolução Verde”⁸³. O projeto de uma Revolução Verde buscava solucionar problemas graves de fome em diversas partes do mundo, porém dentro das regras do sistema de produção capitalista.

É preciso lembrar que, nesse período, o mundo estava sob a égide da Guerra Fria, uma divisão bipolar entre os estados “capitalistas” liderados pelos Estados Unidos da América (EUA) e os estados “socialistas” liderados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Existiam os países que se autodenominavam “não alinhados”, ou seja, buscavam desenvolver-se por um caminho próprio e relacionando-se com os dois países hegemônicos da época. Entretanto, de uma forma ou de outra, a influência política, econômica, militar e ideológica de ambos direcionava, à época, principalmente em relação à localização (geo)estratégica, direta ou indiretamente, coercitivamente ou diplomaticamente, esses países para um dos blocos dominantes.

A Revolução Verde queria evitar que as ideias “comunistas” se espalhassem, especialmente nos países do Sul Global. Esse projeto, por exemplo, se “opunha as reformas agrárias que os comunistas no Sul Global advogavam” (PATEL, 2021, p. 27)⁸⁴. Embora reformas agrárias aconteceram em países do capitalismo central, em uma época de disputa política, econômica, militar e ideológica, a noção de reforma agrária, em países do Sul Global, era vista como radical. O Brasil, por exemplo, não passou por uma reforma agrária realmente efetiva, estrutural, considerando os padrões de países capitalistas do Norte Global que passaram por reformas agrárias. Enquanto país do Sul Global e de capitalismo dependente, a margem de manobra, dentro do sistema, é mais restrita. Até os dias atuais, a concentração de terras no Brasil é colossal.

A Revolução Verde foi “[...] um conjunto de políticas governamentais, subsídios, fertilizantes, pesticidas, sementes híbridas, controle de natalidade e filantropia para assegurar que comida mais barata postergaria a inevitável aurora comunista” (PATEL, 2021, p. 27)⁸⁵. Como bem argumentam seus críticos, é um *ecocapitalismo*, pois, pela sua história, discurso e prática, buscou/busca, fundamentalmente, a criação de políticas para, de forma *ecoeficiente*, alimentar populações de países pobres dentro de perspectivas mercadológicas. Entretanto, o

⁸³ Minha tradução de: “The term was first coined in 1968 in a speech by William Gaud, the head of the United States Agency for International Development (USAID). ‘Developments in the field of agriculture contain the makings of a new revolution,’ he said. ‘It is not a violent Red Revolution like that of the Soviets, nor is it a White Revolution like that of the Shah of Iran. I call it the Green Revolution’ (PATEL, 2021, p. 26-27).

⁸⁴ Minha tradução de: “It opposed the land reforms that communists in the Global South had advocated” (PATEL, 2021, p. 27).

⁸⁵ Minha tradução de: “[...] was a mix of government policy, subsidy, fertilizers, pesticides, hybrid seeds, birth control and philanthropy to ensure that more cheap food would postpone the inevitable communist dawn” (PATEL, 2021, p. 27).

termo *ecocapitalismo* é uma construção crítica mais recente, sobretudo devido à preponderância das questões ambientais e/ou ecológicas na atualidade. Contudo, se encaixa bem nas concepções verdes de desenvolvimento que buscam manter o *status quo* do sistema de produção atual, que, de acordo com estudos recentes, é, inerentemente, danoso ao meio ambiente⁸⁶.

Portanto, “a ideia de Revolução Verde – especialmente na era de ‘Novos Acordos Verdes’ – pode soar como a transformação radical que o mundo precisa, mas o coquetel de doadores, corporações e governos levantando essa bandeira tem sido frequentemente tóxico” (PATEL, 2021, p. 26)⁸⁷ porque a concepção ecocapitalista objetiva “[...] inverter alguns dos impactos das alterações climáticas, maximizando simultaneamente os lucros através da criação de novos mercados e da comoditização generalizada na transição ecológica” (FERNANDES, 2020, p. 138)⁸⁸. Ou seja, é a manutenção do sistema, priorizando, fundamentalmente, o lucro. Tanto o lucro fruto de um sistema de produção que degrada o meio ambiente quanto o lucro com as medidas de minoração da degradação proporcionada por esse mesmo sistema. É uma comoditização que engendra a destruição ambiental e uma comoditização que busca reparar essa degradação. É um “ganha-ganha”, uma *ecoeficiência* para os que estão nas cadeias de comando do atual sistema de produção.

Nos últimos anos, a noção de governança ambiental, social e corporativa, ou ESG (*Environmental, Social, and corporate Governance*), está sendo uma tendência entre empresários, investidores e governos. Essa perspectiva considera os impactos ambientais, sociais e gerenciais das empresas e não somente a questão contábil, financeira e lucrativa. Dentro da lógica mercadológica e do capital, as empresas, legitimamente, buscam o lucro, todavia, com o crescente acesso às informações e a conscientização por parte das pessoas, as empresas, os investidores e os governos estão sob escrutínios diversos e, diante disso, precisam considerar (não por bondade, mas necessidade) outras variáveis e valores em seus empreendimentos. Entretanto, percebe-se que essa nova tendência pode ser considerada um desdobramento ou uma nova faceta da ecoeficiência, inclusive, na comoditização do rótulo ESG.

⁸⁶ “Se o capitalismo é um sistema de acumulação contínua, essa acumulação tem que ser baseada em algo; no caso, na exploração da força de trabalho e dos materiais da natureza” (FERNANDES, 2020, p. 82).

⁸⁷ Minha tradução de: “The idea of a ‘Green Revolution’ – especially in the era of ‘Green New Deals’ – might sound just like the radical transformation the world needs but the cocktail of donors, corporations and governments flying this banner has often been toxic” (PATEL, 2021, p. 26).

⁸⁸ Tradução de Giuliana Almada e Débora Nascimento (2020) de: “[...] to reverse some of the impacts of climate change while maximizing profits through the creation of new markets and the generalized commodification of ecological transition” (FERNANDES, 2020, p. 138).

Assim como a comoditização, o discurso ecológico também está submetido a tecnologização do discurso porque “as tecnologias discursivas estabelecem uma ligação íntima entre o conhecimento sobre linguagem, discurso e poder” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 276). Ou seja, o conhecimento desenvolvido no campo da linguagem e do discurso e seus respectivos efeitos nas práticas sociais podem ser utilizados por diferentes atores sociais. Esses agentes sociais podem ser tanto os que detém o poder quanto os que dele carecem. Os que detém o poder podem utilizar-se desse recurso para atingir seus objetivos de forma mais eficiente, impondo sua representação como a representação hegemônica do discurso ecológico.

Um exemplo é o *greenwashing* que, em uma tradução literal, pode ser considerado uma “limpeza verde” (ALIER, 2018) ou uma “lavagem verde” (BOFF, 2016). Por meio de discursos e práticas sociais ludibriadoras, os atores sociais podem apresentar-se como preocupados com as questões ambientais e/ou ecológicas, ou seja, “ecológicos”, “verdes”, “ambientalmente e/ou ecologicamente corretos”, entre outros rótulos, e suas consequentes representações discursivas. Entretanto, é só uma dissimulação, frequentemente, utilizada conscientemente para ir ao encontro de consumidores conscientes e envolvidos nas causas ecológicas, por exemplo. Portanto, uma comoditização do rótulo de defensor do meio ambiente.

As técnicas acima mencionadas, mediante um planejamento, conseguem produzir uma mudança discursiva. Essa mudança discursiva, em grande parte, não engendra, efetivamente, mudanças nas práticas sociais porque esses atores não estão realmente preocupados com as questões ambientais e/ou ecológicas, mas com a comercialização para públicos preocupados com essas questões. É uma dissimulação pensada e planejada com diferentes profissionais, do marketing e propaganda aos tecnólogos do discurso, para mudar discursivamente a representação de determinada empresa, instituição e/ou ator social, entretanto, sem necessariamente mudar, efetivamente, as práticas sociais dos mesmos.

Representações do discurso ecológico podem apresentar-se por meio do *greenwashing*, inclusive no discurso da sustentabilidade. As representações da sustentabilidade no discurso ecológico possuem representações em defesa e em contraste com o atual sistema de produção. As ideias de desenvolvimento sustentável, por exemplo, buscam conciliar o crescimento econômico sob o sistema capitalista aliado às preocupações com a degradação ambiental enquanto a sustentabilidade que é encampada pelo *buen vivir* (bem viver) andino, por exemplo, está em contraste com o modelo capitalista de produção e desenvolvimento.

Apesar da atual popularidade do conceito de sustentabilidade em cúpulas internacionais, empresas, instituições nacionais e internacionais, entre outros, a origem desse conceito é antiga, datando mais de 400 anos de história. De acordo com Boff (2016, p. 33), “na raiz de

‘sustentabilidade’ e de ‘sustentar’ está a palavra latina *sustentare* com o mesmo sentido que possui em português”. Sustentar, para o autor (2016, p. 33-34), oferece um sentido passivo e ativo. Em sentido passivo, significa “[...] equilibrar-se, manter-se, conservar-se sempre à mesma altura, conservar-se sempre bem”. Em um sentido ativo, significa “[...] conservar, manter, proteger, nutrir, alimentar, fazer prosperar, subsistir, viver”.

Portanto, para Boff (2016, p. 33-34), sustentabilidade oferece, no primeiro sentido, “[...] em termos ecológicos, tudo o que a Terra faz para que um ecossistema não decaia e se arruine” e, no segundo sentido, em termos ecológicos, “[...] representa os procedimentos que tomamos para permitir que a Terra e seus biomas se mantenham vivos, protegidos, alimentados de nutrientes a ponto de estarem sempre bem conservados e à altura dos riscos que possam advir”. Enquanto o sentido passivo é mais próximo da *ecologia natural*, *conservacionismo*, *culto à vida silvestre*, pois compreende o próprio meio ambiente regulando-se e mantendo a homeostase do sistema, o sentido ativo é próximo da *ecologia social*, *ecologismo* (em suas diversas representações) porque compreende as ações humanas como fator de estabilização, desestabilização e/ou ruptura da homeostase que o sentido passivo pressupõe.

Rastreando as origens do conceito, Boff (2016, p. 34-39) argumenta que a sustentabilidade é um conceito que se desenvolveu no nicho da silvicultura (manejo de florestas), pois a matéria prima mais utilizada até o início da modernidade era a madeira. Em 1560, na Alemanha, na Província da Saxônia, a preocupação com o uso racional, ou seja, a utilização consequente para a manutenção das florestas apareceu. A palavra alemã *Nachhaltigkeit* surgiu nesse contexto e significa sustentabilidade. Nesse sentido, a sustentabilidade, em sua origem, pressupõe a manutenção do *status quo*, porém com a preocupação de uma racionalidade no uso para que o mesmo pudesse se manter.

Entretanto, o termo ganhou contornos estratégicos com Hans Carl von Carlowitz, também na Saxônia, em 1713, pois o mesmo buscou elaborar cientificamente, dentro dos padrões da época, um tratado sobre o uso racional das florestas, ou seja, “[...] o uso sustentável da madeira” porque, “[...] caso contrário, acabar-se-á o negócio e cessará o lucro” (BOFF, 2016, p. 35). Em 1795, Carl Georg Ludwig Harting (*apud* BOFF, 2016, p. 35) afirma em livro que “é uma sábia medida avaliar de forma a mais exata possível o desflorestamento e usar as florestas de tal maneira que as futuras gerações tenham as mesmas vantagens que a atual”.

Essas preocupações com a sustentabilidade das florestas gerou e estabeleceu a silvicultura como uma nova ciência. Essa visão é proveniente de uma análise “técnico-científica” incipiente, mas também de uma análise social porque preocupa-se com as futuras gerações e a manutenção dos lucros. Da mesma forma que há interdiscursividades nas

representações do discurso ecológico atuais, a ideia de sustentabilidade, que posteriormente seria considerado uma das representações desse discurso, também é interdiscursivamente constituída em sua origem. É interessante observar, como nota Boff (2016, p. 35), que “as ponderações de ontem conservam validade até os dias de hoje, pois o discurso ecológico atual usa praticamente os mesmos termos de então”.

Até a década de 70, esse conceito estava restrito aos círculos da silvicultura. Porém, o relatório “Os limites do crescimento”, produzido pelo Clube de Roma, tornou esse conceito popularizado e alvo de discussões acaloradas, levando a uma discussão nas Nações Unidas, que acarretou o relatório “Nosso futuro comum” ou relatório Brundland, em que as bases do que seria considerado desenvolvimento sustentável se estabeleceu. O termo entrou no radar de instituições políticas, governos e empresas, sendo uma questão que permanece atual tanto por causa da sua importância quanto pela lentidão de ações que são tomadas para endereçá-la. A representação do discurso ecológico *mainstream* é uma representação que encampa, em grande parte, a noção de desenvolvimento sustentável. Essa noção, que, majoritariamente, é atrelada a concepção capitalista de desenvolvimento, pode ser considerada um oxímoro.

Oxímoro é uma figura de linguagem que combina palavras de sentido oposto, contudo, dentro de um contexto, podem se reforçar mutuamente. A visão de desenvolvimento pregada pelo capitalismo, que também são pressuposições da modernidade, principalmente, ocidental, propõe um crescimento infinito e, por conseguinte, um progresso também infinito. Essas pressuposições também fundamentam as noções hegemônicas de bem-estar, qualidade de vida, entre outras concepções correlatas. Entretanto, “[...] um planeta finito não suporta um projeto infinito” (BOFF, 2016, p. 44). Esse desenvolvimento, dificilmente, seria sustentável porque, a lógica contida nesse desenvolvimento é, em si, insustentável, isto é, inerentemente contraditória porque suas lógicas se contrapõem.

Portanto, o desenvolvimento sustentável, dentro desse prisma, dificilmente é realmente sustentável. Entretanto, as representações da sustentabilidade também podem apresentar-se de forma antissistêmica, buscando repensar as noções de desenvolvimento, bem-estar, qualidade de vida, etc. Uma dessas representações é o discurso do *buen vivir* (*sumak kawsay* ou *suma qamaña*) proveniente dos povos originários das Américas, especialmente América do Sul e Caribe. Outra representação é o discurso ecossocialista, proveniente das sínteses das reflexões entre os Vermelhos (socialistas, comunistas) e os Verdes, uma vez que não só rejeitam os modos de produção capitalistas, mas também o modo de produção que vigorou e vigora sob os regimes de inspiração marxista, pois, embora com a diferença nos regimes de propriedade, mantiveram o modelo produtivista.

Outras representações antissistêmicas incluem as discussões sobre decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra, desglobalização, entre outros. Essas representações do ecologismo são constituídas por diversas intertextualidades manifestas e constitutivas. Essas intertextualidades permeiam essas representações porque os atores sociais absorvem a representação hegemônica do discurso ecológico e fundamentam suas representações de resistência. Essas representações do discurso ecológico buscam contestar a lógica operante e dominante na atualidade, isto é, desafiam o “evangelho da ecoeficiência”. Obviamente que não buscam a ineficiência, mas procuram questionar as noções vigentes de ecoeficiência, quais os valores que são considerados ao se realizar essa mensurabilidade para analisar essa eficiência e quem determina a forma única de valoração. Em muitas contas da eficiência capitalista, as “depredações” da natureza não são incluídas, são consideradas “externalidades”⁸⁹. De modo sintético, essas reflexões buscam considerar a “incomensurabilidade dos valores”.

Portanto, esse ecologismo, denominado dos pobres por Alier, encerra o ciclo das correntes do ecologismo propostas por ele. Essa corrente busca considerar os movimentos de resistência à modernidade capitalista da *economia verde*, em seus efeitos deletérios, e as propostas de desenvolvimento sustentável que efetivamente não se preocupam com a sustentabilidade ao destruir comunidades e/ou criá-las de forma artificial em nome do “desenvolvimento”. Movimentos como o Chipko, na Índia, e o de Chico Medes, no Brasil, são conflitos ambientais que podem estar dentro de um ecologismo dos pobres.

O ecologismo dos pobres pressupõe a inclusão dos excluídos nas discussões e, conseqüentemente, nas representações do discurso ecológico, levando em consideração seus conhecimentos (representação científico-popular) e práticas sociais de diversas comunidades ao redor do globo que contribuem para a preservação do planeta de forma efetivamente sustentável. Algumas comunidades utilizam-se da natureza para sobreviver, entretanto, não a degradam da mesma forma que a tecnicidade do atual modelo produtivo.

Contudo, antes de adentrar nesse ecologismo dos pobres, é importante considerar a representação *ecofascista* do discurso ecológico, pois é uma tendência em franco crescimento, principalmente no Norte Global, que culpa somente o ser humano (imigrantes, superpopulação

⁸⁹ “A modernização ecológica caminha sobre duas pernas: uma econômica, com ecoimpostos e mercados de licenças de emissões; a outra, tecnológica, apoiando medidas voltadas para a economia de energia e de matérias-primas. Cientificamente, essa corrente repousa na economia ambiental (cuja mensagem é sintetizada em ‘conquistar preços corretos’ por intermédio da ‘internalização das externalidades’) e na nova disciplina da Ecologia Industrial, voltada para o estudo do ‘metabolismo industrial’, aprofundado tanto na Europa (Ayres e Ayres, 1996, 2001), quanto nos Estados Unidos” (ALIER, 2018, p. 28).

etc.), de maneira individual e individualizada, pelos problemas ambientais, desconsiderando ou até reafirmando, intencionalmente ou não, o papel do sistema de produção em que estamos, majoritariamente, mergulhados. Tecnicamente, “é correto dizer que a mudança climática é induzida por humanos”, “porém isso não significa que todos os humanos desempenharam um papel na produção da crise” (SALTMARSH, 2021)⁹⁰. Por isso, a importância de resistir ao fenômeno despolitizante e despolitizador da *pós-política* porque “a técnica não é neutra, pois é condicionada pelas relações e interesses sociais” (BOFF, 2016, p. 77).

A questão da imigração é considerada um problema para muitos países do Norte Global, especialmente no continente europeu. O discurso anti-imigração possui forte apelo popular, entre visões racionais e raciais, tanto que “partidos de extrema-direita estão crescendo e ganhando quantidades massivas de votos em sucessivas eleições ao redor da Europa com Islamofobia e discursos anti-imigrante xenofóbicos” (GROSGOUEL et al, 2015 *apud* DYETT; THOMAS, 2019, p. 216)⁹¹. Diante de uma realidade em que os efeitos das mudanças climáticas já são sentidos em muitas partes do Sul Global, o aumento do número de imigrantes e refugiados climáticos crescerão drasticamente, aumentando ainda mais o problema migratório.

Entre as evidentes consequências das mudanças climáticas estão, entre outras, a

“[...] elevação do nível do mar, derretimento das camadas de gelo e recuo das geleiras, desaparecimento de recifes de coral, eventos climáticos extremos (por exemplo, furacões, inundações, secas, incêndios florestais, ondas de calor), migrações ou extinções aceleradas de espécies, disseminação de doenças transmitidas por insetos [...]” (GAARD, 2015, p. 9 *apud* DYETT; THOMAS, 2019, p. 212)⁹².

Os países industrializados e desenvolvidos, principalmente do Norte Global são, em grande parte, responsáveis pela aceleração da degradação ambiental. Entretanto, os países pobres e em desenvolvimentos do Sul Global serão os que mais sofrerão com as consequências proveniente das mudanças climáticas. Os países mais pobres e em desenvolvimento sofrerão tanto com as consequências direta desses processos de alterações climáticas quanto com as consequências indiretas, pois esses países, frequentemente, não possuem as estruturas que o Norte Global

⁹⁰ Minha tradução de: “Of course, it is technically correct to say that climate change is human-induced” e “But this doesn’t mean that all humans have played a role in producing the crisis” (SALTMARSH, 2021).

⁹¹ Minha tradução de: “Extreme right parties are growing and winning massive numbers of votes in successive elections across Europe with Islamophobia and xenophobic anti-immigrant discourses” (GROSGOUEL et al, 2015 *apud* DYETT; THOMAS, 2019, p. 216).

⁹² Minha tradução de: “[...] rising sea levels, melting ice sheets and receding glaciers, vanishing coral reefs, extreme weather events (i.e., hurricanes, floods, droughts, wildfires, heat waves), accelerated species migrations or extinctions, the spread of insect-borne diseases [...]” (GAARD, 2015, p. 9 *apud* DYETT; THOMAS, 2019, p. 212).

possui. Portanto, essas consequências nem poderão ser amenizadas (quando possíveis), mas podem ser intensificadas, gerando mais pobreza, miséria, deslocamentos ecológicamente forçados e emigração.

Aliado a isso, a ameaça de uma superpopulação também está presente, intertextualmente, nas representações *ecofascistas*. A origem desse receio é a teoria malthusiana que “[...] alegava que a população cresce exponencialmente enquanto a agricultura e a produção de alimentos crescem a ritmos significativamente mais lentos” e, com isso, “[...] eventualmente, o crescimento populacional excederia a capacidade suportada pela Terra” (DYETT; THOMAS, 2019, p. 212)⁹³. E, diante disso, os neomalthusianos concebiam a relação entre esse crescimento populacional exponencial e a pobreza. Por isso também, algumas políticas “verdes” buscavam o controle populacional de países do Sul Global.

Entretanto, “[...] o movimento neomalthusiano na Europa e nos Estados Unidos se opõe à opinião de Malthus de que a pobreza devia-se à superpopulação mais do que a iniquidade social” (ALIER, 2018, p. 81). As próprias políticas “verdes” provaram que a produção de alimento poderia atender às necessidades de todos, mas não necessariamente atenderia à lógica do atual sistema de produção. De acordo com Fred Pearce (*apud* BOFF, 2016, p. 108), “o problema não é tanto o número de pessoas, mas as formas de distribuição dos alimentos e dar-lhes dignidade mínima”. Pois “enquanto alguns milhões possuem um consumo conspícuo, grande parte da humanidade passa fome ou sofre de má nutrição” (BOFF, 2016, p. 109). A pressão populacional, em geral, também contribui para desgastar o meio ambiente, contudo, não se pode desconsiderar a pressão exploratória exercida pelas frações mais abastadas da população.

A atual representação *ecofascista* do discurso ecológico se constitui intertextual e interdiscursivamente com leituras eivadas de racismo, colonialidade e nacionalismo exacerbado dos dados científicos. Entretanto, se apresentou historicamente assim. De acordo com Dyett e Thomas (2019, p. 217), na Alemanha do século XIX e XX, muitas preocupações ecológicas “[...] começaram a interagir com a xenofobia, nacionalismo e racismo presente na região”⁹⁴. Cientistas como Ernst Mortiz Arndt, Wilhelm Riehl, Ernst Haeckel e Hebert Gruhl (superpopulação). Mesmo que não inicialmente, adotaram, em algum momento, interpretações eivadas dos vieses acima mencionados.

⁹³ Minha tradução de: “[...] states that population grows exponentially while agriculture and food production grow at significantly slower rates, meaning that, eventually, population growth would exceed the carrying capacity of the Earth” (DYETT; THOMAS, 2019, p. 212).

⁹⁴ Minha tradução de: “[...] began to interact with the xenophobia, nationalism, and racism present in the region” (DYETT; THOMAS, 2019, p. 217).

Portanto, a representação do discurso ecológico considerada *ecofascista*, em sua maioria, culpa a humanidade, em abstrato, e/ou determinados grupos de pessoas como causadores dos problemas e, nesse caso, das mudanças climáticas. Porque, dentro dessa perspectiva, o crescimento populacional e o aumento da imigração gerarão, necessariamente, entre outras coisas, a destruição do ambiente circundante que eles dizem preservar, desconsiderando o sistema de produção em que todos estamos inseridos. Como já mencionado, embora todos direta e/ou indiretamente contribuam para a degradação do meio ambiente, não é a humanidade em abstrato a responsável, mas estratos da humanidade que detém poder.

Devido a isso, representações discursivas que engendram políticas públicas, aparentemente, inofensivas e benéficas podem mascarar práticas sociais e interesses espúrios porque “enquanto ignorância obviamente não qualifica alguém como *ecofascista*, é vital considerar as consequências das abordagens e cenários que essa ignorância pode precipitar” (DYETT; THOMAS, 2019, p. 219)⁹⁵. O desconhecimento sobre determinada representação de um discurso e/ou movimento em seus rótulos, símbolos, ideologias, práticas discursivas e sociais, não significa que as pessoas não possam ser seduzidas por essa representação.

As representações do discurso ecológico “técnico-científico”, “economia verde”, “culto à vida silvestre”, “evangelho da ecoeficiência”, entre outros, podem resvalar nas representações do discurso ecológico *ecofascista*. Essas representações, quando não incluem a humanidade em sentido concreto, ou seja, a maioria das pessoas, desconsideram o Sul Global, desrespeitam às tradições e populações comunitárias e locais em busca de uma “preservação da vida silvestre” e/ou “ecoefficiência”, podendo engendrar práticas sociais *ecofascistas*. Por isso, a necessidade de um ecologismo dos pobres que integra a preocupação com as questões concernentes à ecologia e ao meio ambiente, entretanto, sem desprezar as pessoas que vivem dele e/ou nele.

A vertente do ecologismo dos pobres, para Alier (2018, p. 33-34), “[...] assinala que desgraçadamente o crescimento econômico implica maiores impactos no meio ambiente, chamando a atenção para o deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte dos resíduos”. Esse movimento de ecologia popular, ecologismo dos pobres e/ou justiça ambiental nasce de “[...] conflitos ambientais em nível local, regional, nacional e global causados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social” (ALIER, 2018, p. 39). A noção de ecologismo dos pobres também é interessante, pois muitos consideravam as

⁹⁵ Minha tradução de: “While ignorance obviously does not qualify one as an *ecofascist*, it is vital to consider the consequences of the approaches and scenarios that this ignorance may precipitate” (DYETT; THOMAS, 2019, p. 219).

preocupações com as questões ecológicas restritas às classes mais abastardas da sociedade, isto é, “os pobres seriam ‘demasiado pobres para serem verdes’” (ALIER, 2018, p. 282).

Como mencionado anteriormente, nem sempre os atores sociais da causa ecológica se denominam dessa forma. Por isso, o ecologismo dos pobres abarca lutas sociais pelo meio ambiente que não utilizam, necessariamente, de representações consolidadas do discurso ecológico, especialmente do ambientalismo do Norte Global. “Alguns grupos ameaçados apelam para os direitos territoriais indígenas e igualmente para a sacralidade da natureza para defender e assegurar seu sustento”, entretanto,

“[...] o eixo principal desta terceira corrente não é uma reverência sagrada à natureza, mas, antes, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas, sim, pelos humanos pobres de hoje” (ALIER, 2018, p. 34).

Em face ao exposto, essa vertente contribui com as representações do discurso ecológico que se embasam em um conhecimento “científico-popular” e/ou na mera necessidade de subsistência. Sendo assim, diferentemente do culto à vida silvestre e ao evangelho da ecoeficiência, o ecologismo dos pobres nem sempre se apresenta com preocupações, a princípio e em princípio, ecológicas.

Ou seja, não são, em grande parte, as representações do discurso ecológico que já estão estabilizadas como “ecológicas”, porém as práticas sociais da maioria desses grupos sociais, que constituem movimentos de resistência denominado de ecologismo dos pobres por Alier (2018), contribuem, a seu modo, para preservar a natureza. A constituição do discurso desses atores sociais envolve muito mais do que a preocupação com o meio ambiente. Está, implicitamente, a necessidade de se conservar o meio ambiente, porém, por uma questão de sobrevivência e não por uma questão discursiva e/ou política. Pois, diferentemente do evangelho da ecoeficiência que busca preservar a natureza, aos moldes capitalistas, para manter o lucro, a preservação da natureza, nesse caso, é para manter a subsistência de famílias, que formam uma comunidade, em uma determinada localidade.

O ecologismo dos pobres “[...] recebe apoio da agroecologia, da etnoecologia, da ecologia política e, em alguma medida, da ecologia urbana e da economia ecológica”, sendo também “[...] apoiada por sociólogos ambientais” (ALIER, 2018, p. 35-36). As diferentes representações do discurso ecológico são construídas intertextualmente de forma manifesta e constitutiva. Inclusive, nos aspectos jurídico-legais, do Direito, pois alguns atores sociais organizam-se em torno da causa almejada e conseguem apoio de pessoas que absorvem esse

discurso para poderem engendrar representações jurídico-legais do discurso ecológico para conseguir e/ou instituir os benefícios da lei que, muitas vezes, são negados porque esses grupos não possuem acesso às representações do discurso jurídico-legal que concernem às questões ecológicas e/ou ambientais.

As Organizações Não Governamentais (ONGs), por exemplo, “[...] traduzem o vocabulário das petições para um discurso ambiental, dos direitos humanos e territoriais, conectando-as com organizações e redes internacionais” (ALIER, 2018, p. 278). Essas ONGs podem contribuir com esses grupos marginalizados na busca por seus direitos ao representá-los em ambientes aos quais esses grupos podem não estar acostumados. Contudo, nem sempre as ONGs possuem ações que são puramente benéficas, podendo instrumentalizar esses grupos marginalizados e, diante disso, conseguirem avançar interesses espúrios que podem atingi-los e/ou atingir ao local em que vivem direta e/ou indiretamente.

Assim sendo, governos, em alguns momentos, buscam coibir as ações de ONGs. Esse cerceamento pode ser tanto um endurecimento contra a resistência quanto uma busca por defender a soberania e a integridade territorial, incluindo as potencialidades ambientais. Portanto, é imprescindível que esses grupos, em seu ecologismo dos pobres, possam ter conhecimento e discernimento para entender quem realmente está ao seu lado e quem está somente os utilizando para outros propósitos nada inocentes porque quem está realmente interessado em contribuir busca emancipar e não subjugar (seja um grupo, uma comunidade, um povo ou uma nação e seu respectivo governo).

Esse movimento, que já foi identificado como “agrarismo ecológico” (GUHA e MARTÍNEZ, 1997), “narodnismo ecológico”⁹⁶, estabelecia “[...] um vínculo entre os movimentos camponeses de resistência e a crítica ecológica para o enfrentamento da modernização agrícola, assim como da silvicultura ‘científica’” (ALIER, 2018, p. 37). Isso evidencia que “[...] as novas tecnologias não representam necessariamente uma solução para o conflito entre a economia e o meio ambiente” (ALIER, 2018, p. 36). Essa visão prometeica⁹⁷, da tecnologia solucionadora de todos os problemas, nesse caso, ecológicos, ainda persiste em algumas representações do discurso ecológico, especialmente no “evangelho da ecoeficiência”.

⁹⁶ “*Narodnik* é o nome dado aos membros de um movimento ocorrido no antigo Império Russo que, no século XIX, advogavam o regresso à vida no campo, inspirados no romantismo e em Rousseau. Esse movimento ficou conhecido como *Narodnichestvo* - ou *Narodnismo* -, palavra que em português resulta em “populismo”, significado desprovido, é óbvio, da adjetivação atualmente inserida nesse termo” (ALIER, 2018, p. 37 [nota técnica]).

⁹⁷ “MITOLOGIA – relativo ou pertencente a Prometeu, figura que, segundo a mitologia grega, roubou o fogo do Olimpo para o dar aos homens” (PROMETEICO In: INFOPÉDIA: dicionários Porto Editora. Porto: Porto Editora, 2022. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/prometeico>. Acesso em 22 jun. 2022).

Contra-pondo-se a essa visão, o ecologismo dos pobres apresenta uma realidade dos que, frequentemente, são desconsiderados nesses processos de modernização. Pessoas que, em sua grande maioria, não possuem acesso às representações do discurso ecológico, sejam as representações pró ou contra o *status quo*. Essas pessoas estão lutando pelos seus modos de vida, sua subsistência. Muitas pessoas passam a se inteirar dessas discussões ecológicas e/ou ambientais nas lutas que são forjadas nas práticas sociais. Essas práticas também contribuem na elaboração de representações resistentes a outras representações do discurso ecológico, contra-pondo-se tanto aos defensores da preservação intocável da natureza, desconsiderando realidades em que a natureza é a fonte de renda da população quanto os apoiadores de uma modernização “técnico-científica”, buscando uma ecoeficiência que desconsidera os conhecimentos tradicionais.

Conhecimentos tradicionais que também podem ser, criminosamente, “comoditizados”, pois não é incomum a ocorrência de biopirataria porque “[...] o conhecimento tradicional sobre sementes, praguicidas e ervas medicinais tem sido explorados gratuitamente sem reconhecimento” (ALIER, 2018, p. 35). Nessa situação, a representação jurídico-legal do discurso ecológico pode contribuir com essas comunidades que possuem suas riquezas materiais e imateriais extraídas. Geralmente, essas riquezas materiais e imateriais são extraídas sem o conhecimento da comunidade e, até mesmo, sem o conhecimento do país, além de não serem beneficiados direta e/ou indiretamente pelos lucros que ocasionalmente o conhecimento tradicional ao ser transformado em *commodity* pode gerar.

Além disso, empresas multinacionais, em que a sede e seus representantes ficam longe do local afetado pelas atividades danosas das mesmas, podem ser acionadas judicialmente, desde que com a representação correta de um discurso que reflita as práticas sociais de seus atores, mas juridicamente embasado. A representação discursiva da resistência à degradação ecológica promovida por essas empresas, desde que, juridicamente embasada, pode chegar e ser apreciado nas instâncias competentes. Entretanto, por mais que a situação seja escancarada, nem sempre há ganhos na justiça em favor dos menos favorecidos. A justiça também não está imune aos jogos de poder e, conseqüentemente, às vezes, a própria justiça não quer acossar e/ou contrariar os interesses de certos grupos poderosos.

Isso faz parte do processo de disputa sociopolítico e econômico também. Nem sempre as condições são favoráveis para uma vitória, mas essas condições não são estáticas. As derrotas pretéritas também contribuem para o acúmulo de experiências que podem levar às vitórias futuras. Entretanto, o fato desses grupos, que, majoritariamente, não possuem acesso a essa representação discursiva jurídico-legal do discurso ecológico, poderem, ao menos, ter a chance

de lutar, em instâncias dentro do sistema, já é um passo importante. Lembrando que esses grupos sempre encontram formas de resistir (pacificamente ou não) para além dos dispositivos legais, tendo eles conhecimento ou não dos mesmos. Afinal, “os homens lutam e perdem a batalha, e, a despeito de sua derrota, a coisa pela qual lutaram acontece, e quando o que acontece se revela distinto do que tinham em mente, outros homens têm de lutar por aquilo sob outro nome” (MORRIS, 1986, p. 53 *apud* FOSTER, 2015, p. 94)

Perante o exposto, as três correntes principais, com representações diversas do discurso ecológico, engendram práticas sociais distintas. Apesar das diferenças, todas as correntes consideram importante a questão ambiental, entretanto, elas englobam diferentes enfoques. A representação “técnico-científica” e/ou “científico-popular” do discurso ecológico é analisada, interpretada e enunciada, intertextualmente, de forma constitutiva e/ou manifesta, nas diversas representações desse discurso que atende a diferentes interesses. Portanto, a intertextualidade, manifesta e/ou constitutiva (interdiscursividade), é um recurso fundamental para a construção das representações do discurso ecológico e dos diversos enfoques que elas, conseqüentemente, engendram, vice-versa, nas práticas discursivas e sociais.

3.3 AS REPRESENTAÇÕES DA ECOLOGIA EM DISCURSOS E PRÁTICAS SOCIAIS

Diante do exposto, na seção 3.1, com uma definição de discurso ecológico e a apresentação, na seção 3.2, das intertextualidades que perpassam suas diversas representações, é difícil conceber o discurso ecológico sem uma intertextualidade, seja constitutiva e/ou manifesta. Por isso, nesta seção, mencionar-se-á, brevemente, movimentos, políticas, religiões, discursos e práticas que compreendem esse discurso, pois o discurso ecológico não é uma preocupação hodierna. O discurso ecológico constitui, intertextualmente e interdiscursivamente, e é constituído por outros discursos.

A interdiscursividade do discurso ecológico já é evidente porque, como diz Alier (2018, p. 14), “[...] nos conflitos socioecológicos, diversos atores esgrimem diferentes discursos de valoração”. Enquanto uns valoram o culto à vida silvestre, natural, muitas vezes, intocável, outros utilizam a noção econômica e produtivista, buscando uma ecoeficiência. Alguns atores, entretanto, não possuem esses discursos de valoração e, como já mencionado, recorrem a discursos de valoração como a sacralidade da Natureza, a subsistência familiar e comunitária, as tradições, os direitos humanos, etc. Esses discursos de valoração encontram-se no ecologismo dos pobres. Sem desconsiderar as outras, é a partir dessa perspectiva que se

abordará os conflitos socioecológicos quando eles nem possuíam essa perspectiva que hoje se considera “ecológica”.

Classificar alguns movimentos como “ecologismo dos pobres” e/ou “ecológicos”, de uma forma mais abrangente, pode ser considerado anacronismo por alguns, e de certo modo, é. Entretanto, parte-se da análise que Joan Martínez Alier realiza em seu livro *O ecologismo dos pobres* (2018), abordando diversos conflitos ao redor do globo antes da popularidade da questão ecológica entrar em cena. O autor considera que

“ao comprovar a existência de casos históricos de conflitos ecológicos que não foram incorporados no discurso ecologista ou ambientalista, podemos então interpretar como conflitos ecológicos os casos atuais de conflito social nos quais os atores ainda são hoje reticentes em denominar a si mesmos ecologistas ou ambientalistas” (GUHA, 1989 *apud* ALIER, 2018, p. 90).

Não nos cabe aqui essa discussão nem a descrição detalhada desses conflitos porque foge ao nosso escopo. Porém, cita-se alguns eventos históricos classificados, pelo autor, como ecologismos dos pobres e, dentro do nosso escopo, comenta-se, sucintamente, alguns dos diferentes discursos que os constituem.

Alguns desses conflitos socioecológicos envolvem a mineração. O exemplo de Ashio no Japão é emblemático. Um desastre ecológico de contaminação. Trabalhadores se revoltando por melhores condições de trabalho. Nota-se que, embora a questão central fosse uma melhoria nas condições de trabalho, a questão ecológica estava subentendida. Portanto, essa interdiscursividade estava presente aqui porque, se um grupo de trabalhadores lutam por melhores condições de trabalho em face de situações que os colocam em risco, e, nesse caso, também o risco ao meio ambiente, mesmo que não tivessem consciência à época e/ou não fosse uma preocupação imediata, a questão ecológica estava presente.

“O ecologismo ‘retrospectivo’ relacionado com a mineração e a contaminação do ar tem se convertido em um tema da história social em muitos países” (ALIER, 2018, p. 99). Peru, Huelva (Andaluzia), Bougainville, Papua Ocidental, entre outros exemplos de localidades em que conflitos ecológicos, em maior ou menor grau, envolvendo mineração ocorreram. Empresas que exploraram o território, colocando os trabalhadores, em grande parte, em situações sub-humanas e responsáveis por graves degradações ambientais, mesmo que, à época, essas questões não fossem tão acentuadas e essas companhias não fossem cobradas como atualmente. Embora, algumas empresas fossem levadas aos tribunais, nem sempre elas eram responsabilizadas por suas violações ambientais. O discurso ecológico, portanto, retrospectivamente, é subentendido dentro de outros discursos.

Outro exemplo é a questão da carcinicultura, ou seja, a criação de camarão em cativeiro. Essa forma de cultivo do camarão é danosa aos mangues, pois “a vegetação do mangue tem sido sacrificada em favor do cultivo comercial do camarão”, além de ameaçar a subsistência de moradores locais porque “a produção comercial de camarão pressupõe a perda do sustento das pessoas que vivem diretamente dos produtos do mangue” (ALIER, 2018, p. 120). Esse conflito ambiental ocorreu/ocorre em diversos países como Equador, Honduras, Colômbia, países do sul e sudeste asiático e África Oriental, ou seja, países do Sul Global, de um modo geral. Há especificidades nesses conflitos que não iremos nos deter, mas há um discurso de valoração da defesa da subsistência da forma de vida de um grupo e/ou comunidade que está sendo ameaçado pela produção industrial de camarão.

Entretanto, o discurso ecológico de defesa dos manguezais, que engendra uma proteção costeira e contra elevações do nível do mar, está subentendido. É claro que podem existir pessoas e/ou grupos que já colocam a centralidade da questão ambiental, afinal, um movimento, comumente, é composto por várias pessoas que, mesmo possuindo visões, agendas, perspectivas diferentes, se unem em torno de um objetivo mais amplo. Contudo, as pessoas estão, prioritariamente, defendendo, às vezes com ações diretas como a destruição das piscinas de carciniculturas, o seu modo de sobreviver que, devido à escala, é mais sustentável que a perspectiva industrial. Enquanto um cultivo de subsistência (mesmo que comercial), geralmente, não fomenta uma ruptura metabólica⁹⁸, o cultivo industrial, frequentemente, sim.

Outro discurso de valoração que pode subentender o discurso ecológico é o discurso dos direitos civis. Por exemplo, a defesa dos direitos civis nos Estados Unidos, em um momento de segregação racial, que ainda persiste, se não mais legalmente, mas culturalmente, pode coadunar-se com a questão ecológica e/ou ambiental porque o movimento de justiça ambiental está entrelaçado com o movimento de direitos civis, especialmente em relação às discussões sobre racismo ambiental⁹⁹. Martin Luther King, em abril de 1968, em sua última viagem para Memphis, Tennessee, “[...] tinha por meta conquistar melhores condições de trabalho para os coletores de lixo, cuja saúde estava exposta a sérios perigos” (ALIER, 2018, p. 231). É nítida a interdiscursividade com os diferentes discursos de valoração.

⁹⁸ “A ruptura metabólica se refere a quando desenvolvimentos da sociedade humana geram tamanha pressão no metabolismo da natureza a ponto de causar uma ruptura irreparável no metabolismo social” (MARX, 1981 *apud* FERNANDES, 2020, p. 134).

⁹⁹ “O racismo ambiental contribui para que grupos racializados e marginalizados paguem um preço maior na forma de impactos destrutivos comparado a quem está mais bem posicionado nas estruturas e em especial em relação aos grandes responsáveis, que muitas vezes atuam deliberadamente para transferir os custos e os impactos” (FERNANDES, 2020, p. 80).

Muitos discursos de valoração podem ser observados “antes” da questão ecológica. O discurso de valoração humano e seus direitos, em relação à igualdade dos direitos civis, em relação à questão trabalhista porque há uma luta por melhores condições de trabalho e em relação à medicina porque preocupa-se com a questão da saúde diante de uma atividade periculosa. E o discurso de valoração ecológico que, embora não estivesse em destaque, é possível notar-se presente, pois um tratamento adequado do lixo é fundamental para o meio ambiente. Sendo assim, as preocupações ambientais e/ou ecológicas podem estar subentendidas em diferentes discursos, ações e movimentos, sem que, necessariamente, se utilizem de um discurso de valoração, destacadamente, ecológico.

Esses exemplos de ecologismo/ambientalismo popular ou dos pobres evidenciam que as lutas com diferentes discursos de valoração como a defesa de direitos trabalhistas, a defesa da subsistência, a defesa de direitos civis e da redução dos riscos à saúde, entre outros, estão presentes nos prelúdios do que posteriormente seria conhecido como uma representação do discurso ecológico, compreendendo, intertextualmente, manifesta e constitutivamente, esses outros discursos de valoração. Os diversos atores sociais, em suas diferentes lutas sociais, irão fazer escolhas que envolvem suas necessidades mais imediatas e seus objetivos táticos e/ou estratégicos e, com isso, utilizarão os diversos discursos de valoração que estiverem a sua disposição. Portanto, “existem fascinantes casos, históricos e atuais, nos quais aqueles que se denominam ambientalistas não o são, e aqueles que o são não utilizam essa terminologia” (ALIER, 2018, p. 171).

Discorre-se agora a respeito de discursos de valoração em que as questões ecológicas e/ou ambientais já começam a mostrar-se de forma mais evidente. Algumas pessoas e movimentos são emblemáticos. Rodolfo Montiel, no México, Wangari Maathai, no Quênia, Ken Saro-Wiwa, na Nigéria, o movimento *Chipko*, na Índia, Chico Mendes, no Brasil, entre outros que, em suas lutas, às vezes, nem tiveram a chance do reconhecimento. Esses personagens e movimentos, cada um a seu modo e em suas realidades locais, estiveram à frente da defesa do meio ambiente, mesmo que os discursos de valoração nem sempre fossem “ecológicos” e/ou “ambientalistas”, pois as questões de classe, por exemplo, estavam presentes porque a centralidade da subsistência era/é frequente em muitos movimentos do ecologismo dos pobres.

Rodolfo Montiel, na Organização dos Camponeses Ecologistas da Serra de Petatlán, no México, lutava contra a depredação dos recursos naturais de sua região. Wangari Maathai, em 1977, no Quênia, além de encorajar mulheres para a preservação do meio ambiente, criou um movimento de semeadura de árvores denominado Movimento do Cinturão Verde do Quênia.

Ken Saro-Wiwa, na Nigéria, opôs-se à destruição do meio ambiente ocasionada por petroleiras transnacionais, como a Shell, por meio do seu Movimento Pela Sobrevivência do Povo Ogoni. Essas ações levaram a alguns acontecimentos. Rodolfo Montiel sofreu o cárcere e a tortura, mas sobreviveu. Nos anos 2000, Montiel foi agraciado com o Prêmio Goldman, que é dedicado a indivíduos que lutam para salvaguardar o meio ambiente e correm risco de vida por isso. Já Wangari Maathai conquistou o prêmio Nobel da Paz em 2004 por seu trabalho social e ambiental, sendo a primeira mulher africana a receber tal prêmio. E o Ken Saro-Wiwa foi assassinado pelo Estado nigeriano.

O movimento *chipko* não teve uma liderança porque foi liderado por várias pessoas. O movimento buscava evitar o corte das árvores, abraçando-as (*chipko*) e conseguiu evitar o corte de árvores que seriam destinadas ao mercado. Esse movimento articulava a resistência camponesa de preservação e subsistência com um discurso ecológico porque “[...] marcou a utilização de um discurso novo, o ecologista, para descrever e analisar um tipo de conflito com muitos precedentes históricos” (ALIER, 2018, p. 174). O *Chipko* se assemelha com um movimento que marcou a questão ambiental no Brasil tanto pela personagem (Francisco Alves Mendes Filho, conhecido como Chico Mendes) quanto pelo ambiente em que aconteceu (Amazônia).

Chico Mendes é um nome incontornável ao abordar o Discurso Ecológico do Brasil. Seringueiro, sindicalista e político que é conhecido, nacional e internacionalmente, pela sua luta em defesa dos povos da floresta. Os sindicalistas do Acre buscavam alianças com indígenas, populações ribeirinhas, castanheiros, entre outros (ALIER, 2018, p. 175). Essa aliança denominou-se Aliança dos Povos da Floresta e comprometia-se a

“[...] defender a mata e os direitos territoriais dos seus membros. Mais ainda, além de trabalhar com certo êxito na demarcação dos territórios indígenas tradicionais, poupando-os das consequências da privatização e dos cercamentos, criou novas modalidades comunitárias de propriedade do solo, as chamadas ‘reservas extrativistas’, uma ideia atribuída à antropóloga Mary Alegretti” (ALIER, 2018, p. 175).

Essa aliança e esse ativismo, certamente, incomodaram os que se utilizavam das terras, das florestas e do meio ambiente, comumente, de forma depredadora, visando apenas o lucro acima de tudo, inclusive, acima da vida, de todas as formas de vida.

Mendes “em face da violência armada liderou um movimento com formas pacíficas de luta” (GRZYBOWSKI, 1998, p. 10). Um dos mecanismos de ação era denominado *empate*. O *empate* consistia na marcha de crianças, mulheres e homens pela floresta e, de mãos dadas,

buscava impedir o corte de árvores proveniente das madeiras e dos seus executores dessas ações. Portanto, há semelhanças, tanto na forma quanto no conteúdo, entre o *Chipko* e o *Empate*, levando em consideração as especificidades locais. Muitos desses lutadores ecológico-sociais foram martirizados e suas mortes “[...] não comprova[m] exatamente que sua causa foi correta, mas sim que possuíam uma causa (ALIER, 2018, p. 89). Entretanto, mesmo que suas lutas, posteriormente, tenham frutificado, Chico Mendes e Ken Saro-Wiwa foram assassinados. Enquanto Mendes por capangas a serviço de “chefes” da região, Saro-Wiwa pelo Estado.

Até os dias atuais, a violência no campo, em muitas partes do mundo, persiste. Não é diferente no Brasil. Há vários Chicos Mendes morrendo frequentemente, anonimamente. Muitos são os casos que nem sempre são conhecidos e/ou ganham a devida repercussão. Muito sangue anônimo é derramado e escorre rumo ao esquecimento, infelizmente. O Massacre de Eldorado do Carajás em 1996, vitimando 21 trabalhadores sem-terra, é sintomático dessa violência no campo que persiste no Brasil. Mas não só. Outro caso ilustrativo e conhecido, nacional e internacionalmente, é da irmã Dorothy Stang. Stang era uma freira estadunidense e naturalizada brasileira que defendia causas em defesa dos indígenas e fazia parte da Comissão Pastoral da Terra, entre outros enfrentamentos que resultaram em seu assassinato em 2005. Outro caso recente de repercussão mundial é o assassinato do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista brasileiro Bruno Pereira. Em 2022, eles desapareceram na região do Vale do Javari, que é uma terra indígena, no oeste do Estado do Amazonas, legalmente demarcada, sendo posteriormente descoberto seus restos mortais. O ocorrido ainda está sendo investigado e, portanto, não se sabe muito a respeito, contudo, esses enfrentamentos e suas drásticas consequências podem ser também entendidos dentro de um ecologismo dos pobres.

Esses movimentos utilizam diferentes discursos de valoração, entretanto, as práticas sociais e, conseqüentemente, os discursos dos movimentos da Organização dos Camponeses Ecológicos da Serra de Petatlán no México, Movimento do Cinturão Verde no Quênia, Movimento Pela Sobrevivência do Povo Ogoni na Nigéria, o *Chipko* na Índia e a Aliança dos Povos da Floresta no Brasil, utilizam, uns mais outros menos, o discurso que podemos denominar ecologista. É um discurso ecológico que está intertextualmente, manifesta e constitutivamente, compreendendo outros discursos de valoração e, conseqüentemente, engendrando práticas sociais que são correspondentes às necessidades de cada ator e/ou movimento social.

Os conflitos ecológicos tendem a ser sistêmicos porque envolvem muito mais do que somente a Ecologia. A resistência de certos grupos em relação a essas questões não pode ser vista somente como uma proteção de sua identidade, mas a preservação de um modo de vida,

sua subsistência. Por isso, “[...] considerar que os conflitos ecológicos distributivos são manifestações de uma política de identidade não é convincente” porque “[...] as identidades coletivas locais constituem um dos discursos nos quais se expressam esses conflitos ecológicos distributivos, que hoje detêm um caráter sistêmico” (ALIER, 2018, p. 344). O discurso ecológico, portanto, também está relacionado às práticas sociais locais de determinada comunidade, grupo e/ou povo porque ele se constituirá com as intertextualidades que advém das diferentes práticas sociais que engendram discursos que, conseqüentemente, as engendram. Dentro da perspectiva do ecologismo dos pobres, uma representação do discurso ecológico dificilmente será somente ecológica, pois constituirá uma representação discursiva multifatorial que poderá ter a preponderância ou não da questão ecológica.

Os diversos discursos de valoração podem ser conflitivos. As representações desse discurso ecológico podem conter defesas, resistências e alternativas aos modos hegemônicos (ou não) de práticas sociais. Os movimentos do Sul Global utilizam-se de discursos mais confrontantes em relação ao Estado enquanto os movimentos do Norte utilizam-se de discursos menos confrontantes em relação ao Estado porque acreditam mais nas mediações do Estado (ALIER, 2018, p. 276). É evidente que isso é reflexo de como os estados do Norte e do Sul são formados, as assimetrias de poder, o papel que desempenham nas cadeias produtivas internacionais e a solidez e permeabilidade institucional desses estados. Estados do Norte Global que defendem o meio ambiente em seus territórios podem, de diferentes maneiras, impor, coercitivamente ou não, medidas degradadoras do meio ambiente em Estado do Sul Global. Os habitantes dos Estados do Sul Global tendem a desconfiar mais de seus próprios Estados Nacionais porque nem sempre atuam em defesa dos interesses de seus cidadãos ou atuam na defesa de cidadãos específicos.

Essas resistências às políticas do Estado podem ser pacíficas ou não. Movimentos Ecológicos (ou com esse viés) podem resistir, pacificamente, como o movimento de *Chipko* e o *Empate*, mas também podem resistir com a destruição de infraestruturas privadas e/ou estatais como, em 1998, o Greenpeace juntamente com a Fundecol (Fundación de Defensa Ecológica) destruíram uma piscina de carcinicultura (ALIER, 2018, p. 123) ou bloqueando pistas como na Bolívia, entre outras formas de resistência (ALIER, 2018, p. 278). As representações resistentes e/ou alternativas do discurso ecológico colocam em xeque a noção de desenvolvimento, pois, como já mencionado, ao abordar-se a respeito das representações concernentes ao discurso ecológico que estão circunscritas ao evangelho da ecoeficiência, a noção de desenvolvimento contida em desenvolvimento sustentável torna a expressão um oxímoro. Portanto, deve-se questionar, por exemplo, “pensamos em desenvolvimento econômico apenas em termos

econômicos (como na sustentabilidade ‘fraca’), ou, mais aprofundadamente, nas suas acepções físicas e sociais (como na sustentabilidade ‘forte’)?” (ALIER, 2018, p. 279-280)”.

Diante desse questionamento, faz-se necessário considerar as alternativas que se colocam como resistentes a essa noção hegemônica de desenvolvimento e, por conseguinte, abarcam, intertextualmente, outros discursos para oferecer alternativas sistêmicas que questionem o *status quo*, pois essas alternativas utilizam-se de discursos de valoração diversos. Alternativas como o Bem Viver (*buen vivir*), decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra, desglobalização, ecossocialismo, entre outras. Essas perspectivas apresentam representações do discurso ecológico (ou com esse viés) que desafiam noções enraizadas nas discussões envolvendo ecologia, meio ambiente, direitos humanos, etc. Esses discursos de valoração social, geralmente, se contrapõem aos discursos de valoração, puramente, econômica.

Os grupos menos favorecidos conseguem lutar melhor dentro do campo dos discursos de valoração social do que nos discursos de valoração econômica porque esses grupos, geralmente, não detém o poder político e/ou econômico para fazer com que sua valoração específica seja hegemônica. Esses grupos não possuem o poder de simplificar a complexidade da questão ecológica como os discursos de valoração, puramente, econômica conseguem fazer porque nessas análises não se levam em conta todas as variáveis nem esses discursos de valoração social, pois, como já mencionado, não há comensurabilidade nos valores¹⁰⁰. Sendo assim, busca-se compreender os discursos de valoração encampados por essas representações contra-hegemônicas do discurso ecológico e, vice-versa, os seus efeitos nas práticas sociais.

A alternativa apresentada pelo Bem Viver (*Buen Vivir*) pressupõe alguns elementos centrais. Entretanto, o bem viver não é um conceito único. Para Solón (2019, p. 23) constitui em elementos centrais do bem viver a “visão do todo ou da Pacha”, “a convivência na multipolaridade”, “a busca do equilíbrio”, “a complementaridade da diversidade” e a “descolonização”. Esses elementos se contrapõem diretamente aos discursos ecológicos hegemônicos porque “[...] visa uma ética da suficiência para toda a comunidade, e não apenas para o indivíduo” (BOFF, 2016, p. 67). Isso evidencia que o bem viver dos povos tradicionais andinos, por exemplo, está em contraste com o modo de produção em que estamos inseridos. Um modo de produção que desequilibra o meio ambiente e não possui uma visão holística nas

¹⁰⁰ “[...] O enfrentamento entre o crescimento econômico, a iniquidade e a degradação ambiental deve ser analisado nos marcos das relações de poder”. “Quem tem o poder de simplificar a complexidade, descartando alguns discursos de valoração e enaltecendo outros? Essa é a questão fundamental para a economia ecológica e para a ecologia política” (ALIER, 2018, p. 356-357).

valorações porque preocupa-se com o lucro (valoração econômica) e não tanto (ou aparentemente) com o metabolismo da Terra e os efeitos da degradação ecológica e/ou ambiental (valoração social).

O bem viver é um termo cujo significado é disputado. Principalmente após a ascensão de Evo Morales na Bolívia e Rafael Correa no Equador e seus respectivos governos introduzirem o termo nas alterações constitucionais realizadas em seus respectivos países e utilizarem-no em seus discursos. Ao institucionalizarem o termo, algumas oportunidades e problemas apareceram porque a lógica de funcionamento do Estado, em diversos aspectos, se contrapõe a lógica do bem viver. As atitudes dos respectivos governos como a perpetuação do extrativismo, por exemplo, desagradaram grupos que encampavam essas noções e que apoiaram as eleições dos respectivos líderes políticos. Muitos desses grupos sentiram-se abandonados e, até mesmo, traídos. Contudo, a questão do extrativismo nos países da América Latina é complexa porque faz parte do desenvolvimento das economias desses países e da função desses países no cenário econômico internacional.

O extrativismo, juntamente com uma lógica produtivista (seja capitalista ou socialista), causa danos ecológicos e/ou ambientais sérios. Os argumentos a respeito da necessidade de desenvolvimento das forças produtivas de um país são relevantes, principalmente nos países de capitalismo dependente¹⁰¹, todavia, é necessário repensar a noção de desenvolvimento. Alguns falam, por exemplo, em “dívida ecológica”, isto é, os países do Norte Global estariam em dívida com os países do Sul Global, pois as depredações do meio ambiente nos países do Sul Global acontecem, muitas vezes, para satisfazer as demandas dos países desenvolvidos do Norte Global. Nessa perspectiva, a “dívida externa” dos países do Sul Global estaria sanada e os países do Norte Global estariam em dívidas.

Portanto, “o ‘bem-viver’ não é o nosso ‘viver melhor’ ou ‘qualidade de vida’ que, para se realizar, muitos têm que viver pior e ter uma má qualidade de vida” (BOFF, 2016, p. 67). A concepção do bem viver busca harmonia entre todos os seres vivos, o equilíbrio na relação homem e natureza, a “descolonização” de formas de pensar e agir em relação ao desenvolvimento, à qualidade de vida, entre outros conceitos cujos significantes estão muito atrelados aos significados ditados pelo Norte Global. A cosmovisão do bem viver, para ser

¹⁰¹ “No plano internacional, entendemos que há nações onde o capitalismo está bem desenvolvido e outras onde é subdesenvolvido. Como o sistema é global, isso faz parte de uma dinâmica que muitos pensadores entendem como relação de dependência. O Brasil é um país de capitalismo dependente. Sua indústria nacional é subdesenvolvida, e seu desenvolvimento econômico é atrasado e com demasiado foco em exportação de matéria-prima, o que afeta a autonomia nacional (FERNANDES, 2008 *apud* FERNANDES, 2020, p. 104).

realmente harmoniosa e holística com a Pacha Mama, precisaria ser adotada por todo o globo. A menos que haja uma transformação radical nos modos de agir e pensar o desenvolvimento, não parece algo factível, na realidade hodierna, para além de algumas comunidades autóctones e/ou de autogestão.

A alternativa apresentada pela noção de decrescimento questiona as noções hegemônicas de desenvolvimento e crescimento ligadas ao modelo produtivista porque “o desenvolvimento e o crescimento se converteram na norma global para qualquer tipo de modelo, socialista ou capitalista” (AZAM, 2019, p. 65). Essa perspectiva “[...] não é uma adaptação às flutuações econômicas, uma recessão; é uma escolha política que conduz à redução voluntária e antecipada da utilização da energia e dos recursos, à redefinição das necessidades e à escolha da ‘abundância frugal’” (AZAM, 2019, p. 73). Essa perspectiva é uma crítica feroz ao produtivismo e ao consequente extrativismo porque questiona as concepções e modelos de desenvolvimento existentes, propondo um repensar sobre as nossas concepções em relação ao crescimento, ao progresso, ao bem viver, entre outros atributos.

Sejam nos modelos capitalistas sejam nos modelos socialistas, seja na direita política hegemônica seja na esquerda política hegemônica, essas noções preponderantes de crescimento estão arraigadas. Por exemplo, a República Popular da China, embora haja discussões a respeito do caráter socialista (ou não) do país, adota o chamado “socialismo de mercado” e utiliza-se dessa lógica para o seu próspero progresso ao longo dos anos, tornando-se um país referência de desenvolvimento para o Sul e até mesmo para o Norte Global ao rivalizar com os Estados Unidos da América. Uma rivalidade que alguns autores já consideram uma Nova Guerra Fria ou uma Guerra Fria 2.0. Contudo, os efeitos negativos para o meio ambiente decorrentes do “modelo chinês” também são levados em conta e, diante disso, a China preocupa-se, pelo menos, legalmente, em tratar da questão.

Na constituição do país, por exemplo, está que “o Estado deve proteger e melhorar os ambientes de vida e o meio ambiente ecológico, e prevenir e controlar a poluição e outros perigos públicos” (CHINA, 2019)¹⁰². Nos últimos anos, há políticas que visam minorar e reparar essas degradações ambientais, especialmente com a visão norteadora da atual liderança do país de um futuro para a humanidade de “prosperidade comum e partilhada”. Para pensar em futuro, portanto, é preciso protegê-lo das ameaças que o impedem de ser realizado. Mas a questão do extrativismo, como mencionado anteriormente, faz parte das dinâmicas econômicas

¹⁰² Minha tradução de: “The state shall protect and improve living environments and the ecological environment, and prevent and control pollution and other public hazards” (CHINA, 2019).

dos países do Sul Global. As noções de crescimento de países do Sul Global também estão atreladas às noções de crescimento e desenvolvimento do Norte Global. Por isso, muitos desses países e, por conseguinte, seus respectivos governos enxergam debates nessas perspectivas como ataques aos seus interesses nacionais e ao desenvolvimento de suas potencialidades econômicas e sociais.

O decrescimento é “a invenção de um novo imaginário político e social oposto àquele que subjaz na ideologia do crescimento e do desenvolvimento” (AZAM, 2019, p. 71). Entretanto, há a compreensão de que os países do Sul Global possuem uma “pegada ecológica”¹⁰³ baixa e as necessidades básicas da população ainda não foram, plenamente, atendidas. Contudo, essa perspectiva propõe ao Sul Global repensar suas formas de desenvolvimento. Não é uma tarefa fácil porque o imaginário político e social de grande parte dos países do Sul Global está culturalmente orientado para o Norte Global e os seus processos de desenvolvimento. Além do imaginário colonizado, há a própria dinâmica da inserção desses países na economia global que os direciona para essas práticas.

Ademais, a relação do desenvolvimento com o extrativismo nos países do Sul Global também pode ser considerado um efeito desse imperialismo ecológico. Mesmo que sejam decisões soberanas e voluntárias desses países, há também que se considerar as relações na divisão econômica internacional que esses países ocupam porque, muitas vezes, podem não ter alternativas rápidas, de curto e/ou médio prazo, para conseguirem atingir seus objetivos de “desenvolvimento” e, por conseguinte, reforçar sua autonomia. E, mesmo que queiram escapar dessa matriz de desenvolvimento, podem ser restringidos de diversas formas, sutis ou não, pelos que lucram, internamente e/ou externamente, com a manutenção do extrativismo. Alier (2018, p. 301) sistematiza que

“desse modo, na América Latina, o petróleo – o ‘ouro negro’ – tem sido exportado sem que se pense no seu esgotamento ou em outros impactos ambientais locais, ou ainda no acirramento do efeito estufa. O ‘ouro verde’ tem sido roubado e, agora, tornou-se objeto de novos contratos de bioprospecção que dissimulam a biopirataria. O ‘ouro branco’ das plantas hidrelétricas, responsáveis pela destruição da biodiversidade e das florestas, tem como destino a produção de alumínio para exportação. O ‘ouro amarelo’ é um produto que atende diretamente ao consumo direto, solicitando o revolvimento de quantidades gigantescas de material para que sejam resgatadas tão somente alguns poucos gramas. Finalmente, temos o ‘ouro rosa’, qual seja, o camarão, que destrói fontes de subsistência e os manguezais. Trata-se de uma longa história de espoliação da natureza, que certamente não se deve à pressão da população sobre os recursos naturais da América Latina e da África, mas basicamente motivada pela pressão das exportações” (ALIER, 2018, p. 301).

¹⁰³ “[...] Assim chamada Pegada Ecológica da Terra, quer dizer: quanto de solo, de nutrientes, de água, de florestas, de pastagens, de mar, de plâncton, de pesca, de energia etc. o planeta precisa para repor aquilo que lhe foi tirado pelo consumo humano?” (BOFF, 2016, p. 27-28).

Essa esquematização demonstra que é uma história persistente no continente e os fatores são muitos, alguns dos quais já foram mencionados. Essa relação com o extrativismo nem sempre é benéfica para esses países, mas, muitas vezes, são levados a adotar essas políticas, seja em nome do desenvolvimento, seja por meio de coerções políticas para conseguirem atender a certas demandas internas e externas. Contudo, essas políticas podem, no médio e longo prazo, ao invés de engendrar o desenvolvimento, levar esses países a ruína política, social, econômica e ambiental.

Mesmo grupos políticos contra-hegemônicos e anticapitalistas no Sul Global, em seus discursos, pensam o crescimento e desenvolvimento, nas perspectivas tradicionais, como uma forma de os países do Sul Global se emanciparem. A lógica em que essas coisas estão estruturadas é realmente bastante complexa e não é tão simples de desestruturá-las para estabelecer esses modelos alternativos de sociedade. Porém, cada vez mais, faz-se necessário repensar essas noções estabilizadas de progresso e desenvolvimento porque a questão ecológica está candente e exigindo soluções que, dado o *status quo* em que estamos inseridos, beira a utopia. Afinal, se as crises atuais são sistêmicas, são necessárias alternativas realmente antissistêmicas para que a humanidade consiga enfrentar os desafios impostos pelas realidades, muitas vezes, contraditórias que são engendradas pela própria humanidade, isto é, por alguns grupos específicos que fazem parte da humanidade.

Os bens comuns ou comuns também são um movimento alternativo para pensar a relação entre meio ambiente e os indivíduos, especialmente no concernente às questões dos direitos de gestão desses bens. Em sua origem, “[...] os bens comuns eram os bens naturais, como florestas e pastagens, que os camponeses da Idade Média podiam acessar para assegurar sua subsistência”. Esse conceito aplicou-se “[...] a todos os recursos naturais administrados coletivamente pelas sociedades pré-capitalistas: áreas de pastoreiro, sistemas comunitários de irrigação, pesca e silvicultura”. Para além disso, “nos últimos tempos, os bens comuns do conhecimento começaram a ser conceitualizados em resposta ao endurecimento das regras de propriedade intelectual” (AGUITON, 2019, p. 93).

Nota-se uma perspectiva que contesta diretamente os pressupostos do capitalismo porque a noção dos bens comuns como propriedade privada não é concebível dentro dessa visão. Os comuns opõem-se a apropriação privada e individual de bens comuns para explorar, “comoditificar” e comercializar e, por conseguinte, a socialização dos desastres decorrentes dessa degradação ambiental. Enquanto os lucros provenientes dessas apropriações ficam retidos nas mãos de poucos, muitos são os que sofrem os efeitos advindos dessas alterações ambientais. Bolívia e Itália são alguns exemplos de práticas sociais em que a representação do discurso

ecológico, por exemplo, em defesa dos bens comuns se apresenta. Na Bolívia, uma mobilização impediu que a água fosse privatizada em Cochabamba e El Alto, na chamada Guerra da Água na Bolívia. Na Itália, um referendo decidiu que a água é um bem comum (AGUITON, 2019, p. 94).

A disputa sobre a gestão dos bens comuns são disputas políticas e econômicas que serão, cada vez mais, evidentes porque o atual modo de produção precisa constantemente de novos recursos para explorar e novos mercados para expandir-se e manter-se em constante crescimento. Diante disso, “há que considerar que em todos os setores existe uma pressão corporativa, e inclusive estatal, para controlar esses bens comuns e inseri-los nas dinâmicas capitalistas, predatórias e extrativistas” (AGUITON, 2019, p. 97). Essas considerações são relevantes, contudo, o interesse estatal de gestão desses bens comuns, que pode ser o mesmo da iniciativa privada, porém com outros regimes de propriedade, pode ser, muitas vezes, um interesse (geo) estratégico. Interesses que perpassam a geopolítica, o imperialismo (incluindo o ecológico) e o interesse de países estrangeiros em determinados recursos escassos em seus territórios e abundantes em outros.

Embora o conceito de imperialismo na contemporaneidade seja considerado, em grande parte, *démodé*, mesmo em setores considerados de esquerda, percebe-se que o imperialismo, mesmo que de diferentes formas, está presente e persistente nas relações iníquas entre os países, uma vez que alguns autores mencionam, inclusive, a existência de um imperialismo tardio. Considera-se imperialismo “[...] o conjunto de políticas de expansão econômica e/ou territorial que atravessam uma relação de dominação econômica, política, cultural, diplomática e/ou militar com intuito de transferir valor comercialmente ou via expropriação de um território/país a outro” (FERNANDES, 2020, p. 104). O imperialismo que, de acordo com Lenin, é a fase superior do capitalismo, está também imbricado com as questões ecológicas porque o capitalismo precisa expandir-se e necessita, cada vez mais, de recursos naturais para isso. Portanto, o imperialismo ecológico é uma das formas que o imperialismo se apresenta.

Logo, nota-se que os países que possuem recursos naturais em abundância, especialmente os de capitalismo dependente, são, frequentemente, alvo de interferências que buscam favorecer a transferência desses recursos para as nações capitalistas centrais de forma consensual, democrática e/ou coercitiva, pois “países em situação de capitalismo dependente são alvo fácil de políticas imperialistas, as quais aprofundam a exploração de seus trabalhadores e de seus recursos naturais como formas de transferência de valor para países desenvolvidos intervencionistas” (FERNANDES, 2020, p. 104). Assim sendo,

“para as economias imperialistas, uma relação econômica com um país de capitalismo dependente significa mão de obra barata, recursos naturais baratos e, muitas vezes, uma democracia restrita frágil passível de ser influenciada ou se tornar alvo de intervenção direta” (FERNANDES, 2020, p. 104-105).

Dessa forma, por mais que existam subterfúgios discursivos, é difícil negar essa relação iníqua entre países e os efeitos degradantes ao meio ambiente que elas podem engendrar. Por exemplo, o “[...] envio de resíduos tóxicos para países mais pobres (teoricamente proibido pela Convenção de Basileia de 1989)”, sendo denominado de “imperialismo tóxico” pelo Greenpeace em 1988 (ALIER, 2018, p. 341). Portanto, nem sempre o interesse estatal é somente no sentido de uma “comoditificação” e, conseqüentemente, uma comercialização, mas de uma defesa dos recursos que estão dentro de seu território e, por conseguinte, a defesa de sua soberania. Claro que essa defesa também pode ser apenas um pretexto, entretanto, as questões concernentes ao discurso ecológico, como já mencionado, são sempre multifatoriais.

As mulheres, principalmente as pobres, por exemplo, “[...] dependem dos recursos de propriedade comum (lenha, pastagens e água) numa proporção muito maior do que os homens [...]” porque “[...] em muitas culturas elas dispõem de um acesso mais estrito à propriedade privada” (AGARWAL, 1992 *apud* ALIER, 2018, p. 283). Isso evidencia o quanto as mulheres estão envolvidas, diretamente, em muitos conflitos ecológicos, sofrendo na pele os impactos de uma apropriação privada de recursos comuns, da degradação e poluição ambiental. Para além disso, questões do gênero feminino se inter cruzam. Diante disso, o ecofeminismo apresenta-se como um movimento que compreende, interdiscursivamente, dois discursos: o da ecologia e o do feminismo.

O ecofeminismo é uma concepção que “coloca em uma só perspectiva duas correntes, da teoria e da prática política, emergentes da modernidade da ecologia e do feminismo [...]” e busca “[...] explicar e transformar o sistema de dominação e violência atual com foco na crítica do patriarcado e da superexploração da natureza, entendidas como parte de um mesmo fenômeno” (BELTRÁN, 2019, p. 113). O ecofeminismo não é, pura e simplesmente, uma interdiscursividade entre discursos, mas procura “[...] reunir elementos dos movimentos verdes e feministas, enquanto, ao mesmo tempo, oferece um desafio a ambos”, uma vez que “tira do movimento verde uma preocupação com o impacto das atividades humanas sobre o mundo não humano e do feminismo a visão da humanidade como generificada em formas que subordinam,

exploram e oprimem mulheres” (MELLOR, 1997, p. 1 *apud* DYETT; THOMAS, 2019, p. 208)¹⁰⁴.

A interdiscursividade entre esses dois discursos, que representam o discurso ecofeminista, torna-se ainda mais complexa porque tanto o discurso ecológico quanto o discurso feminista possuem diversas representações diferentes. Esses discursos, a depender da sociedade que os circunscrevem, podem assumir diferentes representações. Entretanto, o discurso ecofeminista antissistêmico não é somente anticapitalista, mas é “antipatriarcal” porque considerada que o patriarcado, embora imbricado, prescinde o capitalismo, pois nem sempre a mudança nos regimes de produção e/ou propriedade significa uma mudança nas relações patriarcais dos detentores desses meios.

Por isso, a junção desses dois discursos revela-se profícua, especialmente porque as mulheres estão na linha de frente de muitos conflitos ecológicos e são, comumente, silenciadas e/ou ocultadas. Mulheres que, frequentemente, sustentam suas famílias com os recursos das atividades de subsistência que realizam por meio dos bens comuns. Essas atividades podem até ser um meio de subsistir sem precisar submeter-se aos mandos e desmandos de seus companheiros. Da mesma forma que muitos movimentos podem ser encaixados no ecologismo dos pobres, mesmo que os atores sociais não se reconheçam como ecologistas e/ou ambientalistas, as práticas sociais das mulheres podem revelar um *ecofeminismo*, mesmo que essas mulheres não se denominem dessa forma ou até rejeitem termos devido ao nível de carga ideológica que um termo pode assumir em determinado contexto e/ou formação societária.

Outra alternativa sistêmica é a respeito dos direitos da Mãe Terra. Essa alternativa possui diferentes enfoques porque perpassa diversos campos como o indígena, o científico, o ético, o jurídico, etc. Portanto, as diversas representações do discurso ecológico, que perpassam a noção de direitos da Mãe Terra, relacionam-se, intertextualmente, com esses outros campos do conhecimento. Contudo, esses enfoques compactuam com a construção de “[...] uma sociedade que compreende o humano e a natureza como um todo” (SOLÓN, 2019, p. 145). Essa concepção busca superar noções antropocêntricas em que os seres humanos se consideram superiores aos demais seres vivos e não vivos e, devido a isso, possuem o direito de apossar-se deles. Com isso, uma noção de “direitos da Terra” opõe-se a essa perspectiva. Entretanto, apesar do termo “direito”, não é uma questão meramente jurídica.

¹⁰⁴ Minha tradução de: “Ecofeminism brings together elements of the feminist and green movements, while at the same time offering a challenge to both. It takes from the green movement a concern about the impact of human activities on the non-human world and from feminism the view of humanity as gendered in ways that subordinate, exploit and oppress women” (MELLOR, 1997, p. 1 *apud* DYETT; THOMAS, 2019, p. 208).

O enfoque indígena, por exemplo, possui um forte respeito pela noção de uma não divisão entre seres vivos e não vivos. O enfoque científico, com seus dados e metodologias, busca, por meio da representação do discurso “técnico-científico”, apresentar que as alterações causadas na natureza por atividades humanas estão provocando um desequilíbrio, cada vez mais, irreversível. O enfoque ético aborda diferentes visões filosóficas, religiosas e/ou morais que evidenciam a conexão entre humanos e meio ambiente como interdependentes e não de subordinação. O enfoque jurídico desenvolve proposições e ações legais para estabelecer dentro da lei noções que encampam os direitos da Terra e, com isso, criam uma jurisprudência que pode ser invocada em nome desses direitos. Uma “jurisprudência da Terra” (SOLÓN, 2019, p. 158).

Casos emblemáticos do estabelecimento dessa representação discursiva dos direitos da Mãe Terra, em sua vertente jurídica, através das práticas sociais de grupos organizados, são o Equador e a Bolívia. Esses países, que passaram por governos que demonstravam, pelo menos, aparentemente, se importarem com o meio ambiente, ao mudarem as constituições de seus países, incluíram o conceito de bem viver, como já abordado, e também concepções que podem ser consideradas “direitos da natureza” e “direitos da Mãe Terra (Pacha Mama)”. É bom ressaltar que “[...] os direitos da Mãe Terra e os da natureza não são exatamente o mesmo” (SOLÓN, 2019, p. 146). Enquanto os direitos da natureza procuram assegurar os direitos dos elementos não humanos, os direitos da Mãe Terra procuram assegurar os direitos de todos, almejando uma superação da dicotomia ser humano e natureza (SOLÓN, 2019, p. 146).

Embora seja um avanço, tanto o Equador quanto a Bolívia possuem contradições em relação a seus próprios mecanismos constitucionais. Nem sempre são respeitados e/ou acionados, especialmente quando há noções que envolvem “interesses nacionais” e coisas correlatas. Há também a falta de mecanismos que “forcem” a aplicação desses instrumentos legais. Provavelmente, essas contradições acontecem em diversos países do Sul Global, especialmente na América Latina, mas não somente. Quando há conflito entre a Natureza e o Capital e/ou entre a Natureza e o Homem, comumente, a natureza é sacrificada. Há também a utilização dos direitos da Natureza como forma de comércio, por exemplo, a ideia de “[...] compensar a destruição da natureza numa parte do mundo com a compra de bônus obtidos de um projeto em outra parte” (SOLÓN, 2019, p. 168). Uma espécie de mercantilização da natureza e de sua respectiva degradação¹⁰⁵.

¹⁰⁵ “O melhor exemplo disso é a iniciativa REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), que postula, por exemplo, que os transportes aéreos, em lugar de reduzir de maneira efetiva suas

A noção de direitos da Mãe Terra e/ou da natureza também pode ganhar mais abrangência. Por exemplo, há uma tentativa de tipificar o crime de “ecocídio”, que seria uma grave violação desses direitos acima mencionados, no Tribunal Penal Internacional. Se efetivamente ocorrer, muitos casos poderiam ser analisados com o enfoque legal de um “ecocídio”, engendrando outras representações do discurso ecológico e, conseqüentemente, práticas sociais, jurídicas e legais, uma vez que alguns grupos de ativismo ambiental, em suas práticas discursivas e sociais, já se utilizam dessa representação para se referir a alguns desastres ecológicos e/ou ambientais. No Brasil, por exemplo, os desastres ambientais provocados, recentemente, por mineradoras poderiam ser considerados “ecocídios” devido ao tamanho da destruição que ocasionaram ao meio socioambiental em que estiveram circunscritas. Entretanto, os desastres ambientais tendem a não impactar somente as regiões que estão próximas, mas além delas, e, por isso, as reparações e/ou regenerações são ainda mais laboriosas. Entretanto, diante de uma tipificação penal, é necessário estar atento (sempre) porque o Direito, nesse caso, ambiental e internacional, e seus aspectos não estão apartados dos jogos de poder que permeiam a sociedade.

Outra alternativa é a “desglobalização”. Isso “[...] não significa se isolar ou defender uma autarquia, mas impulsionar uma integração mundial diferente, que não esteja dominada pelo capital. É uma alternativa para pensar e construir uma integração que coloque no centro os povos e a natureza” (SOLÓN, 2019, p. 175). Essa “desglobalização”, como as outras alternativas apresentadas, também teria de ser anticapitalista porque pensar uma “desglobalização” nos marcos do capitalismo atual não é crível. Essa perspectiva questiona “[...] o processo dominado pela lógica do capital e de uma suposta racionalidade econômica que erode a capacidade de decisão das pessoas e dos Estados” (SOLÓN, 2019, p. 175). É, definitivamente, um efeito deletério a perda da capacidade das pessoas e dos Estados decidirem o seu próprio destino porque, por exemplo, a força das multinacionais, muitas vezes, engendra poderes políticos maiores dos que os conquistados por meio de consulta popular.

Essas interferências minam a soberania dos povos e dos países. O meio ambiente também é duramente impactado porque, geralmente, perde na disputa com o capital. Muitos países dependem dessas multinacionais e, por isso, não as enfrentam, mesmo quando há violações de todo tipo, incluindo as ambientais. Em uma era globalizada, a globalização globaliza os problemas socioambientais. A globalização possui desdobramentos positivos e negativos, contudo, a globalização também é relativa porque é uma globalização de produtos,

emissões de gases do efeito estufa, comprem créditos de carbono de projetos de conservação de florestas” (SOLÓN, 2019, p. 169).

bens e serviços. As pessoas, comumente, não podem e/ou não são permitidas circularem livremente. Foge ao nosso escopo uma discussão a esse respeito, entretanto, é um fato que, enquanto as mercadorias circulam livremente, as pessoas nem tanto. Uma “desglobalização” buscaria “desmercantilizar” a globalização e, com isso, estabelecer formas alternativas de integração global.

Ressaltando-se que outras alternativas poderiam ser mencionadas, a última alternativa citada, neste trabalho, é a alternativa denominada de *ecossocialismo*. O *ecossocialismo*, brevemente mencionado na seção 3.2, é uma corrente teórico-política que advém de uma crítica radical do capitalismo e também do socialismo produtivista. Para os *ecossocialistas*, da mesma forma que o sistema capitalista engendra as depredações ambientais para se manter viável, o socialismo produtivista também e, diante dessa realidade, não é mais possível conceber um socialismo não ecológico. Essa perspectiva concebe que o modo de produção produtivista não concilia a depredação com a regeneração da natureza e, com isso, uma ruptura metabólica ocorrerá. Até porque, em uma sociedade de terra arrasada, uma revolução pode até acontecer, mas as condições para o estabelecimento de uma nova sociedade seriam, provavelmente, bastante inóspitas.

O *ecossocialismo* possui três fases. A primeira fase é bem crítica ao Marx por causa dele “[...] suspostamente não enfatizar questões de sustentabilidade” (FOSTER, 2015, p. 86). Uma tentativa de colocar pressupostos da Teoria Verde nas análises de classe propostas pelo marxismo. A segunda fase busca um hibridismo verde e vermelho porque analisa enfoques realmente ecológicos dentro dos escritos de Marx e Engels, principalmente devido à noção de metabolismo social do Marx e desenvolvimentos sobre a dialética da natureza proposta pelo Engels. Importantes conceitos ecológicos marxianos foram desenvolvidos por pesquisadores nessa segunda fase do *ecossocialismo* ou a fase de um “marxismo ecológico”. Em sua terceira fase, o “[...] *ecossocialismo* está sendo construído a partir da práxis que lida com as contradições do sistema atual, reivindicando alternativas para começar imediatamente” (FERNANDES, 2020, p. 138)¹⁰⁶. Essas fases não são estanques e não se anulam entre si, mas constituem dialeticamente o que é o *ecossocialismo*.

Os *ecossocialistas* divergem com correntes de esquerda, principalmente no Sul Global, que ainda permanecem pensando a superação do capitalismo, mas sem pautar o produtivismo, o extrativismo e outras práticas sociais que envolvem questões ecológicas e/ou ambientais

¹⁰⁶ Tradução de Giuliana Almada e Débora Nascimento (2020) de “[...] *ecosocialism* is being built from praxis that deals with the contradictions from the current system, pushing for alternatives to begin right away” (FERNANDES, 2020, p. 138).

candentes da atualidade, considerando-as como questões de segundo plano. Essa esquerda continua a apostar na dicotomia homem e natureza. Por isso, o “[...] ecossocialismo não é um socialismo que se liga a pautas ambientais e sua importância” (FERNANDES, 2020, p. 131).

Essa perspectiva

“[...] é a síntese entre socialismo e a luta ecológica e forma a compreensão de que é impossível sustentar o socialismo sem um compromisso profundo e inseparável com a preservação do metabolismo da natureza, equilibrada com as necessidades humanas de sobrevivência e qualidade de vida” (FERNANDES, 2020, p. 131).

Essa síntese procura superar a dicotomia homem e natureza porque busca equilibrar as necessidades humanas com as capacidades da natureza dentro de um sistema de produção que atenda essas necessidades ao mesmo tempo que não degrade o meio ambiente.

Engels alertava, já no século XIX, que “[...] não podemos dominar a Natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém situado fora da Natureza; mas sim que lhe pertencemos, com a nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro; que estamos no meio dela [...]” (ENGELS, 2000, p. 224). Essa dicotomia homem *versus* natureza deve ser superada para que se possa pensar em alternativas antissistêmicas (já que a crise é sistêmica) que possam se contrapor às questões urgentes que são colocadas diante de toda a humanidade. O respeito aos limites ecológicos da Terra é necessário porque não existe, até o momento, um planeta B.

E mesmo as explorações espaciais, públicas e privadas, que estão sendo realizadas com mais frequência, não resolverão todos os problemas porque, se por acaso um outro planeta for encontrado, nem todos terão acesso e/ou condições de ir. Dada as condições atuais, justamente a fração da humanidade que contribuiu de forma mais incisiva para a degradação é a mesma que poderá evacuar-se dos problemas causados por suas ações. Além de uma apropriação do lucro e socialização da pobreza, que já acontece, atualmente, em diversas partes do mundo, é uma apropriação privada de (novas) condições de sobrevivência e uma socialização das condições de morte.

A representação *ecossocialista* do discurso ecológico, assim como as demais representações apresentadas até aqui, perpassam campos do conhecimento, políticas, visões, cosmovisões e perspectivas diferentes. O discurso ecológico está intertextualmente, manifesto e constitutivo, acoplado-se com outros discursos e, por isso, engendra as representações alternativas apresentadas que são algumas das perspectivas atuais e emergentes concernentes a esse discurso. Essas alternativas estão dentro do ecologismo dos pobres porque abarcam, em muitos contextos, aqueles que estão à margem do sistema (e das suas representações

hegemônicas). As práticas sociais desses atores sociais engendram discursos que nem sempre se apresentam como representações do discurso ecológico, estando o ecológico subjacente a essas representações.

Muitos são os discursos de valoração utilizados. Os discursos de valoração monetário, humanitário, jurídico, sacro e religioso, entre outros, fazem-se presentes nas diversas representações do discurso ecológico. Tanto esta seção quanto a outra abordam diferentes representações e os respectivos discursos de valoração de cada representação discursiva desse discurso. Não foi mencionado, entretanto, os discursos de valoração religiosa em relação à natureza. As diferentes religiões tratam da questão ecológica de forma distinta. Como a religião é uma área vasta e sujeita a diferentes leituras e interpretações de um mesmo texto, sucintamente, trata-se das noções presentes em algumas religiões representativas das grandes crenças das sociedades humanas habitantes no planeta Terra. Religiões como o Hinduísmo, Budismo, Candomblé, Judaísmo, Cristianismo e Islamismo.

De forma geral, as religiões possuem um respeito e uma reverência à sacralidade da Natureza. Como afirma Marcial Maçaneiro (2011, p. 12),

“[...] as religiões afirmam a sacralidade da vida e da natureza; remetem o princípio da existência humana e planetária à transcendência; esboçam ‘desenhos de mundo’ de perspectiva holística; celebram a fecundidade do solo; reconhecem a dimensão estética do universo; propõem virtudes morais de impacto direto na convivência dos humanos entre si e destes com o meio vital” (MAÇANEIRO, 2011, p. 12).

Sendo assim, as representações do discurso ecológico também podem ser constituídas por intertextualidades e interdiscursividades que advém do discurso religioso e, por conseguinte, de suas representações. Da mesma forma que o discurso ecológico e sua representação religiosa não é única, o discurso religioso e sua representação ecológica também não. Por isso, cada religião abarca diferentes perspectivas dessa sacralidade.

Toda religião possui vertentes, subdivisões, leituras e perspectivas diferentes dentro de si. Contudo, essa abordagem também foge ao nosso escopo. Diante disso, de uma forma ampla e sem ater-se às distinções minuciosamente, coloca-se em evidência as representações do discurso ecológico nas representações do discurso religioso. O Hinduísmo védico, por exemplo, não “[...] confere à humanidade uma superioridade ontológica entre as criaturas (distintamente da visão bíblica e corânica) [...]” (MAÇANEIRO, 2011, p. 24). Outra corrente do hinduísmo, a vishnuíta, em sua doutrina, ensina, entre outras coisas, a “não prejudicar nenhum ser vivo, racional ou irracional” (MAÇANEIRO, 2011, p. 26).

O Budismo coloca a Terra como “[...] o lócus mediador do ser, seu lugar de contemplação, relacionamento e evolução moral-espiritual” (MAÇANEIRO, 2011, p. 36). A noção da interdependência-impermanência-vacuidade alia o budismo com as concepções da Ecologia Profunda. Para o Budismo, “[...] os seres do universo são interdependentes (vinculados entre si por uma ontologia comum) e impermanentes (provisórios na sua aparência individual, pois não tem ontologia própria)” (MAÇANEIRO, 2011, p. 35). Já a vacuidade é “[...] o não sensível, o não conceitual, despido de consciência e de inconsciência” (MAÇANEIRO, 2011, p. 34). O Budismo apresenta também as Oito Regras de conduta ou “caminho óctuplo” que possuem desenvolvimentos sociais, morais e ecológicos.

As que mais se destacam pelas referências ecológicas explícitas são: “agir tendo como propósito o bem de todos os seres [...]”, “privilegiar os meios que possibilitem a subsistência da pessoa sem causar sofrimentos aos demais [...]” e “abster-se de matar e preservar a vida [...]” (MAÇANEIRO, 2011, p. 38). Essas três regras são diretamente ecológicas porque incluem as noções de preservação e respeito às diversas formas de vida, incluindo a questão da utilização para subsistência, desde que não seja depredadora. Portanto, uma noção ecologista inclusiva e que pode constituir, por exemplo, uma representação de ecologismo dos pobres em países em que o Budismo se apresenta como uma crença influente.

O Candomblé, da mesma forma, “[...] não propõe uma ‘ecologia sem humanidade’, o que seria uma perspectiva ingênua e arriscada para a vida na Terra. Pois o livre-arbítrio faz com que o ser humano interfira na ordem criada, de modo benéfico ou maléfico” (MAÇANEIRO, 2011, p. 44). Nessa religião, “[...] preservar a natureza é preservar a religião; preservar a religião é preservar a natureza. Assim se preserva, pois, a vida” (MAÇANEIRO, 2011, p. 51). No Candomblé, em outro sinal da importância que a Natureza desempenha, há a associação dos Orixás com os elementos da Natureza porque atribui “[...] vida espiritual aos elementos e manifestações naturais, com ‘a crença de que cada objeto do mundo em que vivemos é dotado de um espírito’” (MAÇANEIRO, 2011, p. 45). Em outras palavras, é uma sacralização da Natureza.

O Judaísmo, apesar de certa leitura do Gênesis engendrar uma concepção do homem dominador da natureza, também possui perspectivas ecológicas interessantes. Noções de Dia e/ou Anos Sabáticos podem assumir caráter ecológico porque versam sobre o repouso tanto dos homens quanto dos recursos naturais manejados pelos seres humanos. Na Talmud, coleção de livros que registram as discussões sobre diversos temas relacionados ao judaísmo e que é central no judaísmo rabínico, “de modo geral, as regras dietéticas, de pureza e de conduta, têm alcance ecológico, na medida em que orientam sobre a alimentação, a higiene, o contato com animais

e o respeito pela natureza” (MAÇANEIRO, 2011, p. 61). A noção de sacralidade da natureza também está presente porque “em toda criatura mana a ‘seiva’ da Divindade”, ou seja, “[...] as criaturas são sagradas; e a vida deve ser preservada e sustentada nos reinos mineral, animal e vegetal” (MAÇANEIRO, 2011, p. 69).

O cristianismo, herdeiro da herança judaica, pela própria constituição de sua cosmovisão, é uma religião antropocêntrica e, portanto, nem sempre desenvolveu uma perspectiva diretamente ecológica, especialmente devido às citações do Gênesis sobre dominar e submeter a Natureza. Entretanto, teólogos contrapõem essas interpretações e utilizam-se de outras citações para o estabelecimento de uma ética cristã ecológica baseada em outros textos bíblicos e/ou em interpretações/reinterpretações mais amigáveis à ecologia. Autores cristãos históricos como Francisco de Assis (1182 – 1226), Hildegarda de Bingen (1097 – 1198) e Pierre Teilhard de Chardin (1881 – 1955) contribuíram para o florescer de uma perspectiva cristã das questões ecológicas. Na atualidade, muitos teólogos, entre os quais o brasileiro Leonardo Boff, desenvolvem uma ética ecológica cristã.

É claro que a destruição desenfreada da natureza não é culpa somente do Gênesis. Na própria Bíblia, há textos que recomendam a busca pelo comedimento na utilização dos recursos naturais. Não só o dominar, mas o cultivar e preservar o jardim. A destruição da natureza, especialmente no ritmo industrial moderno, é, definitivamente, um problema do sistema de produção atual que, sim, pode utilizar-se de justificativas religiosas ou não para se manter. Diante disso,

“no caso da fé cristã, a ecologia não proporcionou apenas a correção semântica e o aprofundamento exegético da bíblia, mas impulsionou uma conversão paradigmática que toca os vários níveis de compreensão e prática do evangelho. Cada vez mais, questões vitais como segurança alimentar, cuidado da natureza, economia solidária e desenvolvimento sustentável atravessam a teologia, a moral, a espiritualidade e os programas de evangelização” (MAÇANEIRO, 2011, p. 91).

Essa mudança de paradigma transformou a fé cristã, em suas diversas vertentes e denominações, em uma religião mais engajada nas questões ecológicas e de justiça econômica e social. Encontros internacionais, com diferentes igrejas cristãs, tratam sobre o tema com enfoques diversos, todavia, a defesa dos bens comuns tem se destacado recentemente. Por exemplo, o atual líder da Igreja Católica, Papa Francisco, publicou, em 2015, uma encíclica denominada *Laudato Si'* (Louvado Sejas) em que adverte sobre os problemas ecológicos que a humanidade enfrenta, as interrelações desses problemas com outros dilemas sociais e enfatiza, entre outras coisas, o cuidado e defesa da nossa Casa Comum (subtítulo da encíclica), o planeta

Terra. Percebe-se, portanto, que o cristianismo, nesse caso, em sua vertente católica, busca contribuir, pelo menos, para a minoração da profanação, quer dizer, degradação ecológica e/ou ambiental.

Já o Islamismo “[...] considera a existência dos astros, da Terra, dos vegetais e animais, das águas e do ser humano uma obra de Deus (*Allah*)” (MAÇANEIRO, 2011, p. 93). O livro sagrado do Islã, o Alcorão, possui diversas passagens em que se evidencia que pressupõe uma perspectiva ecológica. Exemplos: “assim se comportam os servos do Misericordioso: eles pisam a terra com humildade”, “[...] não desperdices irresponsavelmente os teus bens. Certamente, os desperdiçadores são irmãos do demônio – e o demônio foi ingrato ao seu Senhor”, “[os servos do Misericordioso] no seu gastar, não são nem esbanjadores, nem avarentos: o equilíbrio está no meio-termo”, entre outras citações presentes, respectivamente, na Sura 25, 63; 17, 26-27; 25, 67 (*apud* MAÇANEIRO, 2011, p. 96-99). Portanto, nota-se que há uma preocupação com as questões naturais, evocando a humildade ao pisar na Terra, o comedimento na utilização dos bens e a busca pelo equilíbrio entre a necessidade humana e o respeito à Natureza, nesse caso, um respeito às obras de Deus (*Allah*). Esse respeito a todas as coisas que Deus criou também é uma forma de sacralidade da Natureza.

As citações corânicas perpassam noções de sustentabilidade social, cultural, ecológica, ambiental, econômica e política. Essas passagens

“[...] são de fato ‘ecológicas’, pois se referem ao uso sensato dos bens, ao tratamento das águas e da terra, à manutenção dos recursos naturais, à gratidão pelos víveres, à moderação no comer e no beber, ao direito dos pobres à alimentação, evitando excessos e desperdícios, numa atitude de gratidão e responsabilidade diante da criação e do próximo” (MAÇANEIRO, 2011, p. 100).

O discurso religioso islâmico possui muitas alusões à questão ecológica, sobressaindo-se entre as religiões monoteístas. A visão do homem em relação à natureza é ainda uma perspectiva antropocêntrica, contudo, os limites também são estabelecidos. O ser humano é chamado a uma gestão responsável na utilização dos recursos ambientais e não a uma depredação desenfreada que coloca em risco a existência daquele próprio recurso que é, de acordo com essa visão, uma criação de Deus e “os humanos têm a vice-regência de Deus na terra” (Sura 2, 30 *apud* MAÇANEIRO, 2011, p. 103).

Em discurso recente, o Líder Supremo da República Islâmica do Irã, Aiatolá Ali Khamenei, disse que “[...] a destruição das florestas, do meio ambiente natural e da cobertura

vegetal é a destruição dos interesses nacionais” (KHAMENEI, 2022)¹⁰⁷. É notável a relação estabelecida entre religião, política, questões ambientais e interesses nacionais no discurso do aiatolá porque reafirma a necessidade dos seres humanos caminharem na Terra com humildade para que não se tornem soberbos em relação à utilização dos recursos que, de acordo com essa representação religiosa, Deus (*Allah*) nos disponibiliza na Terra e concedem aos homens sua vice-regência.

Perante o exposto, evidencia-se que o discurso ecológico, em suas diversas representações, é um discurso multifacetado porque é constituído por diferentes discursos que também são constituídos por outros discursos. Essas representações do discurso ecológico ou dos outros discursos que o constituem engendram práticas sociais que, conseqüentemente, informam essas representações do discurso ecológico. Entretanto, nem sempre esse discurso produz práticas sociais verdadeiramente ecológicas. O desvelamento e, por conseguinte, a desarticulação dos encadeamentos discursivos do discurso ecológico e as práticas que estabelecem são imprescindíveis para uma melhor compreensão do tipo de representação desse discurso e quanto fidedigno realmente é em relação às suas práticas sociais e vice-versa. Portanto, o discurso ecológico apresenta-se como um encadeamento intertextual, manifesta e constitutivamente, pois cada representação desse discurso está intertextualmente interligada a outra. Afinal, qualquer representação do discurso ecológico, de forma abstrata, é uma dissimulação porque desconsidera as intertextualidades e os efeitos do discurso no engendramento das práticas sociais bem como os efeitos das práticas sociais no engendramento do discurso.

¹⁰⁷ Minha tradução de: “[...] the destruction of forests, the natural environment and the plant cover is the destruction of national interests” (KHAMENEI, 2022).

4 O DISCURSO ECOLÓGICO DO BRASIL NA MÍDIA ESTADUNIDENSE

4.1 O PAPEL DA MÍDIA NA MODERNIDADE TARDIA

Com o fim do bloco soviético, o capitalismo não tinha mais um adversário ideológico de peso para o contrapor, ocasionando sua expansão de forma quase irrestrita. A globalização se intensificou e o mundo estava, cada vez mais, interconectado. O tempo e o espaço, que já estavam em dissincronia na modernidade, se dessincronizavam ainda mais. A modernidade tardia, entendida como “[...] uma radicalização [da] modernidade” (SANTOS; LOPES; DUTRA, 2020, p. 126), reestruturou o capitalismo, um sistema com uma capacidade de se reinventar após transformações e crises que o ameaçam. Essa reestruturação transforma as “[...] relações entre diferentes domínios ou campos da vida social – mais obviamente, entre o campo econômico e outros campos (incluindo os campos político, educacional e artístico), incluindo uma ‘colonização’ de outros campos pelo campo econômico” (FAIRCLOUGH, 2002, p. 163)¹⁰⁸.

A “colonização” pelo campo econômico de diferentes setores se expressa também por meio da linguagem em uso, o discurso, que engendra práticas sociais que se adequam, em grande parte, ao atual estágio do capitalismo porque “nesse contexto de modernidade tardia, a linguagem tornou-se a parte mais significativa da vida social, e a análise social é correspondentemente orientada como linguagem em grau substancial” (SANTOS; LOPES; DUTRA, 2020, p. 133). Nesse contexto, a reestruturação do capitalismo perpassa, além de uma “colonização” da linguagem, por uma constitutividade linguística. O capitalismo passa a ser dependente de tecnologias da informação e da comunicação, uma vez que passa a se desenvolver dentro de um contexto de economia do conhecimento, da informação e da tecnologia que se utiliza, frequentemente, da linguagem como meio para mover as engrenagens do sistema.

Para Fairclough (2002, p. 164), “[...] a reestruturação e reescala do capitalismo é conduzida pelo conhecimento, é também conduzida pelo discurso, pois conhecimentos são produzidos, circulados e consumidos como discursos [...]”¹⁰⁹. Por isso, a “tecnologização do discurso” é um recurso utilizado porque auxilia no desenvolvimento, de forma eficiente, dos discursos que devem ser produzidos, circulados e consumidos. Diante disso, “as semioses se

¹⁰⁸ Minha tradução de: “[...] relations between different domains or fields of social life – most obviously, between the economic field and other fields (including the political, educational and artistic fields), including a ‘colonization’ of other fields by the economic field” (FAIRCLOUGH, 2002, p. 163).

¹⁰⁹ Minha tradução de: “[...] the restructuring and re-scaling of capitalism is knowledge led, it is also discourse led, for knowledges are produced, circulated and consumed as discourses [...]” (ibid., p. 164).

tornam abertas aos processos de cálculos econômicos, manipulação e *design* [...]” (FAIRCLOUGH, 2002, p. 164)¹¹⁰. Esses discursos também podem ser resistidos, com auxílio ou não de tecnólogos do discurso, pois a globalização, ao mesmo tempo que se utiliza de discursos homogeneizantes, também engendra discursos dissidentes que são utilizados por atores que, se não possuem o poder de impedir a produção, podem intervir, questionando a circulação e o consumo. Uma “globalização de baixo” que “[...] vem da ação situada em lugares particulares, mas, através da dialética do lugar e espaço, esses lugares são ‘glocalizados’ de modo que os recursos para a ação situada são, cada vez menos, puramente locais e, cada vez mais, globais” (FAIRCLOUGH, 2006, p. 121)¹¹¹.

Tanto a globalização homogeneizante do capitalismo quanto a resistência são conduzidas pelo conhecimento e pela informação. Esses conhecimentos e informações, provenientes de diferentes discursos, engendram práticas sociais que produzirão novos discursos utilizados por diversos atores em suas diferentes posições nas disputas sociais. Uma das formas mais tradicionais de acessar diferentes discursos é por meio dos meios de comunicação de massa. A mídia de massa, em suas diversas formas, ainda permanece influente no debate público, principalmente em países que o acesso à internet ainda não é tão difundido. Mesmo nos países com maior cobertura de internet, as “mídias tradicionais” também podem continuar atuando através de outros meios, transformando as suas práticas discursivas e sociais. Portanto, a mídia, seja ela impressa, televisiva, digital, entre outras formas, permanece fundamental na disseminação de discursos (hegemônicos ou não) no debate público na modernidade tardia.

Esse acesso aos discursos informativos (desinformativos e/ou manipulativos) são “mediados” de diferentes formas. A mediação “[...] está ligada à superação da distância na comunicação, comunicando com ‘outros distantes’” (FAIRCLOUGH, 2006, p. 85)¹¹². Esse conceito “[...] está associado ao ‘distanciamento espaço-tempo’, o ‘desprendimento de uma forma simbólica de seu contexto de produção’ e sua ‘reincorporação em novos contextos que podem estar localizados em diferentes tempos e lugares’” (THOMPSON, 1995, p. 21 *apud*

¹¹⁰ Minha tradução de: “Semiosis becomes open to processes of economic calculation, manipulation and design [...]” (FAIRCLOUGH, 2002, p. 164).

¹¹¹ Minha tradução de: “[...] globalization from below comes from situated action in particular places, but through the dialectic of place and space these places are ‘glocalized’, so that resources for situated action are less and less purely local and increasingly global” (FAIRCLOUGH, 2006, p. 121).

¹¹² Minha tradução de: “[...] is tied to overcoming distance in communication, communicating with ‘distant others’” (ibid., p. 85).

FAIRCLOUGH, 2006, p. 85)¹¹³. Portanto, ao ser mediada, as informações chegam a diferentes lugares, encurtando as distâncias para o traslado do conhecimento ao dessincronizar o tempo e o espaço. Essa mediação também significa que essa informação pode se realizar por diferentes meios. Esses meios podem formatar de diferentes formas uma mesma informação. Se essas informações forem reportadas no formato notícias, por exemplo, assumem formas específicas desse gênero textual (FAIRCLOUGH, 2006, p. 85).

Uma mediação de qualquer informação, dificilmente, será neutra porque envolve processos que perpassam decisões, inevitavelmente, eivadas de subjetividade, mesmo diante de critérios objetivos. Na mídia de massa, por exemplo, “[...] quaisquer aspectos da vida social são representados [...] atravessando códigos semióticos particulares, convenções, normas e práticas da mídia específica, e suas formas e significados são transformados nessa particular forma de recontextualização” (FAIRCLOUGH, 2006, p. 103)¹¹⁴. As mídias de massa tendem a ser controladas por governos e/ou conglomerados empresariais do ramo, portanto, a mediação de informação sofrerá, por menores que sejam, essas influências. Seja por aspectos ideológicos e/ou mercadológicos, o mecanismo é o mesmo, pois, mais interessante que a suposta neutralidade, é fundamental a transparência nos critérios estabelecidos para mediação, edição, viés, financiamento, entre outros, de determinado meio de informação, seja de massa ou não.

Contundo, essa transparência nem sempre é evidente porque, apesar de diferentes meios de comunicação, até divergentes e/ou antagônicos entre si, cada vez mais, a indústria da comunicação está concentrada em poucos conglomerados midiáticos. Existem, claro, meios de comunicação independentes “[...] em muitos países, e eles têm em muitos casos desempenhado um papel crucial em desafiar aspectos do globalismo bem como orquestrando oposição à guerra (especialmente no caso do Iraque)”¹¹⁵. Porém, “[...] o papel independente da mídia como um “quarto poder” cumprindo um papel de serviço público [...] está sendo progressivamente minado à medida que as corporações transnacionais se tornam dominantes no campo da mídia internacionalmente” (FAIRCLOUGH, 2006, p. 86)¹¹⁶. Os meios de comunicação, especialmente os tradicionais como o jornal, foram reestruturados para se manterem

¹¹³ Minha tradução de: “Mediation is associated with ‘space-time distancing’, the ‘detachment of a symbolic form from its context of production’ and its ‘re-embedding in new contexts which may be located at different times and places’ (Thompson 1995:21, see also Giddens 1981, Ricoeur 1981)” (ibid.)

¹¹⁴ Minha tradução de: “[...] whatever aspects of social life are represented [...] pass through the particular semiotic codes, conventions, norms and practices of the specific media, and that their forms and meanings are transformed in this particular form of recontextualization” (FAIRCLOUGH, 2006, p. 103)

¹¹⁵ Minha tradução de: “[...] in many countries, and they have in many cases played a crucial role in challenging aspects of globalism as well as orchestrating opposition to war (especially in the case of Iraq)” (ibid., p. 86)

¹¹⁶ Minha tradução de: “[...] the independent role of the media as a ‘fourth estate’ fulfilling a public service role [...] is being progressively undermined as the transnational corporations become dominant in the media field internationally” (ibid., p. 86).

competitivos no mercado de informação e, também como uma forma de reduzir custos, muitas empresas jornalísticas reduziram suas redações e passaram a adquirir notícias de agências globais que produzem notícias para serem vendidas e, conseqüentemente, publicadas em diferentes jornais locais.

Essa realidade é evidente na seção de notícias internacionais de diversos jornais com diferentes linhas editoriais que, geralmente, são produzidas por agências de notícias como *Associated Press* (AP), *Agence France-Presse* (AFP) e *Reuters*, entre outras. Direta e/ou indiretamente, essas agências possuem relações com o poder de Estado dos Estados Unidos da América e com países da Europa Ocidental e, com isso, estabelecem agendas globais nas cadeias comunicativas que também servem aos seus interesses particulares, pois “a agenda mostra a influência das agências de notícias mais poderosas que estão amplamente situadas nos EUA e na Europa e dos meios de comunicação mais influentes (especialmente jornais e canais de televisão)” (FAIRCLOUGH, 2006, p. 86)¹¹⁷. Essas agências de notícias produzem e transmitem (ou omitem) representações com significados particulares de eventos globais ao mundo por meio de diferentes notícias que são lidas e, conseqüentemente, formam a visão de muitas pessoas ao redor do mundo. Essas pessoas terão acesso às informações mediadas por “[...] uma indústria global de comunicações que é fortemente entrelaçada com os interesses daqueles que são globalmente poderosos” (FAIRCLOUGH, 2006, p. 103)¹¹⁸.

Mesmo pessoas que não se informam pelos meios de comunicação tradicionais podem encontrar essas notícias pelas redes sociais, por exemplo, porque essas agências dominam a produção e distribuição de notícias em diferentes meios. A informação, por diferentes meios, no atual estágio do capitalismo é uma *commodity* valiosa, pois, além da possibilidade de produção de outras *commodities*, pode oferecer (ou não) às pessoas o acesso à diferentes representações particulares de discurso e, com isso, engendrar práticas sociais que podem levar a conformação, reformulação e/ou a subversão de práticas já consolidadas. Essas agências de notícias, embora apresentem-se como credíveis, podem reportar de forma tendenciosa ou omitir informações, atendendo aos interesses dos centros de poder em que estão estabelecidas.

Tanto que há países que controlam o fluxo de informação por questões de censura e/ou segurança nacional porque informações, sejam verdadeiras e/ou falsas, podem desestabilizar regimes de governo. Portanto, a informação (correta ou não), a desinformação e a má

¹¹⁷ Minha tradução de: “the agenda shows the influence of the most powerful news agencies which are largely situated in the USA and Europe and of the most influential news outlets (especially newspapers and television channels)” (FAIRCLOUGH, 2006, p. 86).

¹¹⁸ Minha tradução de: “[...] a global communications industry which is strongly interwoven with the interests of those who are globally powerful” (ibid., p. 103).

informação podem ser usadas como uma arma política porque as representações dos discursos são fundamentadas em informações, desinformações e/ou más informações. Ambos os discursos engendram práticas sociais que podem vir a ser disruptivas, a depender da aderência dessas representações discursivas, ou seja, a depender de se uma representação particular do discurso conseguirá abarcar as diversas outras representações e conseguir se consolidar como a que melhor representa a maioria momentânea.

Entretanto, é notório também que, crescentemente, os meios de mídia tradicionais têm perdido a influência de outrora, principalmente na modernidade tardia em que há uma maior variedade de produtos, nesse caso, informativos, e o consumidor de informação possui maiores capacidades de escolha, mesmo que essas escolhas sejam condicionadas, conscientemente ou não, por outros fatores. Ao tratar a informação como um produto, o consumidor escolhe aquilo que melhor lhe apetece, em suas diversas afinidades eletivas, inclusive informações falsificadas. Essas informações falsificadas deformam a instrução de um indivíduo, que passam a fundamentar representações de discursos com base nessas informações falsas, e distorcem a sua percepção de mundo. Uma informação falsificada não é uma leitura diferente e, conseqüentemente, uma representação discursiva diferenciada de um determinado evento, principalmente político, que possui diversas leituras e representações, mas uma informação que não se sustenta com a apuração sistemática dos dados com critérios social e cientificamente validados. Uma informação falsa (*fake news*) leva a uma opinião falsa (*fake opinion*)¹¹⁹ e, por conseguinte, uma falsa representação discursiva.

As informações falsificadas que se originam de equívocos, planejados e/ou não, desinformação, má informação, “recontextualização” enviesada, entre outras origens, também iludem muitas pessoas devido à utilização do gênero textual tradicional e padrão para a divulgação de notícias, uma vez que, muitas vezes, utilizam-se de recursos como o *layout* de jornais de reconhecida credibilidade para veicularem suas mensagens. A prática discursiva é utilizada de forma a legitimar o discurso falso e ter um efeito nas práticas sociais. Essas informações falsas, veiculadas por um gênero textual como a notícia, influenciam no debate público, levando diversas pessoas a embasarem suas práticas sociais através do consumo, consciente ou não, dessas informações falsificadas.

O papel dos meios de comunicação, generalizados aqui como “mídia”, na modernidade tardia, em suas práticas discursivas e sociais, está evidente. Diante disso, estreita-se a concepção de mídia para o escopo desta pesquisa que aborda o gênero textual notícia. Como mencionado

¹¹⁹ Essa noção, embora proveniente de uma dedução lógica, é veiculada no Brasil pelo jornalista e comentarista político Reinaldo Azevedo.

acima, as notícias falsas se passam por verdadeiras e se espalham (também com auxílio de tecnólogos do discurso e programas de propagação em massa, gerando ademais engajamento espontâneo), muitas vezes, por causa de sua forma e não por causa de seu conteúdo. Assim, faz-se necessário discorrer sobre a estrutura desse gênero textual que, apesar dos diversos meios que pode se apresentar (impresso, digital, etc.), permanece relevante na transmissão de informações, debates, ideias hegemônicas e/ou alternativas para o grande público e/ou um público restrito.

Antes do gênero específico, para Fairclough (2006b, p. 32), “um gênero é uma forma linguística de agir e interagir mais ou menos estabilizada e habitual, caracterizada por uma distinta forma ou estrutura linguística, associada com propósitos comunicativos específicos e a contextos sociais ou institucionais particulares”¹²⁰. A identificação do gênero, discursos e estilos são fundamentais para a análise do discurso. Um gênero é “uma maneira de inter(agir)”, um discurso “é uma maneira de representar aspectos particulares do mundo” e um estilo “é uma maneira de ser, uma identidade” (FAIRCLOUGH, 2006b, p. 33)¹²¹. Os gêneros textuais são constituídos, muitas vezes, por hibridismos de gêneros, diferentes discursos e estilos. Os gêneros, embora sejam estabilizados, não são estanques porque podem ser moldados, reformulados e transformados, nas interações sociais, em diversas modalidades.

As notícias, por exemplo, são um gênero multimodal e intertextual. Multimodal porque pode se apresentar tanto em um jornal impresso quanto um digital (ou em ambos), comportando diversas linguagens verbais e/ou não verbais. Ademais o gênero textual notícia pode ser transformado através do envio de notícias por outros meios que “quebram” a formatação tradicional desse gênero. O desenvolvimento e popularização das tecnologias da informação proporcionam uma multimodalidade e intertextualidade muito intensas, dotando tanto os leitores quanto os produtores desses textos de recursos diversos para “recontextualizar” diferentes textos e discursos em diversos contextos para que o efeito almejado seja efetivado. Essas tecnologias podem ser usadas para uma maior produção de semioses que ensejam “recontextualizações” e, por conseguinte, representações discursivas. As “notícias falsas”, nesse sentido, por meio da estrutura textual das notícias são construções de semioses baseadas em mentiras e/ou também “recontextualizações” que são enviesadas e/ou descontextualizadas e, portanto, manipulativas.

¹²⁰ Minha tradução de: “A ‘genre’ is a more or less stabilized and habitual linguistic way of acting and interacting, characterized by a distinctive linguistic form or structure, associated with specific communicative purposes, and with particular social or institutional contexts (Swales, 1990; Bhatia, 1993)” (FAIRCLOUGH, 2006b, p. 32).

¹²¹ Minha tradução de: “[...] a genre is a way of (inter)acting, a ‘discourse’ is a way of representing particular aspects of the world [...], and a ‘style’ is a way of being, an identity [...]” (ibid., p. 33).

A notícia é um gênero textual que é constituído por intertextualidades, seja a manifesta e/ou a constitutiva (interdiscursividade), pois utiliza-se de diversos textos-fontes e discursos como referência, inclusive, citando-os para a sua constituição. Para van Dijk (2020, p. 148), “a elaboração das notícias é em grande parte baseada no processamento de um grande número de textos-fontes, tais como outras notícias, entrevistas coletivas, entrevistas, estudos acadêmicos etc”. Esses diferentes gêneros textuais podem ser “recontextualizados” na elaboração de notícias e os discursos que esses gêneros engendram podem aparecer na composição da notícia. Essa composição conforma na estrutura do gênero notícia, nas representações dos discursos que determinado meio de comunicação adota e nos estilos linguísticos, discursivos e estilísticos do mesmo.

Essas nuances textuais e discursivas são fundamentais, principalmente na análise do discurso político e, por conseguinte, nas notícias políticas porque “a barreira entre política e mídia tem mudado radicalmente, e política agora tem um caráter profundamente midiaticado” (FAIRCLOUGH, 2006b, p. 34)¹²². Um dos aspectos da mediatização é a hibridização de gêneros porque, em busca de uma maior circulação, vendagem, audiência, cliques, etc. há veículos que misturam o entretenimento com a divulgação de notícias e/ou tornam as reportagens também como formas de entretenimento. A modernidade tardia intensificou as “relações entre política e negócios, mídia, lazer, e assim por diante, flutuam como parte de processos de mudança social” (FAIRCLOUGH, 2006b, p. 37)¹²³.

Portanto, um determinado veículo de comunicação, ao “recontextualizar” uma determinada prática e/ou evento social para reportar, leva em conta os interesses políticos e mercadológicos, além dos aspectos midiáticos e de entretenimento. Diante disso, “um dos aspectos da ‘recontextualização’ é o efeito de filtragem [...]” (FAIRCLOUGH, 2006b, p. 36)¹²⁴. Essas filtragens devem ensejar representações discursivas para causar efeitos que engendram práticas sociais para manter o funcionamento da engrenagem do mercado de notícias. Uma representação discursiva que não engaja, provavelmente, não irá ser clicada, compartilhada, lida nem discutida e, portanto, não levará a um frenesi de discussões no debate público que é fundamental, já que, na modernidade tardia, as mediações são fundamentalmente mediatizadas.

¹²² Minha tradução de: “The boundary between politics and media has radically shifted, and politics now has a thoroughly mediatized character” (FAIRCLOUGH, 2006b, p. 34).

¹²³ Minha tradução de: “Relations between politics and business, media, leisure, and so forth fluctuate as part of processes of social change” (ibid., p. 37).

¹²⁴ Minha tradução de: “One aspect of these relations of recontextualization is their ‘filtering’ effect [...]” (ibid., p. 36).

Por mais diversas que sejam as intertextualidades e interdiscursividades presentes nas variadas “recontextualizações”, o gênero textual notícia permanece estruturado por “[...] categorias convencionais do discurso noticioso como gênero e prática social: Resumo (Manchete, Lide), Novos Eventos, Eventos Anteriores, Contexto, Comentário e categorias relacionadas [...]. Essas categorias “[...] organizam globalmente os tópicos (nível macro) das reportagens na imprensa (VAN DIJK, 2009, p. 194)¹²⁵. Fairclough (2006b, p. 32), de forma sucinta, coloca que “[...] reportagens na imprensa caracteristicamente consistem em uma manchete, mais um parágrafo inicial que resume a história, além de um número variável de parágrafos ‘satélites’ que preenchem detalhes”¹²⁶. Não se diferencia aqui versão impressa de versão *on-line* até porque a “[...] versão impressa e *on-line* usam notícias e julgamentos similares, e embora suas manchetes diferem, o processo de produção de manchetes é provavelmente similar” (LEWIN-JONES; WEBB, 2013, p. 2)¹²⁷.

Algumas dessas estruturas podem não estar presentes em uma notícia, contudo, apesar de diferentes culturas, estilos e escolas de jornalismo, “os esquemas das notícias, devido à sua natureza convencional, são conhecidos, pelo menos implicitamente, pelos seus usuários em dada cultura, isto é, por jornalistas e leitores” (VAN DIJK, 2004, p. 145). Se esses jornalistas e leitores possuem uma criticidade aguçada e/ou um letramento midiático para uma leitura competente é outra discussão, pois “na teoria democrática, jornais são importantes como meios de informar os cidadãos e desafiar os poderosos” (LEWIN-JONES; WEBB, 2013, p. 2)¹²⁸. Os “jornais” mencionados pelos autores são compreendidos tanto no sentido tradicional como atual com o declínio dos jornais impressos e, portanto, compreende-se os meios de comunicação de uma forma mais ampla.

Entretanto, como já abordado, a relação entre notícias e a lógica mercadológica, intensificada pela reestruturação do capitalismo na modernidade tardia, torna o jornalismo, cada vez mais, refém de grandes conglomerados de mídia com seus objetivos e agendas particulares, impondo representações de discurso particulares sobre extensos grupos de pessoas que podem ou não compartilhar dessas representações. “As elites que controlam o acesso, os conteúdos e

¹²⁵ Minha tradução de: “[...] by conventional categories of news discourse as a genre and social practice: Summary (Headline, Lead), New Events, Previous Events, Context, Commentary, and related categories that globally organize the (macro-level) topics of news reports in the press” (VAN DIJK, 2009, p. 194).

¹²⁶ Minha tradução de: “[...] news reports in the press characteristically consist of a headline, plus a lead paragraph that summarizes the story, plus a variable number of ‘satellite’ paragraphs that fill out details” (FAIRCLOUGH, 2006b, p. 34).

¹²⁷ Minha tradução de: “[...] print and *on-line* versions use similar news stories and news judgements (REDDEN & WITSCHGE, 2010, p. 185-186), and although their exact headlines differ, the headlining processes are likely to be similar” (LEWIN-JONES; WEBB, 2013, p. 2).

¹²⁸ Minha tradução de: “In democratic theory, newspapers are important as a means of informing citizenry and challenging the powerful” (ibid.)

as estruturas do discurso público e dos meios de comunicação de massa, em particular, também são capazes de controlar a formação e reprodução das próprias ideologias que ajudam a sustentar seu poder” (VAN DIJK, 2009, p. 202)¹²⁹. Até as resistências e as representações de discursos alternativos, que sempre existem, podem ser cooptadas por esses interesses de forma explícita ou velada porque, ao controlarem o debate público, podem moldar até mesmo as representações destoantes. Essa relação não é determinista, mas dialética, especialmente na modernidade tardia porque, cada vez mais, grupos se organizam por suas representações de discurso e, com isso, conseguem, em vários momentos, pautar a representação hegemônica do discurso.

Independentemente da veracidade do que veicula, para quem, com qual finalidade e por que meio, esse gênero textual possui uma estrutura mais ou menos estabilizada. Entretanto, algumas das categorias acima mencionadas podem não estarem na composição de uma notícia. Todavia, escapa ao escopo desta pesquisa o estudo dos pormenores de todas as partes da estrutura de uma notícia. Diante disso, discorre-se mais sobre a parte da manchete que certamente se fará presente nesse gênero textual, independentemente das categorias, dos discursos e dos estilos que o constituem. As manchetes, juntamente com o lide, são “[...] as informações mais importantes do discurso, um resumo, como em muitas histórias de conversação, mas então a história em uma reportagem é entregue em parcelas” porque “as informações mais importantes de cada categoria vêm primeiro, seguidas pelas informações menos importantes de cada categoria” (VAN DIJK, 2009, p. 194)¹³⁰.

As manchetes, também chamadas de títulos, tendem a sintetizar o tópico principal daquela notícia, tanto que podem ser utilizadas, em companhia da lide, “[...] como sinais adequados para fazer precisões eficazes sobre a informação mais importante do texto” (VAN DIJK, 2004, p. 133). Entretanto, as manchetes podem ser enganosas ou tendenciosas. Elas podem ser categorizadas dessa forma quando “[...] um tópico do texto que organiza somente parte de sua informação é promovido a tópico principal” (VAN DIJK, 2004, p. 135) e, com isso, leva o leitor ao engano e, se esse leitor ler somente a manchete, ele estará adquirindo uma informação parcial, enviesada e/ou tendenciosa. Diante disso, é preciso estar ciente que “manchetes são baseadas em seleções editadas e, portanto, reflete pontos de vista particulares,

¹²⁹ Minha tradução de: “The elites that control the access to, and the contents and structures of public discourse, and that of the mass media, in particular, thus also are able to control the formation and reproduction of the very ideologies that help to sustain their power” (VAN DIJK, 2009, p. 202).

¹³⁰ Minha tradução de: “[...] the most important information of the discourse, a summary, as in many conversational stories, but then the story in a news report is delivered in installments—the most important information of each category comes first, followed by the less important information of each category” (VAN DIJK, 2009, p. 194).

promovendo um enquadramento ou ângulo no resto da história” (LEWIN-JONES; WEBB, 2013, p. 2)¹³¹. Pode-se dizer que uma manchete é uma “recontextualização” geral, de forma sucinta, da notícia e esse processo filtra e elabora as informações da forma que melhor reflita os posicionamentos de determinado veículo de comunicação.

Da mesma forma que as notícias estão, crescentemente, funcionando dentro de uma lógica mercadológica, as manchetes também podem ser elaboradas nessa perspectiva porque as “[...] manchetes não são somente resumos rápidos para 'contar' uma história: elas também 'vendem' a história” (LEWIN-JONES; WEBB, 2013, p. 2)¹³². Manchetes chamativas e/ou sensacionalistas, que despertem a emoção e atraiam a atenção de leitores (sejam enganosas e/ou parciais ou não), certamente, serão mais convidativas para uma leitura completa daquela notícia, seja comprando ou lendo na banca o jornal, seja clicando por meio de assinatura (ou de forma gratuita) para lê-la online. Essas estratégias mercadológicas podem comprometer o jornalismo que funciona ou deveria funcionar sobre uma outra ótica. Contudo, em um mercado, cada vez mais, pulverizado, advindo da modernidade tardia, as atenções são dispersadas facilmente, principalmente devido à enormidade de conteúdo em um mundo altamente mediatizado, forçando os meios de comunicação a adotarem estratégias que os diferenciem.

Essas estratégias discursivas nem sempre favorecem a prática social do jornalismo, seja para produtores (jornalistas, profissionais de mídia em geral), seja para os consumidores (leitores), pois “as manchetes de jornal têm valor para produtor e audiência, por exemplo, em atrair a atenção dos leitores, indicando o assunto da história, e sugerindo a sua abordagem ou estabelecendo seu tom” (LEWIN-JONES; WEBB, 2013, p. 2)¹³³. As manchetes ou títulos tendem a induzir, em grande parte, a leitura que irá ser feita da notícia ou da reportagem em sentido mais amplo. Embora a leitura da notícia possa desfazer a noção inicial induzida pela manchete, que, como mencionado acima, pode ser construída tendenciosamente, muitas pessoas não leem a notícia. Portanto, tomam como informação somente o que está escrito na manchete.

Essa representação discursiva pode ensejar práticas sociais que não serão benéficas, em diversos sentidos, para esses leitores porque eles estarão, em grande parte, parcialmente

¹³¹ Minha tradução de: “headlines are based on edited selections and so reflect particular points of view, providing a frame or angle on the rest of the story (BEDNAREK & CAPLE, 2012, p. 100)” (LEWIN-JONES; WEBB, 2013, p. 2).

¹³² Minha tradução de: “[...] headlines are not merely at-a-glance summaries to 'tell' a story: they also 'sell' the story (Wheeler, 2005, p. 112)” (LEWIN-JONES; WEBB, 2013, p. 2).

¹³³ Minha tradução de: “newspaper headlines have value for producer and audience, for example in attracting readers' attention, indicating the topic of the story, and suggesting its approach (SEMINO, 2009, p. 444), or setting its tone (SAXENA, 2006, p. 31)” (ibid.).

informados, mal-informados ou desinformados, especialmente se a manchete lida não for de fontes fidedignas. Fontes fidedignas, em minha perspectiva, são fontes que possuem uma validação social e/ou científica, ampla ou restrita, perpassando diversas práticas sociais, com suas respectivas representações discursivas, contando que sejam referendadas pelos dados, fatos, acontecimentos, realidade material e critérios de comprovação. Tanto um conglomerado de mídia quanto uma mídia alternativa podem reportar, mesmo com representações particulares, de forma fidedigna, mas também podem reportar de forma tendenciosa, sendo o filtro crítico uma ferramenta útil para apuração. A leitura somente da manchete compromete essa leitura mais apurada e pode, a depender do tipo de leitor, servir como forma de confirmar e/ou legitimar sua representação previamente estabelecida do mundo.

Por isso que, “a 'recepção' das manchetes importa. Embora há relativamente poucos estudos de leitura de manchetes, há sugestões que muitos leitores focam nas manchetes mais do que nos artigos em si” (LEWIN-JONES; WEBB, 2013, p. 9)¹³⁴. Pesquisas também indicam que, no Brasil, 6 em cada 10 brasileiros da geração Y, nascidos em 1980 e 1990, e 7 em cada 10 brasileiros da geração Z, nascidos em 1990 a 2010, se informam só pelos títulos das notícias¹³⁵. Em outros países, as pesquisas indicam dados também nessa perspectiva de leitura somente da manchete por grande parte das pessoas¹³⁶. Esses dados evidenciam que as manchetes e, por conseguinte, a leitura e interpretação que delas são feitas pelas pessoas, na verdade, formam, em grande medida, as visões das pessoas sobre determinados assuntos¹³⁷. Essa interpretação, que pode ser induzida ou não de forma distorcida, contribui para o “modelo de situação” na memória. O modelo de situação “[...] é a representação na memória de experiências e informações acumuladas sobre dada situação, tal como foram interpretadas por um indivíduo” (VAN DIJK, 2004, p. 137).

Isto é, os indivíduos, cumulativamente, podem ter representações distorcidas e também as reproduzir sobre eventos e práticas sociais de determinados atores sociais. Entretanto, isso não é necessariamente uma coisa estática e estanque porque “linguagem rica em conotação em particular, comum em manchetes, podem estar abertas a associações diferentes e móveis para

¹³⁴ Minha tradução de: “Reception' of headlines does matter. Although there are relatively few studies of headline-reading, there are suggestions that many readers focus on headlines more than on the articles themselves (Dor 2003: 696–7)” (LEWIN-JONES; WEBB, 2013, p. 9).

¹³⁵ GERAÇÃO Z é mais vulnerável à fake news. *Neo Mundo*, 2018. Disponível em: <https://neomundo.org.br/2018/07/12/geracao-z-e-mais-vulneravel-a-fake-news/>. Acesso em: 17 mai. 2022.

¹³⁶ QUASE metade dos usuários do Google Notícias só leem os títulos. *Veja*, 2010, Disponível em: <https://veja.abril.com.br/tecnologia/quase-metade-dos-usuarios-do-google-noticias-so-leem-os-titulos/>. Acesso em: 17 mai. 2022.

¹³⁷ QUEM só lê o título de matérias pensa saber mais do que realmente sabe. *Revista Galileu*, 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2019/03/quem-so-le-o-titulo-de-materias-acredita-que-tem-mais-conhecimento.html>. Acesso em: 17 mai. 2022.

diferentes membros da audiência” (LEWIN-JONES; WEBB, 2013, p. 9)¹³⁸. Ou seja, as linguagens utilizadas nas manchetes podem proporcionar leituras resistentes, pois os indivíduos possuem experiências, leituras e formas de ver o mundo diferentes. E, diante disso, seu “modelo de situação” não é, necessariamente, homogêneo. Essas fissuras no “modelo de situação” podem levar os indivíduos a reconhecer que determinada manchete, por mais que seja do seu agrado, está levando-os ao equívoco. Os significantes não são preenchidos por todos os indivíduos com os mesmos significados. É por isso que não é uma relação determinista, mas dialética e que está em constante mudança. Até porque os próprios significados para diferentes significantes estão em disputa e, em uma realidade contemporânea altamente mediada e mediatizada, os diversos significados para os mesmos significantes podem ser elementares nos caminhos que uma “recontextualização” assume.

Diante disso, é inegável o papel que a mídia assume na modernidade tardia. De modo amplo, os meios de comunicação de massa e, de modo restrito, as notícias, especialmente as manchetes, pois elas formam as representações de mundo de grande parte das pessoas. Também, nota-se que as transformações ocorridas na reestruturação do capitalismo afetaram o modo de produção das notícias e impactaram nas formas discursivas e nas práticas sociais de diferentes atores sociais e/ou organizacionais da comunicação. Por isso, muitas das notícias internacionais são produzidas por agências específicas com suas respectivas representações discursivas e comercializadas globalmente. A manchete é uma das partes estruturais, se não a principal, do gênero textual notícia e é a parte mais lida pelas pessoas. Portanto, a análise desta pesquisa, contida na seção 4.3, terá as manchetes como foco. As manchetes concernentes às representações do Discurso Ecológico do Brasil na mídia estadunidense entre as diferentes eras políticas da primeira década do século XXI rodaram o mundo, por meio dessas cadeias comunicativas de produção de notícias, conformando a mentalidade de diversos segmentos da população mundial em relação ao comportamento do país na temática ambiental.

4.2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de caráter exploratório e com um delineamento de pesquisa bibliográfica e utilizar-se do dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica para analisar manchetes provenientes de jornais, revistas, agências de notícias e *websites* noticiosos que

¹³⁸ “Minha tradução de: “connotation-rich language in particular, common in headlines, may be open to different and shifting associations for different audience members (Goddard 2011: 27)” (LEWIN-JONES; WEBB, 2013, p. 9).

abordem questões ecológicas envolvendo o Brasil, em especial em relação à Amazônia, na mídia estadunidense em diferentes eras políticas das primeiras décadas do século XXI. De acordo com Gil (2002, p. 41), as pesquisas exploratórias “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Ou seja, como realizado a respeito do discurso ecológico e suas respectivas representações, a apresentação das diferentes representações envolvendo um tema (nesse caso, um discurso) contribui para uma maior abrangência e sistematização desse conhecimento, além de salientar a relevância e os problemas concernentes a essas representações que são constituídas por intertextualidades e as constituem, manifesta e/ou constitutivamente.

A exploração da temática advém de pesquisa da literatura temática existente a respeito por meio de livros, artigos e notícias. Essas são as principais fontes de bibliografia utilizadas nesta pesquisa. Com o apoio dessas pesquisas bibliográficas, as representações do discurso ecológico foram caracterizadas, analisando criticamente e sistematizando as diferentes fases do movimento ecológico e os diferentes discursos e, por conseguinte, as práticas discursivas e sociais que encampam. Após essa caracterização das diversas representações do discurso ecológico, realizou-se um levantamento das manchetes de notícias e reportagens que versem sobre o Brasil das primeiras décadas do século XXI em relação ao discurso ecológico na mídia estadunidense.

A busca dessas notícias e reportagens realizou-se por meio do mecanismo de busca *Google*, utilizando-se da seguinte fórmula de busca: *site: websitename.com [topic/keywords]*. Com essa fórmula de busca, explorou-se notícias, reportagens e artigos de opinião, abordando questões ecológicas em relação ao Brasil e, por conseguinte, as representações sobre essa questão na mídia estadunidense, especialmente concernente à Amazônia, em diferentes governos desde 2003 com Luís Inácio Lula da Silva até 2022 com Jair Messias Bolsonaro.

Utilizou-se essa fórmula da seguinte forma: *site: websitename.com [environment/Brazil/Lula]*, *websitename.com [environment/Brazil/Dilma]*, *websitename.com [environment/Brazil/Temer]*, *websitename.com [environment/Brazil/Bolsonaro]*, *site: websitename.com [ecology/Brazil/Lula]*, *websitename.com [ecology/Brazil/Dilma]*, *websitename.com [ecology/Brazil/Temer]*, *websitename.com [ecology/Brazil/Bolsonaro]* e *site: websitename.com [Amazon/Brazil/Lula]*, *websitename.com [Amazon/Brazil/Dilma]*, *websitename.com [Amazon/Brazil/Temer]*, *websitename.com [Amazon/Brazil/Bolsonaro]*. Devido ao enfoque que a Amazônia ganha nas notícias da mídia estadunidense, posteriormente, também se realizou uma triagem com o termo *Amazon*. Observou-se, obviamente, a data das

notícias e reportagens para uma maior fidedignidade em relação ao período temporal estabelecido.

A escolha da amostragem para análise das manchetes das notícias e reportagens advindas dessa pesquisa buscou ser representativa das diferentes eras políticas, atentando-se, principalmente, para as práticas discursivas e sociais engendradas em cada manchete e os recursos utilizados para representar o Brasil no concernente às questões ecológicas, especialmente em relação à Amazônia. A definição da amostragem das manchetes realizou-se de maneira qualitativa e quantitativa para atender aos objetivos desta pesquisa. Os veículos de mídia utilizados para esta pesquisa foram o jornal *The New York Times*, a agência de notícias *Reuters*, o sítio eletrônico da *Fox News*, a revista *Time*, entre outros. Esses veículos possuem uma abrangência tanto de produção, circulação e reprodução quanto na formação de opinião, além de serem veículos com uma certa credibilidade, objetiva e/ou relativa, reconhecida.

As manchetes foram analisadas de maneira qualitativa com o dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica, em seu modelo proposto por Norman Fairclough, sua Teoria Social do Discurso, seu modelo tridimensional e suas posteriores remodelações. O modelo tridimensional de Fairclough analisa a dimensão textual, a prática discursiva e a prática social. Fairclough (2016), ao analisar a prática textual, leva em conta o vocabulário, a gramática, a coesão e a estrutura textual. Ao analisar a prática discursiva, considera a produção, distribuição e consumo do texto. Para completar a terceira dimensão da análise, a prática social preocupa-se com as condições sociais e seus aspectos conjunturais, perpassando noções como ideologia e hegemonia, que possibilitam a prática discursiva. Contudo, nem todas as categorias sugeridas para análise em cada dimensão são utilizadas, mas as que são úteis para os propósitos desta pesquisa.

A Análise de Discurso Crítica, como mencionado nas considerações teóricas, é um campo inerentemente multidisciplinar. Esse modelo tridimensional do Fairclough foi remodelado por ele e Chouliaraki em 1999 para amalgamar ainda mais a Análise do Discurso Crítica com essa multidisciplinaridade. Seguindo o modelo tridimensional, a aplicação desse dispositivo teórico-metodológico nas manchetes de notícias e reportagens, na prática textual, considerou o léxico empregado, as construções gramaticais e a estrutura em que o texto se apresenta. Na prática discursiva e social, as considerações sobre os veículos de mídia que produzem e distribuem essas notícias, as conjunturas sociais e políticas que engendraram as produções discursivas apresentadas por esses veículos de comunicação, como isso impacta na imagem internacional do Brasil e como o público, em sua maioria, recebe e consome esse

conteúdo, além da influência exercida por esse conteúdo na visão das pessoas em relação às representações do Brasil envolvendo questões ecológicas e/ou ambientais.

Com a análise das manchetes, buscou-se, por meio de marcadores linguísticos e extralinguísticos, as modulações nos discursos que versam sobre as questões ecológicas e/ou ambientais no país nas diferentes eras políticas do início do século XXI. A análise crítica do discurso desenvolvida com as manchetes que circulam na mídia estadunidense contribuirá para o desvelamento das disputas ideológicas e possibilitará a reflexão, inclusive da própria análise, em busca de horizontes de mudança social, que é uma perspectiva própria do dispositivo teórico-metodológico usado, em relação às discursividades que versem sobre a questão ecológica e/ou ambiental na República Federativa do Brasil.

4.3 O GOVERNO BRASILEIRO E OS DISCURSOS ECOLÓGICOS DO BRASIL ENTRE 2003 A 2022: UMA ANÁLISE CRÍTICA

O Brasil é um país de dimensões continentais. Diante disso, as discussões sobre questões ecológicas e/ou ambientais passam, entre outros, principalmente, por esse país. A partir da década de 60 e 70, o mundo começou a se preocupar, cada vez mais, com essas questões, mas isso não significa que já não houvesse discussões incipientes antes. Portanto, a década de 70 é mais um marco que um ponto de partida de quando movimentos em defesa do meio ambiente e em questionamento às degradações ambientais começaram a se estruturar e a se fortalecer, ganhando adesão popular e formando a consciência de muitas pessoas ao redor do mundo. No Brasil, não seria diferente, porém, nessas décadas, o país estava sendo governado por um regime militar e os espaços para as associações e os questionamentos eram restritos.

Entretanto, à medida que o país estava se distensionando, principalmente no governo Ernest Geisel, esse movimento ganhou mais força no país. De acordo com Carvalho (1991, p. 38), “no Brasil, Viola indica o aparecimento do movimento ecológico a partir de 1974”. De acordo com esse autor, o movimento ecológico no país pode ser dividido em três fases: a Fase Ambientalista, o ecologismo da transição e a ecopolítica. A Fase Ambientalista, entre 1974 a 1981, é uma fase mais “apolítica”, mas, gradativamente, uma consciência estava criando-se a respeito da degradação ambiental. Essa fase representa uma “significativa ecologização da mentalidade de contingentes qualitativamente importantes da população” (VIOLA, 1987, p. 90 *apud* CARVALHO, 1991, p. 39) e é o principal ganho nessa fase do movimento. Portanto, é o início das movimentações desses grupos ambientalistas, porém, é compreensível a

“apoliticidade” desses grupos porque o país, sob o regime militar, restringia os espaços para uma política que buscasse questionar o *status quo* vigente.

A segunda fase, entre 1982 a 1985, chamada de Ecologismo em Transição, está atrelada ao período histórico que o Brasil estava vivendo. Esse momento era os estertores do regime militar e a subsequente “democratização”, pelo menos, em seus aspectos formais, das diversas instâncias do país. Portanto, o fortalecimento e, conseqüentemente, a luta do movimento ecológico também estão fundamentalmente relacionados às lutas pela “redemocratização” do país. Essa fase representa “[...] uma mudança crucial na orientação do movimento ecológico”, pois “a grande maioria dos militantes, antes resistentes a qualquer tipo de envolvimento político-partidário, torna-se favorável à participação no processo eleitoral, apoiando candidatos que surgem no interior do movimento ecológico” (VIOLA, 1987, p. 90 *apud* CARVALHO, 1991, p. 39). Provavelmente, com a abertura democrática, em seus aspectos formais, estando, cada vez mais, visível no país, os militantes ecológicos sentiram-se fortalecidos para avançar em suas lutas e, por isso, passaram a entrar e, por conseguinte, apoiar a eleição de pessoas envolvidas nessas questões para que as lutas fossem encampadas também na arena institucional.

A terceira fase, a partir de 1986, é a fase Ecológica. Essa fase “[...] marca o início de uma etapa de efetiva politização das propostas ecológicas, com a organização dos militantes ecologistas partidariamente e a participação ativa desses setores na arena parlamentar” (CARVALHO, 1991, p. 40). Portanto, essa fase apresenta esse movimento atuando de forma mais estruturada, engajada e planejada, por meio de disputas políticas e/ou institucionais, inclusive, com a construção de partidos como o PV (Partido Verde) e/ou a utilização de outros partidos que estivessem abertos a essas causas como o PT (Partido dos Trabalhadores), PCB (Partido Comunista Brasileiro) e PDT (Partido Democrático Trabalhista). O movimento e, por conseguinte, seus adeptos almejavam alcançar cargos eletivos para que pudessem levar a cabo, por meio dos aparatos e mecanismos estatais, suas propostas e, provavelmente, com o estabelecimento, como defendido por alguns setores desse movimento, de relações com entes privados.

A divisão dessas três fases do movimento no país estabelece paralelos evidentes com as classificações dos autores mencionados no capítulo 3. Considero que a Fase Ambientalista pode ser compreendida como a fase da “ecologia natural” e/ou “conservacionismo” (PÁDUA; LAGO, 1984) e/ou “culto à vida silvestre” (ALIER, 2018). A Fase do Ecologismo em Transição pode ser considerada o início da Ecologia Social (PÁDUA; LAGO, 1984) e/ou “evangelho da ecoeficiência” (ALIER, 2018). E a fase “Ecológica” pode ser considerada o “ecologismo” (PÁDUA; LAGO, 1984) ou “o evangelho da ecoeficiência” e/ou “ecologismo dos pobres”

(ALIER, 2018). Diante disso, embora utilizando-se de nomenclaturas diferentes, os movimentos ecológicos, em suas diversas especificidades, possuem algumas características em comum que permitem a sua classificação de forma mais ou menos coerente.

Concisamente, a cronologia do movimento ecológico no país está descrita acima. Entretanto, o escopo desta pesquisa é a respeito do discurso do Brasil, ou seja, do discurso oficial entre os períodos de 2003 a 2022. Diante disso, faz-se necessário, sucintamente, expor os discursos do Brasil em relação à questão ecológica e/ou ambiental desde a década de 70. A importância do Brasil nas questões ecológicas é indubitável e o “Brasil estava no centro dessas discussões internacionais devido ao seu tamanho, suas florestas, seu potencial hídrico, suas zonas costeiras, e – acima de tudo – a importância da Amazônia para o clima global” (BARROS, 2017, p. 442)¹³⁹. Sendo assim, é compreensível o motivo desse assunto está, direta ou indiretamente, presente nos discursos oficiais dos presidentes, ministros ou representantes do país, pois é de fundamental importância para o clima global. Se há um assunto que o país, apesar de suas limitações, exerce uma forte influência, esse assunto é a questão ambiental e ecológica.

De acordo com Barros (2017, p. 428), “discursos por porta-vozes federais de 1972 a 1979 não lidaram com o meio ambiente em uma forma clara e direta”¹⁴⁰. O país, nesse período, advogava a posição de desenvolvimento em detrimento das questões ambientais e a defesa da soberania de um país sobre seus recursos naturais. Um exemplo de políticas internas nesse período é a construção binacional da Hidrelétrica de Itaipú entre os governos do Brasil e do Paraguai. Portanto, o Brasil buscava legitimar suas políticas internas por meio da defesa do desenvolvimento como forma de reduzir a pobreza e qualquer tentativa de impedir poderia constituir uma “nova e inaceitável forma de dominação” (BRASIL, 1995, p. 332 *apud* BARROS, 2017, p. 429)¹⁴¹. Já na década de 1980, pode-se considerar uma “década perdida” para os discursos ambientais do país, pois, apesar de um ou outro vestígio ecológico nos discursos oficiais do país, especialmente na arena internacional, o tema não ganha um destaque muito grande e permanece, em linhas gerais, com as mesmas concepções da década anterior.

Mesmo no governo pós-regime militar, Sarney manteve a postura defensiva, especialmente após o assassinato de Chico Mendes em 1988. Esse assassinato ganhou uma

¹³⁹ Minha tradução de: “Brazil was in the mainstream of these international discussions due to its size, its forests, its hydro potential, its coastal zones, and – above all – the importance of the Amazon to the global climate” (BARROS, 2017, p. 442).

¹⁴⁰ Minha tradução: “Speeches by Federal spokespersons from 1972 to 1979 do not deal with the environment in a clear and direct way” (ibid., p. 428).

¹⁴¹ Minha tradução de: ““new and unacceptable form of domination”” (BRASIL, 1995, p. 332 *apud* BARROS, 2017, p. 429).

repercussão mundial e pressionou tanto o governo brasileiro quanto o Brasil, pois o país tinha (e ainda tem) uma forte violência por terra e é um dos países que mais assassinam militantes ecológicos no mundo¹⁴². Contudo, o governo Sarney começou a colocar essas questões ecológicas e/ou ambientais em um enquadramento internacional de “salvar o planeta” e buscava “[...] se referir ao meio ambiente ao reconhecer a agenda verde e as implicações para as negociações internacionais, enquanto destacando as assimetrias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento” (BARROS, 2017, p. 430)¹⁴³. Sarney, entretanto, também reforçava a defesa da soberania, afirmando que “nós estamos dispostos, como sempre estivemos, para cooperar. Contudo, nós nunca vamos aceitar imposições afetando nossa soberania” (BRASIL, 1995, p. 502 *apud* BARROS, 2017, p. 431)¹⁴⁴.

Apesar da permanência dessa perspectiva, o governo Sarney já começou a inovar ao introduzir o país nas discussões internacionais ecológicas e/ou ambientais, a esboçar o alinhamento do país às noções de agenda verde e a crescente importância da questão ambiental nas negociações, porém, ressaltava também a soberania, a diferenciação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento e as diferentes responsabilidades de cada um em relação ao meio ambiente. A partir da década de 1990, essa perspectiva iria se reforçar e o país estaria, progressivamente, presente nessas discussões e, diferentemente, da década de 80, essa década seria mais propícia às questões ecológicas. O país também estava passando por transformações políticas, pois as primeiras eleições diretas pós-regime militar para presidente ocorreram em 1989. Derrotando o candidato Luís Inácio Lula da Silva no segundo turno, Fernando Collor de Melo é eleito o primeiro presidente por voto direto.

Collor contribuiu para o discurso ecológico oficial do país ao, por exemplo, mostrar que o país estava disposto a sediar o evento “Rio 92”, também conhecido como “Cúpula da Terra”, um evento que marcou as discussões ambientais internacionalmente. Collor afirmava que “nós estamos enfrentando as questões ecológicas do Brasil com força”. E acrescentava que “apesar de sérios impedimentos econômicos, sérias questões sociais, a grande extensão de nosso território, o governo, junto com a sociedade, já fez um forte esforço na área ambiental que não

¹⁴² PONTES, N. Brasil é o 4º país mais perigoso para ambientalistas. *DW*, 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-%C3%A9-o-4%C2%BA-pa%C3%ADs-mais-perigoso-do-mundo-para-ambientalistas/a-59163369>. Acesso em: 04 jun. 2022.

¹⁴³ Minha tradução de: “[...] to refer to the environment by acknowledging the green agenda and its implication for international negotiations, while highlighting the asymmetries between developed and developing countries” (BARROS, 2017, p. 430).

¹⁴⁴ Minha tradução de: “We are willing, as we have always been, to co-operate. However, we will never accept impositions affecting our sovereignty” (BRASIL, 1995, p. 502 *apud* BARROS, 2017, p. 431).

fica atrás de outros países” (BRASIL, 1995, p. 517 *apud* BARROS, 2017, p. 432)¹⁴⁵. Porém, após essas afirmações diferenciando-se de seus predecessores, Collor manteve a crítica em relação aos países mais ricos ao dizer que “países que historicamente contribuíram para a contaminação ambiental tem uma maior responsabilidade por isso” (BRASIL, 1995, p. 517 *apud* BARROS, 2017, p. 433)¹⁴⁶. O marco de sediar a conferência “Rio 92”, contudo, foi decisiva para mostrar uma “[...] evidência da adesão do país a uma agenda verde” (BARROS, 2017, p. 434)¹⁴⁷. Essa conferência deixou um legado e colocou o Brasil, tanto pelos seus atributos quanto por sua crescente disposição e abertura, como um ator, cada vez mais, global e atuante na arena internacional.

Durante essa conferência, Celso Lafer afirma que “a declaração do Rio, a agenda 21, a Declaração sobre florestas, a convenção sobre Clima e a Convenção sobre Biodiversidade definem um arcabouço jurídico de fundamental importância para cooperação internacional” (BRASIL, 1993a, p. 231 *apud* BARROS, 2017, p. 439)¹⁴⁸. Lafer também abordou a noção de desenvolvimento sustentável, estabelecendo um marco para o país, pois afirma que “desenvolvimento sustentável é desenvolvimento em si. Não há estagnação sustentável. Miséria é também intrinsecamente insustentável porque é inumana” (BRASIL, 1993a, p. 95 *apud* BARROS, 2017, p. 439)¹⁴⁹. Também apresenta a relação entre questões ambientais e pobreza, evidenciando marcos que não estavam, pelo menos, não explicitamente, nos discursos oficiais do país anteriormente. O governo Collor é interrompido por um *impeachment* e seu vice, o então vice-presidente Itamar Franco, assume o governo e torna-se presidente.

O presidente Itamar Franco não tinha, se comparado ao presidente anterior, as questões ambientais como um destaque, porém, embalado pelo sucesso da “Rio 92”, em sua gestão criou o Ministério do Meio Ambiente e o ministério, apesar de algumas resistências, se estabeleceu¹⁵⁰. Seu governo também assistiu ao ressurgimento do “perigo da internacionalização da

¹⁴⁵ Minha tradução de: “We are facing the Brazilian ecological issues with strength. Despite the serious economic impediments, the serious social issues, the huge extension of our territory, the government, along with society, has already made a strong effort in the environmental field which does not lag behind that of other countries” (ibid., p. 517 *apud* ibid., p. 432).

¹⁴⁶ Minha tradução de: “Countries that historically contributed to environmental contamination have a major responsibility for it” (ibid. *apud* ibid., p. 432).

¹⁴⁷ Minha tradução de: “[...] evidence of the country’s adherence to a green agenda” (BARROS, 2017, p. 434).

¹⁴⁸ Minha tradução de: “the Rio Declaration, the 21 Agenda, the Declaration on forests, the Convention on Climate and the Convention on Biodiversity define a juridical framework of fundamental importance for international cooperation” (BRASIL, 1993a, p. 231 *apud* BARROS, 2017, p. 439).

¹⁴⁹ Minha tradução de: “sustainable development is development itself. There is no sustainable stagnation. Misery is also intrinsically unsustainable, because it is inhuman’ [...]” (ibid., p. 95 *apud* ibid.).

¹⁵⁰ A questão ambiental no governo Itamar. *O Estado*, 2011. Disponível em: <https://oestadoce.com.br/cadernos/oev/a-questao-ambiental-no-governo-itamar/>. Acesso em: 04 jun. 2022.

Amazônia” porque a ocorrência de treinamentos militares na Guiana e o fato de a Guiana Francesa ser um departamento francês, além de um massacre contra indígenas Yanomami por garimpeiros ilegais, contribuíram para essa percepção. Diante disso, os militares brasileiros, preocupados, conseguiram a aprovação do presidente para a criação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) com o objetivo de monitorar a região para propósitos de defesa do país. Seu governo também criou a Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape, uma reserva, na Paraíba em 1993. Embora não tão vocal e nem tão preponderante em seu governo, a questão ambiental teve um certo espaço.

O governo Itamar, fruto de um *impeachment*, chegou ao fim em 1994 e entregou o governo para o seu então Ministro das Relações Exteriores e da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC). FHC, embalado pelo sucesso do Plano Real, elegeu-se e reelegeu-se, em 1994 e 1998, em primeiro turno, derrotando o candidato Luís Inácio Lula da Silva. O presidente Fernando Henrique Cardoso já era mais vocal em relação ao meio ambiente, tanto que, em seu discurso de posse, já mencionava a questão:

“Vamos aposentar os velhos dilemas ideológicos e as velhas formas de confrontação e enfrentar os temas que movem a cooperação e o conflito entre os países nos dias de hoje: direitos humanos e democracia; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; as tarefas ampliadas do multilateralismo e os desafios da regionalização; a dinamização do comércio internacional e a superação das formas de protecionismo e unilateralismo” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2009, p. 14 *apud* SAMPAIO, 2016, p. 8).

Portanto, FHC estava delineando a importância que a questão ambiental teria em seu governo. Entretanto, seu governo assistiu, nos primeiros anos, um crescimento no desmatamento. O governo, contudo, criou mecanismo para combater o desmatamento e as queimadas. Muitas reservas ambientais, por exemplo, foram estabelecidas em seu governo. Seu governo buscou integrar o Brasil nas discussões globais a respeito de várias questões, inclusive, ambiental, em uma perspectiva “liberal-social”, cosmopolita e universalista, porém mantendo as tradições do país.

Seu governo colocou o país para participar, de forma atuante, nas discussões internacionais importantes como as que levaram ao Protocolo de Kyoto e a Conferência de Joanesburgo, enfocando o desenvolvimento sustentável, a biodiversidade, as matrizes energéticas de fontes renováveis, etc. Porém, o país mantém a tradição de ressaltar que, embora haja responsabilidades comuns, elas são diferentes, pois o Brasil é um país em desenvolvimento. No governo FHC, apesar de alguns contratemplos, a questão ambiental teve relevância, pois “[...] o meio ambiente ocupou lugar proeminente na qualidade de instrumento

para alcançar outros interesses nacionais, como o próprio desenvolvimento e a notoriedade no plano internacional”, contando com “propostas ousadas” e “medidas prejudiciais” sendo evitadas (SAMPAIO, 2016, p. 12). Assim sendo, o Brasil buscou uma maior inserção e influência nos organismos internacionais por meio da presença em diversas discussões globais, especialmente na seara ambiental. Esse destaque para a inserção do país no mundo é intensificado pelo seu sucessor, o candidato Luís Inácio Lula da Silva que, ao derrotar José Serra, do partido de FHC, elegeu-se presidente pela primeira vez.

A eleição de Luís Inácio Lula da Silva fez parte do que se tornou conhecido mais tarde como “onda rosa” ou “maré vermelha” na América Latina. Essa tendência ideológica levou à eleição, em diversos países da região, de líderes políticos de esquerda, em variadas gradações, com maiores destaques para Hugo Chávez na Venezuela, Lula no Brasil, Néstor e Cristina Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia e Rafael Correa no Equador. Após três derrotas consecutivas (1989, 1994, 1998), Lula é eleito em 2002 e assume o governo em 2003, encarnando os sentimentos de esperança e mudança que permeava o país. Aliando-se com José Alencar, empresário, líder patronal e político reconhecido, Lula modulou o discurso e passou a ser mais palatável para setores que o enxergavam como “radical”. Com a chegada ao governo, iniciava-se um período marcado pela conciliação com interesses antagônicos de diversos setores da sociedade brasileira.

No concernente às questões diplomáticas, o governo do presidente Lula buscou uma diplomacia “Sul-Sul”, a multilateralidade, a reforma dos organismos internacionais para serem mais democráticos e incluíssem os países pobres e em desenvolvimento. Lula almejava “[...] negociar em cada fórum e com cada região do mundo, mas a prioridade seria a América do Sul e o Mercosul” (SILVA, 2003 *apud* SILVA; VISENTINI, 2010, p. 55)¹⁵¹. O presidente ficou conhecido por suas viagens para diversas partes do mundo, seu empenho em diversificar os parceiros políticos, diplomáticos e comerciais do Brasil, buscando afirmar o papel do Brasil enquanto um país em desenvolvimento e que não fosse submisso a nenhum poder, mas dono de seu próprio destino. Uma “diplomacia mais ativa e afirmativa” (SILVA; VISENTINI, 2010, p. 56). O chanceler brasileiro à época, Celso Amorim, chegou a ser conhecido como o “melhor do mundo”¹⁵².

¹⁵¹ Minha tradução de: “[...] to negotiate in every forum and with every region in the world, yet the priority would be South America and Mercosur (SILVA, 2003)” (SILVA, 2003 *apud* SILVA; VISENTINI, 2010, p. 55).

¹⁵² ROTHKOPF, D. The world’s best foreign minister. *Foreign Policy*, 2009. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2009/10/07/the-worlds-best-foreign-minister/>. Acesso em: 25 mai. 2002.

Diferentemente da gestão anterior, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que buscava um maior relacionamento com os países da OCDE (Organização do Comércio e Desenvolvimento Econômico) (SILVA; VISENTINI, 2010, p. 63), o Brasil almejava apresentar-se como uma liderança sul-americana, promovendo a integração da região em relação ao desenvolvimento econômico, social e político. Essa busca da autonomia, que já estava levemente presente no governo de FHC, intensificou-se ativamente no governo Lula, principalmente devido ao *zeitgeist* “bolivariano”¹⁵³ da época e a noção de uma “Pátria Grande” a ser construída com a integração das nações latino-americanas (inclui-se as nações centro-americanas, caribenhas e o também México, apesar da localização do país ser a América do Norte) como uma maneira de se contrapor à força sociopolítica, econômica e militar e, por conseguinte, às imposições dos Estados Unidos da América no continente americano. Essa visão de um país autônomo sem ser hostil, principalmente em relação aos países do chamado Norte Global, engendrou a criação de blocos de países como o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), além do estreitamento da relação com países do continente africano e do oriente médio.

Essa política diplomática também foi criticada por setores da sociedade brasileira que enxergavam a aproximação com alguns países, especialmente adversários históricos dos Estados Unidos da América, como temerária, principalmente devido ao que consideram “abusos” e “violações de direitos humanos” e o desrespeito às “regras democráticas” por parte de alguns desses países. Se é bem verdade que algumas dessas críticas fossem procedentes, outras só se baseavam, geralmente, em definições conceituais e discursos de valorização proveniente dos Estados Unidos. Mesmo com algumas críticas internas, a diplomacia do Brasil no governo Lula fez o país ganhar o mundo e ser o centro das atenções nos fóruns e organismos internacionais, especialmente nas questões ambientais.

Em relação ao meio ambiente, o Brasil, sob o governo Lula, buscou “[...] promover fóruns multilaterais para discutir questões ambientais, sublinhando a importância de um tratamento político unificado à agenda ambiental” (SILVA; VISENTINI, 2010, p. 65)¹⁵⁴. O governo Lula também tinha como um ativo para seu governo a credibilidade internacional na

¹⁵³ O termo provém do nome do general venezuelano do século 19 Simón Bolívar, que liderou os movimentos de independência da Venezuela, da Colômbia, do Equador, do Peru e da Bolívia. Convencionou-se, no entanto, chamar de bolivarianos os governos de esquerda na América Latina que questionam o neoliberalismo e o Consenso de Washington (doutrina macroeconômica ditada por economistas do FMI e do Banco Mundial). VOCÊ sabe o que é o bolivarianismo? Carta Capital, 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-e-bolivarianismo-2305/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

¹⁵⁴ Minha tradução de: “[...] to promote multilateral forums to discuss environmental issues, underlining the importance of a unified political treatment to the environmental agenda” (SILVA; VISENTINI, 2010, p. 65).

área ambiental de Marina Silva, sua Ministra do Meio Ambiente até 2008, que era próxima de Chico Medes e possuía reconhecimento internacional como uma ativista do meio ambiente. Tanto o Lula quanto o governo brasileiro, entretanto, também evidenciavam certa animosidade com algumas cobranças que eram feitas ao país porque consideravam que os países ricos queriam ditar as maneiras de preservar o meio ambiente e, conseqüentemente, impedir o desenvolvimento dos países pobres e/ou em desenvolvimento, uma vez que já tinham destruído o seu meio ambiente ao se desenvolverem. No Brasil sob Lula, “[...] a questão ambiental está articulada na política externa do governo pela construção de uma nova ordem mundial, uma que é sustentável, multilateral, menos assimétrica, e construída em instituições democráticas” (SILVA; VISENTINI, 2010, p. 67)¹⁵⁵.

Com um governo que, no plano interno, agregava diferentes forças políticas, muitas vezes, a representação, que aparecia no plano externo, mostrava um país que tinha idas e vindas em algumas questões, principalmente na questão ambiental. Como por exemplo, nota-se nesta manchete (FIGURA 1) do jornal *The New York Times*, escrita pelo jornalista Larry Rohter, em 13 de fevereiro de 2005:

FIGURA 1 - “Brazil, Bowing To Protests, Reopens Logging In Amazon”



FONTE: *THE NEW YORK TIMES*

Essa manchete utiliza-se de um aposto para explicar o motivo da ação do país. O aposto é um termo assessorio de uma oração que é utilizado sintaticamente em relação a outro termo da oração para explicar melhor sobre o termo relacionado. Ou seja, adicionando mais informações, entre vírgulas, para revelar mais sobre o termo ou a ação do termo da oração. Na manchete, o sujeito é o país “Brazil” que realiza a ação de reabrir “reopens” e, com isso, implicitamente,

¹⁵⁵ Minha tradução de: “[...] the environmental issue is articulated in the government’s foreign policy for the construction of a new world order, one that is sustainable, multilateral, less asymmetric, and built on democratic institutions” (ibid., p. 2010, p. 67).

supõe a permissibilidade em relação à exploração madeireira “logging” na Amazônia “Amazon”.

Contudo, a manchete explica a ação do país com o aposto “bowing to protests”. O verbo “bow” pode ser transitivo ou intransitivo e, nessa manchete, apresenta-se como intransitivo. O uso desse verbo, em sua forma intransitiva, indica, entre outros significados existentes, que o sujeito, no caso, o país, parou de rivalizar e resistir em relação aos protestos e cedeu, “curvou-se aos protestos”. Não nos predispomos aqui a analisar todo o corpo textual da notícia, entretanto, a notícia traz vozes de grupos que estavam se sentindo lesados em seus interesses em relação às atividades de mineração e, com esse discurso de protesto, engendrando práticas sociais de intimidação e violência. Abarca também vozes de grupos que resistiam a essa “reabertura”, argumentando sobre os prejuízos ecológicos dessa atividade e os impactos na vida social dos habitantes dessa região.

O autor do texto poderia ter escolhido um outro léxico para o *aposto explicativo* da ação do sujeito. Por exemplo, “responding to protests”. Entretanto, “responding” levaria à impressão de uma ação proveniente da escuta de uma reivindicação de um determinado grupo social que se utilizou de argumentos e ações razoáveis para conseguir atingir seus objetivos e o governo, de forma conciliada, respondeu a essas demandas. Porém, diante das ações sociais e discursivas dos protestos reportados, a manchete preferiu utilizar o termo “bowing” porque quis evidenciar que o governo se sentiu acuado diante das reivindicações e “se curvou” às demandas dos protestos ao invés de “responder” a essas demandas. Esse aposto explicativo da ação do país mostra-se também interessante para a construção discursiva da manchete, pois apresenta um país que ficou “refém” dessas manifestações e, por isso, “cedeu” e não uma ação que foi desencadeada por causa de uma vontade voluntária e/ou conciliada.

Há a ocorrência desse recurso na manchete (FIGURA 2) do dia 31 de julho de 2007 que também é escrita por Larry Rohter no *The New York Times*:

FIGURA 2 - “Brazil, Alarmed, Reconsiders Policy On Climate Change”



FONTE: *THE NEW YORK TIMES*

O termo “alarmed” é um aposto que explica como o sujeito dessa frase, no caso, o país “Brazil” está. Há uma *pressuposição* de que as políticas em relação às mudanças climáticas no país não eram tão eficazes e, portanto, o Brasil reconsidera “reconsiders” suas políticas. Percebe-se que o verbo “reconsiderar” remete a repensar e, nesse caso, envolve a política sobre questões climáticas. O uso desse verbo não indica que o sujeito mudará suas políticas sobre essa temática porque o uso do verbo “changes” na manchete, por exemplo, mostraria uma ação transformadora, entretanto, o verbo “reconsiders” indica muito mais um “repensar” que busca uma mudança do que uma mudança já efetivada. Há também a *suposição* de que, se não estivesse “alarmed”, talvez o país não reconsiderasse o curso de suas políticas.

Nessas duas manchetes, percebe-se que o sujeito “Brasil”, um país, representado e gerido nesse período por Lula, apresenta-se nos títulos dessas notícias, moldando o curso de suas ações por protestos, no caso, da permissibilidade da mineração na Amazônia ou um dado que o deixou “alarmed”, no caso, de reconsiderar as políticas sobre as mudanças climáticas. Ambas as manchetes se utilizaram de aposto para adicionar mais informação sobre o sujeito que, em ambas as manchetes, era o Brasil. Os verbos utilizados “bow” e “reconsiders” concebem formas de representar e explicar ações do país a um público internacional, especialmente um país que, sob o governo de Lula, buscava consolidar seu “status” como um país emergente que queria participar das discussões globais em conjunto aos países desenvolvidos.

O veículo em que essas manchetes estavam presentes, o *The New York Times*, é um jornal que possui uma relevância e influência grande no debate público estadunidense, além de ser considerado por muitos uma fonte noticiosa de credibilidade. O jornalista Larry Rohter, autor dessas notícias, era enviado do jornal para cobrir o país, em seu período ascendente, no cenário global. Também é interessante ressaltar que a atuação do jornalista no país causou uma controvérsia quando reportou que o presidente Lula tinha problemas com bebida, afetando suas atividades e funções presidenciais. O jornalista foi criticado e o governo revogou sua licença para atuar no país, causando outra controvérsia que, inclusive, ofuscou a primeira, sendo sua licença, depois, restituída.

Controvérsias particulares e internas com reflexos internacionais à parte, as questões ambientais envolvendo o Brasil estavam presentes nos noticiários de vários países, principalmente quando esses países se utilizam de agências de notícias como fonte para seus jornais internos, pois, como mencionado na seção 4.1, as agências de notícias produzem e distribuem para diversos países, sendo as formas de tradução, para os respectivos idiomas

locais, também instrumento de disputas ideológicas que devem ser analisadas. Em uma manchete da agência de notícia *Reuters* do dia 24 de setembro de 2007:

FIGURA 3 – “Lula Says Brazil Doing Its Part On Climate Change”



FONTE: *REUTERS*

Essa manchete coloca em evidência “Lula” e o “Brasil”. Sintaticamente, Lula é o sujeito que diz “says” o que o país que ele representa está fazendo “doing” em relação às mudanças climáticas. A manchete também coloca o país “Brazil” ademais como um sujeito discursivo “não sintático” porque é o Brasil enquanto país que está agindo em relação a essas mudanças. Contudo, claro que o Brasil enquanto país não realiza as coisas sozinhos, pois um país é, geralmente, governado por seres humanos que elaboram as políticas que serão institucionalmente implementadas pelos países.

O pronome possessivo “its” remete ao que o país deve fazer. No caso, sua parte “part”. Há uma *suposição* de que existe uma parte, “a parte do Brasil”, em relação às mudanças climáticas que o país deve se comprometer. Essa manchete *reporta indiretamente* a fala de Lula com uma frase de tipo *declarativa afirmativa* que ecoa também uma visão da diplomacia brasileira e do próprio Lula que considera que “[...] ameaças relacionadas às mudanças climáticas são encaradas sob a percepção que todos nós temos responsabilidades em comum, mas diferentes” (SILVA, 2009 *apud* SILVA; VISENTINI, 2010, p. 65)¹⁵⁶. Está *implícito* nessa manchete, embora reportada de forma indireta, que o “Lula” considera que outros países também devem cumprir suas respectivas “partes” em relação às mudanças climáticas.

¹⁵⁶ Minha tradução de: “[...] the threats related to climate change are faced under the realization that we all have common, yet differentiated responsibilities (SILVA, 2009)” (SILVA, 2009 *apud* SILVA; VISENTINI, 2010, p. 65).

Partes remetem aos pedaços que juntos formam um todo. Outros países podem estar fazendo “sua parte” também, portanto, contribuindo para o todo, entretanto, tanto pelo fato do Brasil no período Lula ser destaque em diversos fóruns internacionais quanto pela importância do país para as regulações concernentes às questões climáticas e ecológicas no mundo, “its part”, a parte que cabe ao “Brazil” é destacada. Porém, a manchete coloca “Lula says”, ou seja, é a palavra de uma pessoa, no caso, o presidente do país, que está dizendo o que está sendo reportado. Da mesma forma que a palavra de um presidente, supostamente, deve ter credibilidade, o senso comum que coloca que políticos mentem também pode entrar no jogo de sentido na construção dessa representação. Essa representação do país pode ser (ou não) positiva porque o “doing its part” está condicionada ao “Lula says”.

Esse questionamento pode tornar-se ainda mais latente se o leitor(a) ler a notícia inteira porque apresenta críticas a fala, que foi *reportada indiretamente* na manchete, do presidente. Entretanto, como já mencionado acima, não estamos focando no corpo da notícia. Diante disso, só as manchetes estão sendo analisadas e, só essa manchete, nos apresenta, quando muito, uma representação positiva do país e, quando menos, uma tentativa do país “doing its part”. “Brazil” e “climate change” são termos relacionados que suscitam o interesse dos que se preocupam com as questões ambientais devido à centralidade do país, contudo, e, obviamente pela manchete ser uma apresentação concisa da notícia, não temos a informação do que o “Brazil” está fazendo e o que o “Brazil” considera “its part” em relação às mudanças climáticas. A manchete, portanto, informa, sucintamente, que o representante máximo do país diz que o Brasil “doing its part”, reconhecendo a importância tanto do país quanto das mudanças climáticas, suscitando, *implicitamente*, questionamentos em relação à “its part” de outros países.

Contribuindo para essa representação de um país que faz a sua parte em relação às mudanças climáticas, a manchete (FIGURA 4) do jornal *The New York Times* do dia 19 de abril de 2008, escrita pelo jornalista Alexei Barrionuevo, representa o Brasil como um país combatendo as práticas sociais que levam à destruição do meio ambiente e, conseqüentemente, atuando para coibir as mudanças climáticas:

FIGURA 4 – “With Guns And Fine, Brazil Takes On Loggers”



FONTE: *THE NEW YORK TIMES*

A construção sintática dessa manchete está organizada de forma diferente. Esse recurso no início da frase já apresenta a explicação de como o país realizou a ação antes mesmo de dizer o que foi feito. Armas “guns” e multas “fines” *sintaticamente* estão em uma *relação gramatical aditiva*, mas *semanticamente* buscam mostrar uma *relação de contraste* entre os meios utilizados para a ação realizada pelo país “Brazil”. Seja para intimidar ou para confrontar, armas remetem à imposição da vontade, nesse caso, de uma determinação do país, por meio da força, enquanto as multas são ações que buscam coagir, direta ou indiretamente, combatendo práticas sociais consideradas danosas, nesse caso, ao meio ambiente, por meio da coerção econômica e/ou sanções administrativas.

Após explicar os meios com que a ação se realizou, a manchete prossegue para explicar o que foi feito. O Brasil “takes on”, nesse caso, o verbo “take on” é transitivo e revela uma relação de conflito, enfrentamento realizado pelo sujeito, o país. “Loggers” são madeireiros e, portanto, o sujeito “Brazil” os enfrentou. O país “with guns and fines” utilizou-se de seus órgãos de segurança e fiscalização para realizar essa tarefa e enfrentar as ações ilegais dos “loggers”. Essa ação já mostra o sujeito, o país, realizando uma ação diferente da manchete (FIGURA 1) acima apresentada porque o país não temeu nem “se curvou” aos protestos de grupos como reportado na manchete (FIGURA 1), mas está enfrentando-os com armas e multas.

Diante dessa manchete, há uma representação duplamente positiva do país porque mostra o Brasil agindo com dispositivos que não somente a força, “guns”, mas utilizando-se de meios jurídico-legais como multas, “fines”, agindo em duas frentes para coibir essa atividade. Ao mesmo tempo em que, ao enfrentar essa atividade, o país reconhece o problema e também busca solucioná-lo, mostrando uma predisposição para atuar, dentro de marcos jurídico-legais, para reprimir a ação de madeireiros. Impedindo o desmatamento, o país, certamente, estará contribuindo para evitar a aceleração das mudanças climáticas. Por isso, essa manchete

representa um país que está enfrentando seus problemas internos e, por conseguinte, agindo em uma escala local e, com isso, contribuindo para o meio ambiente em uma escala global.

Entre vários momentos marcantes do governo Lula, a renúncia de Marina Silva, uma ativista ambiental reconhecida internacionalmente, do Ministério do Meio Ambiente, ganhou atenção da mídia internacional e o compromisso do governo com as questões ambientais foi posto em xeque. Em notícia de 16 de maio de 2008, no jornal *The New York Times*, escrita por Alexei Barrionuevo, a manchete (FIGURA 5) era a seguinte:

FIGURA 5 – “‘Stagnation’ Made Brazil’s Environment Chief Resign”



FONTE: *THE NEW YORK TIMES*

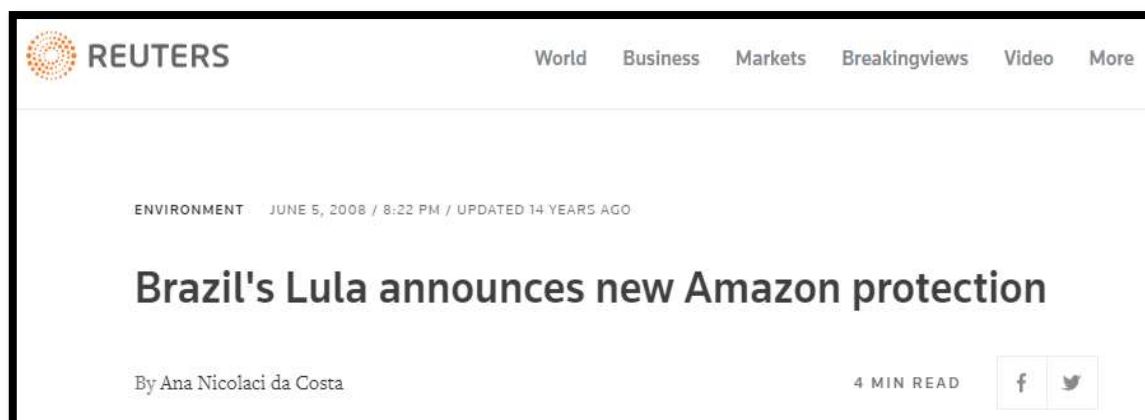
Essa manchete *reporta diretamente* a voz de “Brazil’s Environment Chief” ao colocar “stagnation” entre aspas. Essa *voz reportada diretamente* funciona também como uma explicação a respeito da decisão tomada. “Stagnation” é o motivo que a fez renunciar, entretanto, só essa palavra na manchete, embora seja explicativa, não expõe as circunstâncias em torno da renúncia da ministra. Mesmo que a notícia explique, a manchete poderia utilizar-se de palavras como pressões “pressures” para reportar que atores, indiretamente, contribuíram para essa decisão. Essa manchete utiliza-se da *intertextualidade manifesta* ao citar diretamente “stagnation”, uma palavra utilizada na coletiva de imprensa dada por Marina Silva. Essa *intertextualidade* é proveniente de um outro gênero textual, isto é, “a coletiva de imprensa”. Embora reportou-se diretamente da ministra, a composição dessa manchete não é tão elucidativa das agências que contribuíram para o desenvolvimento dos fatos. Não é uma manchete enganosa, mas pode ser entendida como dissimuladora dos motivos do fato reportado.

Há também o uso da *antonomásia*, figura de linguagem que é utilizada para substituir o nome de algo por uma outra forma descritiva. No caso do nome de pessoas, geralmente, há a substituição por alguma denominação que ela é conhecida, podendo ser tanto apreciativa quanto depreciativa. Em relação à manchete, “Brazil’s Environment Chief” refere-se à ministra Marina

Silva. A utilização do cargo que ela ocupa ao invés do nome dela pode significar duas coisas. Primeiro, o fato da Ministra do Meio Ambiente ser conhecida internacionalmente, sendo desnecessário a utilização do seu nome, especialmente para quem acompanha notícias concernentes ao meio ambiente. Ou seja, já seria de relativo conhecimento do público quem é “Brazil’s Environment Chief”. Mas também pode ser a necessidade de atingir um público mais amplo e, ao colocar “Brazil’s Environment Chief”, demonstrar que o ministro ou a ministra principal dessa área no país renunciou “resign” e chamar a atenção para um fato político interno do Brasil que pode ter repercussões externas devido à importância que essa questão assume no mundo, em especial de um país como o Brasil.

Mesmo com a saída da ministra, o Brasil, sob o governo Lula, buscou manter a preocupação com o meio ambiente e a proteção da Amazônia em evidência. A manchete (FIGURA 6) da notícia da agência de notícias *Reuters*, em 06 junho de 2008, escrita por Ana Nicolaci da Costa, reporta esse compromisso:

FIGURA 6 – “Brazil’s Lula Announces New Amazon Protection”



FONTE: *REUTERS*

A manchete coloca o grupo de palavras “Brazil’s Lula” e “Amazon protection” juntos. Uma utilização de palavras desejáveis para uma representação do país e associando ainda diretamente o governante com proteção “protection”. O tipo de frase predominante nessa manchete é a *declarativa*, mesmo que de forma *indireta*. *Reportam indiretamente* o presidente porque o sujeito “Lula” anuncia “announces” algo em relação à “Amazon protection”. Quando um presidente enuncia algo, é provável que seu discursivo engendre (ou não) práticas sociais. Portanto, o sujeito, no caso, o presidente do país “announces” uma nova proteção da Amazônia “new Amazon protection”. A palavra “new” deixa *implícito* que já há outras, portanto,

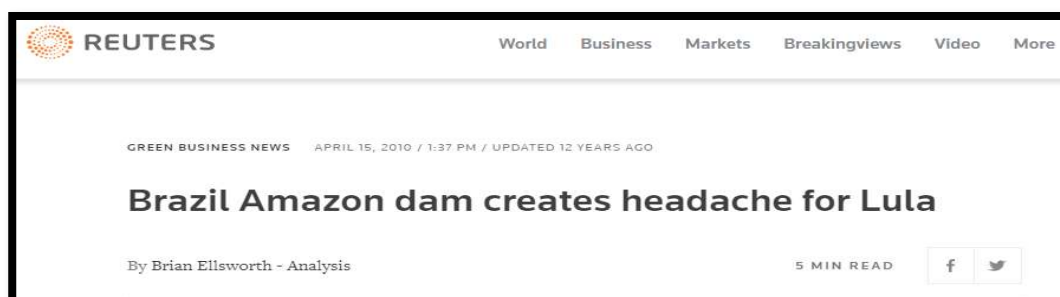
“protections” anteriores da Amazônia e, conseqüentemente, o país estaria, cada vez mais, buscando proteger a Amazônia.

O contexto em que ocorreu esse anúncio, obviamente, não pode ser desconsiderado. Tanto o nível de desmatamento estava aumentando em relação aos anos anteriores quanto a renúncia de Marina Silva abalaram a imagem e credibilidade do governo em relação a essas questões ambientais. Portanto, um anúncio de proteção da Amazônia, certamente, seria uma forma de reparar os revesses recentes. Não fica claro, na manchete, por exemplo, como será essa “protection”, mas está *implícito* uma perspectiva conservacionista como mencionada na seção 3.2. Entretanto, da mesma forma que o “Lula says”, o “Lula announces” pode não engendrar práticas sociais e se tornar só um discurso para dissimular “práticas sociais” que não ocorrem nem se concretizam.

Até porque o governo Lula equilibra-se entre interesses antagônicos que são difíceis de conciliar. De um lado os que querem explorar o máximo visando o crescimento econômico e do outro quem busca proteger o meio ambiente. Há nuances entre esses polos e, diante disso, a palavra “protection” será entendida por esses *atores sociais* de forma diferente. Enquanto “Amazon protection” é tida como uma forma de frear o desmatamento e proteção ambiental para pessoas que colocam a defesa do meio ambiente acima de um determinado tipo de desenvolvimento, para pessoas que buscam lucrar e, no caso do país, lucrar com a exportação de *commodities*, especialmente diante do aumento dos preços no mercado internacional, “Amazon protection” é entendido como uma forma de limitar o crescimento e o lucro e, conseqüentemente, essa forma de desenvolvimento.

Apartando-se da representação de um país que se preocupa com o meio ambiente, o projeto de construção de uma usina hidrelétrica (Belo Monte) foi duramente criticada dentro e fora do país. Em uma manchete (FIGURA 7) do dia 15 de abril de 2010, a agência de notícias *Reuters* reporta:

FIGURA 7 – “Brazil Amazon Dam Creates Headache For Lula”



FONTE: *REUTERS*

Essa manchete coloca o sujeito “Brazil Amazon dam” como o causador de algo para Lula. É um jogo interessante porque o presidente Lula é entusiasta da “Brazil Amazon dam”, porém a coisa tornou-se tão grande que passou a ganhar uma “vida própria” e a infligir problemas para o presidente. Essa manchete se utiliza de uma *metáfora* da área da saúde para representar a situação política do presidente. A dor de cabeça, “headache”, é, *metaforicamente*, utilizada pra representar os problemas políticos que foram causados pela “Brazil Amazon dam”. *Supõe-se* que, para a doença, geralmente, há a cura e, se não houver, há os paliativos. De acordo com a *metáfora* utilizada na manchete, há curas e/ou paliativos para evitar a “dor de cabeça” de Lula, ou seja, para reduzir ou cessar os problemas políticos provenientes da sua defesa do projeto de construção da Usina de Belo Monte.

A construção dessa usina colocou o governo Lula em uma situação complicada entre diferentes setores da sociedade nacional e internacional, especialmente entre os defensores do meio ambiente, das comunidades indígenas e ribeirinhas que moram no local. A construção de uma usina muda, drasticamente, a realidade de muitos ao redor do projeto e ocorre muitos deslocamentos forçados em nome do progresso e do desenvolvimento. Contudo, a manchete só exprime um conteúdo de *valor metafórico* sobre Lula porque coloca o presidente em uma situação de “enfermo político” por causa da usina, sem colocar os outros atores envolvidos nessa celeuma. Diante disso, a manchete só indica que a usina defendida por Lula cria, “creates”, “dores de cabeça” para o mesmo, sem levar em conta outros *atores sociais* que estão, *metaforicamente* (ou não), “enfermos” com essa “Brazil Amazon dam”

Na manchete (FIGURA 8) de uma notícia do dia 16 de abril de 2010, no *The New York Times*, o jornalista Alexei Barrionuevo reporta:

FIGURA 8 – “Amazon Dam Project Pits Economic Benefit Against Protection Of Indigenous Lands”



FONTE: THE NEW YORK TIMES

Nessa manchete, “Amazon Dam Project”, o sujeito, o “problema em foco” está estabelecendo um contraste, por meio do verbo transitivo “pits”, entre “Economic Benefit” e “Protection of Indigenous Lands”. Da forma que se coloca na manchete, não há espaço para nuances. Os benefícios econômicos, “economic benefits”, estão colocados em contraste com a proteção das terras indígenas, “protection of indigenous lands”. Essa contraposição entre esses dois discursos de valoração é fundamental na constituição da manchete porque está *indiretamente* dando voz aos que lutam para manter seus modos de vida e aos que consideram a valoração econômica mais importantes do que qualquer outro discurso de valoração, deixando os despossuídos sem muito poder de barganha.

Nessa manchete, contudo, o presidente Lula, maior proponente do projeto, foi *ocultado*. O fato de “Amazon Dam Project” ser defendido por Lula poderia engendrar uma notícia que colocasse o nome do presidente em evidência, por exemplo, “Lula’s Amazon Dam Project”, deixando o presidente em uma representação negativa. Esse conflito entre diferentes discursos de valoração também marcou o final do governo Lula e acompanhou a gestão de sua sucessora. A grande resistência nacional e internacional em relação à construção dessa usina começou a incomodar o presidente Lula. Tanto que, em 24 de junho de 2010, a revista *Foreign Policy*, reporta, em sua manchete, Lula dizendo:

FIGURA 9 – “Lula: Gringos Should Keep Out Of The Amazon”



FONTE: *FOREIGN POLICY*

Na manchete, o presidente Lula, citado de forma indireta, utiliza-se de um *léxico* depreciativo, “gringo”, que é popularmente utilizado na América Latina para se referir aos estrangeiros. “Gringo” também é utilizado nos discursos de políticos de esquerda do continente sul-americano, principalmente quando querem acusar países estrangeiros, em especial os Estados Unidos da América, de interferirem nos assuntos da região. O presidente e, conseqüentemente a manchete que o reportou, utilizam-se do recurso da *modalização deôntica*. A modalização

tem a função de indicar a posição do enunciador em relação ao que o mesmo está dizendo. Portanto, o presidente ao usar o verbo modal “should” está indicando que o mesmo está recomendando ou aconselhando em face ao que está solicitando.

A manchete utiliza-se do verbo frasal “keep out” que indica para “não entrar” em determinado local ou prevenir e/ou impedir a entrada e, nesse caso, o local que o presidente está se referindo é a Amazônia. Ou seja, o presidente Lula está recomendando/aconselhando que os “gringos” fiquem fora, não entrem nem se intrometam na Amazônia. A “Amazon” juntamente com “Lula” e “Gringos” aparecem como *atores sociais* independentes e interdependentes. Lula é uma pessoa, que é o presidente do país, “Amazon”, que é parte do Brasil, e “Gringo”, que é uma depreciação generalizante para estrangeiros, aparecem como *atores sociais* relevantes. Essa manchete, contudo, representa o presidente de uma forma que não o apresenta como “amistoso” e, portanto, contrasta com o Lula mais engajado em fóruns e parcerias com organismos internacionais. Esse contraste pode ser analisado de duas formas.

Primeiro, uma reação à intensificação dos protestos contra a construção da “Amazon Dam” e, com isso, buscando contrapor os protestos internos com os externos, almejando tirar a “legitimidade” dos que protestam estando no campo “externo”. E segundo, mantendo a tradição política da esquerda, ecoa as acusações de interferência estrangeira indevida, indicado pelo uso do vocábulo “gringos”, sobre os assuntos de interesse nacional. Uma espécie de defesa da soberania do país, inclusive, de seus recursos naturais, e o direito de se desenvolver, mesmo que de uma forma maléfica ao meio ambiente. Essa questão da “Amazon Dam” não se resolve no governo Lula e, por conseguinte, essa disputa, tanto dos discursos de valorização quanto dos caminhos a serem seguidos, continua no governo de sua sucessora, Dilma Rousseff.

A indicada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para concorrer à sucessão do presidente Lula foi a ministra Dilma Rousseff. Dilma é tanto o apogeu quanto o declínio do petismo. Em 2006, com o escândalo do “mensalão”, Lula costurou alianças com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (hoje MDB) para se sustentar no governo e essa aliança foi renovada, também para obter um maior tempo de televisão, em 2010, com a formação de chapa entre Dilma Rousseff e Michel Temer. Lula deixou o governo com 87% de aprovação¹⁵⁷ e, com isso, conseguiu eleger sua sucessora, uma ministra que nunca teve cargo eletivo e que não tinha o mesmo apelo popular do Lula, sendo relativamente desconhecida do grande público.

¹⁵⁷ BONIN, R. Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope, G1, 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acesso em: 29 mai. 2022.

Entretanto, como principal oponente, José Serra, também era um candidato que não possuía tanto apelo popular, a campanha de Dilma focou-se na manutenção do legado dos governos Lula e o marco de uma mulher, pela primeira vez, ser eleita para a presidência do país. É digno de nota a participação de Marina Silva nessas eleições que, mesmo terminando em terceiro lugar, conquistou milhares de votos e permaneceu, nacionalmente e internacionalmente, uma referência em relação às questões ecológicas e/ou ambientais.

Ao ser eleita, Dilma buscou manter a estabilidade herdada do governo Lula e consolidar políticas que foram instituídas por ele. Porém, da mesma forma que Lula, o governo buscava equilibrar diferentes interesses políticos, ainda mais com a presença do PMDB no governo, agora com a vice-presidência. Esse partido tem sido o fiel da balança para os diferentes governos desde a “redemocratização” no país, que, devido à fragmentação partidária, engendrou um regime político chamado de presidencialismo de coalização¹⁵⁸. Contudo, o governo Dilma enfrentou momentos bastantes delicados. A crise econômica internacional começou a impor, de forma mais perceptível, seus efeitos aos países, a queda do preço das *commodities* e uma gestão controversa e bastante questionada da economia degingolou os planos de manutenção da estabilidade. Além disso, a falta de habilidade política, para os padrões vigentes da política no Brasil, da presidente Dilma, diferentemente de seu antecessor, complicou ainda mais as tentativas do governo de buscar estabilizar-se e implementar medidas para conter as adversidades e, por conseguinte, a crescente insatisfação popular.

Em 2013, o país assistiu a numerosas manifestações contestadoras do governo. A princípio, reivindicações detonadas pelo aumento de R\$ 0,20 centavos na passagem de ônibus, contudo, as pautas expandiram-se e tornaram-se difusas. O uso crescente das redes sociais no país e a consequente reprodução de imagens da repressão policial aos protestos nas redes sociais energizaram ainda mais as manifestações que se tornaram “incontroláveis”. Aliado a isso, uma crescente insatisfação popular com serviços públicos insuficientes e os gastos considerados

¹⁵⁸ O presidencialismo de coalização é uma expressão que foi utilizada pelo cientista político Sérgio Abranches para explicar as relações entre os poderes Executivo e Legislativo. É quando o presidente forma alianças com o Congresso para viabilizar a governabilidade. O presidencialismo de coalização surge porque o presidente depende do Congresso, de uma base aliada, para governar e conseguir a maioria necessária para aprovar qualquer proposta. A quantidade de partidos no Brasil dificulta a formação de uma maioria no Congresso apenas com parlamentares eleitos pelo partido do governante. Portanto, o presidente precisa construir uma aliança com outros partidos. O governo utiliza instrumentos, como recursos do orçamento e cargos, para convencer partidos a entrarem na base aliada. O problema do presidencialismo de coalização é que algumas alianças podem ser fechadas exclusivamente por causa dessas trocas, sem ter o mínimo de convergência ideológica. GLOBO NEWS. 'Eleição de A a Z': entenda como funciona o presidencialismo de coalização. *GI*, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/noticia/2022/09/19/eleicao-de-a-a-z-entenda-como-funciona-o-presidencialismo-de-coalizacao.ghtml>. Acesso em: 09 set. 2022.

excessivos com os eventos esportivos que seriam sediados no país como “Copa do Mundo 2014” e “Olímpiadas e Paralimpíadas 2016”. Inicialmente lideradas por grupos mais à esquerda, como o MPL (Movimento Passe Livre), que buscava a gratuidade das passagens de ônibus e outras pautas mais relacionadas a esse campo político, as manifestações foram direcionadas por grupos mais à direita, como o MBL (Movimento Brasil Livre), que viram nas manifestações uma chance oportuna de colocar a hegemonia petista à prova e, por conseguinte, fragilizá-la.

Historicamente, ainda é um evento recente com seus efeitos perceptíveis até hoje. Não nos cabe discutir as diversas leituras que diferentes atores sociais fazem das chamadas Jornadas de Junho nem delinear suas minúcias. Esses protestos e manifestações são objeto de estudo e ainda não há consenso e, provavelmente, não existirá tão cedo, sobre os seus sentidos, efeitos e impactos, entretanto, certamente, esses eventos marcaram a política nacional recente e muitos consideram como o nascimento de uma nova conjuntura política no país. A partir desse momento, o Brasil não seria o mesmo e a “tranquilidade” e “estabilidade”, que o país estava, com ressalvas, vivendo, seriam profundamente abaladas. O governo Dilma, conseqüentemente, não conseguiu aplacar completamente as reivindicações dos manifestantes e sua popularidade, que em certo momento superou a do seu antecessor¹⁵⁹, começou a cair e não retornou aos patamares anteriores.

Apesar disso, a presidente Dilma disputou um segundo mandato. Houve, inclusive, um movimento que buscava a volta do ex-presidente Lula, mas Dilma almejava a reeleição. O período eleitoral mostrou-se imprevisível porque a ocorrência de um acidente aéreo vitimou um candidato à presidência, Eduardo Campos. Sua então candidata à vice-presidente, Marina Silva, assumiu o posto e aproximou-se de chegar ao segundo turno contra Dilma Rousseff. Porém, em uma das eleições mais disputadas e apertadas da história do país, a presidente Dilma conseguiu se reeleger, mas já era notório que o seu governo não começaria com a mesma tranquilidade de sua primeira eleição, tendo o candidato derrotado, Aécio Neves, questionado inclusive a “legitimidade” da eleição da petista. Em consonância a isso, uma operação judicial, com métodos questionáveis, denominada “Lava Jato” desestabilizou de vez o sistema político porque investigou e levou à cadeia diversos nomes do meio político e empresarial de diferentes partidos, terminando por minar quaisquer chances de um retorno à “estabilidade”. Portanto, com todos esses fatores ao mesmo tempo, a governabilidade frágil do governo Dilma mostrava-

¹⁵⁹ STUCKERT FILHO, R. Brasil: popularidade de Dilma supera a de Lula após um ano de mandato. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/brasil-popularidade-de-dilma-supera-a-de-lula-apos-um-ano-de-mandato/>. Acesso em: 29 mai. 2022.

se como um empecilho em si e vozes pedindo seu *impeachment* começavam a serem ouvidas com mais força.

Apesar de um contexto, a princípio favorável, mas, posteriormente, adverso, o governo Dilma tenta manter nas relações internacionais, com algumas poucas modulações, a mesma política do presidente Lula. Priorização das relações “Sul-Sul”, multilateralismo, multipolaridade e a defesa do meio ambiente como pauta fundamental para representar um país que passava, cada vez mais, a ser incluído em discursos globais, principalmente em relação às questões climáticas. Contudo, seu governo já inicia com uma das maiores controvérsias da gestão petista. O projeto de construção da usina de Belo Monte atraiu a atenção nacional e internacional para qual seria o seu encaminhamento, pois, apesar da defesa entusiasta do presidente Lula, o projeto ficaria a cargo de sua sucessora.

Em manchete (FIGURA 10) de notícia, escrita por Alexei Barrionuevo, do dia 05 de abril de 2011, portanto, no início do governo Dilma, o jornal *The New York Time* reporta:

FIGURA 10 – “Brazil Rejects Panel’s Request To Stop Dam”



FONTE: *THE NEW YORK TIMES*

Na manchete, o sujeito “Brazil” age, porém, *implicitamente*, quem está agindo é o governo brasileiro que está sob a gestão da presidente Dilma. A palavra “dam” é usada sem ser especificada. Provavelmente, é uma *suposição* que qualquer pessoa que acompanhe o noticiário e, por conseguinte, a repercussão do caso já subentende que se trata da “Amazon Dam Project” presente em manchetes anteriores relacionadas ao Brasil no fim do governo Lula. O verbo transitivo no presente “rejects”, rejeita, indica que o país não está compactuando com alguma coisa. A manchete também traz o grupo de palavras “Panel’s Request”. O vocábulo “request”, que também pode ser um verbo, está funcionando, nessa manchete, *sintaticamente*, como substantivo. Esse *substantivo* está em relação de posse com o termo “Panel”.

A manchete também se utiliza do termo “Stop Dam”. Provavelmente, uma *intertextualidade manifesta e constitutiva* porque o “Stop Dam” é uma construção discursiva comum, que é utilizada em diversos protestos, para se opor a alguma coisa considerada indesejável por certos atores sociais. A utilização dessas construções escritas em inglês, mesmo em países que não possuem o inglês como língua materna, busca apelar ao público internacional porque, por meios de práticas sociais reivindicativas, engendra uma prática discursiva que circula em meios para além das fronteiras do país. Esse termo “Stop Dam” está presente no discurso de muitos *atores sociais* e está *textualmente* presente em cartazes de protestos e, diante disso, o jornalista pode ter, por meio da intertextualidade, construído discursivamente essa manchete. Esse termo “Stop Dam”, “Pare a Barragem” literalmente, mas com o sentido de “pare a construção da barragem”, pode engendrar essas interpretações, porém, somente a manchete não nos permite afirmar categoricamente.

Portanto, o sujeito, no caso, o país, “Brazil”, sob a gestão de Dilma, rejeita “rejects” a solicitação “request” para parar a construção da barragem “stop dam”. O autor da mensagem *oculta* o nome da presidente, no caso, Dilma Rousseff. Isso decorre em razão de dois fatores possíveis. Primeiro, a presidente Dilma não é tão conhecida internacionalmente ainda e, diante disso, é mais interessante colocar somente o nome do país “Brazil”. Segundo, o fato de que a manchete quer evidenciar que não é algo de um governo somente, no caso, a gestão Lula, mas um projeto que está sendo encampado pela sucessora e, conseqüentemente, é um projeto do país como um todo. Uma outra construção de manchete poderia colocar “Brazil’s Dilma” ou “Brazil’s Rousseff”, por exemplo.

É interessante notar também que o termo “Dam” parece já assumir um papel de ator social ao longo do tempo e de sua recorrência nas manchetes. Os *atores sociais* dessa manchete são o país, “Brazil”, “Panel’s Request” e “Dam”. “Brazil” e “Dam” são mais *explícitos*, contudo, “Panel’s Request” deixa *implícito* uma percepção de organizações sociais e/ou institucionais que buscam apresentar contra-argumentos aos já realizados pelo país, “Brazil”, em defesa do projeto. Esses contra-argumentos, entretanto, foram rejeitados “rejects”. Essa rejeição pode ser motivada tanto por uma questão política quanto por questões meramente técnicas, embora elas se conectem, mas a manchete não deixa isso explícito. O país, portanto, em relação à “Dam”, assume uma representação de um “Brazil” decidido a seguir em frente, apesar das críticas, com o projeto.

Essas observações se confirmam com a seguinte manchete (FIGURA 11) menos de um mês após a notícia anterior. A notícia do dia 01 de junho de 2011, escrita por Alexei Barrionuevo, no jornal *The New York Times*, reporta:

FIGURA 11 – “Brazil, After A Long Battle, Approves An Amazon Dam”



FONTE: THE NEW YORK TIMES

Essa manchete utiliza-se de um *aposto explicativo* após o sujeito “Brazil”, pois visa fornecer, nessa construção, mais informações a respeito do sujeito, no caso, o “país”. Sem esse aposto, o sujeito, na manchete, realizaria a ação “approves”, aprova, sem muita explicação. O aposto “after a long battle” adiciona ao sujeito alusão às dificuldades que surgiram até a realização da ação. Há o uso de uma *metáfora* em alusão à guerra, batalha “battle”. Ou seja, a disputa entre os diferentes *atores sociais* e, conseqüentemente, os seus diversos discursos de valoração assumiram os contornos metafóricos de uma batalha. Entretanto, em uma batalha, geralmente, há vencedores e perdedores, quando não se chega a um impasse. No caso, o sujeito, após enfrentar os desafios de uma batalha metaforicamente real, social e discursiva, conseguiu realizar a ação que estava sendo protelada devido aos impasses da batalha.

Portanto, o país aprova, depois de, presumivelmente, vencer a batalha, “an Amazon dam”. Novamente, “Amazon dam” apreça como um ator, porém o pronome indefinido “an” abre margem na manchete para se questionar qual seria essa “Amazon dam” e indica que há muitas nessa região. Entretanto, devido à temporalidade, provavelmente, está se referindo a controversa barragem de Belo Monte. Novamente, “Amazon dam”, juntamente com “Brazil”, o país, são evidenciados como *atores sociais* nessa manchete. Mesmo “Amazon dam” sendo um empreendimento projetado pelo país para “garantir a segurança energética”, acaba, devido à repercussão crítica, ganhando um “status” de ente autônomo. Estão imbuídos nessas generalizações dos *atores sociais* que o “Brazil” representa o governo sob gestão de Dilma e os demais departamentos do país favoráveis ao projeto e “Amazon dam” inclui os contrários, especialmente, devido a uma construção prévia, ideológica e/ou não, de “Amazon” e quem são os seus habitantes e/ou defensores.

A *metáfora* de batalha utilizada também evidencia que há possíveis desdobramentos que afetam as pessoas das mesmas formas que as batalhas. Os deslocamentos forçados e a

destruição dos modos prévios de vida são alguns dos exemplos que podem ser incluídos nessa analogia da batalha. A construção dessa “Amazon dam”, certamente, terá efeitos similares para muitas pessoas, especialmente os que estão diretamente envolvidos no território escolhido para a realização desse empreendimento. Entretanto, o *aposto explicativo* “after a long battle” também evidencia o país enquanto aberto às disputas de diferentes atores sociais e, portanto, não sendo um país restritivo nas possibilidades de questionar o poder instituído. Essa é uma representação positiva, porém, contrasta, com a sobreposição do “Brazil”, vitorioso nessa “batalha” e, conseqüentemente, o discurso de valoração econômico em contraposição ao discurso de valoração humano que é encampado pela “Amazon”, no caso, os que lá vivem e defendem seu território e seus modos de vida.

Além da “Amazon dam”, o governo Dilma passou por outras polêmicas nas questões ambientais com repercussão internacional. Essa polêmica foi a respeito do código florestal. Sem mencioná-lo diretamente em sua manchete (FIGURA 12), o jornalista Alexei Barrionuevo, no dia 24 de janeiro de 2012, no *The New York Times*, reporta:

FIGURA 12 – “In Brazil, Fears Of A Slide Back For Amazon Protection”



FONTE: THE NEW YORK TIMES

Essa manchete coloca um *aposto* “In Brazil” logo no início para indicar e evidenciar a localidade da situação que está sendo tratada. Por razões já evidenciadas anteriormente, há a necessidade de focar o país. Após enfatizar a localidade, utilizar-se de um *substantivo* “fears”, temores, que indica um receio que algo ou alguém perigoso, ameaçador e ruim pode acontecer ou fazer acontecer alguma coisa. Com a preposição “of”, indica-se que o temor é “a slide back for Amazon Protection”, ou seja, um retrocesso na proteção Amazônica. Portanto, somente com a manchete, o leitor identifica em que parte se evidencia o que se trata e qual é o temor. Novamente, o país, “Brazil”, juntamente com o termo “Amazon Protection”, estabelece uma

associação, que é recorrente na arena internacional, quando envolve o país e as questões ambientais, especialmente em relação à Amazônia.

Os termos “Brazil” e “Amazon protection” aparecem juntos, frequentemente, devido à maior parte da “Amazon” está no Brasil, mas a “Amazon” perpassa outros países vizinhos como Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela, Suriname e Guiana Francesa (administrada pela França). A tradição militar brasileira considera a “Amazon” estratégica (e realmente é) para o país. Por isso, não é incomum a existência de pensamentos, diálogos e preocupações, que são legítimas e devem ser levadas em consideração, a respeito dos reais interesses internacionais concernentes à Amazônia. Contudo, em alguns setores sociais, essas preocupações, em alguns casos, beiram ao conspiracionismo. Há fundamentos para a preocupação porque, como já demonstrado, a questão ecológica e/ou ambiental é fundamental para o futuro do planeta, todavia, persiste, entre diferentes atores sociais e administrações do país, uma reafirmação da soberania (corretamente), mesmo que de forma não amigável como evidenciado na manchete (FIGURA 09) pelo ex-presidente Lula.

Contudo, o substantivo “fears” enquadra uma representação temerária entre “Brazil” e “Amazon Protection”. Mesmo que não se diga, *explicitamente*, quem se teme, está subentendido, *implicitamente*, que são os ambientalistas, ativistas e/ou grupos que estão envolvidos com essas questões no país. O termo “slide back” indica o retorno de uma situação em progresso para um regresso com conotações negativas como é o caso dessa manchete. A expressão “slide back”, ou seja, um retorno a um estado pior de uma coisa que estava melhorando como, no caso, “Amazon protection”, certamente, não é desejável e, por isso, há temores. A importância da proteção da Amazônia, “Amazon Protection”, já se tornou uma *pressuposição* do senso comum. Devido a isso, quaisquer alterações e/ou reversões dos estágios anteriores, tornando-os piores, investirá de temor os que estão na luta pela “Amazon Protection” e dos que se valem de sua publicidade porque “hoje há um consenso de que, de um ponto de vista econômico, social e ambiental, é aconselhável manter a cobertura florestal na Amazônia” (ALIER, 2018, p. 176). Entretanto, da mesma forma que a manchete não deixa explícito quem teme, não há na manchete os outros *atores sociais* que colocam e/ou promovem um “slide back” da “Amazon protection”.

Essa manchete poderia ser “Brazil Fears of a Slide Back for Amazon protection”, todavia, dessa forma, seria o “Brazil” que temeria e, portanto, não seria um *ator social oculto*, mas sim, o país. Porém, dessa forma, daria a entender que o país enquanto governo e instituições temiam e, de alguma forma, estravam “reféns”, contudo, não é o que ocorre, pois o próprio país, institucionalmente, possui conflitos e o governo Dilma, assim como o governo Lula, tinha que

conciliar interesses antagônicos e, por isso, muitas vezes, a representação do país oscilava entre avanços e retrocessos, além de ambos defenderem, apesar das resistências internas e externas, a implementação desse projeto em Belo Monte. Esse assunto continuou a gerar notícias na mídia internacional como demonstra essa manchete (FIGURA 13) do dia 16 de maio de 2012, escrita pelo jornalista Simon Romero, no *The New York Times*:

FIGURA 13 – “Brazil’s Leader Faces Defining Decision On Bill Relaxing Protection Of Forests”



FONTE: *THE NEW YORK TIMES*

A frase dessa manchete possui como sujeito “Brazil’s Leader”, construção já utilizada em outras manchetes para se referir ao governante de plantão do país, nesse período, se referindo à presidente Dilma Rousseff. Outros termos conhecidos que ativam o *background knowlegde* do leitor são “protection” e “forests” que, associados à “Brazil’s Leader”, remete à “Amazon”, principalmente para o grande público internacional, mesmo que não seja *explicitamente* mencionado nem seja só a “Amazon” afetada. Diante disso, o sujeito encara “faces”, nesse caso, um verbo transitivo, uma “defining decision”. Portanto, “Brazil’s Leader” tem diante de si uma decisão que será definidora dos rumos que o país, gerido por ela, irá tomar em relação às questões protetivas das florestas.

Contudo, a própria manchete também já informa o caráter dessa decisão definidora porque já aborda, pelo menos na visão do autor da matéria, no que concerne à lei “bill”. É uma lei que relaxa, “relaxing”, afrouxa a legislação vigente no concernente à “protection of forests”. Está *implícito* que há uma preocupação do autor da matéria e também de outros atores, aliás, vale lembrar os temores que *atores sociais* possuíam na manchete anterior, pois é uma decisão que definirá os rumos do país na questão da preservação e, por conseguinte, influenciará o mundo devido à importância do país na regulação do clima, por exemplo. Essa lei “definidora” é o “Novo Código Florestal” que buscava reformar o antigo porque, de acordo com os defensores das mudanças, impedia o país de desenvolver todo o seu potencial produtivo devido

ao excesso de regulações que nem todos poderiam implementar. Já para os contrários a essas mudanças, essas alterações abririam a porta para um maior desmatamento e um desenvolvimento que relaxava ainda mais as regulações ambientais.

Também ações inspiradas no conservacionismo estiveram presentes no governo Dilma. Em matéria produzida pela agência de notícias *Associated Press* e presente no site da *Fox News*, um grupo de comunicação com viés conservador bastante popular nos Estados Unidos, em 20 de novembro de 2014, portanto, depois de sua reeleição, reporta:

FIGURA 14 – “Brazil’s Rousseff Creates New Nature Reserves”



FONTE: FOX NEWS

Essa manchete, com uma frase de simples construção sintática, apresenta como sujeito “Brazil’s Rousseff” nomeando “Brazil’s Leader” pelo sobrenome. O verbo transitivo “creates” revela que o governo Dilma, portanto, “Brazil’s Rousseff” cria algo e, neste caso, são reservas naturais, “nature reserves”. “Reserves” está no plural, indicando mais de uma reserva criada. Entretanto, há o *adjetivo* “new” que deixa *implícito* que já há outras reservas naturais no país. “Nature reserves” funciona como uma ação concreta para “protection” e, com isso, o país está agindo para conservar a natureza e, conseqüentemente, preservar o meio ambiente. Portanto, a representação do país apresenta-se de forma positiva, principalmente para os defensores e ativistas do meio ambiente, principalmente os conservacionistas.

Essa manchete se originou no momento em que o país estava se preparando para receber a Rio+20, um evento que marcaria 20 anos da conferência Rio 92, e, por isso, precisava criar, especialmente para o público internacional, atento a essas questões no país, uma agenda e, por conseguinte, uma imagem positiva, pois, além do marco histórico, essa “[...] conferência pode ser vista como uma nova oportunidade para encontrar uma forma criativa de conciliar desenvolvimento econômico, responsabilidade social e conservação ambiental” (ALONSO;

FAVARETO, 2012, p. 31)¹⁶⁰. E, como já mencionado, as agências de notícias produzem e distribuem notícias para diversas partes do mundo. Então, circula uma imagem, por meio dessa manchete, de um país que, apesar dos percalços, evidentes em outras manchetes, está fazendo sua parte nessa questão e fazendo jus a sua dimensão nas discussões ambientais e, portanto, em condições de sediar um evento dessa natureza.

Para além de sediar eventos internacionais, a presidente Dilma também buscou manter e, conseqüentemente, integrar o país nas discussões globais, em diferentes pautas, especialmente nas questões ambientais como mostra a manchete (FIGURA 15) da notícia escrita por Coral Davenport, no jornal *The New York Times*, no dia 30 de junho de 2015:

FIGURA 15 – “Global Climate Pact Gains Momentum As China, U.S. And Brazil Detail Plans”



FONTE: *THE NEW YORK TIMES*

Essa manchete possui vários *atores sociais* envolvidos, além de *pressuposições*, entre outras coisas. Os *atores sociais* “Brazil”, “China”, “U.S.” são considerados fundamentais para os objetivos de coibir a mudança climática porque há algumas *pressuposições* a respeito desses *atores sociais*. Por exemplo, sabe-se que o modelo de desenvolvimento dos Estados Unidos “U.S.”, embora buscando estar, cada vez mais, “verde”, é danoso ao meio ambiente, seja ao seu próprio, seja ao dos países que são subsidiários dele. O mesmo ocorre com a China, que é um país em desenvolvimento e também contribuiu e contribui bastante para a intensificação de efeitos danosos ao meio ambiente, embora, nos últimos tempos, tenha buscado incluir em seus projetos uma diversificação, “esverdeamento” e despoluição do seu desenvolvimento. Na seção 3.3, há uma discussão sobre países em desenvolvimento, extrativismo, dependência e degradação ambiental.

¹⁶⁰ Minha tradução de: “[...] conference can be seen as a new opportunity to find a creative way to conciliate economic development, social accountability, and environmental conservation”.

Em relação ao “Brazil”, também um país em desenvolvimento, há a *pressuposição* de que, sem o país com as maiores reservas de biodiversidade do mundo, a maior parte da “Amazon”, entre outras “vantagens ecológicas”, é difícil conseguir uma regulação do clima eficiente e uma discussão séria a respeito dessas temáticas ambientais. Portanto, os três *atores sociais*, “U.S.”, “China” e “Brazil”, na manchete supõe *pressuposições* que são necessárias para entender a *construção discursiva* da manchete. Além disso, os três atores sociais juntos engendram um “momentum”, ou seja, uma ação que desencadeia uma série de ações com desdobramentos que buscam alcançar um objetivo. Esses três países juntos, aliado com as *pressuposições*, favorecem, como indicado por esse termo, um “momentum”.

O sujeito dessa frase é “Global Climate Pact” que também pode ser considerado um ator social, porém, sem ser nomeado de forma a identificar quais atores compõe esse pacto “pact”. Entretanto, o termo “global” indica que envolve todo mundo, ou seja, todos os países ou, pelo menos, os países que estão envolvidos e/ou preocupados com as questões climáticas, “climate”. Então, o sujeito “Global Climate Pact”, regido por um verbo transitivo, indica que o sujeito está sendo impulsionado “gains momentum” por ação de três importantes *atores sociais*. É interessante notar também que, nessa manchete, os atores sociais “China”, “U.S.” e “Brazil” executam efetivamente uma ação e são sujeitos. Eles agem ao detalhar “detail”, um verbo transitivo direto, planos “plans”. Ao detalhar seus planos, esses *atores sociais* estão contribuindo, de forma significativa, para o “Global Climate Pact” e, com isso, contribuindo para o pacto ganhar um impulso.

A relação entre esses *atores sociais* “Global Climate Pact” e “China”, “U.S.” e “Brazil” na frase da manchete acima é de *subordinação* porque, embora sejam *atores sociais* distintos, um está condicionado ao outro, porém, o fato de três atores importantes nas questões climáticas detalharem seus planos impulsiona o “Global Climate Pact”, que abarca vários atores. Diante disso, tanto as *pressuposições* dos *atores sociais* quanto a *organização sintática* da manchete apresentam o “Brazil” como um país que está engajado nas questões climáticas e, aliado a outros países também importantes, está contribuindo tanto na esfera local quanto global, buscando juntar esforços para o combate às degradações do meio ambiente.

O escopo desta pesquisa foca-se nas questões ecológicas e, por conseguinte, concernentes ao meio ambiente, Amazônia, mudança climática, preservação da natureza, entre outras coisas correlatas. Contudo, nesse período, o Brasil também estava nas manchetes internacionais por causa de outros acontecimentos como a crise política e econômica no país, as investigações envolvendo grandes nomes do ramo político e empresarial, as manifestações que pediam a saída da presidente, entre outros eventos locais que ganharam

destaques nas mídias globais. A representação do Brasil, antes um país que tinha achado seu caminho, estava agora sendo a de um país que estava degradingolando. A crise política e econômica intensificou-se e as vozes distantes que ecoavam discursos que pediam o *impeachment* começaram a ficar mais fortes e serem ouvidas por mais e mais pessoas. A presidente Dilma Rousseff é destituída do cargo, temporariamente, em 12 de abril de 2016 e, definitivamente, em 31 de agosto de 2016. Seu vice-presidente, Michel Temer, assume o governo, temporariamente e, por conseguinte, definitivamente.

A ascensão de Michel Temer à presidência do país colocou fim ao governo Dilma e, conseqüentemente, aos 13 anos de hegemonia do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo do Brasil. Se antes os governos Lula e Dilma tentavam conciliar interesses antagônicos em busca da governabilidade, o governo de Temer já iniciava com uma base relativamente consolidada no congresso em torno de algumas políticas que contribuíram para o avanço de pautas até então evitadas e/ou comedidas nas gestões petistas. Entretanto, apesar do apoio político e institucional, Temer esteve à sombra da legitimidade, pois o *impeachment* de Dilma é até os dias atuais questionado. O uso do vocábulo “impeachment” e/ou “golpe”, que é um termo frequentemente usado por seus opositores, já evidenciava um posicionamento ideológico, sem muito espaço para gradações e nuances. Contudo, se, apesar das controvérsias, o *impeachment* atendeu, de acordo com o Poder Judiciário, aos requisitos legais, politicamente, é um acontecimento traumático. Portanto, a busca da estabilidade, que tanto Dilma quanto Temer almejavam, definitivamente, não estava no horizonte.

Apresentando-se como um governo de “salvação nacional”, a gestão Temer marcou uma mudança econômica, política e ideológica na administração do país. Após os anos de uma visão de “esquerda” e “centro-esquerda”, o Brasil caminha para a “centro-direita” e “direita” e, com isso, grupos políticos que estavam politicamente enfraquecidos e/ou menos ativos no período petista começavam a pautar suas reivindicações de forma mais ativa. Seu governo ficou marcado por protestos de grupos populares, de “esquerda”, entre outros, por medidas consideradas draconianas, mas vendidas pelo governo como necessárias para arrumar as finanças do país. Uma dessas medidas era o congelamento dos gastos públicos por 20 anos¹⁶¹, tendo somente as correções inflacionárias de um ano para outro, ou seja, sem nenhuma perspectiva de investimento real por 20 anos. Entretanto, a lei poderia ser revista após 10 anos de sua implementação.

¹⁶¹ AMORIM, F. PEC do Teto é aprovada em votação final e congela gastos por 20 anos. *UOL*, 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/12/13/pec-que-congela-gastos-do-governo-por-20-anos-e-aprovada-em-votacao-final.htm>. Acesso em 30 mai. 2022.

Ações da gestão Temer na área da educação também foram alvo de disputas e protestos. A mudança do Ensino Médio¹⁶², por meio de uma medida provisória, gerou bastante controvérsia entre estudiosos da área que percebiam certas inconsistências, dissimulações e inviabilidades reais para a execução dessas mudanças e defensores do governo que argumentavam que a educação estava em uma situação precária e algo precisava ser feito. Em seu governo, também houve a aprovação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular)¹⁶³ que, embora estivesse sendo construída nas gestões anteriores, o governo Temer acelerou os procedimentos para sua aprovação. Alguns setores da sociedade defendiam a nova base, pois estabelecia uma uniformidade referencial no ensino de todo o país enquanto outros argumentavam que o projeto foi capturado e piorado por determinados grupos e/ou entidades e interesses mercadológicos.

Diante dessas medidas, muitos setores da sociedade protestavam com manifestações solicitando o “Fora Temer”, estudantes “ocupando” escolas para pressionar o governo a rever suas políticas na área educacional, indígenas tentando impedir que suas terras fossem invadidas e caminhoneiros que pararam o país em uma quase desestabilização nacional, por meio de uma greve que o governo, posteriormente, suspeitou e considerou ser um *lockout*¹⁶⁴, comprometendo 1% do PIB e prejudicando o já baixo crescimento econômico do governo Temer¹⁶⁵. Essa greve/locoute motivada, entre outros fatores, pelo crescente valor do combustível porque, sob a gestão Temer, a Petrobrás passou a atrelar o preço dos combustíveis ao mercado internacional, uma espécie de “dolarização”. Com isso, o preço dos combustíveis tornou-se suscetível a aumento sucessivos e frequentes, impactando diversos setores da economia. Apesar desses eventos, na maioria das vezes, o governo não recuou de suas políticas.

A composição do governo Temer, apesar das críticas e protestos, facilitou a aprovação de medidas consideradas impopulares, além de impedir que o presidente fosse destituído do

¹⁶² AMARAL, L.; GARCIA, G. Temer sanciona a lei que estabelece a reforma do ensino médio. *GI*, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/temer-sanciona-a-medida-provisoria-da-reforma-do-ensino-medio.ghtml>. Acesso em: 30 mai. 2022.

¹⁶³ PRESIDENTE Temer e ministro da Educação homologam Base Nacional Comum Curricular. *Portal MEC*, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/58701-presidente-e-ministro-homologam-base-nacional-comum-curricular>. Acesso em: 30 mai. 2022.

¹⁶⁴ “Locaute (termo originado a partir da palavra em inglês lock out) é o que acontece quando os patrões de um determinado setor se recusam a ceder aos trabalhadores os instrumentos para que eles desenvolvam seu trabalho, impedindo-os de exercer a atividade. Ou seja, agindo em razão dos próprios interesses, e não das reivindicações dos trabalhadores”. Diferente da greve, o locaute é expressamente vedado pela legislação em vigor no Brasil. O que é locaute? Entenda o termo usado pelo ministro da Segurança, Raul Jungmann. *GI*, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/o-que-e-locaute-entenda-o-termo-usado-pelo-ministro-da-seguranca-raul-jungmann.ghtml>. Acesso em: 30 mai. 2022.

¹⁶⁵ LAGUNA, E. Greve dos caminhoneiros tirou 1,2 ponto porcentual do PIB de 2018. *Estadão*, 2018. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,greve-dos-caminhoneiros-tirou-1-2-ponto-porcentual-do-pib-de-2018,70002548482>. Acesso em: 30 mai. 2022.

cargo por duas vezes, pois o governo Temer e o próprio presidente foram abalados por acusações e denúncias político-legais que contribuíram ainda mais para a “desassossego” político que o país enfrentava. Entretanto, o presidente, habilmente, conseguiu articular, além do apoio parlamentar, a ideia de que sua destituição poderia engendrar ainda mais instabilidade no país. Temer formou seu governo, entre outros grupos, “[...] com políticos conservadores conhecidos como ‘ruralistas’ - composto por políticos ligados à produção de *commodities* agrícolas ou financiados por grupos do agronegócio no Brasil [...]. Assim, o governo e esse grupo político, articulando interesses e “necessidades” mútuas, “[...] aprovaram algumas medidas que vão contra a redução do desmatamento” (PEREIRA et al, 2019, p. 09)¹⁶⁶.

A gestão Temer agradava aos “ruralistas” porque esse grupo considerava o presidente e, conseqüentemente, o governo como um aliado mais suscetível a atender suas demandas do que a ex-presidente e/ou os ministros da área ambiental nas gestões petistas. As políticas do governo Temer agradavam ademais ao “mercado financeiro” que considerava o governo da ex-presidente Dilma fiscalmente “irresponsável”. Grupos religiosos também se sentiram contemplados porque reputava que o governo do PT buscava “ideologizar” as crianças nas escolas e abordar em sala de aula pautas consideradas não apropriadas para crianças. Temer governou como presidente com índices de popularidades minguantes e, em muitos momentos, utilizava-se disso para assumir propostas que, de acordo com ele, não seriam encampadas por presidentes “populares”¹⁶⁷.

Nas relações internacionais, o governo brasileiro, sob a gestão Temer, buscou aproximar-se mais de países da OCDE e afastar-se das relações “Sul-Sul” e governos considerados de esquerda e/ou aliados do PT como Cuba, Venezuela e Bolívia. Já no período Temer, a chamada “onda rosa” e/ou “maré vermelha” dava sinais de desgastes e refluxos e, com isso, a região vivenciou, embora não tão forte quanto a vermelha, uma “onda azul”, pois diversos países deixaram governos de esquerda e elegeram governantes de centro-direita e direita. Os impactos dessa onda seriam sentidos no Brasil com a eleição do sucessor de Temer, o presidente Jair Bolsonaro. O governo Temer, além das diversas questões mencionadas, enquadrou o Brasil em uma representação preocupante a respeito de diversas questões porque

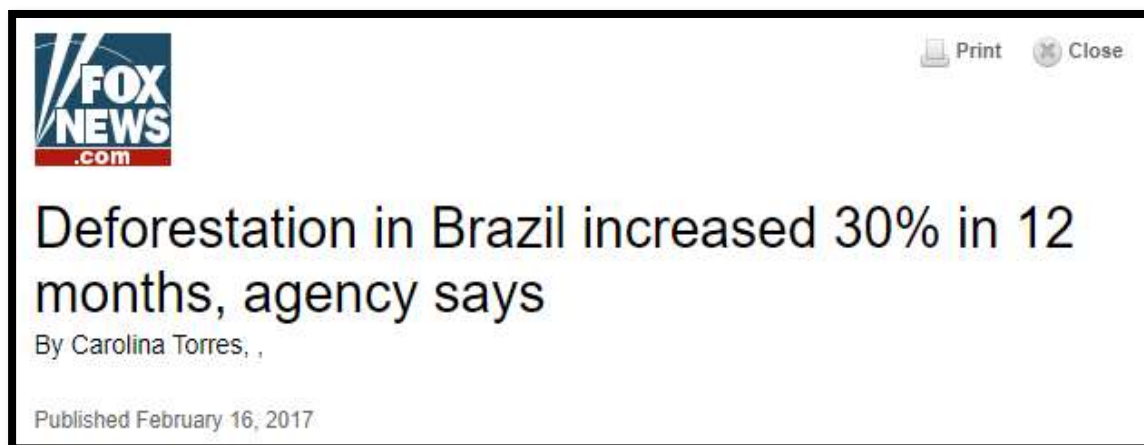
¹⁶⁶ Minha tradução de: “[...] with conservative politicians known as ‘ruralists’ - is composed of politicians linked to the production of agricultural commodities or financed by agribusiness groups in Brazil, they approved some measures that go against the reduction in deforestation”.

¹⁶⁷ GOVERNO Temer tem aprovação de 7% e reprovação de 62%, diz Datafolha. G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/27/reprovacao-de-temer-recua-para-62-no-fim-do-governo-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 30 mai. 2022.

mostravam um país que estava degradingando em diversos aspectos, especialmente nas questões ambientais.

Por exemplo, em 16 de fevereiro de 2017, após Temer estar no governo por alguns meses, a manchete, escrita por Carolina Torres no site da *Fox News*, reporta:

FIGURA 16 – “Deforestation In Brazil Increased 30 % In 12 Months, Agency Says”



FONTE: *FOX NEWS*

O sujeito dessa frase, sintaticamente, é “deforestation”, ou seja, desmatamento. Contudo, esse sujeito é um verbo “deforest” nominalizado. A *nominalização* é a transformação de uma palavra, nesse caso, um verbo “deforest”, que não é um substantivo (nome) em um substantivo “deforestation”. As *nominalizações* também possuem um efeito, conscientemente ou não, ideológico de dissimulação dos *atores sociais* de determinada ação. Na manchete acima, por exemplo, não há os indícios de quem está realizando o “deforestation” no país, no caso, o Brasil. A notícia, provavelmente, deve informar, contudo, só a manchete não explicita os atores dessa ação. Essa *nominalização* pode ser proveniente também de uma *intertextualidade* proveniente de um relatório governamental ou não, revelando sobre os dados do “deforestation” no país como indicado pelo grupo de palavras “agency says”.

O verbo “increased”, intransitivo, ressalta um crescimento constante e cumulativo do “deforestation” no país. Os números indicados na manchete também contribuem para a construção discursiva da representação do país, uma representação discursivamente negativa devido às práticas sociais de *atores sociais* que não são nomeados, mas engendram práticas que levam aos dados apresentados na manchete. O crescimento de 30% em 12 meses “months” do desmatamento é um número alto em pouco tempo, tanto que foi digno de uma manchete. A credibilidade dos dados é indicada também pelas palavras “agency says” porque, por exemplo, se fosse “activists say” poderia ser tomada como uma afirmação exacerbada devido à percepção

de que ativistas, geralmente, em nome da causa, realizam leituras exacerbadas de números e utilizam-se de hipérboles para suas mensagens serem mais impactantes. Não se sabe de que agência “agency” se trata, mas passa uma maior credibilidade na construção discursiva da notícia.

Essa manchete utilizou-se de *intertextualidade manifesta* ao reportar os dados de um outro texto, provavelmente, o relatório dessa agência “agency” onde esses números estão descritos e as prováveis causas são analisadas. Para Fairclough (2016, p. 146), “a representação do discurso é uma forma de intertextualidade na qual partes de outros textos são incorporadas a um texto e explicitamente marcadas como tal, com recursos, como aspas e orações relatadas [...]”. O conjunto de palavras “agency says” é um exemplo e indicativo dessa representação do discurso na manchete acima porque representa o “[...] que as pessoas disseram e merece ser notícia”. Nesse caso, não é o que uma pessoa disse, mas o que uma agência, que, provavelmente, possui uma quantidade razoável de pessoas, disse. Essa representação torna esse “agency says” um indicativo de *impessoalidade* na apresentação dos dados, pois, mesmo sendo obra de indivíduos, há um respaldo institucional porque a “agency” revela uma certa credibilidade para os dados, entretanto, não é possível afirmar quão credível são os dados só pela manchete porque não está o nome dessa agência de forma explícita e, portanto, não se sabe de qual “agency” se trata nem a confiabilidade do que diz “says”.

Embora os *atores sociais* que causam esse “deforestation” no país “Brazil” não estejam evidenciados, fica *implícito*, dentro de uma *contextualização prévia*, principalmente para os leitores assíduos dessas notícias concernentes ao Brasil na mídia internacional, quem está por trás dessas ações ou quem, direta e/ou indiretamente, está contribuindo para facilitar as *práticas sociais* que levaram ao “deforestation” e, conseqüentemente, a construção de uma representação desfavorável ao país e suas políticas ambientais. O ator social “Brazil”, explicitamente citado na manchete porque é onde está ocorrendo a *ação nominalizada*, está sendo gerido pelo presidente Temer e, portanto, recai sobre ele também, *implicitamente*, de forma sintática, mas diretamente, de forma discursiva e/ou político-ideológica, as responsabilidades pelo crescimento do desmatamento no país, todavia, ele não tinha total responsabilidade, pois era presidente por menos de 12 meses. Contudo, a manchete preferiu não utilizar expressões como “Brazil’s Temer” ou “Brazil under Temer” nem *apostos explicativos* para revelar, já na manchete, sintática e semanticamente, quais são os motivos que levaram a esse aumento de 30% em apenas 12 meses.

Essas mudanças nas representações discursivas do país, conseqüentemente, engendram *práticas sociais* de outros *atores sociais* como, por exemplo, a manchete do dia 23 de junho de

2017, escrita por Ryan Kilpatrick, na revista *Time*, uma publicação estadunidense mundialmente conhecida, principalmente, pelas listas de pessoas mais influentes do mundo, reporta:

FIGURA 17 – “Norway Has Threatened To Cut Funds To Brazil Unless Deforestation Slows”



FONTE: *TIME*

Essa manchete tem como *atores sociais* dois países “Norway” e “Brazil”. O sujeito Noruega, “Norway”, realiza uma ação em relação a um outro país, no caso, o Brasil. A manchete utiliza-se do tempo verbal *Present Perfect* e indica uma ação que se iniciou no passado, mas continua e/ou seus efeitos permanecem e/ou afetam o presente. Nessa frase, a Noruega “has threatened”, ou seja, “ameaçou” o país em questão “Brazil”. Essa “ameaça” deu-se devido ao “deforestation” que aconteceu no período mencionado na manchete anterior e, conseqüentemente, engendrou essa “ameaça”, que funciona também como um alerta ao país, permanecendo até que essa questão seja minimamente administrada. O alerta da Noruega envolve fundos “funds” que dispõe, supõe-se, à disposição do Brasil. Essa é uma *suposição* que está *implícita* na manchete porque ninguém nem nenhum país irá ameaçar cortar fundos “to cut funds” de ninguém nem nenhum país se esses fundos não estivessem sendo disponibilizados.

O *ator social* afetado é o Brasil que pode perder esses fundos noruegueses a menos, “unless”, que algumas condições sejam atendidas. A construção sintática dessa frase estabelece uma relação de *subordinação*, pois possui uma oração principal e outra secundária, uma vez que uma *condiciona* a outra. No caso, a Noruega ameaça cortar fundos, mas estabelece condições para que essa *ação discursiva* do sujeito, no caso, a “ameaça” não se concretize nas *práticas sociais* entre os dois países e, conseqüentemente, a Noruega corte esses fundos concedidos ao Brasil. As condições estão na *oração subordinada* “unless deforestation slows”, ou seja, sem uma diminuição, uma desaceleração, “slow”, do desmatamento é provável que esses fundos sejam cortados. Essa condição está *implicitamente* colocando em foco as práticas

sociais do país que levaram a esse aumento do desmatamento como reportado na manchete (FIGURA 16).

Ao ler essa manchete, Noruega “has threatened” o “Brazil” em relação aos fundos que disponibiliza e os condicionando à mudança em políticas internas no país, muitos setores sociais podem considerar uma interferência indevida nos assuntos internos do país, entretanto, se o país, por exemplo, se predispôs a utilizar e a aproveitar esses fundos, em suas políticas internas, torna-se condicionado às exigências externas. Principalmente devido ao destaque que o país assume nessas questões, então, quaisquer mudanças bruscas nas estatísticas, certamente, chamarão a atenção internacional. E o Brasil tem a autonomia para rejeitar as condições estabelecidas na *oração subordinada*, contudo, está sujeito ao corte dos fundos noruegueses, ou seja, a agência do país, isto é, a ação do sujeito está entre reduzir o desmatamento e, conseqüentemente, manter os fundos e/ou desconsiderar as condições estabelecidas e renunciar ao dinheiro norueguês.

Só a manchete não deixa claro do que se trata esses fundos “funds” que “Norway” ameaça cortar, entretanto, a manchete faz uma *suposição* que já se é conhecido do que se tratam esses fundos. Esses fundos dizem respeito às contribuições da Noruega ao Fundo Amazônia “Amazon Fund”, todavia, essa informação só fica evidente na leitura da notícia. É plenamente compreensível o porquê as manchetes serem sucintas, mas as escolhas lexicais e as construções sintáticas podem ser mais ou menos explicativas das próprias informações que veiculam em poucas palavras para sintetizar o conteúdo do corpo da notícia. Essa manchete evidencia *manifestadamente*, por exemplo, o aumento do desmatamento do Brasil e a existência de fundos que a Noruega ameaça cortar caso não haja uma redução que, necessariamente, passa por *mudanças discursivas* e *sociais* do governo do Brasil, pois a representação do país, em outros aspectos, influencia na representação ambiental e, conseqüentemente, há uma desconfiança, no momento em questão, dos compromissos do país em realmente conter o desmatamento. Por isso, talvez, o alerta em tom de ameaça de uma outra nação.

Não contribuí para uma melhora da representação do país manchetes que deixam o Brasil em uma situação delicada perante a chamada “comunidade internacional”. Esses atores se preocupam com as questões ambientais no país, de forma legítima ou não, com interesses escusos ou não. Contudo, convém informar que, apesar de importante e relevante, a ideia de “comunidade internacional” pode ser bastante problemática se considerada um eufemismo para as vozes dos países ricos e ocidentais (ou ocidentalizados), pois, muitas vezes, vozes dissonantes (mesmo ocidentais) são ignoradas em nome de uma suposta unidade de pensamento e discursos de valoração na “comunidade internacional”. Essa perspectiva de “comunidade

internacional” também é fruto dos monopólios midiáticos ocidentais que conseguem difundir e impor sua representação para os quatro cantos do globo, suprimindo e/ou deslegitimando outros discursos de valoração.

A agência de notícias *Associated Press*, no dia 14 de julho de 2017, reporta:

FIGURA 18 – “Brazil’s Environment Min Proposes Shrinking Amazon Reserve”



FONTE: ASSOCIATED PRESS

A frase que constrói essa manchete é, *sintaticamente*, simples, contudo, *semântica* e *discursivamente* relevadora das *práticas sociais* encampadas pela atual gestão do Brasil. Um “Ministry/Minister” (Min), Ministério/Ministro, é um órgão/cargo importante da estrutura de governo no país, ajudando, seguindo orientações gerais da presidência, na administração de partes específicas das diversas áreas que, interligadas, fazem o país funcionar. Sendo assim, uma diretriz ministerial, geralmente, por meio de regulações, leis e decretos, são *gêneros textuais* que engendram tanto efeitos em outras *cadeias discursivas* quanto nas práticas reais das instituições e servidores das mesmas, além dos cidadãos que a elas são submetidas. Portanto, a manchete, ao reportar “Brazil’s Environment Ministry/Minister”, está diretamente dando a importância e credibilidade que esse sujeito sintático impõe semântica e discursivamente.

Esse sujeito propõe, “proposes”, então, é uma ação que está sendo sugerida por meio de um verbo transitivo que, ao necessitar de um complemento, já revela sobre o que se propõe. Outros vocábulos como “Amazon reserve” também são recorrentes nas manchetes. Porém, enquanto algumas manchetes vistas anteriormente evidenciavam e/ou indicavam a proteção e/ou criação de novas reservas “reserves”, essa manchete está apresentando uma outra situação. O Ministério do Meio Ambiente do Brasil está propondo um encolhimento “shrinking” das “Amazon reserves”. Ou seja, não é a proteção nem a criação, mas a proposição da diminuição das proteções já estabelecidas anteriormente. Especialmente porque a sugestão é proposta pelo “Brazil’s Environment Ministry”, isto é, um ministério em que há uma *pressuposição* discursiva de que não irá solicitar, por exemplo, uma redução nas reservas da Amazônia já

protegidas, apesar de as áreas “protegidas” serem, muitas vezes, expostas à riscos por ausência de ação governamental para ativar os mecanismos que engendram essa proteção.

Contudo, evidencia uma mudança na gestão do país, pois o governo do Brasil não está, aparentemente, se equilibrando entre diversos interesses antagônicos, mas apoiando às reivindicações de determinados setores da sociedade enquanto negligencia outros. A utilização dessa construção “proposes shrinking”, no caso, o verbo “propose” mais o gerúndio “shrinking”, desvela a ideia de uma *sugestão* do ministério, pois o uso do verbo “propose” com o infinitivo “to shrink” indicaria uma *intenção* ou oferta. Embora seja uma “intenção”, aparentemente, pelo que reporta a manchete, do “Brazil’s Environment Ministry/Minister”, a construção sintática passa a noção de sugestão do ministério/ministro. O corpo da notícia informa sobre uma lei apresentada ao Congresso Brasileiro com essa sugestão, mas a sua aprovação e, conseqüentemente, no que se transformará a lei e, por conseguinte, seu destino após aprovação está condicionada a apreciação pelos parlamentares da *sugestão* realizada pelo “Brazil’s Environment Ministry/Minister”.

Contribuindo com essa representação desfavorável ao país, o jornal *The New York Times*, em manchete (FIGURA 19) de uma notícia escrita por Ernesto Londoño e Shannon Sims, em 30 de agosto de 2017, reporta:

FIGURA 19 – “Brazilian Judge Stymies Plan To Allow Mining In Amazon Region”



FONTE: *THE NEW YORK TIMES*

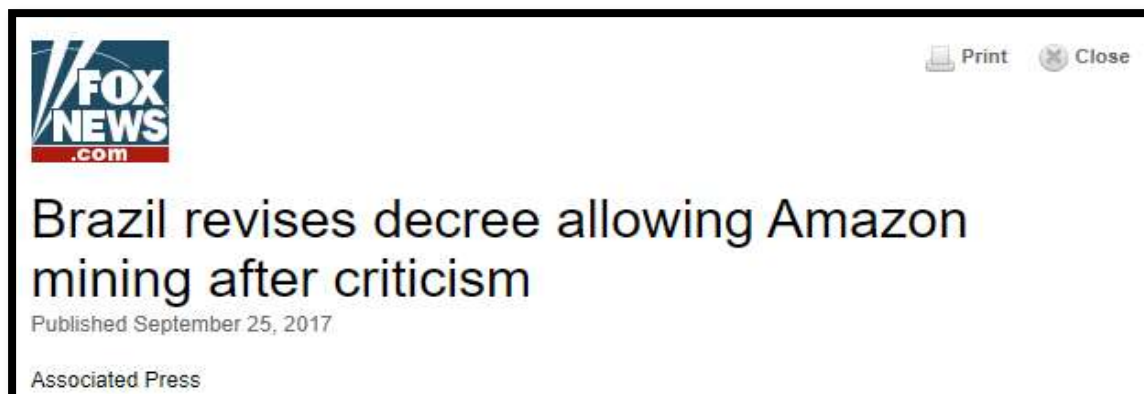
Na manchete, o sujeito “Brazilian Judge” age em relação à “Amazon Region”. O Poder Judiciário no Brasil, pelo menos na letra da lei, é um poder reativo, ou seja, só age quando provocado. Portanto, para esse sujeito “Brazilian Judge”, juiz brasileiro, agir, deve ter sido provocado por algum grupo, entidade e/ou instituição. Essa ação do “Brazilian Judge” representa o Poder Judiciário do país atuando para entrar planos “stymies plans” envolvendo

a “Amazon region”. Há a existência de *atores sociais* não *explicitamente* evidenciados na manchete porque esses atores provocaram a manifestação da justiça. Não fica claro se essa ação da justiça, realizada pelo sujeito “Brazilian judge”, agradou ou não os proponentes. Embora, dentro de uma perspectiva de proteção ao meio ambiente e à “Amazon region”, essa decisão contribuiu na luta dos que estão buscando estabelecer entraves na exploração da “Amazon region”.

Esses entraves referem-se, de acordo com a própria manchete, a permitir a mineração “to allow mining” na “Amazon region”. Diante das representações do governo em manchetes anteriores, há um acúmulo de *construção discursiva* negativa para os que estão acompanhando as notícias do país, especialmente nas questões ecológicas e/ou ambientais. Por conseguinte, essa manchete com a construção “stymies plan to allow mining” pode ter um *valor experiencial* de alívio para os lutadores sociais que tentam impedir às medidas do governo que são favoráveis a essas políticas, especialmente devido aos apoios que o sustenta. Evidencia também que há espaço para a contestação dentro do próprio aparato jurídico-legal do país porque permite, por meios legais, contestar políticas governamentais emanadas do Poder Executivo e, de certa forma, pode ser considerado uma representação favorável, pois relevam a permeabilidade das instituições constituídas e instituídas de poder legal em relação às demandas de setores sociais, principalmente os menos favorecidos.

Entretanto, *pressupõe-se* que entrar “stymies” não significa uma decisão consolidada e, portanto, é uma decisão passível de ser questionada por outros grupos sociais e/ou institucionais. Contudo, apesar desse entrave, representa o país, pelo menos, em seu Poder Judiciário (ou parte dele) na defesa da “Amazon region” enquanto os outros poderes, Legislativo e Executivo, estão em favor da mineração na “Amazon region”, principalmente se as *práticas sociais* desses atores institucionais no país forem analisadas dentro dos contextos sociopolíticos do Brasil sob a gestão do presidente Temer porque há uma *suposição* discursiva *implícita* de cumplicidade institucional. Embora essas *pressuposições* possam ser feitas, os reveses críticos e a pressão popular, principalmente em governos onde há instituições minimamente permeáveis, produzem efeitos. É o que está evidenciado na manchete (FIGURA 20), da *Associated Press*, divulgada na *Fox News*, em 25 de setembro de 2017, que reporta:

FIGURA 20 – “Brazil Revises Decree Allowing Amazon Mining After Criticism”



FONTE: FOX NEWS

Essa manchete apresenta o “Brazil” como sujeito e *ator social* principal que está executando uma ação em relação à “Amazon”, que, como mencionado, já assume até a estatura de um *ator social* devido aos diferentes grupos sociais que encampam diferentes defesas em torno da “Amazon”, principalmente os habitantes dessa região porque são implicitamente englobados nesse termo, uma vez que, muitas vezes, têm suas vozes reproduzidas, mas não ouvidas. O verbo utilizado revisar, “revises”, é um verbo transitivo, necessitando de um complemento que, no caso, é um decreto “decree”. Uma revisão *pressupõe* uma visão prévia a respeito de uma situação determinada e, no caso, do sujeito “Brazil”, o país representado e sob o governo do presidente Temer, revisa decreto editado anteriormente.

O sujeito “Brazil” age em relação à “Amazon” com uma revisão de um decreto que envolve essa região do país. O verbo “allow” significa permitir e, portanto, o “Brazil” revisa decreto permitindo “allowing” mineração “mining” na “Amazon”. Contudo, *implicitamente*, há uma suposição na manchete que é sinalizada pela preposição “after” que condiciona a ação do sujeito “Brazil” às críticas “criticism” e, portanto, estabelecendo uma relação de *subordinação* porque, supostamente, não aconteceria a ação do sujeito sem as pressões e críticas sociais feitas. Essa construção discursiva que representa o recuo do governo indica, além de uma pressão suficientemente forte de diferentes setores da sociedade para evitar os efeitos mais danosos desse decreto, também um governo permeável a essas demandas.

Entretanto, faz-se o questionamento se essa permeabilidade também está condicionada aos estudos sobre os danos de imagem interna e externa que essa ação provocaria no governo e na imagem do país ou aos estudos sobre os danos ecológicos que seriam ocasionados por esse dispositivo legal. Da mesma forma que o *gênero textual* “decreto” poderia engendrar práticas sociais que seriam danosas ao meio ambiente, uma revisão desse decreto, portanto, novamente

o mesmo *gênero textual*, pode não engendrar as *práticas sociais* esperadas. Por isso, são necessários os mecanismos institucionais para fazê-lo ser efetivado.

O governo Temer e suas ações representaram um país diferente do que vinha sendo representado na mídia internacional, pois o país estava encampando políticas que não podiam ser consideradas amigáveis das questões ecológicas. Essa mudança estava começando a se delinear com contornos mais explícitos. A manchete (FIGURA 21), de uma peça de opinião, que não necessariamente representa a opinião do jornal, no *The New York Times*, no dia 26 de setembro de 2018, escrita por Philip Fearnside e Richard Schiffman, reporta:

FIGURA 21 – “The Amazon On The Brink”



FONTE: *THE NEW YORK TIMES*

Essa manchete, proveniente de uma peça de opinião escrita por estudiosos da temática, está construída *sintaticamente* sem um verbo. O sujeito “The Amazon” está “on the brink”, ou seja, em uma situação à beira de um descalabro. O sujeito ‘The Amazon’ enquanto um ser vivo que, aparentemente, se autorregula e, conseqüentemente, ajuda a regular a temperatura mundial está sendo degradado por políticas que acarretam falhas no funcionamento desse mecanismo. Essas políticas, portanto, apontam que a situação na Amazônia está à beira do desastre. O foco exclusivo nas manchetes não levará a análise do subtítulo do texto opinativo dos atores, mas há a evidência do contraste do Brasil que possuía políticas adequadas, embora nem sempre implementadas, para lidar com essas questões ecológicas e/ou ambientais do Brasil que possui políticas que visam a exploração da região de forma, muitas vezes, predatória.

É interessante observar a data de escrita dessa opinião, pois o Brasil estava em período eleitoral com um candidato que frequentava as manchetes internacionais por declarações consideradas polêmicas em diversas searas, inclusive nas questões ecológicas e ambientais. O candidato foi se consolidando, principalmente após a controversa prisão do ex-presidente Lula, até então líder nas pesquisas, que indicou um candidato para concorrer em seu lugar, mas

Fernando Haddad acabou derrotado no segundo turno. A chamada “onda azul” chegava ao país, elegendo Jair Bolsonaro como presidente. Bolsonaro na campanha proferia *discursos* que engendraram *práticas sociais* que romperiam com muitas das tradições do *establishment* político do país e, conseqüentemente, promoveriam uma transformação disruptiva na representação do país.

Embora líderes de direita, em estilo parecido com Jair Bolsonaro, estivessem (e estão) sendo eleitos em diversas partes do globo na corrente conjuntura, sua vitória para a presidência do Brasil ocorreu em uma conjuntura bastante atípica no país. Com a eleição de 2014, vencida de forma bastante apertada pelo PT, a operação “Lava Jato”, o *impeachment* em 2016, a impopularidade do governo Temer, a prisão de políticos e/ou empresários de peso, entre eles, o ex-presidente Lula, o descrédito do sistema político nacional e uma conjuntura internacional favorável a candidatos considerados “antissistemas”, Bolsonaro conseguiu surfar na onda de um candidato contra tudo e todos. Político do chamado baixo clero¹⁶⁸, o então candidato foi deputado por 7 mandatos e sempre esteve afeito aos impropérios retóricos e a defesa dos interesses militares. Contudo, a partir de 2010, redireciona sua retórica na defesa de outros interesses que, posteriormente, lhe renderiam muito mais dividendos eleitorais. Muitos analistas argumentam que, na verdade, a campanha de Bolsonaro durou 8 anos, pois estava sendo gestada há muito tempo, mesmo que, muitas vezes, de forma amadora e improvisada.

A partir de 2010, o presidente amplia suas pautas para as questões concernentes à segurança pública e comportamental, principalmente em relação às “minorias”, em especial referência ao grupo LGBTQ+. O governo brasileiro, desde FHC, embora de forma tímida, começava a encampar pautas que buscavam um reconhecimento de grupos marginalizados por sua condição sexual, principalmente durante os governos do PT, em especial no fim do governo Lula e início do governo Dilma. A coisa ganhou corpo quando um projeto denominado “Escola Sem Homofobia” foi produzido pelo Ministério da Educação, à época comandado por Fernando Haddad, e apoiado, inicialmente, pelo Governo Federal. Bolsonaro utiliza-se disso como uma plataforma política ao bater duramente no projeto e divulgar que estaria em gestação uma “doutrinação” ideológica de cunho homossexual nas escolas. Esse combate a suposta doutrinação ampliou-se, posteriormente, para a “doutrinação esquerdista e/ou comunista”. Aliado a isso, sua aparente defesa de uma linha dura, embora de forma controversa, contra a

¹⁶⁸ “‘Baixo clero’ é a expressão criada no tempo do deputado Ulysses Guimarães, um dos líderes do processo de redemocratização do país, para definir o poder dos deputados de pouca expressão movidos principalmente por interesses paroquiais ou pessoais”. COSTA, L. M. O poder do ‘baixo clero’. *Observatório da Imprensa*, 2009. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o-poder-do-baixo-clero/> Acesso em: 30 mai. 2022.

criminalidade, encontrou eco em uma sociedade saturada pela violência, descrédito aos partidos e instituições políticas, crise econômica, política, moral e social.

Após ampliar suas pautas, consequentemente, ampliou seu público e passou a ser um deputado conhecido nacionalmente (e internacionalmente) para o deleite de uns e o pavor de outros. O então deputado criou em torno de si uma áurea “mítica”, participando de programas populares, sempre com declarações polêmicas, e, com isso, conquistou apoio popular e era recebido de forma calorosa, espontaneamente ou não, em diversos lugares do país. Essas andanças pelo país intensificaram-se ao ser eleito o deputado mais votado do Rio de Janeiro, seu reduto eleitoral, em 2014, com mais de 460 mil votos¹⁶⁹. Embora a mídia nacional não acreditasse muito na sua viabilidade, a mídia internacional já chamava atenção ao fato de o deputado ter apelo popular, com declarações consideradas extremamente polêmicas, especialmente para o mundo liberal, sendo colocado como possível próximo presidente do país¹⁷⁰. A conjuntura mostrava-se propícia para Bolsonaro que, em um mar de descrédito com a política tradicional, embora fosse um político de carreira, conseguisse se vender como um *outsider*.

Diante da crise política que se intensificou com o impeachment da presidente Dilma e as operações espetaculosas da “Lava Jato”, Bolsonaro estava se cacifando e no dia da votação do impedimento da presidente petista, homenageou um torturador reconhecido pela justiça. O torturador da então presidente. Defensor do regime militar e de suas ações, Bolsonaro impunha uma retórica reciclando “anticomunismo” e, por conseguinte, “antiesquerdismo”, “cristianismo”, principalmente o “pentecostal”, que está em crescimento no país, “moralismo” e defesa da linha dura contra a criminalidade. Embora suas políticas fossem consideradas extremamente radicais para o *establishment* político, os políticos ainda consideravam sua vitória uma miragem porque pensavam que a direita tradicional, com discurso mais modulado, iria ressurgir após o ocaso do petismo. Entretanto, essa perspectiva não se concretizou, pois a “direita tradicional” também foi tragada pela crise. A impopularidade do governo Temer e a desilusão com a política corrente consolidaram no país uma conjuntura de despolitização

¹⁶⁹ BOLSONARO (PP) é o deputado federal com maior número de votos no RJ. *UOL*, 2014. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2014/noticias/2014/10/05/bolsonaro-rj-e-eleito-deputado-federal-no-rj-com-o-maior-numero-de-votos.htm>. Acesso em: 02 jun. 2022.

¹⁷⁰ O’BOYLE, B. Jair Bolsonaro: Pro-Torture, Anti-Gay and Brazil’s Future President? *Americas Quarterly*, 2016. Disponível em: <https://www.americasquarterly.org/article/jair-bolsonaro-pro-torture-anti-gay-and-brazils-future-president/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

(principalmente, pós-política e ultrapolítica¹⁷¹), favorecendo Bolsonaro e suas políticas percebidas como antissistemas.

Crescendo nas pesquisas, chegou ao segundo lugar e assumiu a liderança com a prisão do ex-presidente Lula. Esse período eleitoral, como o de 2014, mostrou-se imprevisível porque, além de um ex-presidente preso e liderando as pesquisas, o então candidato Jair Bolsonaro sofreu um atentado (uma facada), alimentando ainda mais a áurea “mítica” do candidato que tinha sido “martirizado” em sua tentativa de “salvar” o Brasil. Contudo, ao contrário do que se esperava em um ambiente político tão crispado, não moderou seu discurso, à medida que sua candidatura se mostrava com perspectiva real de vitória, porém buscou acalmar o “mercado financeiro” com a “escolha” de Paulo Guedes, antes mesmo de ser eleito, como seu “Posto Ipiranga” para o Ministério da Economia. Com isso, conquistou apoio de setores resistentes a sua campanha, mas que temiam um retorno do PT ao governo.

Quase eleito em primeiro turno, ganhou as eleições no segundo turno com uma diferença considerável de votos e o seu adversário, o ex-ministro Fernando Haddad, perdeu a eleição, mas manteve a hegemonia petista no campo da esquerda. Provavelmente, uma estratégia do ex-presidente Lula, preso e impedido de concorrer, para continuar liderando o campo no país e, conseqüentemente, a oposição. A escolha de Haddad, até então, relativamente, desconhecido no país fora de São Paulo, onde fora prefeito, também contribuiu para o discurso moralista do candidato Bolsonaro, pois Haddad era o Ministro da Educação na época do famigerado *kit gay*, termo utilizado por opositores, especialmente por Bolsonaro, ao projeto “Escola Sem Homofobia”.

Após ser eleito, escolheu o então juiz Sérgio Moro para Ministro da Justiça, sendo o mesmo juiz que levou seu principal adversário para a cadeia. Seu governo foi composto por três grandes grupos: os militares (seu vice é general da reserva), os liberais (ministro da economia, Paulo Guedes, garantindo o apoio do “mercado” que defende a agenda econômica liberal) e os ideológicos (Educação e Relações Exteriores, por exemplo, áreas consideradas “ideologizadas” pelo PT). Embora essa divisão seja tênue e muitos considerem que nem exista essa divisão, Bolsonaro, mesmo após eleito e empossado, manteve sua retórica de campanha e governou de forma conflitiva com grupos, movimentos e instituições. O país revisou políticas até então consideradas consensuais, principalmente nas relações exteriores e continuou com uma defesa

¹⁷¹ A pós-política já está, brevemente, abordada na seção 3.1, mas a ultrapolítica não. Sinteticamente, “a ultrapolítica recorre ao modelo de guerra, a política é concebida como uma forma de guerra social, como a relação para com ‘eles’, para com um inimigo” (ZIZEK, 1999, p. 241 *apud* FERNANDES, 2019, p. 255). Grosso modo, a ultrapolítica, também um fenômeno de despolitização, dissimula antagonismos sociais reais com polarizações artificiais e despolitizadas, criando inimigos manufaturados.

do desenvolvimento da Amazônia de forma explicitamente predatória, comprometendo inclusive a relação do país com outros países que consideravam as ações do governo incentivadoras do desmatamento.

Suas ligações com o grupo dos “ruralistas” eram ainda mais fortes do que no governo do Temer e, portanto, sua vitória foi logo apontada como um problema a mais para a Amazônia, que já estava em situação preocupante no governo anterior, e, por conseguinte, para a causa ecológica em geral. Em manchete do *The New York Times*, escrita por Somini Sengupta, em 17 de outubro de 2018, portanto, antes do segundo turno e com a iminência de sua vitória, o jornal reporta:

FIGURA 22 – “What Jair Bolsonaro’s Victory Could Mean For The Amazon, And The Planet”



FONTE: *THE NEW YORK TIMES*

A manchete coloca três *atores sociais* relacionados. O então candidato, que poderia ser e se tornou presidente, “Jair Bolsonaro”, “the Amazon” e “the Planet”. A manchete estabelece uma relação *sintática* e *semântica* entre o sujeito “Jair Bolsonaro’s victory” e a ação que realizará. Entretanto, essa ação é *modalizada* pelo verbo “could”, pois o verbo modal “could” é um indicativo de menos força e certeza em relação à ação do sujeito, portanto, modula esse verbo. A ação desempenhada pela vitória de Jair Bolsonaro, “Jair Bolsonaro’s victory”, é colocada de forma a não ser definitiva porque, primeiro, o então presidente ainda era candidato e, segundo, nem sempre as promessas de campanha são cumpridas no mandato. Devido a isso, a autora da manchete busca modular os efeitos dessa ação, que ainda, nessa data, era provável, portanto, não era possível ter uma certeza.

O verbo “mean”, transitivo, estabelece o significado *modalizado* do que se pretende informar com “Jair Bolsonaro’s victory”. A palavra “what”, uma *questão interrogativa*, indica uma pergunta, na manchete, que a notícia pretende responder. Manchetes incitando

questionamentos ou com perguntas pressupõem um interesse público ou de certos públicos em determinados questionamentos que esses públicos fazem e que jornalistas consideram, suficientemente, relevantes para serem respondidos com notícias e/ou reportagens. A *modalização* na manchete já indica que não será uma resposta definitiva, indicando variáveis a serem consideradas. Provavelmente, devido ao interesse nas ideias do provável próximo presidente do Brasil concernentes a um tema que atrai atenção do público internacional em relação ao país. Especialmente diante das declarações passadas e presentes do candidato, a manchete almeja responder o que “what” a vitória de Jair Bolsonaro poderia significar “could mean”, especificamente, em relação à “the Amazon” e “the Planet”.

O conectivo “and” relacionando “Amazon” e “Planet” indica uma *ligação aditiva* entre o que ocorre com a Amazônia e com o Planeta como um todo e, com isso, há uma percepção de que o que ocorre na “Amazon” adiciona de forma relevante para os destinos socioecológicos do planeta. Portanto, o que acontece no país que detém a maior parte da Amazônia é motivo de atenção para todos os envolvidos nessas discussões. Contudo, já após sua eleição, uma outra notícia ganha as manchetes internacionais. O *The New York Times*, em matéria escrita por Ernesto Londoño e Lisa Friedman, no dia 28 de novembro de 2018, reporta:

FIGURA 23 – “Brazil Backs Out Of Hosting 2019 Climate Change Meeting”



FONTE: *THE NEW YORK TIMES*

Nessa manchete, o sujeito “Brazil” realiza uma ação em relação à “Climate Change Meeting”. O verbo “backs out” indica a retirada do envolvimento em um compromisso previamente estabelecido, ou seja, o sujeito “Brazil” está se retirando de um compromisso prévio com “Climate Change Meeting”. Essa ação do sujeito, no caso, o país, já indica que o futuro “Brazil”, gerido por Bolsonaro, não está interessado em participar de encontros a respeito da mudança climática, evidenciando um distanciamento histórico da tradição do país de envolvimento em discussões globais em busca de um papel ativo de liderança, principalmente na área ambiental.

A manchete também informa que o país seria “hosting” do evento, portanto, seria anfitrião do evento. Vale lembrar que o país abrigou, tanto pela dimensão de sua importância nessas discussões quanto pelo seu interesse, eventos importantes nas discussões climáticas globais como a Rio 92 e a Rio +20. Entretanto, esse interesse parece não está mais presente.

A manchete não traz explicações sobre o que levou o país a tomar essa decisão, porém, pode ser tomado de forma *implícita*, especialmente para os antenados nas notícias envolvendo o país, a nova conjuntura política que se estabelece pós-eleições. Portanto, o discurso “oficial” dessa conjuntura política poderia estar começando a engendrar *práticas sociais*. A representação do sujeito “Brazil” tomando essa atitude, provavelmente, não é positiva, principalmente para ativistas e defensores do meio ambiente, pois o desinteresse por ser anfitrião de um evento dessa natureza deixa uma *suposição* de que o país, nesse período, também não está interessado nessas discussões. Essa suposição torna-se ainda mais notória ao levarmos em conta o passado de abertura aos eventos de porte que o país sediou, sejam esses eventos ecológicos e/ou não. A relação entre os vocábulos “Brazil” e “Climate Change” é *discursivamente* relevante porque, ao colocar esses dois termos, é uma opção para relacionar e chamar atenção para a decisão do país e os impactos nas *práticas sociais* do mesmo. A manchete poderia ser “Brazil Backs Out of Hosting United Nations Event”, porém não teria o mesmo *impacto discursivo* nem seria revelador de possíveis *práticas sociais* danosas ao meio ambiente que o país poderia estar planejando engendrar.

Em seu governo, as manchetes internacionais não são favoráveis ao país nem ao gestor de plantão. A forma como o presidente Jair Bolsonaro lidou com os incêndios e queimadas na Amazônia, por exemplo, rendeu inúmeras manchetes que retratavam o governo e o país com desprestígio. Precedentemente a esses incêndios, uma manchete publicada pelo jornal *The New York Times*, escrita por Ernesto Londoño, em 2 de agosto de 2019, reporta:

FIGURA 24 – “Bolsonaro Fires Head Of Agency Tracking Amazon Deforestation In Brazil”



FONTE: THE NEW YORK TIMES

A manchete traz referência *explícita* ao gestor do país, Bolsonaro, o sujeito dessa frase, e sua ação. A utilização do sobrenome do presidente indica, neste caso, a interferência direta do presidente nessa ação. Não uma decisão governamental e/ou institucional da presidência, portanto, mais *impessoal*, mas do presidente, portanto, mais *pessoal*. A manchete revela o que o sujeito “Bolsonaro” fez e com quem. A pessoa que sofreu a ação do sujeito foi o “Head of Agency”, chefe da agência, cuja responsabilidade era “tracking Amazon deforestation” no país. O sujeito demite “fires”, um verbo transitivo, o “head of agency”. A manchete explica quem o presidente do país demitiu e a função do demitido, mas não explica o porquê. Entretanto, está *implícito* que a atividade do demitido se tornou incômoda para o presidente. E, na conjuntura em que se apresenta, não resta dúvidas que as *práticas sociais* do governo do Brasil, gerido por Bolsonaro, engendra *práticas discursivas* que se refletem nas representações do país nas manchetes.

“Bolsonaro”, “Head of Agency”, “Amazon” e “Brazil” apresentam-se como *atores sociais*, entretanto, “Bolsonaro” representa o “Brazil” e a “Amazon” está no “Brazil” e o “Head of Agency” trabalha em uma agência governamental do país. Então, esses *atores sociais* estão interligados e, portanto, a demissão do “Head of Agency” reverberou no mundo porque a função do mesmo era rastrear o desmatamento na Amazônia “tracking Amazon deforestation”. Essas ações do presidente do país alimentam ainda mais o descrédito discursivo do presidente e, conseqüentemente, do Brasil em relação à proteção do meio ambiente nessa nova conjuntura política, mas, ao mesmo tempo, está em consonância com a *construção discursiva* do candidato e, conseqüentemente, presidente Bolsonaro. Seus discursos engendraram *práticas sociais*, sendo, muitas delas, realizadas pelo próprio.

Essas ações do governo comprometiam as relações com outros *atores sociais* como, por exemplo, essa manchete no *The New York Times*, em 23 de agosto de 2019, escrita por Ernesto Londoño, Manuela Andreoni e Leticia Casado, reporta:

FIGURA 25 – “As Amazon Fires Become Global Crisis, Brazil’s President Reverses Course”



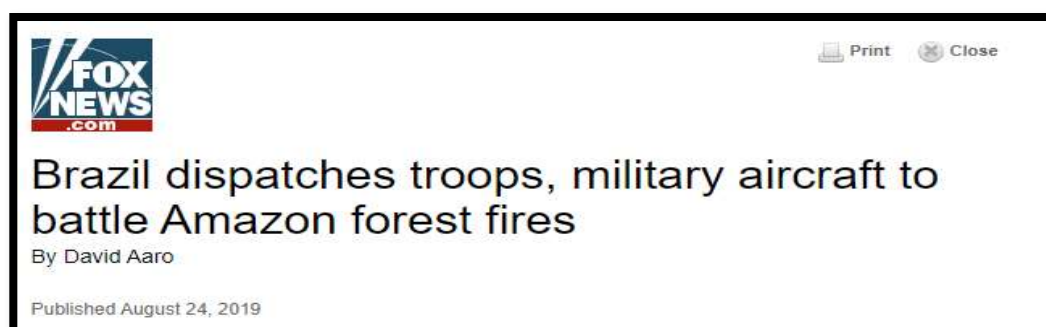
FONTE: *THE NEW YORK TIMES*

Essa manchete apresenta uma situação em que o Brasil esteve nas discussões globais sobre meio ambiente, não como um líder nessas discussões, mas como um *problema*, um causador de uma crise global, “global crisis”. “Amazon” e “Brazil’s President” são *atores sociais*, entretanto, as ações de “Brazil’s President” estavam *condicionadas* ao que “Amazon Fires” se tornou “become”. Essa frase, *sintaticamente*, é construída por uma relação de *subordinação*, pois a *conjunção* “as” indica, nessa frase, um *elemento condicional adverbial*, indicando que, se determinada coisa não tivesse acontecido, a outra também não aconteceria. O presidente do Brasil reverte “reverses” suas ações devido aos incêndios da Amazônia se tornarem uma crise global. Está *implícito* que não aconteceria essa mudança se não houvesse a “Global Crisis” em torno do “Amazon Fires”.

Embora incêndios na Amazônia não sejam uma coisa incomum, a *construção discursiva* de um país que está revertendo políticas ambientais, saindo de encontros de discussões internacionais, demitindo especialistas que fazem levantamentos a respeito do desmatamento (responsável também pelos incêndios), entre outras coisas, constroem *discursivamente* a responsabilidade sobre a política do país sob a gestão Bolsonaro. O conjunto de palavras “Global Crisis” indicam como as políticas internas no Brasil resultaram em problemas que levaram a uma preocupação global, diferentemente de outros momentos em que ela também estava sofrendo com incêndios, em relação aos incêndios recentes na Amazônia. A utilização do “Brazil’s President” e não somente “Brazil” e a atitude de rever as ações, mesmo que *condicionada*, evidenciam um reconhecimento de que as políticas, nesse caso, defendidas pelo Presidente, não estavam no caminho certo ou essas políticas, embora com relativo apoio interno, começavam a prejudicar nas relações e, por consequente, no apoio externo.

O governo também busca mostrar que está contribuindo para combater esses incêndios. Em manchete do site *Fox News*, escrita por David Aaro, em 24 de agosto de 2019, reporta-se:

FIGURA 26 – “Brazil Dispatches Troops, Military Aircraft To Battle Amazon Forest Fires”



FONTE: FOX NEWS

Utilizando-se de *metáfora* de guerra para ilustrar combate, a manchete evidencia ações do país que buscam conter os incêndios, mas também possui um efeito midiático e/ou discursivo para contrabalancear a representação de negligência. Os substantivos como “troops”, “military aircraft” cumprem a função de fazer essa *alusão*, porém os verbos “dispatches” e “battle” também. Portanto, o sujeito “Brazil” está agindo contra os incêndios florestais na Amazônia, “Amazon forest fires”, como se estivesse lutando uma “batalha”, uma “guerra”. O verbo despachar, “dispatches” a respeito das tropas “troops” e aeronaves militares “military aircraft” mostra a diligência do governo na disponibilização de recursos para enfrentar os incêndios. E o verbo “battle”, também transitivo nessa frase, expõe a natureza das ações em que o governo disponibilizou seus recursos.

É claro que, diante de tantas representações de negligência, uma ação nesses moldes possui um forte apelo discursivo e, conseqüentemente, midiático. Contudo, possa ser que essas ações não sejam realmente eficazes e sejam apenas mascaramentos das *práticas sociais*, almejando engendrar *práticas discursivas* que dissimulem ou atenuem as discursividades criadas e acumuladas em relação ao país. A manchete, da forma que é construída, não explica nada além das ações, maneiras e recursos que o sujeito “Brazil” pretende executar para enfrentar “Amazon forest fires”. Ao fazer a *alusão* de guerra, o “Brazil” enxerga nesses incêndios um problema, um inimigo que precisa ser combatido para o bem do país. Esse combate é benéfico tanto nas *práticas sociais* porque os efeitos que as queimadas causam ao meio ambiente e a saúde das pessoas são conhecidos quanto nas *práticas discursivas* porque mostram um país agindo, pelo menos, aparentemente, e não inerte diante de uma situação que chamou a atenção do mundo.

A utilização da *metáfora* de guerra e o uso de aparatos militares, tanto para efeitos discursivos quanto para efeitos nas práticas sociais, combinam com o estilo do presidente Jair Bolsonaro, um ex-capitão reformado do Exército, que sempre gosta de lembrar e estabelecer associação entre seu governo e os militares. O presidente sempre demonstrou uma afeição ao modelo militar e, diante disso, tanto o presidente apoiou-se nas Forças Armadas quanto as Forças Armadas (ou setores delas) utilizaram-no como um artifício para retornarem ao poder e, por conseguinte, governarem o país dentro de uma formalidade democrática. Alguns analistas políticos até consideram o governo Bolsonaro como um “governo militar” porque existe mais milhares em cargos-chave na gestão Bolsonaro do que no regime militar brasileiro¹⁷².

¹⁷² MAIS militares assumiram cargos no Executivo no governo Bolsonaro. *JOTA*, 2022. Disponível em: <https://www.jota.info/jotinhas/mais-militares-assumiram-cargos-no-executivo-no-governo-bolsonaro-10062022>. Acesso em: 11 jun. 2022.

Além de combinar com o estilo do presidente, evidencia-se também que o “Brazil” tem “troops” e “military aircraft”, portanto, o país pode defender seu território contra as queimadas, reafirmando a soberania do país sobre a região, principalmente diante de discursos de líderes de outros países falando a respeito de uma “internacionalização da Amazônia”. O presidente, enquanto pessoa, não enquanto instituição, contudo, não contribui para melhorar a representação do país na seara ambiental. Bolsonaro, como reporta a agência de notícia *Reuters*, no jornal *The New York Times*, em 30 de novembro de 2019:

FIGURA 27 – “Brazil’s Leader Falsely Blames Leonardo DiCaprio For Amazon Fires”



FONTE: *THE NEW YORK TIMES*

O presidente do Brasil e Leonardo DiCaprio são *atores sociais* nessa manchete. O Líder do Brasil, “Brazil’s Leader”, é o sujeito que age em relação ao Leonardo DiCaprio. O presidente acusa “blames” o ator pelos “Amazon Fires”, contudo, a própria manchete coloca o verbo “blames” após um *advérbio de modo* “falsely”. Esse advérbio indica o modo em que a ação foi realizada e, no caso, “Brazil’s Leader” acusa, de forma falsa, o ator, internacionalmente conhecido, DiCaprio como responsável pelos incêndios na Amazônia. Falsamente, “falsely” é uma forma *eufêmica* para não colocar que o “Brazil’s Leader” mentiu “*lied*”. Até porque a palavra de uma pessoa considerada importante supostamente deve ter credibilidade, então, é mais adequado para a manchete utilizar “falsely”.

Não só DiCaprio, também um defensor de causas ambientais, foi criticado por Bolsonaro, mas a ativista Greta Thunberg, como evidencia a notícia na *Fox News*, por Brie Stimson, em 11 de dezembro de 2019:

FIGURA 28 – “Greta Thunberg Called A ‘Brat’ By Brazilian President”



FONTE: FOX NEWS

A construção sintática dessa frase é a *voz passiva*, evidenciado quem chamou “called” a ativista dessa forma, no caso, o presidente brasileiro “Brazilian president”. A *voz passiva* faz com que a pessoa que recebeu a ação passe a ser o sujeito da ação. No caso, “Brazilian president” chamou a ativista “Greta Thunberg” de “brat”, portanto, “Brazilian president” é o sujeito da ação. Contudo, a construção da manchete é realizada para colocar a ativista como sujeito dessa frase. Essa utilização sintática pode ocorrer quando quem recebeu a ação é mais famoso do que quem realizou ou a pessoa que recebeu a ação precisa ser colocada em maior evidência. No caso, a ativista é mais conhecida mundialmente, principalmente no ativismo ecológico, do que o presidente brasileiro, mas também, a ativista, à época, era o centro, controversamente, das atenções nas questões ambientais, sendo convocada para palestrar em diferentes países, institutos e organizações. Portanto, possa não ser uma escolha do mais famoso, mas do mais relevante à época.

O termo que o presidente chamou a ativista é “pirralha” que, em inglês, é “brat”. Esse termo possui uma *conotação* pejorativa, especialmente ao se referir a uma pessoa jovem, indicando mal comportamento e/ou imaturidade, *supostamente*, características da juventude. Bolsonaro quis, provavelmente, referir-se, de forma crítica ao ativismo de Greta Thunberg. Ele não era o único ator político relevante a criticá-la, porém, a forma e o emissor da crítica, por suas práticas discursivas e sociais, contribuíram para a contínua construção de um país que passou a desdenhar das normas ambientais. Apesar dessas contendas e das críticas, o governo Bolsonaro seguiu, recuando poucas vezes, com suas políticas ambientais.

Nesse contexto, o mundo, já em 2019, porém, mais intensamente em 2020, presenciou o surgimento de um novo coronavírus (SARS-CoV-2) que engendrou uma doença (COVID-19) altamente infecciosa. Na época, existiam poucas informações precisas e muita falsa

informação, desinformação e má informação a respeito de como lidar com essa realidade desafiadora. A ciência buscava explicações, além de combater às falsas, sobre como impedir essa infecção e, conseqüentemente, como tratar as pessoas infectadas, contudo, diante da necessidade de urgência nas respostas, as conclusões ainda eram primárias. Essa realidade impôs-se globalmente porque mais de 100 países já tinham detectado casos dessa doença. Por isso, Tedros Adhanom, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), no dia 11 de março de 2020, declarou que a COVID-19 seria elevada à categoria de uma pandemia¹⁷³ e, diante desse contexto, existiu a necessidade de restringir a circulação de pessoas como uma forma de conter o avanço do vírus.

Essas medidas impactaram as dinâmicas sociais, econômicas e políticas. O governo brasileiro encarou essa questão de forma controversa, nacional e internacionalmente, e não consensual entre os diferentes atores políticos no país. Assim, lamentavelmente, o país destacou-se como um dos lugares em que a COVID-19 vitimou, fatalmente, mais pessoas. Essa discussão, embora perpassasse questões ecológicas e/ou ambientais, não será destrinchada porque foge ao escopo específico desta pesquisa. Além disso, a pandemia é um fato histórico recente que está se desenrolando diante dos nossos olhos e ainda não está completamente erradicada. Apesar de menos “grave” do que no início, da existência de mais informações precisas a respeito da doença e suas formas de contágio, vacinas e medicações para aumentar a resistência às formas graves da doença, variantes da mesma doença desafiam os esforços para tentar eliminá-la.

Porém, mesmo na pandemia, a degradação ambiental continuou, pois como demonstra uma manchete do jornal *The New York Times*, escrita por Ernesto Londoño, Manuela Andreoni e Leticia Casado, em 6 de junho de 2020:

FIGURA 29 – “Amazon Deforestation Soars As Pandemic Hobbles Enforcement”



FONTE: *THE NEW YORK TIMES*

¹⁷³ ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde declara pandemia de coronavírus. *Agência Brasil*, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-03/organizacao-mundial-da-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 30 mai. 2022.

Essa manchete estabelece uma relação entre “Amazon Deforestation” e “Pandemic”, sendo uma relação sintática de *subordinação* porque “Pandemic” afeta “Amazon Deforestation”. O sujeito, *sintático*, dessa frase é “Amazon deforestation” e é o que sofre ação *semântica*, pois o verbo “soars”, intransitivo, não necessita de complemento, pois já indica um aumento, um crescimento dramático do desmatamento da Amazônia. Contudo, a manchete, sintaticamente, *condiciona* esse aumento ao período da pandemia “pandemic” porque contribui para uma aplicação claudicante do cumprimento das medidas necessárias “hobbles enforcement” para coibir o desmatamento. Diante disso, a pandemia *condiciona*, de forma negativa, o incremento da “Amazon deforestation”. Não a pandemia em si, mas os efeitos advindos de ações que são utilizadas para conter a pandemia e, conseqüentemente, interferem em diversas outras atividades direta e/ou indiretamente.

Essa frase busca também estabelecer um contraste, pois está, *implícito*, uma *suposição* de que a pandemia poderia reduzir o desmatamento, justamente, porque a pandemia interrompeu atividades em diversas cadeias produtivas no mundo todo. Contudo, diante dessa situação, não se confirmou essa *suposição*, pois o “Amazon deforestation” aumentou. A pandemia ter engendrado ações claudicantes “hobbles” de combate ao desmatamento, a aplicação “enforcement” dos dispositivos e mecanismos legais também dissimulam o que *discursivamente* já está construído, pois o Brasil, sob a gestão Bolsonaro, buscou desmontar muito do “enforcement” disponível para coibir o desmatamento.

O seu próprio Ministro do Meio Ambiente é considerado por ativistas e defensores das causas ambientais como um adversário das regulações ambientais, tanto que já foi condenado por ações contra o meio ambiente e, em infame reunião ministerial divulgada em 22 de maio de 2020, o ministro disse que aproveitaria a pandemia para “passar a boiada” (SALLES, 2020)¹⁷⁴, ou seja, aproveitaria a distração mundial em torno de uma questão grave de saúde pública para avançar em desregulamentações que julgava necessárias, pois, em sua visão, essas regulamentações atrapalhavam o desenvolvimento do país, mas, de acordo com críticos, escancarariam ainda mais as áreas ambientais para ação de grupos que depredam a natureza. Nenhuma dessas *práticas sociais* do governo e de seus atores sociais engendraram *práticas discursivas* que são favoráveis ao país nas representações do mesmo nos conseqüentes veículos de comunicação internacionais.

¹⁷⁴ MINISTRO do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em 02 jun. 2022.

Uma manchete da revista Times, do dia 01 de outubro de 2020, escrita por Ciara Nugent, reporta:

FIGURA 30 – “Brazil Is Burning – And President Bolsonaro’s ‘Terminator’ Environment Minister Is Rolling Back More Protections”



FONTE: *TIME*

Os *atores sociais* dessas manchetes são o país, “Brazil”, o presidente do país, “Bolsonaro”, e seu Ministro do Meio Ambiente, “Environment Minister”. A manchete afirma, de forma *declarativa*, que o Brasil está queimando, “Brazil is burning”. Mas não somente, pois utiliza uma *conjunção aditiva* “and” para adicionar mais informações a essas afirmações. Informações adicionais que não contribuem em nada para a imagem do país e, direta e/ou indiretamente, acusa os gestores do país, o Presidente e seu Ministro do Meio Ambiente, como responsáveis pelo que está sendo informado na *afirmação declarativa* no início da manchete. A frase introduzida após a conjunção “and” contextualiza e faz uma menção à fama que o Ministro do Meio Ambiente tem como “terminator”. “Terminator” faz referência a um filme sobre “acabar” com o futuro.

Essa referência às vozes críticas ao ministro é uma *intertextualidade manifesta e constitutiva* que são utilizadas para compor a manchete. Ao colocar “President Bolsonaro’s ‘Terminator’ Environment Minister”, a manchete estabelece a relação direta entre o Presidente e seu Ministro, pois Bolsonaro é um entusiasta das políticas do seu então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. O verbo transitivo “rolling back” também enfatiza a destrutiva ação do ministro Ricardo Salles porque, ao ser um verbo que exige complemento, explica que são proteções “protection” que estão sendo revertidas pelas ações do “terminator”. “Terminator” é uma referência interessante para o público internacional porque a referência ao filme de Arnold Schwarzenegger é popular e relativamente conhecida do grande público e, além disso, é uma referência que se encaixa nas representações que são constituídas a respeito da ligação entre “Amazon” e “Planet” e como o futuro de um está interligado ao do outro. Ou seja, as ações

internas do ministro podem estar interferindo no futuro de pessoas para além das fronteiras do país, pois ações locais podem engendrar consequências globais.

A utilização do termo “more protections”, mais proteções, indica que não é a primeira reversão de proteções engendradas pelo ministro e, com isso, o sentido de “rolling back” alude *alegoricamente* a um “rolo compressor” que está revertendo as proteções anteriores sem se preocupar. Portanto, o esforço de diversos períodos para engendrar esses mecanismos estão sendo revertidos pelas ações do Ministro do Meio Ambiente do Presidente Bolsonaro. Diante disso, fica, praticamente, impossível dissociar a *afirmação declarativa* “Brazil Is Buning” das responsabilidades desses *atores sociais*, pois suas *práticas discursivas* engendram *práticas sociais* que, em seus efeitos, consequentemente, engendram *práticas discursivas* que são reportadas de diversas formas pelo noticiário, contudo, torna-se, cada vez mais, evidente, a percepção de uma *construção discursiva* cumulativa negativa em relação ao país.

Tanto que, em manchete de notícia, escrita por Manuel Andreoni e Ernesto Londoño, em 21 de abril de 2021, no *The New York Times*, reporta-se:

FIGURA 31 – “Bolsonaro’s Sudden Pledge To Protect The Amazon Is Met With Skepticism”



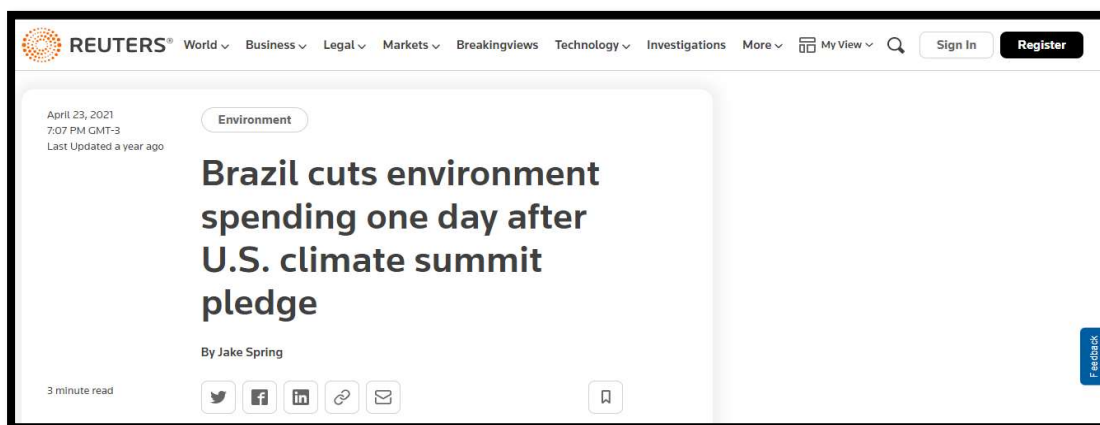
FONTE: THE NEW YORK TIMES

Essa manchete *discursivamente* apresenta um contraste em relação a outras, pois coloca “Bolsonaro” e “Protect the Amazon” como relacionados e o primeiro agindo em favor do segundo. Mudança em relação ao que vinha sendo reportado que não deixa de se fazer presente por meio do adjetivo “sudden” antes do substantivo “pledge”, promessa, indicando que as ações de “Bolsonaro” em relação à “Amazon” foram súbitas, “sudden”. Discursivamente, está representado um presidente que, embora não seja conhecido por *práticas discursivas* e *sociais* a respeito de “Protect the Amazon”, está preocupado e fez até uma “pledge” em relação a isso. Contudo, a manchete já explicita esse rompimento na representação discursiva do presidente

do país, pois coloca que a “sudden pledge” do presidente é recebida com “met with” ceticismo “skepticism”, justamente pelo fato de, nos últimos anos, o presidente e, conseqüentemente, o país que representa estarem nas manchetes com uma *construção discursiva* desafiadora e provocativa em relação às questões ecológicas e/ou ambientais.

Esse “skepticism” seria discursivamente reforçado com as posteriores *práticas sociais* do governo brasileiro sob a gestão de Jair Bolsonaro porque, em manchete da agência de notícia *Reuters*, escrita por Jake Spring, no dia 23 de abril de 2021, portanto 02 dias após a manchete anterior:

FIGURA 32 – “Brazil Cuts Environment Spending One Day After U.S. Climate Summit Pledge”



FONTE: *REUTERS*

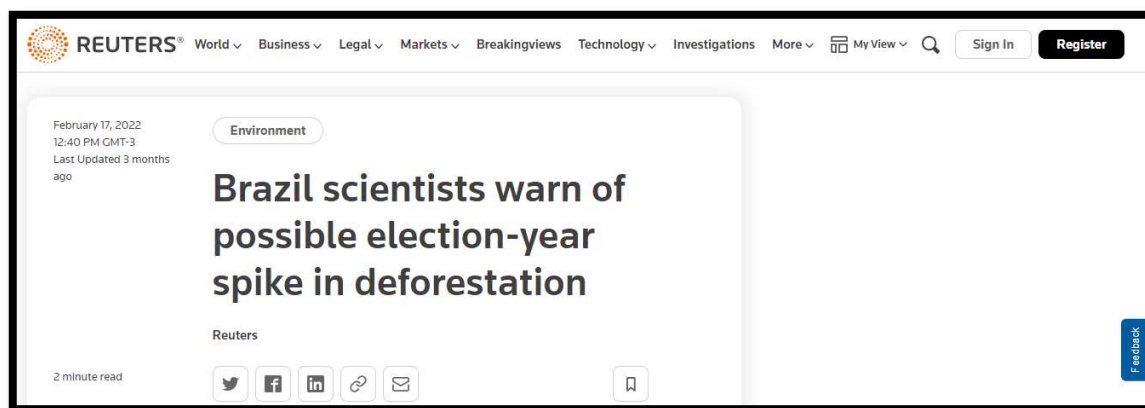
Não colabora para mostrar veracidade na *prática discursiva* se as *práticas sociais* não vão ao encontro desses discursos. É o que evidencia essa manchete onde o sujeito “Brazil” age em relação aos gastos ambientais, “environment spending”. O sujeito da frase, no caso, o país, “Brazil”, é gerido pelo Presidente Bolsonaro e, com isso, ações do país, nesse momento, direta e/ou indiretamente, possuem seu aval, especialmente nas áreas de execução orçamentária que é atribuição do Poder Executivo. Uma ação dessa dias após realizar uma “pledge” a respeito da proteção da Amazônia evidencia uma dissimulação que, se não planejada, é *discursivamente* ainda mais comprometedora da imagem do país na atual conjuntura e, nesse caso, da credibilidade que as *práticas discursivas* do presidente, quando diferentes das que o mesmo é conhecido, têm de engendrar *práticas sociais* críveis.

A *prática discursiva* do presidente em defesa de “Protect the Amazon”, especialmente em organismos internacionais, foi distribuída por meio de vídeos, notícias, reportagens, entre outros meios, para diversos *atores sociais*, desde ativistas a países e organizações, interessados na questão. Porém, suas *práticas sociais* internas engendram *práticas discursivas* que também

circularão por esses meios e levarão ainda mais descrédito a respeito de suas práticas, sejam discursivas e/ou sociais. A própria manchete da *Reuters*, que produz, distribui, promovendo a circulação de diversas notícias ao redor do mundo, está evidenciado a contradição porque coloca através da preposição “after” que a ação do país ocorreu um dia após promessa na cúpula climática nos E.U. (Estados Unidos) “one day after U.S. climate summit pledge”.

A exposição desse conjunto de palavras “one day after” busca reforçar o descrédito dessas promessas, pois, *supõe-se* que, mesmo em caso de governos que não querem cumprir suas promessas, há uma tentativa de mascarar suas intenções ou esperar que o assunto não esteja mais em evidência. Entretanto, esse não é o caso porque o Brasil realizou esse corte “cuts” apenas um dia após promessa em evento. Portanto, está *implícito* um questionamento sobre como se pode confiar em um país que promete *discursivamente* algo em um dia e no outro está com *práticas sociais* que não respaldam suas promessas. Além de suas promessas de proteção da Amazônia serem enxergadas com ceticismo, embasado em suas próprias ações, seus discursos de campanha e seus discursos no governo engendraram *práticas sociais* danosas ao meio ambiente e, também de acordo com a manchete de uma notícia da agência *Reuters*, do dia 17 de fevereiro de 2022, indicando que:

FIGURA 33 – “Brazil Scientists Warn Of Possible Election-Year Spike In Deforestation”



FONTE: *REUTERS*

Essa manchete *reporta indiretamente* a opinião dos “scientists”, ou seja, opinião de “experts” que informam e/ou explicam a um público maior, não especializado, sobre algo. No caso, os cientistas do Brasil “Brazil scientists”, portanto, sujeitos dessa frase, estão realizando uma ação visando a informar o público a respeito do desmatamento “deforestation”. A utilização de “Brazil scientists” busca também trazer *legitimidade* a declaração, pois está colocando de forma *impessoal* e objetiva “Brazil scientists” e não um cientista em específico, o que daria um tom mais *pessoal* e subjetivo. Pelo menos, é o que se pode *inferir* da *construção discursiva* da

manchete porque pode ser que a reportagem colheu a opinião de apenas um cientista e colocou como representativa de todo o corpo científico (ou uma área científica específica) do Brasil, contudo, não é possível afirmar isso só com a manchete porque só a leitura do corpo textual pode confirmar ou não essas indagações.

A utilização do verbo “warn”, transitivo, indica um aviso, um alerta. A manchete, por meio de um *objeto direto*, está explicitando a respeito do que se trata o alerta feito por “Brazil scientists”. O aviso se trata a respeito de um pico “spike” na “deforestation” no país durante o ano eleitoral “election-year”. O ano de 2022 é um ano eleitoral, eleições gerais, no país, portanto, está alertando para o fato de que esse ano é possível “possible” aumento no desmatamento “deforestation”. Há uma *suposição* de que, em um ano eleitoral, pode existir mudanças nas políticas para se contrapor e/ou defender a alguns grupos de apoio e, portanto, diante das *construções discursivas* de outras manchetes, a aproximação do presidente incumbente com grupos que são responsáveis por grandes degradações ao meio ambiente e desmatamento no país pode ser um fator a mais de preocupação no “election-year”. Essa manchete põe em contexto uma possível “possible” situação ainda mais delicada a respeito da “deforestation” no Brasil porque está *implícita* uma *pressuposição* que, de acordo com as manchetes anteriores, a situação do país em relação a essas questões já não estava boa devido às *práticas sociais* do governo brasileiro, então um pico “spike”, no ano eleitoral pode ser ainda mais destrutivo.

Esse ano ser um “election-year” também é determinante para o futuro das políticas ambientais no país. O atual presidente busca a sua reeleição e, aparentemente, irá enfrentar o adversário que foi impedido de disputar as eleições em 2018 por uma prisão controversa. O juiz que o julgou, 7 meses após sua decisão, abandonou o cargo para servir ao governo Bolsonaro. Durante esse período, mensagens obtidas por meio de *hackeamento* foram divulgadas na mídia e as irregularidades e controvérsias, que alguns já alertavam sobre a operação “Lava Jato”, tornaram-se mais evidentes e contavam com o respaldo do conteúdo dessas mensagens. De acordo com a legislação nacional, provas obtidas ilegalmente (como é o caso do *hackeamento*) não podem integrar as bases para uma condenação, mas podem constar como base para absolvição. Ou seja, os perpetradores de práticas ilegais na operação “Lava Jato” não poderiam ser incriminados pelas mensagens obtidas por meio da ação de hackers, mas os alvos dessa operação poderiam utilizar-se dessas mensagens para (com)provar e/ou estabelecer uma linha de defesa.

Embora já criticada em alguns setores políticos e jurídicos da sociedade brasileira e internacional, a credibilidade política e social conquistada por essa operação perante a opinião

pública sofreu um duro revés porque as mensagens evidenciavam muitas das acusações que os críticos da operação argumentavam e eram tidos como lenientes com a corrupção e malversação de recursos públicos. Esses críticos eram tidos como muito apegados às formalidades e técnicas do Direito, revelando que os críticos dos críticos da operação “Lava Jato”, em grande parte, consideravam (alguns ainda consideram) essas coisas enquanto menos importantes nos processos e ritos jurídicos. Além de temerário, não é consequente que agentes estatais cometam irregularidades e/ou crimes para combater irregularidades e/ou crimes porque essa perspectiva e, por conseguinte, atitudes comprometem, paulatinamente, a institucionalidade de um país.

Após alguns desgastes e desencontros, Moro, com a imagem e reputação fortemente abaladas pela divulgação das mensagens, rompeu com o governo Bolsonaro e outros eventos sucederam-se como a tentativa do próprio ex-ministro se consolidar como uma alternativa eleitoral à presidência, mas sem muita tração política nem eleitoral até o momento. O ex-presidente Lula teve suas condenações anuladas e seus direitos políticos foram retomados e, aparentemente, a disputa para esse ano eleitoral, apesar de candidatos com menores viabilidades eleitorais e/ou políticas existirem, estará entre o presidente incumbente, Jair Messias Bolsonaro, e o ex-presidente, Lula Inácio Lula da Silva. E, entre diversas áreas que os opositoristas podem explorar, definitivamente, a questão ambiental é uma delas.

4.4 AS REPRESENTAÇÕES DO DISCURSO ECOLÓGICO DO BRASIL: UMA AUTORREFLEXÃO SOBRE A ANÁLISE

Um dos pressupostos da modernidade tardia é a reflexividade. É a reflexividade das práticas discursivas e sociais que podem levar a uma mudança nas mesmas, pois “na modernidade, a tradição é substituída pela reflexividade, que se torna a base da reprodução do sistema, numa relação de retroalimentação entre prática social e informações e descobertas” (SANTOS; LOPES; DUTRA, 2020, p. 129). Para Giddens (1991, P. 38), “[...] a reflexividade é uma característica definidora de toda ação humana”. Portanto, a reflexão sobre as práticas é fundamental para os indivíduos, atores sociais e/ou instituições, pois uma reavaliação das práticas discursivas e sociais é fundamental para enriquecer a própria prática.

O analista do discurso também deve realizar essa reflexão tanto do/no seu processo de análise quanto da/na sua análise. Essa reflexividade, própria das mudanças exacerbadas pela modernidade tardia, também se fez presente nas teorias de análise do discurso crítica.

Fairclough e Chouliaraki (1999) estabeleceram essa reflexão do processo e da análise como um dos itens da análise. Portanto, uma análise se enriqueceria ao ter a reflexão de sua própria prática, pois, na modernidade tardia, a análise do discurso crítica assume uma importância ainda mais relevante porque contribui para, em um mundo em constante mudança, alimentadas pela reflexividade das práticas, desvelar os discursos e suas práticas e, conseqüentemente, contribuir com a reflexão a respeito das práticas discursivas e sociais, buscando uma transformação social.

Isto posto, esta pesquisa endereça as representações do discurso ecológico na mídia estadunidense como um problema a ser analisado, pois a importância da questão ecológica para o Brasil é perceptível tanto pelas suas dimensões quanto pela atenção que recebe internacionalmente. O período de recorte também é intencional porque o Brasil, a partir de 2003, estava buscando um protagonismo internacional e, em certa medida, conseguindo, tanto pelas políticas internas quanto pelas atuações na sua política externa. O país esteve em evidência e, conseqüentemente, a questão ambiental, que é um ativo importante do país, também esteve. O país continuou nas manchetes internacionais, mesmo que as notícias não fossem mais tão favoráveis.

Contudo, o recorte de 2003 a 2022 compreende um arco interessante e, a meu ver, representativo das mudanças conjunturais do país tanto de práticas discursivas quanto de práticas sociais. Ressalta-se que, embora esta pesquisa trate do Discurso Ecológico do Brasil que circula na mídia estadunidense entre 2003 e 2022, manchetes concernentes ao caso envolvendo o jornalista inglês Dom Phillips e o indigenista Bruno Pereira, brevemente mencionado na seção 3.3, não foram incluídas porque esta pesquisa circunscreveu-se até abril/maio de 2022 na coleta de notícias. Contudo, como fica evidente ao longo da análise, esse caso contribui, lamentavelmente, ainda mais para o aprofundamento da representação negativa em relação ao Discurso Ecológico do Brasil nas construções discursivas das manchetes na mídia internacional, especialmente a estadunidense.

A escolha das notícias para investigar as representações nessas diferentes eras políticas deve-se a importância que as informações assumem na modernidade tardia e no capitalismo tardio, mesmo que essas informações sejam consumidas de formas cada vez menos tradicionais. Já abordamos o papel da mídia na modernidade tardia na seção 4.1 e, portanto, pode-se dizer que “as notícias permitem uma representação do mundo por meio da linguagem. Trata-se de uma construção, ‘não de um reflexo dos fatos, isento de valor’” (FOWLER, 1991 *apud* MARTINS, 2018, p. 164). Ou seja, as notícias também são espaços de disputas políticas e contribuem para consolidar e/ou desestabilizar hegemonias. Por isso, a escolha da análise de manchetes, pois é a parte da notícia que grande parte das pessoas leem e, por conseguinte,

formam suas consciências através disso. Uma investigação sobre as construções discursivas das manchetes, certamente, contribui para desvelar as práticas sociais de determinados atores sociais, no caso, o Brasil, mas sem desconsiderar que pode haver (e certamente há) interesses nem sempre meramente jornalísticos dos veículos que reportam um país.

As palavras escolhidas, as metáforas utilizadas, as classes de palavras utilizadas, as construções sintáticas e semânticas, os processos linguísticos utilizados são, certamente, como a análise evidenciou, instrumentos e recursos que estão à disposição dos redatores para uma construção discursiva de determinado país sobre determinada questão. Portanto, identificar e analisar esses aspectos linguísticos do “texto” em relação às práticas discursivas e sociais são passos para a realização da Análise do Discurso Crítica porque, se as notícias e, por conseguinte, as manchetes não são um mero “reflexo dos fatos”, mas são representações dos mesmos investidos de valorações, é fundamental que os recursos linguísticos e discursivos utilizados para construir notícias com manchetes que representam um país, no caso, o Brasil, sejam destrinchados e elucidados. Da mesma forma que as manchetes não são isentas de valor, o analista e a análise, certamente, também não.

Diante disso, embora as notícias requeiram a faturalidade e objetividade, isso nem sempre ocorre devido às diferentes valorações encampadas por diferentes veículos de comunicação. A Análise do Discurso Crítica não é uma área que exige “neutralidade” como já abordado no capítulo 2, pois, desde sua concepção interdisciplinar/transdisciplinar, reconhece que o analista possui também suas próprias concepções a respeito dos problemas que analisa. A análise realizada na seção 4.3 buscou contextualizar os períodos históricos dessas diferentes eras políticas de forma mais ou menos factual, porém, a perspectiva deste analista, tanto pelas reflexões quanto pelas escolhas teóricas e bibliográficas, está mais próxima das formulações questionadoras do *status quo*, almejando a sua transformação e, portanto, na conjuntura histórica vigente, dentro do campo político-ideológico classificado como “esquerda”. Embora seja um termo amplo com significados diferentes para diferentes pessoas, é suficiente essa classificação para os propósitos estabelecidos nesta seção, todavia, essa identificação ideológica não engendra uma manifesta filiação político-partidária dos partidos que governaram o país, sob o nome desse campo político, no recorte temporal desta pesquisa.

Contudo, é perceptível na análise que os governos do Partido dos Trabalhadores, um partido ideologicamente amplo, mas que exerceu, em grande parte, um governo de “centro-esquerda”, conseguiu representar o país na questão ecológica de forma, majoritariamente, positiva. Isso não quer dizer que essa representação se manteve durante todo o período de governo do partido, pois, como a análise também evidenciou, a demissão de Marina Silva e a

usina de Belo Monte, por exemplo, envolveram o país em representações negativas em relação às questões ecológicas, mesmo com o partido governante sendo comprometido, com ressalvas, diante da causa ambiental e/ou ecológica. Questões de natureza socioeconômica e política também engendraram representações não tão positivas do país durante o período de governo do PT, em especial no governo Dilma por causa da crise multifatorial que atingiu o país.

Portanto, mesmo durante os governos considerados de “esquerda” (Lula e Dilma), as questões ecológicas oscilavam entre representações positivas e negativas, porém, manteve-se de forma que, mesmo as representações negativas, eram atenuadas por práticas discursivas e sociais que iam ao encontro do objetivo de preservação da natureza, com as exceções demonstradas e explicitadas na análise. Já em relação aos governos que os sucederam, Temer e Bolsonaro, são considerados de “direita”. Ressalta-se que o termo “direita”, assim como “esquerda” já mencionado anteriormente, é amplo e possui significados diferentes para diferentes pessoas, tanto que Jair Bolsonaro é considerado por muitos na mídia internacional e nacional como “extrema-direita”. A representação negativa em relação às questões ambientais e/ou ecológicas, como evidenciado na análise, se intensifica porque não é somente uma questão de construção discursiva (também é) e de práticas sociais (também é), mas conjuntural porque esses governos são respaldados por grupos que possuíam/possuem interesses percebidos como “antiecologicos”. Não que esses grupos não estivessem presentes na outra conjuntura, mas estavam mais contidos e/ou mitigados, como também mencionei na análise, porque possuíam algumas restrições de ordem política e/ou ideológica.

Os recuos do governo Temer e Bolsonaro na questão ambiental ainda traziam uma perspectiva positiva na representação do país internacionalmente, porém, sempre acompanhadas de uma ação condicionada por pressão popular e/ou de outros países e instituições. Esses recuos também evidenciam uma permeabilidade das instituições a reivindicações de atores sociais contrário a essas políticas, porém, no governo Bolsonaro, esses espaços estão sendo restringidos. Embora a questão ecológica seja o objeto da nossa pesquisa, não é só essa questão que está nas manchetes internacionais. O país, antes visto em uma trajetória ascendente, está sendo representado em uma trajetória descendente, pois está degradingando em diversos indicadores e, certamente, a questão ambiental é uma delas.

Esta análise evidencia a importância da questão ecológica para o Brasil e como ela é representada para o mundo em diferentes eras políticas. Portanto, essa análise demonstra como, por meio das representações discursivas construídas nas manchetes, o discurso ecológico do país, especialmente em relação à Amazônia e demais questões ambientais, é representado nos diferentes governos que geriram o país entre 2003 e 2022. Diante disso, apesar de diferenças

nas abordagens, na retórica, nas práticas discursivas e sociais, o Brasil mantém sua posição de defesa de sua soberania e, conseqüentemente, sobre seus recursos ecológicos e de apontar os países desenvolvidos como responsáveis pela degradação ecológica atual. A noção de “responsabilidades em comum, mas diferentes”, já abordada na seção 4.3, permanece no país, apesar dos diferentes governos.

No atual governo do presidente Bolsonaro, contudo, é perceptível um desdém a respeito desses compromissos internacionais que são vistos como uma afronta à soberania e ao que considera “desenvolvimento”. Entretanto, percebe-se que, apesar das diversas representações do Discurso Ecológico do Brasil, há a compreensão da importância que o país assume nas questões ambientais e, portanto, suas políticas internas terão efeitos externos e as atenções internacionais estarão sempre presentes no país, esboçando representações tanto positivas quanto negativas. Essas representações do país dependerão das práticas sociais e das práticas discursivas que o país irá engendrar, sem desconsiderar os interesses dos diferentes atores sociais que atuam e reportam essa questão e dos que analisam os discursos e, por conseguinte, essas representações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discorreu-se sobre o Discurso Ecológico do Brasil em diferentes eras políticas por meio da Análise Crítica do Discurso. O percurso deste trabalho ocorreu, primeiramente, com uma contextualização a respeito do dispositivo teórico-metodológico da Análise do Discurso, em especial a Análise de Discurso Crítica (ADC) em sua vertente faircloughiana. Abordou-se a história e as abordagens da área, as principais correntes, seus autores e, conseqüentemente, os conceitos-chave dessa vertente como discurso, poder, ideologia e hegemonia. A ADC, portanto, é um dispositivo teórico-metodológico que busca desvelar os mecanismos linguísticos e extralinguísticos que sustentam relações assimétricas de poder em busca de uma transformação social. É uma teoria-método que analisa as relações dialéticas entre linguagem e sociedade e, por conseguinte, suas expressões discursivas e não discursivas, questionando o *status quo* vigente.

O discurso é entendido, por Fairclough, de duas formas. Primeiro, como discurso, de forma abstrata, e segundo como discursos, de forma mais restrita, tratando-se das representações do mesmo. Já o poder é entendido como a relação assimétrica entre os que o detém e os que estão lutando por ele e, com isso, o poder sempre é instável porque as relações que o sustenta também. Uma das formas de sustentar o poder é por meio da ideologia que, embora tenha diversos conceitos e tradições históricas, Fairclough é adepto da forma crítica, negativa e, portanto, a ideologia pode ser entendida, negativamente, como uma representação particular do mundo que está sendo colocada como universal.

Por isso, a ideologia é um dos componentes fundamentais na manutenção do poder porque o grupo que está dominando consegue impor suas representações particulares como se fossem universais. A ideologia, que sustenta o poder, tornar-se ainda mais enraizada quando se transforma em hegemonia, isto é, a conquista, consentida e/ou coercitiva, da adesão da maioria a uma determinada representação particular, ou seja, da adesão da maioria a uma ideologia. Diante disso, a hegemonia apresenta-se como a reificação das relações assimétricas que passam a ser vistas como perenes e naturais, tornando ainda mais difícil a contestação ao poder constituído. Entretanto, justamente por estar assentado sob relações assimétricas é que o poder é instável e, portanto, passível de contestação.

Após esse capítulo, perscrutou-se o discurso ecológico e suas representações. Definiu-se o discurso ecológico como um discurso “técnico-científico” e/ou “científico-popular” que está intertextualmente, de forma manifesta e constitutiva, relacionado a outros discursos e, por isso, o discurso ecológico engendra diversas representações. Com diversas representações

perpassando interesses políticos, econômicos e/ou mercadológicos, entre outros, há diversos movimentos que encampam esses discursos, porém também há os movimentos que, embora não se nomeando como ecológicos, estão engendrando práticas sociais protetivas ao meio ambiente, mesmo que enfocando, predominantemente, questões de subsistência e defesa dos seus respectivos modos de vida.

Diante disso, o presente estudo traçou, de acordo com Pádua e Lago (1984), um percurso do movimento ecológico, passando pela ecologia natural, ecologia social, conservacionismo e ecologismo. A ecologia natural é compreendida como uma preocupação meramente biológica a respeito da integração e regulação entre os diversos elementos e seres habitantes em determinado ecossistema e, por conseguinte, na ecosfera, desconsiderando os impactos sociais nesse processo. Assim sendo, a ecologia social adiciona as preocupações biológicas aos aspectos sociológicos, pois o ser humano e seus impactos na natureza estavam gerando um desequilíbrio na homeostase do sistema. Esse desequilíbrio e, conseqüentemente, degradação estavam começando a ter suas conseqüências e gravidades delineadas, tornando os aspectos biológicos e sociológicos, cada vez mais, indissociáveis.

Isto posto, o conservacionismo, embora a prática não fosse recente, é visto como uma solução, porém a atitude de conservar áreas, dentro de certos parâmetros, apesar de meritória, já não atende às urgências advindas das questões ambientais, pois a utilização desenfreada da Natureza como recuso infinito está cobrando suas graves conseqüências. A conservação já ocorria e ocorre em diversos países como no Brasil, mas, infelizmente, também é ameaçada por mudanças nas políticas governamentais. Entretanto, se não existir políticas integrais que abarquem o todo, o ato de preservar e conservar determinada área pode tornar-se inócuo e acarretar em mais problemas porque certas comunidades sobrevivem e garantem sua subsistência, por exemplo, com a utilização, em pequena escala e não industrial, de suas respectivas áreas.

E, diante disso, há o ecologismo que os autores apresentam como um projeto de transformação social integral porque não busca somente a defesa, conservação e/ou preservação do meio ambiente, mas uma alteração do *status quo* e das atuais condições de produção, pois há um entendimento que já não é possível manter o equilíbrio do metabolismo da Natureza diante do mesmo sistema econômico produtivista e exploratório que enxerga a natureza como uma fonte ilimitada de recursos. Essa visão da Natureza serve para sustentar a ideologia do crescimento infinito e, com isso, contribui, aceleradamente, para a degradação e, por conseguinte, a destruição das condições de sobrevivência de todos os seres que compõem os ecossistemas que formam o planeta Terra.

Caracterizou-se, seguidamente, o discurso ecológico e suas representações, a partir de uma análise crítica dos diferentes discursos ecológicos, classificando-os, de acordo com Alier (2018), em “culto à vida silvestre”, “evangelho da ecoeficiência” e “ecologismo dos pobres”. Dentro de cada uma dessas categorias, é possível encontrar o discurso ecológico “técnico-científico” e/ou “científico-popular” engendrando diferentes representações, pois estão, intertextualmente, presentes nessas representações, constituindo essas representações, mas também sendo constituído, intertextualmente, por elas. Essas representações são provenientes das intertextualidades manifestas e/ou constitutivas do discurso ecológico em relação a outras práticas sociodiscursivas porque as práticas sociais de determinados grupos concebem práticas discursivas e, por conseguinte, essas práticas discursivas geram práticas sociais, contribuindo para uma amplitude nas representações do Discurso Ecológico. Esse discurso nem sempre se representa discursivamente dessa forma, contudo, as práticas sociais de determinados grupos podem ser percebidas e consideradas como partes dessa representação discursiva.

Essas representações do discurso ecológico estão, intertextualmente, de forma constitutiva e/ou manifesta, interligadas com o Discurso Político, discursos que buscam se apresentar como apolíticos, Discurso Econômico e/ou mercadológico, Discurso Feminista, Discurso Indígena, Discurso Religioso, entre outros. Esses discursos, que também possuem suas representações, contribuem para as diversas representações do Discurso Ecológico que, diante de suas próprias representações, ainda é enriquecido e ampliado com as representações discursivas de outros discursos e, por conseguinte, com práticas sociais de diferentes discursos que contribuem, direta e/ou indiretamente, para as práticas sociais e discursivas do Discurso Ecológico.

A depender de qual representação advoga, as práticas discursivas e sociais do discurso ecológico são perigosas porque, em diversos países, inclusive no Brasil, atores sociais, em suas práticas discursivas e/ou sociais, sob a égide de certas representações do discurso ecológico, são sacrificados. Entretanto, apesar do trágico destino desses atores, algumas vezes, as interrupções das práticas sociais de determinados atores contribuem ainda mais nas práticas discursivas e sociais de outros atores que carregam o legado e, por conseguinte, continuam com as práticas sociais provenientes das representações (ou não) do Discurso Ecológico que encampam.

No capítulo dedicado à análise, versou-se sobre o papel da mídia na modernidade tardia e sua importância na construção discursiva de representações sobre determinados atores sociais, pessoais e impessoais. Sucessivamente, a metodologia da pesquisa, em especial a respeito da coleta das notícias e da vertente utilizada para a análise, também é esquematizada. A mídia, em

seus diversos meios e formatos, tem um papel fundamental na contemporaneidade, pois, em um mundo, cada vez mais, mediado e mediatizado pela linguagem, é a maneira de formar e/ou deformar as formas de representação, benéficas ou maléficas, a respeito de determinado fato, pessoa, instituição e/ou país em larga escala. Recorreu-se às notícias, em especial as manchetes, dado que, de acordo com pesquisas acadêmicas e não acadêmicas, a maioria das pessoas informam-se pela leitura das manchetes, sem ler o corpo da notícia. Portanto, a forma de construir discursivamente a manchete de uma notícia pode ser determinante para a construção discursiva da representação de fatos, pessoas, instituições e/ou países para um grande número de pessoas.

Realizou-se, conseqüentemente, um levantamento de manchetes mediante a aplicação de uma fórmula de busca em um mecanismo de busca para filtrar, em diferentes veículos de comunicação, manchetes de notícias provenientes de jornais, revistas e agências de notícias que produzem, distribuem e circulam informações a respeito das questões ambientais e/ou ecológicas do Brasil na mídia estadunidense. Essa coleta de manchetes sucedeu-se por meio da inserção de determinadas palavras dentro da fórmula de busca aplicada ao mecanismo de busca, objetivando encontrar manchetes relacionadas às questões ambientais e/ou ecológicas entre o período de 2003 a 2022. Portanto, manchetes respectivas aos governos de Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro. Observou-se, na seleção das manchetes, a representatividade tanto de práticas discursivas quanto práticas sociais desses diferentes governos. Também se considerou a cronologia dos respectivos governos e as diversas ocorrências discursivas e, conseqüentemente, sociais dos mesmos e como essas práticas engendraram construções discursivas que contribuem para as representações, benéficas e/ou maléficas, do Brasil nas mídias que circulam para o público estadunidense.

A Análise de Discurso Crítica é, cada vez mais, utilizada por pesquisadores de diferentes campos do conhecimento e, nesta pesquisa, esse dispositivo teórico-metodológico buscou desvelar, por meio das construções discursivas das manchetes e das práticas sociais dos atores envolvidos, as relações assimétricas de poder presentes nas práticas discursivas e sociais entre os diferentes atores sociais reportados, direta e/ou indiretamente, no noticiário. A linguagem ofereceu indícios para as investigações realizadas que foram aprofundadas perpassando outros campos do conhecimento, e vice-versa, pois outros campos do conhecimento irão utilizar-se da linguagem como mais uma ferramenta para desnudar esses mecanismos presentes nas práticas discursivas e sociais porque a linguagem é elemento irreduzível da prática social.

A análise, realizada por meio do dispositivo teórico-metodológico da ADC de Norman Fairclough, pretendeu observar os mecanismos utilizados na construção discursiva das

manchetes e, concomitantemente a isso, a análise da prática discursiva e social do país no período da divulgação daquela manchete. Na seção da análise, a contextualização da prática social e discursiva do Governo Brasileiro, em diferentes eras políticas até o período estabelecido para a análise das manchetes, fez-se presente. Essas contextualizações das práticas discursivas e sociais dos diferentes governos nesse período, embora sejam relativamente amplas, focaram-se na questão ecológica e/ou ambiental, pois são as práticas discursivas e sociais dessa questão que são enfocadas nesta pesquisa. Depois da análise, há uma reflexão sobre esse processo e sobre o papel do analista diante das manchetes e dos mecanismos linguísticos e extralinguísticos utilizados nas representações do Brasil na mídia estadunidense, percebendo os pontos de convergência e os pontos de ruptura, além de exercitar a reflexividade que é uma característica preponderante na modernidade tardia e uma das etapas dos processos de análise do discurso pós-reformulação do modelo tridimensional em modelo transformacional.

As construções discursivas das manchetes nos diferentes veículos de mídia durante os governos Lula informaram um maior comprometimento com questões ambientais e/ou ecológicas, inclusive com a nomeação de Marina Silva, uma reconhecida ambientalista dentro e fora do Brasil, como ministra do Meio Ambiente. Contudo, as apresentações evidenciaram avanços, mas também recuos frutos de um governo que equilibrava diferentes interesses, muitas vezes, antagônicos. A gestão Lula não passou incólume às polêmicas e críticas nessa área como a renúncia da Marina Silva e o apoio presidencial para o projeto de construção de uma usina hidrelétrica em Belo Monte, representando, nas construções discursiva das manchetes, um governo que estava abandonando ou, pelo menos, considerando secundárias, as questões ambientais e/ou ecológicas. Entretanto, a prática discursiva e social do governo, apesar de certa hostilidade às interferências e cobranças estrangeiras, buscava apresentar-se de forma amigável ao meio ambiente, especialmente devido ao momento sociopolítico vivido pelo país naquele momento, e, devido a isso, as representações do Brasil, apesar de manchetes desabonadoras em certos momentos, estavam construídas de forma benéfica à imagem do país.

O governo Dilma, sucessor do governo Lula, já mostra, de forma mais evidente nas construções linguísticas e extralinguísticas, disputas em torno dos caminhos que a questão ambiental e/ou ecológica assumiria no governo da então primeira mulher presidente do país. Em seu início de governo, as construções discursivas das manchetes estiveram centradas na aprovação ou não de projetos percebidos, por certos setores sociais, como danosos ao meio ambiente e qual seria a resposta da nova presidente a essas demandas. Não tão conhecida do público nacional nem internacional quanto seu antecessor, as dúvidas pairavam sobre as manchetes, porém, a continuação e, conseqüentemente, a aprovação da usina de Belo Monte,

certamente, trouxeram uma construção cumulativa negativa para as representações e, por conseguinte, a imagem do país.

Porém, as representações mostravam um governo ainda compromissado, pelo menos, em suas práticas discursivas, com as questões ambientais e/ou ecológicas, mesmo engendrando práticas sociais consideradas não tão amigáveis ao meio ambiente. Contudo, o país sediou, em 2012, a Rio+20, evocando uma representação positiva do país porque manteve a tradição do país de buscar a liderança e participação atuantes nessas discussões ecológicas e/ou ambientais nos organismos internacionais. As representações do país sob Dilma, também por motivos diretamente não ecológicos como a multifatorial crise política, social e econômica, estavam começando a ter contornos desfavoráveis para a imagem do Brasil.

Após chegar ao governo por meio de um controverso processo de *impeachment* contra a presidente Dilma, Temer e seu governo, explicitamente mais aliado aos interesses do “mercado” e do agronegócio, em suas práticas discursivas e sociais não contribuíram para reverter o declínio paulatino nas representações malélicas em relação ao Brasil nas manchetes internacionais, principalmente na questão ecológica e/ou ambiental. Seu governo tinha uma prática discursiva que engendrava práticas sociais danosas porque deixava margens para uma exploração predatória da natureza e, com isso, as manchetes retratavam a respeito de leis e decretos que poderiam levar a uma intensa degradação ambiental no país.

Apesar de práticas sociais que engendravam práticas discursivas na mídia estadunidense negativas, seu governo, pressionado por protestos, apesar de tentativas de mudar, manteve, em linhas gerais, as legislações que versavam sobre essas questões, pois a repercussão negativa na mídia, nacional e internacional, juntamente com a pressão social, o fizeram recuar. Entretanto, a imagem do país já estava arranhada, pois as práticas discursivas e sociais do Brasil sob Temer não contribuíram para uma melhora e, portanto, os acúmulos discursivos negativos das representações do país na seara ambiental e/ou ecológica se avolumavam. Associado a esse acúmulo discursivo negativo, a viabilidade eleitoral do então candidato Jair Bolsonaro e sua retórica considerada antiecológica pela grande parte dos veículos de mídia internacional, especialmente estadunidense, também colaboraram para a manutenção dessas representações.

A eleição de Bolsonaro é uma ruptura sem precedentes também no discurso ambiental e/ou ecológico do Brasil. O atual presidente, em toda a sua campanha, mostrou hostilidade às questões ecológicas e/ou ambientais e aos ativistas e esses discursos engendravam representações que colocaram o Brasil em uma espiral de representações negativas que, mesmo representações, levemente, positivas, não conseguiram mais contrabalancear. As práticas sociais do governo Bolsonaro e seus ministros engendravam práticas discursivas que

engendraram manchetes com construções discursivas danosas para a imagem e reputação do país porque representava o Brasil como um ator social que não estava mais interessado em liderar essas discussões ambientalistas e/ou ecologistas, mas em explorar de forma predatória e degradante seus recursos naturais em nome do desenvolvimento, da forma como é entendido pelo governo Bolsonaro, comprometendo a regulação climática e, conseqüentemente, a vida na Terra.

Percebe-se, portanto, que as representações discursivas e, por conseguinte, a imagem do Brasil nas manchetes de jornais, revistas e agências de notícias, que são consumidas pelo público estadunidense, antes alçada a exemplo, mesmo com representações maléficas, em muitos aspectos, na questão ambiental e/ou ecológica, degingolaram de vez. Antes vistas como promissoras, as práticas discursivas e sociais do país não estavam engendrando representações favoráveis nos diferentes veículos de mídia analisados. As eleições de 2022, a depender dos desdobramentos, pode ser uma oportunidade para o início da reversão (ou não) desse acúmulo de construção negativa a respeito do país, sobretudo nas questões ambientais e/ou ecológicas.

Não obstante os diversos interesses, para além da sobrevivência do planeta Terra, que estão em jogo, principalmente em relação à Amazônia, torna-se impositivo ao Brasil atenção às suas práticas discursivas e sociais em busca de compreender como empreender as mudanças necessárias a uma construção cumulativa positiva a respeito das representações do país na área ambiental. Nada melhor para afastar os fantasmas de uma suposta “internacionalização da Amazônia” do que representações positivas concernentes à proteção ecológica e/ou ambiental em relação ao país porque evidenciará que Brasil está cuidando, de forma diligente, do meio ambiente e, ao mesmo tempo, de sua soberania.

Assim sendo, é perceptível, por meio de mecanismos linguísticos e extralinguísticos, que houve uma mudança nos discursos ecológicos do Brasil entre as diferentes eras políticas analisadas, pois as construções discursivas das manchetes representavam o país, de forma benéfica, apesar de práticas sociais e discursivas representadas negativamente, entre 2003 a 2010. Entre 2010 a 2016, essas representações começavam a apresentar sinais de revés, passando a uma representação mais danosa à imagem e reputação do país entre 2016 a 2018 e a uma construção discursiva maléfica entre 2018 a 2022 porque as práticas discursivas e sociais do governo brasileiro e seus representantes não engendraram representações benéficas (ou só quando estavam sobre pressão) ao país. Por conseguinte, lamentavelmente, nos últimos tempos, o Discurso Ecológico do Brasil nas construções discursivas das manchetes, em especial nas manchetes da mídia estadunidense, é a representação de um Discurso Antiecológico do Brasil.

REFERÊNCIAS

- AARO, D. Brazil dispatches troops, military aircraft to battle Amazon forest fires. *Fox News*, 2019. Disponível em: <https://www.foxnews.com/world/brazil-amazon-rain-forest-fires-military>. Acesso em: 02 jun. 2022.
- AGUITON, C. Os bens comuns. In: SOLÓN, P. (org.). *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. Tradução de João Peres. São Paulo: Elefante, 2019, p. 85-110.
- ALIER, J. M. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Tradução de Maurício Waldman. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- ALIER, J. M. Prefácio à edição brasileira. Prefácio. In: ALIER, J. M. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Tradução de Maurício Waldman. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- ALONSO, A.; FAVARETO, A. S. From One Summit to Another: The Changing Landscape of Brazilian Environmental Movement. *The Journal of Environment & Development*, v. 21, n. 1, p. 28-31, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1070496511435671>. Acesso em: 28 mai. 2022.
- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- AMARAL, L.; GARCIA, G. Temer sanciona a lei que estabelece a reforma do ensino médio. *GI*, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/temer-sanciona-a-medida-provisoria-da-reforma-do-ensino-medio.ghtml>. Acesso em: 30 mai. 2022.
- AMORIM, F. PEC do Teto é aprovada em votação final e congela gastos por 20 anos. *UOL*, 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/12/13/pec-que-congela-gastos-do-governo-por-20-anos-e-aprovada-em-votacao-final.htm>. Acesso em: 30 mai. 2022.
- ANDREONI, M.; LONDOÑO, E. Bolsonaro's Sudden Pledge to Protect the Amazon Is Met With Skepticism. *The New York Times*, 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/04/21/world/americas/bolsonaro-climate-amazon.html>. Acesso em: 02 jun. 2022.
- ASSOCIATED PRESS. Brazil revises decree allowing Amazon mining after criticism, *Fox News*, 2017. Disponível em: <https://www.foxnews.com/world/brazil-revises-decree-allowing-amazon-mining-after-criticism>. Acesso em: 30 mai. 2022.
- ASSOCIATED PRESS. Brazil's Rousseff creates new nature reserves, *Fox News*, 2012. Disponível em: <https://www.foxnews.com/world/brazils-rousseff-creates-new-nature-reserves>. Acesso em: 28 mai. 2022.
- AZAM, G. Decrescimento. In: SOLÓN, P. (org.). *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. Tradução de João Peres. São Paulo: Elefante, 2019, p. 65-83.

BAKTHIN, M. M (VOLOCHÍNOV). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BARRIONUEVO, A. 'Stagnation' Made Brazil's Environment Chief Resign, *The New York Times*, 2008. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2008/05/16/world/americas/16brazil.html>. Acesso em: 25 mai. 2022.

BARRIONUEVO, A. Amazon Dam Project Pits Economic Benefit Against Protection of Indigenous Lands, *The New York Times*, 2008. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2010/04/17/world/americas/17brazil.html>. Acesso em: 25 mai. 2022.

BARRIONUEVO, A. Brazil Rejects Panel's Request to Stop Dam, *The New York Times*, 2011. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2011/04/06/world/americas/06brazil.html>. Acesso em: 28 mai. 2022.

BARRIONUEVO, A. Brazil, After a Long Battle, Approves an Amazon Dam, *The New York Times*, 2011. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2011/06/02/world/americas/02brazil.html>. Acesso em: 28 mai. 2022.

BARRIONUEVO, A. In Brazil, Fears of a Slide Back for Amazon Protection, *The New York Times*, 2012. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/01/25/world/americas/in-brazil-protection-of-amazon-rainforest-takes-a-step-back.html>. Acesso em: 28 mai. 2022.

BARRIONUEVO, A. With Guns and Fines, Brazil Takes On Loggers, *The New York Times*, 2008. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2008/04/19/world/americas/19brazil.html>. Acesso em: 25 mai. 2022.

BARROS, A. Brazil's Discourse on the Environment in the International Arena, 1972-1992. *Contexto Internacional*, v. 39, n. 2, 421-442, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-8529.2017390200011>. Disponível em: 04 jun. 2022.

BATISTA JR, J.R.L; TAMAÊ, D; MELO, I. F. (org.). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018, p. 49-77.

BELTRÁN, E. Ecofeminismo. In: SOLÓN, P. (org.). *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. Tradução de João Peres. São Paulo: Elefante, 2019, p. 113-143.

BOFF, L. *Sustentabilidade: o que é, o que não é*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

BOLSONARO (PP) é o deputado federal com maior número de votos no RJ. *UOL*, 2014. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2014/noticias/2014/10/05/bolsonaro-rj-e-eleito-deputado-federal-no-rj-com-o-maior-numero-de-votos.htm>. Acesso em: 02 jun. 2022.

BONIN, R. Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope, *GI*, 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acesso em: 28 mai. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 24 mai. 2021.

BRAZIL scientists warn of possible election-year spike in deforestation. *Reuters*, 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/environment/brazil-scientists-warn-possible-election-year-spike-deforestation-2022-02-17/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

BRAZIL'S Environment Min proposes shrinking Amazon reserve. *APNEWS*, 2017. Disponível em: <https://apnews.com/article/gisele-bundchen-michel-temer-deforestation-caribbean-brazil-5345d6c74da747c8a9773a0abc6d3ed2>. Acesso em: 31 mai. 2022.

CARVALHO, I. *Territorialidades em luta: uma análise dos discursos ecológicos*. São Paulo: Instituto Florestal de São Paulo, 1991. (Série Registros, 9). Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutoflorestal/wp-content/uploads/sites/234/2014/04/IFSR9.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2022.

CHINA. The National People's Congress of the People's Republic of China. Constitution of the People's Republic of China. *NPC*, 2019. Disponível em: <http://www.npc.gov.cn/englishnpc/constitution2019/201911/1f65146fb6104dd3a2793875d19b5b29.shtml>. Acesso em: 17 mai. 2022.

CHOULIARAKI, L; FAIRCLOUGH, F. *Discourse in Late Modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COSTA, A. Compreender o Antropoceno e combater o Capitalismo, para além da terminologia. *Correio da Cidadania*, 2020. Disponível em: <https://www.correiodacidade.com.br/meio-ambiente/14120-compreender-oantropoceno-e-combater-o-capitalismo-para-alem-da-terminologia>. Acesso em: 22 jun. 2022.

COSTA, A. N. Lula says Brazil doing its part on climate change. *Reuters*, 2008. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-brazil-environment-lula-idUSN2426509820070924>. Acesso em: 25 mai. 2022.

COSTA, L. M. O poder do 'baixo clero'. *Observatório da Imprensa*, 2009. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o-poder-do-baixo-clero/>. Acesso em: 30 mai. 2022.

DAVENPORT, C. Global Climate Pact Gains Momentum as China, U.S. and Brazil Detail Plans. *The New York Times*, 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/07/01/world/americas/us-and-brazil-agree-on-climate-change-actions.html>. Acesso em: 28 mai. 2022.

- DYETT, J; THOMAS, C. Overpopulation Discourse: Patriarchy, Racism, and the Specter of Ecofascism. *Perspectives on Global Development and Technology*, v. 18, n. 1-2, p. 205-224, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/15691497-12341514>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- ELLSWORTH, B. Brazil Amazon dam creates headache for Lula. *Reuters*, 2008. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-brazil-dam-idUSTRE63E3WO20100415>. Acesso em: 25 mai. 2022.
- ENGELS, F. *Dialética da Natureza*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979
- ENGELS, F. *Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Dühring*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ENGELS, F; MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FAIRCLOUGH, N. Critical and descriptive goals in discourse analysis. *Journal of Pragmatics*, v. 9, n. 6, p. 739-763, 1985. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0378-2166\(85\)90002-5](https://doi.org/10.1016/0378-2166(85)90002-5). Acesso em: 17 jun. 2022.
- FAIRCLOUGH, N. A reply to Henry Widdowson's 'Discourse Analysis: a critical view'. *Language and Literature*, Londres: Sage, v. 5, n. 1, p. 49-56, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/096394709600500105>. Acesso em: 17 jun. 2022.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. New York: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. *Critical Discourse Analysis: the critical study of language*. New York: Longman, 1995.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge, UK: Polity Press, 1992.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2016.
- FAIRCLOUGH, N. Genres in political discourse. In: BROWN, K (ed.). *Encyclopedia of Language and Linguistics*. 2. ed. Oxford: Elsevier, 2006, p. 32-38. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/B0-08-044854-2/00719-7>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and globalization*. London and New York: Routledge, 2006.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. 3. ed. New York: Routledge, 2015.
- FAIRCLOUGH, N. Language in New Capitalism. *Discourse & Society*, London, v. 13, n. 2, p. 163-166, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0957926502013002404>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- FAIRCLOUGH, N. Peripheral vision: discourse analysis in organization studies – the case for critical realism. *Organization Studies*, London: Sage, v. 26, n. 6, p. 915-939, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0170840605054610>. Acesso em 17 jun. 2022.

FEARNSIDE, P.; SCHIFFMAN, R. The Amazon on the Brink. *The New York Times*, 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/09/26/opinion/amazon-climate-change-deforestation.html>. Acesso em: 30 mai. 2022.

FERNANDES, S. Ecosocialism from the Margins. *NACLA Report on the Americas*, v. 52, n. 2, p. 137-143. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10714839.2020.1768731>. Acesso em: 21 abr. 2022.

FERNANDES, S. Ecosocialismo a partir das margens. *Jacobin Brasil*, 2020. Tradução de Giuliana Almada e Débora Nascimento. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/07/ecosocialismo-a-partir-das-margens/>. Acesso em: 21 abr. 2022.

FERNANDES, S. *Se quiser mudar o mundo: um guia político pra quem se importa*. São Paulo: Planeta, 2020.

FERNANDES, S. *Sintomas Mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FISCHER, R. M. B. Foucault. In: OLIVEIRA, L. A. *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013.

FOSTER, J. B. Marxismo e Ecologia: fontes comuns de uma Grande Transição. Tradução de Pedro Bocca e Lúcio Flávio de Almeida. *Lutas Sociais*, São Paulo, v.19, n.35, p. 80-97, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/26680>. Acesso em: 21 abr. 2022.

FOSTER, J. B. Late Soviet Ecology and the Planetary Crisis. *Monthly Review*, New York, v. 67, n. 2, p. 1-20, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.14452/MR-067-02-2015-06_1. Acesso em: 21 abr. 2022.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GERAÇÃO Z é mais vulnerável à fake news. *Neo Mundo*, 2018. Disponível em: <https://neomundo.org.br/2018/07/12/geracao-z-e-mais-vulneravel-a-fake-news/>. Acesso em: 17 mai. 2022.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLOBO NEWS. 'Eleição de A a Z': entenda como funciona o presidencialismo de coalizção. *G1*, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/noticia/2022/09/19/eleicao-de-a-a-z-entenda-como-funciona-o-presidencialismo-de-coalizacao.ghtml>. Acesso em: 09 set. 2022.

GOVERNO Temer tem aprovação de 7% e reprovação de 62%, diz Datafolha. *G1*, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/27/reprovacao-de-temer-recua-para-62-no-fim-do-governo-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 30 mai. 2022.

GRZYBOWSKI, C. (org.). *O testamento do homem da floresta: Chico Mendes por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

IRINEU, L. M.; PEREIRA, A. S.; SILVA, A. P. N.; SANTANA, A. L. S.; LIMA, F. H. R.; SANTOS, S. F. (org.). *Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave*. Campinas: Pontes Editores, 2020.

KEATING, J. Lula: gringos should keep out of the Amazon, *Foreign Policy*, 2010. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2010/06/24/lula-gringos-should-keep-out-of-the-amazon/>. Acesso em: 25 mai.2022

KHAMENEI, A. Environmental protection is not just a formal, ceremonial issue. *Khamenei.Ir*, 2020. Disponível em: <https://english.khamenei.ir/news/8892/Environmental-protection-is-not-just-a-formal-ceremonial-issue>. Acesso em: 21 abr. 2022.

KILPATRICK, R. Norway Has Threatened to Cut Funds to Brazil Unless Deforestation Slows. *TIME*, 2017. Disponível em: <https://time.com/4829820/norway-brazil-amazon-deforestation/>. Acesso em: 30 mai. 2022.

LAGUNA, E. Greve dos caminhoneiros tirou 1,2 ponto porcentual do PIB de 2018. *Estadão*, 2018. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,greve-dos-caminhoneiros-tirou-1-2-ponto-porcentual-do-pib-de-2018,70002548482>. Acesso em: 30 mai. 2022.

LEWIN-JONES, J.; WEBB, M. Ideology in Disguise: Place Name Metonyms and the Discourse of Newspaper Headlines. *Sociological Research Online*, v. 18, n. 4, p. 167-181 ou p. 1-15, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5153/sro.3185> ou <https://www.socresonline.org.uk/18/4/18.html>. Acesso em: 15 mai. 2022.

LIRA, L. C. E.; ALVES, R. B. C. Teoria Social do Discurso e evolução da análise de discurso crítica. In: BATISTA JR, J.R.L; TAMAÊ, D; MELO, I. F. (org.). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018, p. 105-122.

LONDOÑO, E. *Bolsonaro Fires Head of Agency Tracking Amazon Deforestation in Brazil*. *The New York Times*, 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/02/world/americas/bolsonaro-amazon-deforestation-galvao.html>. Acesso em: 02 jun. 2022.

LONDOÑO, E.; ANDREONI, M.; CASADO, L. As Amazon Fires Become Global Crisis, Brazil's President Reverses Course. *The New York Times*, 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/23/world/americas/brazil-military-amazon-fire.html>. Acesso em: 02 jun. 2022.

LONDOÑO, E.; FRIEDMAN, L. Brazil Backs Out of Hosting 2019 Climate Change Meeting. *The New York Times*, 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/11/28/world/americas/brazil-climate-meeting.html>. Acesso em: 02 jun. 2022.

LONDOÑO, E.; SIMS, S. Brazilian Judge Stymies Plan to Allow Mining in Amazon Region. *The New York Times*, 2017. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2017/08/30/world/americas/brazil-amazon-mining-temer-environmentalists-judge.html>. Acesso em: 30 mai. 2022.

MAÇANEIRO, M. *Religiões & ecologia: cosmovisão, valores, tarefas*. São Paulo: Paulinas, 2011.

MAGALHÃES, I. Introdução: a Análise de Discurso Crítica. In: *D.E.L.T.A.* São Paulo: EDUC, v. 21, número especial, p. 1-9, 2005. Disponível em: [http://www.dx.doi.org/10.1590:S0102-44502005000300002](http://www.dx.doi.org/10.1590/S0102-44502005000300002). Acesso em: 23 jun. 2022.

MAGALHÃES, I. Prefácio à edição brasileira. In: FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2016.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R. N.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora UnB, 2017.

MAIS militares assumiram cargos no Executivo no governo Bolsonaro. *JOTA*, 2022. Disponível em: <https://www.jota.info/jotinhas/mais-militares-assumiram-cargos-no-executivo-no-governo-bolsonaro-10062022>. Acesso em: 11 jun. 2022.

MARTINS, A. Análise de discurso da mídia. In: BATISTA JÚNIOR, J.; Sato, D; Melo, I. (org.). *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Parábola, 2018, p. 158-183.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. *O capital: livro III*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MELO, I. F. Histórico da análise de discurso crítica. In: BATISTA JR, J.R.L; TAMAÊ, D; MELO, I. F. (org.). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018, p. 21-35.

MINISTRO do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. *GI*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em 02 jun. 2022.

NUGENT, N. Brazil Is Burning—and President Bolsonaro’s ‘Terminator’ Environment Minister Is Rolling Back More Protections. *Time*, 2020. Disponível em: <https://time.com/5895167/brazil-fires-ricardo-salles-environment/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

O que é locaute? Entenda o termo usado pelo ministro da Segurança, Raul Jungmann. *GI*, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/o-que-e-locaute-entenda-o-termo-usado-pelo-ministro-da-seguranca-raul-jungmann.ghtml>. Acesso em: 30 mai. 2022.

O’BOYLE, B. Jair Bolsonaro: Pro-Torture, Anti-Gay and Brazil’s Future President? *Americas Quarterly*, 2016. Disponível em: <https://www.americasquarterly.org/article/jair-bolsonaro-pro-torture-anti-gay-and-brazils-future-president/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

OLIVEIRA, L. A. *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013.

OLIVEIRA, L. A.; CARVALHO, M. A. B. Fairclough. In: OLIVEIRA, L. A. *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 281-309.

ORLANDI, E. L. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

PÁDUA, J. A.; LAGO, A. *O Que é Ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PATEL, R. No more Green Revolutions. *New Internationalist*, Oxford, Issue 533, September-October 2021, p. 26-27. Disponível em: <https://newint.org/features/2021/08/09/no-more-green-revolutions-fjf>. Acesso em: 21 abr. 2022.

PEREIRA, A. S.; TEIXEIRA, L. M. S.; PEREIRA, R. S. Discurso. In: IRINEU, L. M.; PEREIRA, A. S.; SILVA, A. P. N.; SANTANA, A. L. S.; LIMA, F. H. R.; SANTOS, S. F. (org.). *Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave*. Campinas: Pontes Editores, 2020, p. 25-44.

PEREIRA, E.; FERREIRA, P.; RIBEIRO, L.; CARVALHO, T.; PEREIRA, H. Policy in Brazil (2016-2019) threaten conservation of the Amazon rainforest. *Environmental Science and Policy*, v. 100, p. 8-12, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2019.06.001>. Acesso em: 30 mai. 2022.

PONTES, N. Brasil é o 4º país mais perigoso para ambientalistas. *DW*, 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-%C3%A9-o-4%C2%BA-pa%C3%ADs-mais-perigoso-do-mundo-para-ambientalistas/a-59163369>. Acesso em: 04 jun. 2022.

PRESIDENTE Temer e ministro da Educação homologam Base Nacional Comum Curricular. *Portal MEC*, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/58701-presidente-e-ministro-homologam-base-nacional-comum-curricular>. Acesso em: 30 mai. 2022.

PROMETEICO. In: INFOPÉDIA: dicionários Porto Editora. Porto: Porto Editora, 2022. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/prometeico>. Acesso em 22 jun. 2022.

QUASE metade dos usuários do Google Notícias só leem os títulos. *Veja*, 2010, Disponível em: <https://veja.abril.com.br/tecnologia/quase-metade-dos-usuarios-do-google-noticias-so-leem-os-titulos/>. Acesso em: 17 mai. 2022.

QUEM só lê o título de matérias pensa saber mais do que realmente sabe. *Revista Galileu*, 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2019/03/quem-so-le-o-titulo-de-materias-acredita-que-tem-mais-conhecimento.html>. Acesso em: 17 mai. 2022.

REGO, T. A questão ambiental no governo Itamar. *O Estado*, 2011. Disponível em: <https://oestadoce.com.br/cadernos/oev/a-questao-ambiental-no-governo-itamar/>. Acesso em: 04 jun. 2022.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. V. S. *Análise de discurso crítica*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

REUTERS STAFF. Lula says Brazil doing its part on climate change. *Reuters*, 2007. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-brazil-environment-lula-idUSN2426509820070924>. Acesso em: 25 mai. 2022.

REUTERS. Brazil's Leader Falsely Blames Leonardo DiCaprio for Amazon Fires. *The New York Times*, 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/11/30/world/americas/amazon-fires-dicaprio-bolsonaro.html>. Acesso em: 02 jun. 2022.

RODRIGUES-JÚNIOR, A. S. Análise crítica do discurso: modismo, teoria ou método? *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 99-132, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339829608006>. Acesso em: 22 jun. 2022.

ROHTER, L. Brazil, Alarmed, Reconsiders Policy on Climate Change. *The New York Times*, 2007. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2007/07/31/world/americas/31amazon.html?smid=url-share>. Acesso em: 25 mai. 2022.

ROHTER, L. Brazil, Bowing to Protests, Reopens Logging in Amazon. *The New York Times*, 2005. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2005/02/13/world/americas/brazil-bowing-to-protests-reopens-logging-in-amazon.html>. Acesso em: 25 mai. 2022.

ROMERO, S. Brazil's Leader Faces Defining Decision on Bill Relaxing Protection of Forests, *The New York Times*, 2012. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/05/17/world/americas/brazils-president-dilma-rousseff-faces-defining-decision-over-forest-bill.html>. Acesso em: 28 mai. 2022.

ROTHKOPF, D. The world's best foreign minister. *Foreign Policy*, 2009. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2009/10/07/the-worlds-best-foreign-minister/>. Acesso em: 25 mai. 2022.

SALTMARSH, C. Capitalism Is What's Burning the Planet, Not Average People. *Jacobin*, 2021. Disponível em: <https://jacobinmag.com/2021/08/ipcc-sixth-assessment-report-climate-change-denial>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SAMPAIO, I. *Brasil e a agenda internacional de meio ambiente no contexto pós Guerra Fria*. Brasília, 2016. 28 p. Artigo (Especialização em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/17399>. Acesso em: 23 jun. 2022.

SANTOS, E. S.; LOPES, L. M.; DUTRA, Z. M. S. Modernidade Tardia. In: IRINEU, L. M.; PEREIRA, A. S.; SILVA, A. P. N.; SANTANA, A. L. S.; LIMA, F. H. R.; SANTOS, S. F. (org.). *Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave*. Campinas: Pontes Editores, 2020, p. 125-142.

SENGUPTA, S. What Jair Bolsonaro's Victory Could Mean for the Amazon, and the Planet. *The New York Times*, 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/10/17/climate/brazil-election-amazon-environment.html>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SILVA JÚNIOR, A. S.; PINHEIRO, G. C.; NASCIMENTO, I. S. Ideologia. In: IRINEU, L. M.; PEREIRA, A. S.; SILVA, A. P. N.; SANTANA, A. L. S.; LIMA, F. H. R.; SANTOS, S. F. (org.). *Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave*. Campinas: Pontes Editores, 2020, p. 65-84.

SILVA, A.; VISENTINI, P. Brazil and the economic, political and environmental multilateralism: the Lula years (2003-2010). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. special edition, p. 54-72, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292010000300004>. Acesso em: 25 mai. 2022.

SILVA, A.P.P.F. Bakhtin. In: OLIVEIRA, L. A. *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013.

SILVA, F. D. B.; MAIA, K. W.; MULLER, R. G. Hegemonia. In: IRINEU, L. M.; PEREIRA, A. S.; SILVA, A. P. N.; SANTANA, A. L. S.; LIMA, F. H. R.; SANTOS, S. F. (org.). *Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave*. Campinas: Pontes Editores, 2020, p. 85-106.

SOLÓN, P. (org.). *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. Tradução de João Peres. São Paulo: Elefante, 2019.

SOLÓN, P. Bem Viver. In: SOLÓN, P. (org.). *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. Tradução de João Peres. São Paulo: Elefante, 2019, p. 19-63.

SOLÓN, P. Desglobalização. In: SOLÓN, P. (org.). *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. Tradução de João Peres. São Paulo: Elefante, 2019, p. 175-194.

SOLÓN, P. Direitos da Mãe Terra. In: SOLÓN, P. (org.). *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. Tradução de João Peres. São Paulo: Elefante, 2019, p. 145-173.

SOUZA, W. A. *A república e a história dos presidentes do Brasil*. São Paulo: Discovery Publicações, 2017.

SPRING, J. Brazil cuts environment spending one day after U.S. climate summit pledge. *Reuters*, 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/environment/brazil-cuts-environment-spending-one-day-after-us-climate-summit-pledge-2021-04-23/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

STUCKERT FILHO, R. Brasil: popularidade de Dilma supera a de Lula após um ano de mandato. *Veja*, 2012. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/brasil-popularidade-de-dilma-supera-a-de-lula-apos-um-ano-de-mandato/>. Acesso em: 28 mai. 2022.

THOMPSON, J. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TORRES, C. Deforestation in Brazil increased 30% in 12 months, agency says. *Fox News*, 2017. Disponível em: <https://www.foxnews.com/science/deforestation-in-brazil-increased-30-in-12-months-agency-says>. Acesso em: 30 mai. 2022.

VAN DIJK, T. A. *Cognição, discurso e interação*. Koch, I. V. (org.). 6. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. Hoffnagel, J.; Falcone, K. (org.). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

VAN DIJK, T. A. News, Discourse, and Ideology. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. *The Handbook of Journalism Studies*. London and New York: Routledge, 2009.

VAN DIJK, T. A. Política, ideología y discurso. *Quórum Académico*. Maracaibo: Universidad del Zulia, v. 2, n. 2, p. 15-57, 2010. Disponível em: <http://www.discursos.org/oldarticles/Politica%20ideologia.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2022.

VIEIRA, J. A.; MACEDO, D. S. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JR, J.R.L; TAMAÊ, D; MELO, I. F. (org.). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018, p. 49-77.

VIZEU, R. *Os presidentes: a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro*. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2019.

VOCÊ sabe o que é o bolivarianismo? *Carta Capital*, 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-e-bolivarianismo-2305/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. *The Handbook of Journalism Studies*. London and New York: Routledge, 2009.

WIDDOWSON, H. G. Discourse Analysis: a critical view. *Language and Literature*, Londres: Sage, v. 4, n. 3, p. 157-172, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/096394709500400301>. Acesso em: 22 jun. 2022.

WODAK, R.; MEYER, M. (org.). *Methods of Critical Discourse Analysis*. 2 ed. Londres: Sage, 2009

WODAK, R.; MEYER, M. (org.). Critical Discourse Analysis: History, Agenda, Theory, and Methodology. In: WODAK, R.; MEYER, M. (org.). *Methods of Critical Discourse Analysis*. 2 ed. Londres: Sage, 2009, p. 1-33.

ŽIŽEK, S. (org.). *Um Mapa da Ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ŽIŽEK, S. *O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política*. Tradução de Luigi Barichello. São Paulo: Boitempo, 2017.

ŽIŽEK, S. *The ticklish subject: the absent centre of political ontology*. London/New York: Verso, 1999.